

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dilani Silveira Bassan

**MOBILIDADE ESPACIAL: A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES E A TRAJETÓRIA
DOS MIGRANTES NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS - BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2017

Dilani Silveira Bassan

**MOBILIDADE ESPACIAL: A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES E A TRAJETÓRIA
DOS MIGRANTES NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS - BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul, RS – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr.^a Erica Karnopp
Coorientadora: Dr.^a Grazielle Betina Brandt

Santa Cruz do Sul

2017

Dilani Silveira Bassan

**MOBILIDADE ESPACIAL: A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES E A TRAJETÓRIA
DOS MIGRANTES NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS - BRASIL**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dr.^a Erica Karnopp
Professora orientadora – PPGDR/UNISC

Dr.^a Grazielle Betina Brandt
Professora coorientadora – UNISC

Dr.^a Liliane Dutra Brignol -
Professor examinador – UFSM

Dr. Daniel Luciano Gevehr
Professor examinador – FACCCAT

Dr.^a Rosane Bernardete Brochier Kist
Professor examinador – PPGDR/UNISC

Dr. Olgário Paulo Vogt
Professor examinador – PPGDR/UNISC

Santa Cruz do Sul
2017

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa difícil, pois envolve tantas pessoas, aquelas que participaram ativamente na elaboração desta tese e aquelas que, mesmo de longe, contribuíram com seu incentivo, amizade, carinho.

Um trabalho não é feito apenas pelo autor; são tantas as mãos que ajudam a construir, cada uma colocando um tijolo para dar forma. Forma física e, também, psicológica. Em cada página, está uma gota de lágrima, um grito de desespero, a vontade de desistir, mas, em algum momento desse caminho, aparece a esperança na palavra encontrada, na frase construída, estabelecendo-se, assim, um sorriso profundo e paz na alma. Vou continuar... São infinitas as horas debruçadas sobre o papel e, ao olhar, apenas uma página foi escrita. Volta, então, o desespero.

As pessoas a quem quero, aqui, agradecer, em muitos momentos, me disseram uma palavra de motivação, me deram um abraço carinhoso, um sorriso compreensivo e estiveram ao meu lado me protegendo, ajudando, me segurando, me erguendo nos momentos tristes. Superei...

Sempre há alguém ou algo que está acima de nós e que nos vigia e protege nas situações difíceis. Quero agradecer a Deus, pois era a Ele que recorria por meio de minhas orações, quando não encontrava o caminho.

Agradeço aos amigos Mônica Petró, Valdemar Silvano da Rosa e Leonardo Silveira, que dedicaram parte de seu precioso tempo para me auxiliar na busca por informações e dados sobre os migrantes.

Agradeço, em especial, as minhas orientadoras, Prof.^a Dr.^a Erica Karnopp e Prof.^a Dr.^a Grazielle Betina Brandt, que me apoiaram e ajudaram a construir este trabalho e também estiveram firmes nos momentos difíceis.

Não poderia deixar de agradecer a minha família, principalmente a meu pai e minha mãe, sempre compreensivos, quando tinham que me deixar sozinha para trabalhar. Ao meu filho, sempre pronto a auxiliar no que fosse possível, e ao meu marido, que, mesmo estando presente, se fazia ausente, respeitando o tempo que eu precisava.

Quero agradecer à Prof.^a Silvia Quiota, que perdeu horas de seu precioso tempo, fazendo o possível e o impossível para conseguir um livro na biblioteca da USP, o qual foi essencial para esta tese.

Aos professores, aos amigos, meu reconhecimento pela compreensão e dedicação, sempre disponíveis quando necessário.

Meu coração está cheio de gratidão a todos: aos colegas de curso, pelas alegrias dos dois primeiros anos, pelas trocas; aos professores do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado da UNISC, pelo conhecimento transmitido. Aos colegas e professores do departamento de economia da UNISC, os quais me apoiaram nesta etapa final, principalmente pela compreensão da minha chefe e colega, Prof.^a Dr.^a Rosa Valentim.

Talvez os agradecimentos não devessem ter fim, pois, com certeza, vou esquecer algumas pessoas que foram importantes nessa caminhada. Peço perdão, mas elas sabem o quanto foram fundamentais na construção dessa trajetória.

Posso dizer que foi uma longa jornada. Não imaginava poder conquistar mais um objetivo. Foram muitas as dificuldades e obstáculos, mas nenhum teve força suficiente para me fazer parar. Sinto que cumpri minha tarefa e estou com a alma aliviada.

“Eles pensam que a realidade é horrível; contudo não pensam que o conhecimento até mesmo da mais horrível realidade é belo, do mesmo modo que aquele que conhece bastante e amiúde está, por fim, muito longe de considerar horrível o grande todo da realidade, cuja descoberta lhe proporciona sempre felicidade. A felicidade do homem do conhecimento aumenta a beleza do mundo e torna mais ensolarado tudo o que é; o conhecimento espalha sua beleza não apenas em torno de coisas, mas também, com o tempo, dentro das próprias coisas.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo, analisar a mobilidade espacial a partir da dinâmica das migrações recentes e da trajetória de um grupo de migrantes na região do Vale do Paranhana no período de 1990 a 2014. Sabe-se que as migrações em sua maioria ocorrem por motivações econômicas, porém outros fatores podem ser responsáveis pela mobilidade populacional, como os aspectos sociais e psicológicos que envolvem o deslocamento. A proposta deste estudo foi responder à seguinte pergunta: Como a mobilidade espacial, na perspectiva das migrações, transformou a trajetória social e econômica dos migrantes da região do Vale do Paranhana? Para atender ao objetivo geral e responder à questão proposta, os objetivos específicos buscaram: analisar as razões das migrações recentes nos municípios da região do Vale do Paranhana; investigar a trajetória migratória dos migrantes para a região; evidenciar, a partir da análise das migrações recentes, a atual configuração do território do Vale do Paranhana. Esta pesquisa se justifica devido a recentes transformações econômicas e sociais que revelaram especificidades nas trajetórias migratórias contemporâneas, como também, o fato de existirem esparsos trabalhos que retratem os aspectos migratórios na região do Vale do Paranhana. O método de abordagem utilizado para interpretar, analisar e atender às propostas desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, que busca, pelas contradições envolvidas na dinâmica migratória, entender como o Vale do Paranhana se apresenta enquanto território de atração, de retenção ou de expulsão de migrantes. No que se refere aos aspectos metodológicos a pesquisa é exploratória com enfoque qualitativo e utiliza-se da dialética para expressar a realidade de forma qualitativa. Para atender aos objetivos propostos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quarenta migrantes, residentes nos seis municípios que fazem parte da região. A técnica utilizada para a seleção dos entrevistados foi a *snowball* (bola de neve), de amostra não-probabilística, em que o entrevistado vai indicando o próximo até atingir o ponto de saturação. Para interpretar as entrevistas à luz das trajetórias migratórias, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo como meio de compreender as razões explícitas e implícitas no processo migratório. Desta forma, conclui-se que as trajetórias migratórias no Vale do Paranhana tiveram como motivação principal a busca por melhores condições de vida, sendo que essa motivação está atrelada aos empregos nas indústrias de calçados. Porém, associadas à motivação econômica, os fatores familiares e sociais também se sobressaem a partir de determinadas especificidades. A preocupação com a família, os laços de amizade, as relações de confiança e o pertencimento ao território de origem, marcaram a decisão de migrar. Outros fatores, secundários, também foram observados nas trajetórias migratórias, como a busca por qualidade de vida e a religião. Por fim, os migrantes encontraram na região do Vale do Paranhana um lugar para viver, uma identidade e um novo território ao qual pertencer.

Palavras-Chave: Mobilidade Espacial; Migração; Trajetória social e econômica.; Dinâmica Territorial.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze spatial mobility based on the dynamics of recent migrations and the trajectory of a group of migrants in the region of the Vale do Paranhana from 1990 to 2014. It is known that migrations are mostly motivated by economics, although other factors may be responsible for population mobility, such as the social and psychological aspects of displacement. The purpose of this study was to answer the following question: How has spatial mobility, from the perspective of migration, transformed the social and economic trajectory of migrants from the Vale do Paranhana region? To meet the general objective and answer the proposed question, the specific objectives sought to: analyze the reasons for recent migrations in the municipalities of the Vale do Paranhana region; to investigate the migratory trajectory of migrants to the region; evidence, from the analysis of recent migrations, the current configuration of the territory of the Vale do Paranhana. This research is justified by recent economic and social transformations that revealed specificities in contemporary migratory trajectories, as well as the fact that there are scattered works that portray the migratory aspects in the Vale do Paranhana region. The method of approach used to interpret, analyze and respond to the proposals of this research was historical-dialectical materialism, which seeks, through the contradictions involved in the migratory dynamics, to understand how the Vale do Paranhana presents itself as a territory of attraction, retention or expulsion of migrants. As far as methodological aspects are concerned, the research is exploratory with a qualitative approach and the dialectic is used to express reality in a qualitative way. To meet the proposed objectives, semi-structured interviews were carried out with forty migrants residing in the six municipalities that are part of the region. The technique used for the selection of the interviewees was the snowball, of non-probabilistic sample, in which the interviewee indicates the next one until reaching the point of saturation. To interpret the interviews in the light of migratory trajectories, the technique of content analysis was used as a means to understand the explicit and implicit reasons in the migratory process. In this way, it is concluded that the migratory trajectories in the Vale do Paranhana had as main motivation the search for better living conditions, and that motivation is tied to the jobs in the footwear industries. However, associated with economic motivation, family and social factors also stand out from certain specificities. Concern for the family, the ties of friendships, the relations of trust and belonging to the territory of origin, marked the decision to migrate. Other factors, secondary, were also observed in migratory trajectories, such as the search for quality of life and religion. Finally, the migrants found in the region of the Vale do Paranhana a place to live, an identity and a new territory to which they belong.

Keywords: Space Mobility; Migration; Social and economic trajectory; Territorial Dynamics.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
COREDE	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FES	Formação Econômica e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
METROPLAN	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
UF	Unidade da Federação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Vale do Paranhana	23
Figura 2 - Porto da Paciência (nas proximidades do atual IACS).....	93
Figura 3 - Mapa hidrográfico do Rio Paranhana e Sinos	98
Figura 4 - Sede de Taquara final do século XIX	99
Figura 5 - Fábrica de industrialização de piretro – 1952.....	100
Figura 6 - Estação Férrea de Taquara. Inaugurada em 15 de agosto de 1903.....	102
Figura 7 - Ponte da estrada de ferro sobre o rio Paranhana em Taquara, 30/07/1913.....	103
Figura 8 - Usina de Leite em Pó – CORLAC/1980.....	104
Figura 9 - Estação Ferroviária de Taquara	107
Figura 10 - Mapa dos deslocamentos para o Vale do Paranhana – 2010	136
Figura 11 - Percurso Migratório	154
Figura 12 - Origem dos entrevistados.....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação – 1991	122
Gráfico 2 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação – 2000	123
Gráfico 3 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação – 2010	124
Gráfico 4 - Perfil dos entrevistados – Estado Civil	147
Gráfico 5 - Perfil dos entrevistados - Grupo de idade por gênero.....	148
Gráfico 6 - Perfil dos entrevistados – Idade	149
Gráfico 7 - Perfil dos entrevistados – Grau de escolaridade	150
Gráfico 8 - Perfil dos entrevistados – Renda mensal.....	150
Gráfico 9 - Perfil dos entrevistados – Anos de residência no município de destino	152
Gráfico 10 - Perfil dos entrevistados – Número de migrantes/data de chegada ao destino ..	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Imigrantes Alemães no Brasil	87
Tabela 2 - Distribuição da população rural-urbana nos municípios do VP entre 1900/1970	105
Tabela 3 - Distribuição da população rural-urbana nos municípios do Vale do Paranhana – 1980/1991	108
Tabela 4 - Distribuição da população dos municípios do Vale do Paranhana (2000-2010) .	109
Tabela 5 - Densidade Demográfica dos municípios do Vale do Paranhana entre 1990-2010	112
Tabela 6 - Taxa de Urbanização (%).....	113
Tabela 7 - IDH dos municípios do Vale do Paranhana	114
Tabela 8 - Transporte de Passageiros/Número de veículos registrados	115
Tabela 9 - Emprego no setor industrial e comercial no Vale do Paranhana.....	116
Tabela 10 - Emprego no setor de serviços e agropecuária no Vale do Paranhana.....	116
Tabela 11 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios do RS – 1991 e 2000.....	119
Tabela 12 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios do RS – 2010	120
Tabela 13 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios - 2000	121
Tabela 14 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios - 2010	121
Tabela 15 - Pessoas com 5 anos ou mais de idade que não residiam na unidade da Federação em 31.07.1995	125
Tabela 16 - Pessoas com 5 anos ou mais de idade que não residiam na unidade da Federação em 31.07.2005	125
Tabela 17 - Município de residência atual – Igrejinha	126
Tabela 18 - Município de residência atual – Parobé	126
Tabela 19 - Município de residência atual – Riozinho	127
Tabela 20 - Município de residência atual - Rolante.....	127
Tabela 21 - Município de residência atual – Taquara	128
Tabela 22 - Município de residência atual – Três Coroas	128
Tabela 23 - Migrantes – Situação de domicílio e saldo migratório.....	129
Tabela 24 - Migração por gênero	129
Tabela 25 - Totais migratórios.....	130
Tabela 26 - Migrantes estrangeiros	131

Tabela 27 - Migrações por Estado - Destino: Igrejinha.....	133
Tabela 28 - Migrações por Estado - Destino: Parobé.....	133
Tabela 29 - Migrações por Estado - Destino: Riozinho	134
Tabela 30 - Migrações por Estado - Destino: Rolante.....	134
Tabela 31 - Migrações por Estado - Destino: Taquara.....	135
Tabela 32 - Migrações por Estado - Destino: Três Coroas.....	135
Tabela 33 - Curso mais elevado que frequentou – migrações – 2010.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de movimentos migratórios.....	39
Quadro 2 - Leis da migração	55
Quadro 3 - Comparativo entre as Teorias Neoclássicas e Neomarxista das migrações	57
Quadro 4 - Origem dos municípios	99
Quadro 5 - Migrantes originários de países estrangeiros – 2010	132

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: A DINÂMICA E A MOBILIDADE ESPACIAL	30
2.1	A dinâmica do território e a representação das relações sociais	30
2.2	Tipos e formas dos processos migratórios contemporâneos	38
2.3	As abordagens teóricas sobre as migrações	48
2.3.1	As teorias econômicas da migração: microteoria e macroteoria	48
2.3.2	Teoria Histórico-Estrutural	62
2.3.3	As redes sociais e os movimentos migratórios	70
2.3.4	Teoria sociológica das migrações	75
3	MIGRAÇÕES INTERNAS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO E SEUS ASPECTOS REGIONAIS	84
3.1	Os movimentos migratórios no Brasil	84
3.2	Os movimentos migratórios no Rio Grande do Sul	90
3.3	Formação da região do Vale do Paranhana: o processo histórico, econômico e social	96
3.4	Contornos da expansão urbana da população e o processo de desenvolvimento da região do Vale do Paranhana	101
3.5	Migrações: os destinos recentes rumo ao Vale do Paranhana	117
4	AS MIGRAÇÕES RECENTES NO VALE DO PARANHANA: OS ATORES DO PROCESSO MIGRATÓRIO	140
4.1	Procedimentos metodológicos	140
4.2	Perfil dos migrantes selecionados	145
4.3	O local de nascimento ou origem dos migrantes do Vale do Paranhana	156
4.4	Razões que influenciaram na trajetória migratória para o Vale do Paranhana	160
4.5	A chegada no lugar de destino: o Vale do Paranhana	167
4.6	Avaliação sobre a trajetória migratória para o Vale do Paranhana	184
4.7	Avaliação dos migrantes sobre o mercado de trabalho no Vale do Paranhana ..	192
4.8	Os migrantes encontraram o que buscavam no Vale do Paranhana?	196
4.9	Os migrantes estariam dispostos a uma nova migração?	199

CONCLUSÃO	204
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Migração	225
APÊNDICE B – Questionário Socioeconômico	226
ANEXO A – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Igrejinha	228
ANEXO B – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Parobé	230
ANEXO C – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Riozinho	232
ANEXO D – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Rolante	233
ANEXO E – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Taquara	235
ANEXO F – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Três Coroas	238
ANEXO G – População residente com origem em outros estados e regiões – Igrejinha	240
ANEXO H – População residente com origem em outros estados e regiões – Parobé	242
ANEXO I – População residente com origem em outros estados e regiões – Riozinho	244
ANEXO J – População residente com origem em outros estados e regiões – Rolante	246
ANEXO L – População residente com origem em outros estados e regiões – Taquara	248
ANEXO M – População residente com origem em outros estados e regiões – Três Coroas	250

1 INTRODUÇÃO

As migrações datam do surgimento do primeiro homínido (155 mil anos AP¹) que a ciência tem conhecimento. Entretanto, as inquietações sobre origem, distribuição e forma como as populações ocuparam o território, iniciaram a partir da presença do *Homo sapiens*, habitante do continente Africano. O homem, ao empreender o processo de ocupação de novos territórios, ocasionou sua dispersão por diferentes continentes do planeta. Para cada região ocupada pelo homem existiu uma história particular e uma colonização (ALMEIDA, 2011).

As questões relacionadas às migrações já são bastante antigas, mas têm sido um debate frequente e atual, dado o movimento que vem ocorrendo, principalmente nos países em que as guerras têm sido motivo de expulsão de populações. Esse processo, que envolve a saída do local de origem e a busca por melhores condições de vida em um novo local de moradia, é abordado pelas diferentes ciências (Demografia, Economia, Sociologia, História, Geografia, entre outras), as quais buscam, a partir de distintas perspectivas teóricas, conhecer mais detalhadamente os processos migratórios da população mundial.

Os indivíduos constroem suas identidades a partir de características sociais e culturais distintas e em contato com um determinado território. Em função das aspirações individuais, de questões políticas ou econômicas, que imprimem uma certa plasticidade aos territórios, esses indivíduos não necessariamente permanecem fixos no local de origem e passam a movimentar-se por diferentes espaços de acordo com suas percepções e necessidades de trabalho e estudo, entre outros fatores. O movimento migratório pode envolver uma decisão individual ou de grupos, classes sociais e ser impulsionado por fatores de ordem econômica ou social.

Tendo em vista a diversidade de fluxos migratórios que acompanharam a ocupação do território brasileiro e as mudanças populacionais que acompanharam estes fluxos, surgiu a necessidade de investigar, de modo particular, a mobilidade espacial na região do Vale do Paranhana/RS – Brasil, enfocando as especificidades da dinâmica migratória recente nessa região. O período de análise delimitado é de 1990 a 2014, sendo que este foi definido por representar uma fase importante do processo de transformação deste território, ao revelar mudanças demográficas, sociais e econômicas significativas para a compreensão das dinâmicas territoriais da região. Este período, igualmente, registrou alterações nos processos migratórios internos no Brasil, evidenciando as migrações de curta distância, com destaque

¹ AP significa “Antes do tempo presente”, determinado por convenção o ano de 1950 (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002).

para as migrações inter-regionais.

A migração, de forma simplificada, é considerada uma mudança permanente ou temporária de local de residência. Mas, conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a migração é um movimento da população dentro do mesmo território ou para outro, envolvendo o movimento de pessoas, independente do tamanho, da composição, ou das causas destes movimentos. Inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desarraigadas, migrantes econômicos, entre outros (OIM, 2006).

As indagações sobre o processo de mobilidade espacial, tendo como eixo específico de análise as migrações, possibilitam, a partir de suas especificidades, compreender como o movimento de pessoas pode influenciar no processo de desenvolvimento de regiões e, conseqüentemente, melhor avaliar o processo de crescimento ou decréscimo da população regional. Assim, a partir de um enfoque teórico-metodológico ancorado no materialismo histórico-dialético, buscou-se analisar e interpretar os fatores responsáveis por esse movimento. A mobilidade espacial relacionada ao movimento de pessoas provoca a alteração da estrutura demográfica de uma cidade, região ou país e evidencia a dinâmica socioespacial dos territórios.

Nessa perspectiva o processo migratório pode ser apreendido a partir do enfoque quantitativo (econômico) relacionado, sobretudo, à procura do migrante por trabalho no local de destino e outro, de natureza qualitativa, que pode ser compreendido pela transferência de capital humano e social à sociedade acolhedora. Ambos os enfoques tem o potencial para compreensão das dinâmicas territoriais expressas nos territórios.

Já a dinâmica territorial refere-se às transformações, especialmente aos movimentos ocorridos no território relacionados à sociedade (CORRÊA, 2000). No mesmo sentido, Santos (1996) evidencia que a dinâmica territorial pode ser expressa pela noção de movimento, transformação e mobilidade espacial, e explica o território, não apenas como um espaço de localização das atividades econômicas, mas sim, enquanto um lugar de identidade, de ações relacionadas aos atores locais envolvidos no processo de construção e organização desse território.

Nesse sentido o movimento de pessoas por meio das migrações pode representar um fator de transformação tanto para os territórios quanto para os indivíduos que nele habitam. O migrante carrega consigo uma história de vida, sendo esta levada para o local de destino, onde este encontrará, por vezes, realidades diferentes daquelas vivenciadas no local de origem. A constituição social atrelada a esta história de vida é responsável pela construção e criação de uma identidade no território pelos seus habitantes. Assim, o território vai assumindo seu

carácter específico a partir dessa identificação com a sociedade que nele habita.

Enquanto parte da dinâmica dos territórios, a mobilidade espacial envolve a forma como os atores sociais vivem e se relacionam com o território. O território, então, pode assumir diferentes significados enquanto objeto de análise: local em que ocorrem as relações sociais entre os atores; local vivido; local das práticas espaciais e também no sentido de território usado (RAFFESTIN, 1993; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

O território usado representa o espaço habitado pelas pessoas e onde se estabelecem as relações de poder. É considerado, também, como sinônimo de espaço geográfico. Para Milton Santos (1996), o território usado é formado pelo material e pelo social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território usado é resultado da história das necessidades e interesses das pessoas, sejam eles econômicos, culturais, morais, sociais e afetivos. O território usado é marcado pelas diversas formas de uso, as manifestações particulares, o comportamento do Estado e da nação e os aspectos regionais (SANTOS, 1996; SANTOS, 2005; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A porção do território em análise e aqui representada é a região do Vale do Paranhana, que corresponde a uma microrregião do Estado do Rio Grande do Sul e tem como setor econômico de maior representatividade a indústria calçadista, predominantemente exportadora. O setor vem sendo afetado gradualmente por crises econômicas que tornaram as médias e grandes indústrias da região menos competitivas, devido à concorrência de indústrias mundiais. Este território, no entanto, ainda é reconhecido pela produção de calçados.

No que se refere às migrações, a concentração de indústrias pode representar um forte atrativo da força de trabalho, evidenciando que essa região se tornou uma área de atração e retenção de migrantes. Em sentido oposto, as crises econômicas recentes que ocorreram no setor calçadista, podem vir a constituir um fator de expulsão de mão de obra na região. Contudo, para além dos fatores estruturais, há ainda que se considerar a seletividade do processo migratório, ao abordar o fenômeno a partir da sua multiplicidade de razões, priorizando um debate em torno dos fatores econômicos, mas sem desconsiderar os fatores microssociais e ou individuais.

Essa investigação parte do pressuposto de que as migrações recentes estão alterando a configuração demográfica da região do Vale do Paranhana nos últimos anos. Neste sentido, a construção do referencial teórico busca, nos conceitos de mobilidade espacial, mais especificamente nos conceitos de migração, um melhor entendimento para os fenômenos sociais e econômicos que serão observados ao longo do estudo empírico.

A reflexão proposta nesta tese partiu da ideia de que o território não é estático. A globalização intensificou a mobilidade e a diversificação das formas de migração entre os territórios, sendo o território analisado constituído enquanto espaço de migrações e de processos marcados por mobilidade espacial crescente.

Contrapondo-se a ideia de território como mero receptáculo dos fatores de produção e das atividades humanas, esse passa a ser considerado dinâmico e resultado da produção social, dos conflitos e lutas travadas no ambiente socialmente construído. Os estudos mais recentes sobre a economia regional destacam que a dinâmica socioeconômica do território estaria dependente da interação das firmas e dos agentes sociais de uma forma não apenas mercantil, mas de relações econômicas intangíveis (BRANDÃO, COSTA e ALVES, 2006, BRANDÃO, 2011).

No caso do Brasil, as migrações das áreas rurais para urbanas e industriais marcaram as décadas de 1930 até meados da década de 1970 e inspiraram trabalhos clássicos fundamentados no paradigma histórico-estrutural, como o de Lopes (1971), Singer (1976) e Durhan (1978). No contexto de análise daquele período, as migrações eram percebidas como manifestações dos fatores de expulsão e de atração, expressos na saída de populações de regiões e ou setores econômicos considerados estagnados e arcaicos para regiões e ou setores em desenvolvimento (MENEZES, 2012).

Os fatores de expulsão (*push*) e atração (*pull*) explicam em parte as razões e os motivos do indivíduo quando este decide migrar. A migração pode ocorrer quando o local de origem apresenta baixa qualidade de vida e nesse caso o indivíduo é empurrado ou impelido (*push*) para outros locais. Já a migração por atração (*pull*) ocorre quando os ganhos obtidos pelo migrante nesse movimento são maiores que os já existentes na origem. Esse é um processo que está geralmente relacionado às migrações de indivíduos de alto padrão social (GOLGHER, 2004).

Outro aspecto das migrações está ancorado na teoria econômica, para a qual as migrações estão associadas ao processo de industrialização. Esse processo de industrialização provoca um movimento da população que busca o consumo de bens e serviços e novas atividades produtivas, causando um deslocamento significativo de pessoas em direção aos centros produtivos de um país ou região. Isso ocorre de forma irregular, promovendo, assim, as desigualdades no desenvolvimento regional (SINGER, 1990).

As migrações relativas às questões econômicas têm seus estudos apoiados na concepção neoclássica e estão diretamente ligadas à expansão do capitalismo no século XIX, momento em que ocorre a transição do campesinato para o trabalho assalariado. Essa

liberação da mão de obra contribuiu para intensificar o processo migratório, pois o capitalismo contava, então, com uma população trabalhadora disponível (BASSANI e BRUMES, 2010).

Neste contexto encontra-se o fluxo migratório rural-urbano, decorrente das transformações na estrutura social e econômica de uma sociedade, resultante do processo de desenvolvimento de um país. O processo de industrialização fruto desse desenvolvimento promove um deslocamento dos indivíduos de regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, contribuindo para uma intensificação dos movimentos migratórios.

As teorias migratórias, nas últimas décadas do século XX, estiveram amparadas pelas análises micro e macroeconômicas. Nesse período os estudos sobre as migrações deram maior destaque às determinações econômicas e pouca importância era dada à dimensão social do processo migratório. Contudo, os modelos micro e macroeconômicos nem sempre conseguiram responder por que indivíduos com características similares, vivendo experiências semelhantes em um mesmo território, tinham respostas diferenciadas perante a possibilidade de efetuarem ou não uma migração. Por conseguinte, ao analisar a migração e sua relação com o território, é essencial considerar não somente as questões estruturais, mas também simbólicas que levam alguns grupos a se deslocarem.

Há, no Brasil, a partir da última década, um esforço teórico ao tratar a questão da migração, enfatizando as reconfigurações nos processos migratórios recentes, sobretudo quanto à origem, ao destino e à duração do movimento migratório, além de uma compreensão a respeito dos grupos que migram (MENEZES, 2012). O processo de migração pode ocorrer por diferentes razões e não apenas por um determinado motivo isolado. Conforme Brito (2000):

As migrações não são fenômeno estritamente demográfico. Em perspectiva mais abrangente, as migrações constituem processo social. Elas não são o mero resultado do somatório de decisões individuais. Não é um indivíduo isolado que migra, mas são milhões de pessoas, conjuntos sociais com seus valores e normas, que se transferem do espaço rural para o urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, de uma região para outra, ou mesmo, de um país para outro (BRITO, 2000, p. 5).

No caso do Rio Grande do Sul, Estado em que se localiza a região do Vale do Paranhana, as condições físicas e naturais foram determinantes na ocupação e uso do território (BERNARDES, 1997). As dinâmicas das migrações se constituem um importante fator de mudanças econômicas e sociais das regiões do Rio Grande do Sul contemporâneo. Neste sentido, cabe mencionar que a avaliação das consequências da migração inter-regional e

intrarregional para as diferentes regiões do estado apresenta dificuldades particulares, tendo em vista que não existe um registro direto e exaustivo de acompanhamento deste fenômeno.

Ao analisar a questão migratória em municípios de porte médio do Rio Grande do Sul, Corrêa (2003) observou que a mobilidade provoca múltiplas situações, sociais e econômicas, tanto para as regiões de origem quanto para as regiões de destino dos migrantes. De acordo com o autor, a migração constitui-se a partir do deslocamento físico de pessoas e ou de grupos no espaço geográfico, tendo repercussões múltiplas na construção de realidades regionais.

Haesbaert (2006) considera que, a cada saída, há um processo de desterritorialização geográfica, cultural, social e política e que o processo inverso deve garantir ao migrante a reterritorialização, ou seja, há uma necessidade de estabelecer novas relações de confiança, poder e identidade.

Ao levar em conta essas premissas, percebe-se que as relações de confiança e identidade são tratadas no pressuposto teórico ancorado nos estudos de Granovetter (1992), que aborda as migrações e os deslocamentos a partir do diálogo, assim como dos conflitos e contradições que se desenvolvem entre a perspectiva sociológica e econômica. A estrutura econômica não se desenrola apenas num campo de ação racional de indivíduos, procurando na migração objetivos estritamente econômicos, mas decorre no seio de um campo de relações e estruturas sociais (relações pessoais, contextuais ou históricas concretas). De certa forma, Granovetter (1992) critica tanto a visão “sub-socializada” (*undersocialized*) do ator social, típica da economia neoclássica, como a “sobre-socializada”, bem demonstrada pelos argumentos funcionalistas.

Para o autor, os atores sociais não se comportam, nem decidem isoladamente, fora do contexto social. Sua atitude está “embasada” em um sistema concreto de relações sociais. O argumento do “*embeddedness*” salienta o papel de relações sociais, que, mais do que arranjos institucionais e as estruturas pessoais concretas, são responsáveis pela produção da confiança na vida econômica (GRANOVETTER, 1992).

No caso da região do Vale do Paranhana, o contexto econômico pode vir a ser um fator motivador das migrações, tendo em vista que os municípios da região possuem indústrias calçadistas. No entanto, a existência, ou não, de indústrias calçadistas nos municípios, como ponto de partida para a análise da dinâmica das migrações na região, poderá revelar especificidades do processo migratório nesse território, ou seja, quais fatores, para além da questão econômica, poderão influenciar nas transformações sociais e nas dinâmicas territoriais dos municípios da região.

Assim a questão que orienta esta tese é: Como a mobilidade espacial, na perspectiva das migrações, transformou as trajetórias sociais e econômicas dos migrantes da região do Vale do Paranhana?

Investigar a dinâmica territorial com base na mobilidade espacial significa melhor compreender os movimentos e trajetórias dos migrantes no território e perceber como ocorreram as transformações econômicas e sociais, enfatizando as modalidades de uso do território a partir da migração.

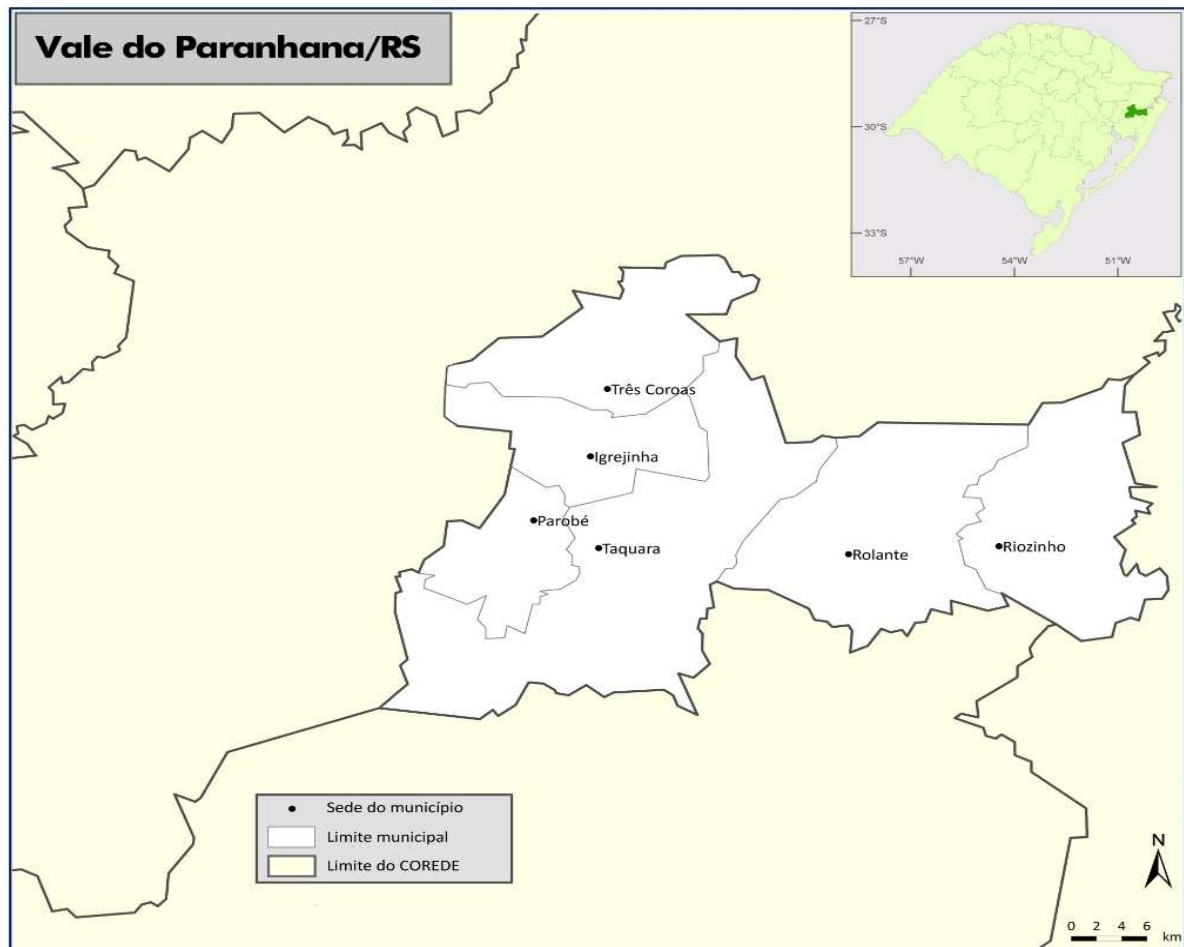
De forma a atender aos questionamentos propostos nesta pesquisa, tem-se como objetivo geral: analisar a partir da mobilidade espacial a trajetória social e econômica de um grupo de migrantes, evidenciando como se apresentam as migrações recentes na região do Vale do Paranhana no período de 1990 a 2014 e, como objetivos específicos: analisar as razões das migrações recentes nos municípios da região do Vale do Paranhana; investigar a trajetória dos migrantes na região a partir das questões sociais e econômicas; evidenciar a partir das migrações recentes a atual configuração do território do Vale do Paranhana.

A região do Vale do Paranhana, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre, sendo essa composta por 98 municípios. O critério de escolha da região atendeu a um recorte da mesorregião metropolitana de Porto Alegre considerando neste estudo a regionalização do COREDE² Vale do Paranhana.

Nesse contexto, a região do Vale do Paranhana é composta por seis municípios e registrava, em 2014, uma população de 196.158 habitantes. De acordo com os critérios utilizados pelo Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Vale do Paranhana, os municípios que compõem esta região, conforme a Figura 1 são: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, totalizando uma área de aproximadamente 1.424,7 km² (FEE, 2015).

² Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994. Fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional. Têm por objetivo: a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem em sua região; a preservação e recuperação do meio ambiente.

Figura 1 – Mapa do Vale do Paranhana



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul – 10/01/2008
 Elaboração: SEPLAG/DEPLAN – 03/2010

O município de Igrejinha com área de 136,8km² e uma população estimada em 34.091 habitantes para o ano de 2014 (FEE, 2015), emancipou-se de Taquara em primeiro de junho de 1964. No município predomina a colonização alemã, representada pela música, arte, danças folclóricas, culinária e arquitetura típica. O setor econômico de maior importância é o industrial, mais precisamente o calçadista, seguido pelo setor agropecuário e pela produção de hortifrutigranjeiros.

Já Parobé, com área de 109 km² e uma população estimada em 54.079 para o ano de 2014 (FEE, 2015), apresentou uma vocação artesanal para a confecção de calçados, tornando-se essa a principal fonte de renda. Desde então, o setor tem sido de grande importância para o crescimento da região, levando o produto a outros países. O dinamismo empreendedor e o parque industrial instalado permitiram ao município consolidar seu produto fora do país e ser mais competitivo no mercado. Além dos fatores econômicos, o município conta com uma

mão de obra talentosa na confecção dos calçados, profissionais de extrema excelência e com capacidade para produzir diferentes tipos de produtos.

Riozinho, município com área de 239,3 km² e uma população estimada em 4.057 habitantes para o ano de 2014 (FEE, 2015), tem como principais atividades econômicas, a indústria (ferramentas, esquadrias, vinho e calçados), a pecuária de bovinos e suínos e a agricultura (milho, feijão, fumo, batata e mandioca).

O município de Rolante emancipou-se em 15 de dezembro de 1954 e está localizado a 38 metros acima do nível do mar. Possui uma área de 297 km² de extensão e uma população estimada em 20.800 habitantes em 2014 (FEE, 2015). O setor econômico de destaque é o industrial (calçados), seguido por madeira, vestuário e vinho. Na agricultura, o destaque é para a cultura de fumo e a de hortifrutigranjeiros. O município possui atividades ligadas à produção de leite.

Taquara é o município mais antigo da região e deu origem ao Vale do Paranhana. Tem uma localização geográfica privilegiada, sendo ponto de ligação entre regiões de importância econômica no Rio Grande do Sul (Serra, Litoral, Região Metropolitana e Vale do Rio dos Sinos). Sua importância econômica é destaque nos setores de comércio, prestação de serviços, ensino e saúde. Existe uma tendência à diversificação industrial, representada pelo setor de plásticos, laticínios e moveleiro. O município de Taquara possui uma área de 457,1 km² e uma população estimada em 57.578 habitantes, no ano de 2014 (FEE, 2015). A emancipação do município ocorreu em 17 de abril de 1886.

O município de Três Coroas, além da presença dos imigrantes alemães, conta com a participação da colonização italiana. Emancipou-se em 12 de maio de 1959, possuindo uma área de 185,5 km² e uma população estimada em 25.553 habitantes em 2014 (FEE, 2015). A atividade econômica de Três Coroas é baseada na indústria calçadista e de componentes, bem como no comércio em geral. Também é conhecido como município do turismo de aventura, o *rafting*.

Nessa região, até o início dos anos 1970, a atividade que se destacava era a agropecuária, e a industrialização ainda era muito incipiente. A partir desse período, começa a se desenvolver o setor coureiro-calçadista no Vale do Sinos. Como reflexo da expansão dessa atividade e a necessidade de procurar novos espaços, foram, então, instaladas empresas integrantes do complexo coureiro-calçadista no Vale do Paranhana. A região do Vale do Paranhana desenvolveu-se em concomitância com o Vale do Sinos, mas em ritmo mais lento. No entanto, a própria expansão e o sucesso do Vale do Sinos serviu de incremento para o processo de desenvolvimento do Vale do Paranhana. O relativo encarecimento da mão de

obra do Vale do Sinos levou muitas empresas a estabelecerem filiais no Vale do Paranhana (METROPLAN, 1995).

A disponibilidade de mão de obra motivou a instalação de empresas, principalmente, do ramo coureiro-calçadista no Vale do Paranhana. A região contava com uma população de 76.394 habitantes em 1980. Essa população alcança 127.270 habitantes em 1992 e, em 2014 já contava com um total de 196.158 habitantes. Esse aumento populacional caracteriza a região como centro de atração de população, especialmente para áreas urbanas, local em que se encontram instaladas a maioria das indústrias calçadistas (METROPLAN, 1995; FEE, 2015).

Em 1993, a participação da indústria no PIB da região já chegava à expressiva cifra de 63,73%, enquanto, para todo o Estado do Rio Grande do Sul, a participação da indústria era de 36,54% (METROPLAN, 1995, p.29). Dados mais atualizados sobre a participação do setor industrial na região do Vale do Paranhana reportam a um percentual de participação que, se comparado a 1993, não teve um aumento significativo. Para o ano de 2013, o percentual de participação da indústria na região ficou em 64,86%, enquanto para o Estado do Rio Grande do Sul esse valor passou a ser de 24,34% (FEE, 2015).

O comércio tem se desenvolvido nos últimos anos como atividade derivada da indústria de calçados, principalmente por meio dos *varejões* que se localizam às margens da rodovia que liga o Vale do Paranhana à Região das Hortênsias. Ainda é bastante relevante a atividade agrícola nos minifúndios da região, e o turismo também é uma atividade de algum destaque. O ramo metal-mecânico torna-se importante por ser uma indústria de apoio ao setor calçadista.

A principal justificativa de privilegiar nesta pesquisa a mobilidade espacial decorre da compreensão, fundada na literatura, sobre a dinâmica das migrações e, especialmente, uma compreensão acerca das trajetórias migratórias e sua relação com os territórios.

Assim, o interesse em pesquisar esse tema decorre de análises sobre as próprias condições sociais, econômicas e demográficas existentes nos aglomerados urbanos, especialmente no que se refere à espacialização, que vem sofrendo transformações evidentes com os processos de periferização nas grandes metrópoles.

Diante das mudanças na dinâmica espacial e no comportamento dos movimentos populacionais, é preciso apontar mecanismos explicativos que considerem as particularidades destas modificações, especialmente ao observar, o caso da mobilidade espacial. Talvez não haja uma razão majoritária para explicar os movimentos no território, pois estes não se constituem mais como movimentos de massa, mas sim, uma fragmentação dos fluxos e

lógicas socioeconômicas distintas, operando mesmo entre aqueles que apresentam percursos semelhantes. Nesse sentido, a investigação da dinâmica regional do Vale do Paranhana tem o interesse de revelar a configuração presente no território e qual a contribuição para a compreensão de aspectos relacionados à trajetória migratória dos migrantes que chegaram a essa região em particular, especialmente nos últimos 20 anos.

A pesquisa utilizou como método de abordagem o materialismo histórico-dialético, que enfoca as contradições que envolvem a dinâmica migratória, buscando analisar, a partir de um enfoque qualitativo, como o Vale do Paranhana se apresenta enquanto território de atração e/ou de expulsão de migrantes. Nesse sentido, a abordagem dialética orienta a análise das mudanças qualitativas, sendo a base para a compreensão da temática dessa pesquisa de tese.

O princípio da lógica dialética é compreender o que seja contradição, reconhecer os opostos, objetivo e subjetivo, externo e interno, individual e social, qualitativo e quantitativo, indução e dedução, nominado identidade dos contrários. Além disso, o método dialético tem como pressuposto compreender a realidade a partir do conhecimento humano e, assim, chegar à compreensão dos fenômenos, de forma a torná-los concretos (MARTINS, 2006; PASQUALINI e MARTINS, 2015).

Na discussão proposta sobre o método dialético, a posição de Marx está relacionada à existência de uma determinada realidade material, que está posta, e deve-se interpretá-la. Para Marx, o conhecimento abstrato é insuficiente para expor a verdadeira essência do fenômeno. Já para Karel Kosik (1976), a essência do fenômeno não está posta explicitamente. Para o autor, a interpretação do fenômeno está no nível do pensamento, da abstração.

A base filosófica do método dialético, originária do marxismo, busca explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Nesse contexto, o método dialético passou a considerar a perspectiva histórica, integrando-a à investigação social, pois a relação do homem com a natureza tem caráter social e histórico. Assim o método buscou apontar as contradições no movimento da sociedade e da natureza (TRIVIÑOS, 1987, LENCIONI, 1999).

No caso das migrações, o contexto histórico e social pode vir a conter fatores econômicos e sociais de atração ou de expulsão do território. Estes fatores podem ser responsáveis pela contradição entre a necessidade de o indivíduo migrar para sobreviver ou de permanecer na sua origem. Nem sempre o processo migratório é espontâneo e pode representar, na sua forma mais dramática, a última alternativa.

Por meio da abordagem dialética procurou-se entender: o aspecto singular do processo migratório, representado nos relatos de cada migrante; as suas diferentes particularidades (as quais são evidenciadas pelos motivos que o fizeram migrar); e a resultante mobilidade espacial na região em análise. Essa interpretação descreve, então, o fluxo de migração no Vale do Paranhana, em sua concretude e universalidade.

Assim, a pesquisa tem caráter qualitativo e, por isso, utiliza a dialética que consegue expressar a realidade por meio de uma análise não meramente quantitativa, conforme observa Gil (1999):

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma (GIL, 1999, p. 14).

A utilização do método dialético vai ao encontro da análise proposta nesta tese, no sentido de observar o sentimento, a razão, subjacentes ao desejo ou não de migrar. Há uma preocupação com a essência do processo migratório e o que está envolvido nesse movimento.

Ao trabalhar com a abordagem do materialismo histórico-dialético, o pesquisador entra em contato com as categorias do método. A categoria simples é aquela em que o pesquisador, ao escolher o objeto de análise, depara-se com a dificuldade de examiná-lo a partir dos diferentes aspectos presentes no objeto e, para resolver esse dilema, utiliza-se da análise de conteúdo.

A categoria metodológica trata da forma como o pesquisador irá trabalhar o objeto. O pesquisador poderá tomar o objeto de pesquisa em sua totalidade, essa é uma categoria metodológica; se ele contextualizar o objeto, então a categoria será da historicidade; se ele tomar o objeto a partir das relações que se estabelecem em seu pensamento em contraposição à realidade, chegará à dialética, que tem em sua concepção a contradição, a totalidade e a historicidade (WACHOWICZ, 2001).

No contexto das migrações, essas categorias podem auxiliar a revelar a essência do fenômeno pesquisado. As categorias do método procuram auxiliar na compreensão do ser social em sua totalidade e das suas relações materiais e concretas com outros seres humanos bem como, as tensões presentes nessas relações.

Na análise das migrações, alguns fatores podem representar contradições encontradas nesse movimento. Considerando-se um fator positivo, por exemplo, pode haver a atração de

mão de obra qualificada para centros maiores, mais desenvolvidos, porém tal fenômeno pode provocar um excesso de oferta de trabalho, o que resulta na redução de salários e, conseqüentemente, na frustração de alcançar uma melhor qualidade de vida por parte do migrante. Considerando-se fatores negativos, por exemplo, o crescimento populacional das metrópoles provoca a saturação da infraestrutura física e, por outro lado, promove o esvaziamento das áreas rurais. Deste modo, percebe-se que existem muitas razões que levam as pessoas a migrarem, mas, devido às contradições internas do processo, nem sempre essa é uma decisão acertada na vida do migrante.

O materialismo histórico-dialético procura entender as relações entre o homem e a sociedade, sua evolução histórica, seu desenvolvimento, sua prática social, ou seja, tudo o que está relacionado aos fenômenos sociais. Assim, “[...] *a natureza da relação indivíduo-sociedade só pode ser entendida dialeticamente, como relação do todo com as partes, como relação de fenômeno e essência*” (CORAZZA, 1996, p.45).

A presente tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo são apresentados os objetivos geral e específicos, bem como o marco teórico-metodológico adotado. No segundo capítulo, estão referenciados os autores selecionados que tratam dos conceitos de migração e acerca das motivações dos migrantes, procurando aprofundar teoricamente os aspectos relacionados ao processo migratório. Entre os autores podem-se citar Ravenstein (1885) e Lee (1966), como representantes das teorias clássicas; os autores Granovetter (1992), Germani (1974), Rocha-Trindade (1995), Durhan (1978), que tratam das migrações numa abordagem sociológica. Nos aspectos relacionados à influência das transformações econômicas no processo migratório, os autores referenciados foram Singer (1990), Harris-Todaro (1980), Sjaastad (1980), entre outros. O terceiro capítulo apresenta um conteúdo histórico associado a dados sobre a configuração do processo migratório recente no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Vale do Paranhana. Uma ênfase é atribuída a imigração colonizadora, sua evolução, bem como às novas perspectivas trazidas com a vinda dos migrantes recentes para a região. Nesse capítulo se priorizou uma caracterização da região do Vale do Paranhana a partir de dados secundários econômicos e sociais obtidos por meio dos institutos de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação de Economia e Estatística – FEE, Ministério do Trabalho RAIS/CAGED, entre outros) e também dados recentes sobre o fluxo migratório na região. O quarto capítulo foi dedicado aos procedimentos metodológicos, às técnicas utilizadas na pesquisa, bem como, ao levantamento e análise dos dados primários referentes às entrevistas semiestruturadas realizadas com um grupo de 40 migrantes, distribuídos entre os diferentes municípios da região, entrevistas estas

que serão examinadas a partir da técnica de análise de conteúdo. Buscou-se, a partir dos resultados das entrevistas, traçar o perfil do grupo de migrantes, verificar o tipo de trajetória migratória, bem como, as motivações que os levaram a migrar e as relações econômica e social estabelecidas com o município de origem e, recentemente, com o município de destino.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde buscou-se analisar a trajetória econômica e social dos migrantes na região do Vale do Paranhana, as razões que os levaram a escolher essa região, delineando, assim, contornos mais específicos sobre a configuração socioespacial da região a partir das migrações recentes.

2 MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: A DINÂMICA E A MOBILIDADE ESPACIAL

O deslocamento de pessoas é antigo na sociedade, sendo que o estudo das migrações faz parte desse movimento de partida e chegada de indivíduos nos territórios, estimulado por diferentes razões, interesses e necessidades. Esses deslocamentos podem ser realizados de forma individual, por famílias ou em grupos. Independente da forma como a trajetória migratória ocorre, ela irá determinar certas características e imprimir uma dinâmica ao território.

Assim, este capítulo tem como objetivo elencar os principais conceitos sobre território, bem como, contornos teóricos sobre dinâmica e mobilidade espacial e as influências que decorrem das migrações, procurando entender como o deslocamento de indivíduos entre diferentes territórios, ou até mesmo, dentro do próprio território, pode ocorrer por meio de interferências econômicas, culturais e sociais experimentadas por esses indivíduos.

2.1 A dinâmica do território e a representação das relações sociais

As reflexões a seguir partem de duas dimensões teóricas: a primeira se refere ao território e sua dinâmica, procurando entender como o indivíduo se relaciona com o território, especialmente a partir de sua dimensão social e econômica. A segunda dimensão trata da mobilidade espacial, que tem por objetivo qualificar o debate das migrações e dos deslocamentos populacionais. Nesse sentido, as investigações acerca dessas duas dimensões teóricas enfatizam a importância dos migrantes para a formação dos territórios, especialmente os de destino.

A compreensão do processo que envolve essas dimensões passa pelo conhecimento do significado de território e qual a sua representatividade, assim como ocorre o deslocamento de pessoas que o constitui e o identifica. Nesse contexto, o recorte regional é significativo para a compreensão da mobilidade populacional, com ênfase nas suas especificidades regionais, visando mostrar como as transformações e as contradições presentes em sua dinâmica podem influenciar na configuração do território.

A proposta de uma definição para território faz parte de um intenso debate sobre a formação de um conceito único. O termo território ligado à Geografia, pode, também, ser definido pela Economia, pela Filosofia e pela Sociologia, mostrando a polissemia desse conceito. O trecho abaixo revela os primórdios da discussão sobre o conceito de território.

Durante o século XVIII, alguns filósofos modernos já haviam sugerido a emergência e aplicação do termo território, sem, contudo, defini-lo. Montesquieu (1773), em 1748, foi um dos que tratou do assunto território de maneira direta, no capítulo XXII do seu livro “O espírito das leis”. Para ele, o território surge como uma parte do espaço ocupado e usado por uma dada formação econômico-social. Com entendimento semelhante a Montesquieu sobre o território, Voltaire (1778), no mesmo período, ao tratar da guerra, no dicionário filosófico, apresenta a noção de território como sendo terra de domínio de um príncipe. Em 1857/8, Marx (1985) prenuncia o conceito de território em seus escritos sobre as formações econômicas pré-capitalistas (BRITO, 2005, p.123).

Dessa forma, o conceito de território é um dos fundamentos desta tese, ou seja, é no território que ocorre a construção de relações econômicas, sociais, políticas e culturais. É no território que os grupos sociais disputam e afirmam seus interesses, ou seja, defende-se nesta pesquisa o território construído a partir dos agentes sociais. O conceito de território como categoria geográfica construída historicamente faz com que se apreenda a natureza primeira das ações humanas realizadas por atores sociais, investigadas por meio dos objetos, de ações e pela cultura.

Conforme Silveira (2008), na geografia moderna, o território, em seu sentido mais legítimo, está associado à ideia de Estado, uma categoria básica e longa; no sentido mais estrito, território significa a extensão de um país. Essa definição apresentou-se insuficiente, já que o conceito de território é polissêmico e não se esgota em si mesmo. Porém as discussões de Santos, 1992; Raffestin, 1993; Haesbaert, 2006 convergem para um ponto comum, ou seja, o território como lugar em que se estabelecem as relações de poder entre os distintos agentes.

Já a dinâmica atribuída ao território tem origem justamente nas ações humanas, no comportamento das pessoas, instituições, empresas, variando de acordo com a origem, a força, a intencionalidade e os conflitos. O território usado é um campo que, independente das forças atuantes e da desigualdade entre elas, contribui para a geração de diferentes situações (SILVEIRA, 2011).

Embora o termo território, em sua origem latina, signifique “terra pertencente a alguém”, esse pode ser construído e também desconstruído, sem que seja necessária uma vinculação com o Estado-Nação, ou seja, na estruturação de um território não existe a necessidade da participação do Estado-Nação (BRITO, 2005).

Os diferentes conceitos abordados até aqui podem, de certa forma, ser expandidos na definição de território apresentada por Santos (2000):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2000, p.96).

O território é a representação física e humana de todas as ações abstratas e concretas que envolvem os indivíduos; é a construção da identidade, do sentimento, das raízes do homem e de seu pertencimento.

A noção de território é posterior à de espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator que, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o territorializa. Desse modo, “a apropriação, produção e dominação do espaço, historicamente gera o território. Isso ocorre de maneira processual e relacional através das relações sociais (econômicas, políticas e culturais) e das diversas redes que estabelecemos diariamente” (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2010, p. 109).

O espaço é formado de objetos que representam toda a herança da história natural e é resultado da ação humana que se tornou objetiva. O espaço é o resultado da intromissão da sociedade que o transforma permanentemente. O espaço, por ser um sistema de valores, não muda de lugar, mas muda de função e significação. A imposição do espaço ocorre porque ele oferece as condições para a produção, circulação, residência, comunicação, exercício da política, de crenças e para o lazer. O espaço passa a ser uma categoria da sociedade, ou seja, a essência do espaço é social (SANTOS, 1992).

Neste contexto, o território pode também ser entendido como a extensão apropriada e usada. A importância do território como unidade e diversidade é central na história da humanidade, pois constitui a base dos estudos sobre as diversas etapas e o momento atual de um país. O uso do território, representado pela infraestrutura e pelo dinamismo da economia e da sociedade, condiciona a localização dos atores e suas ações sobre o território, bem como é definido pela implantação de infraestrutura e pelo dinamismo da economia, da sociedade, que são os movimentos da população (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Sendo assim, no território deve-se considerar a importância do componente relativo ao comportamento das ações humanas, bem como, das instituições, das empresas imprimindo um dinamismo a esse, que varia de acordo com a origem, força e intencionalidade de seus conflitos. Por isso, o território é:

[...]uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações. Em outras palavras, um território é um conjunto sincrônico de divisões do trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Todavia, o movimento que ocorre no território em determinado momento torna-se histórico e relacional, envolvendo distintos grupos sociais em períodos e espaços diferentes, construído com base em redes, nós e malhas que estabelecem territórios diferenciados, no tempo e no espaço, formados por meio de relações de poder, redes, desigualdades, diferenças e identidades (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2010).

O território não pode ser desvinculado do que o forma, as pessoas, a natureza, a política, a economia e suas relações de interdependência. O território deve ser compreendido para além do local, pois as relações políticas, econômicas, já se estendem a nível global, inclusive com forças atuando de forma tão contundente, que, por vezes, modificam a própria identidade.

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território (SILVEIRA, 2011, p.5).

Tendo em vista que o tema dessa pesquisa investiga a dinâmica das migrações e as trajetórias dos migrantes, faz-se necessário compreender a relação existente entre o migrante e o território de origem e, principalmente, o de destino, local este em que serão construídas novas relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Os territórios da migração se constituem enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Por vezes são compreendidos como *intrusos* pela sociedade de recepção, dado que adensam e materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes, hábitos e culturas singulares, incômodas ou *perigosas* (PAIVA, 2013, p.23).

Por vezes, os migrantes podem sentir-se “estrangeiros” no território de destino. Nesse processo, o migrante é discriminado por carregar ideologias, crenças e culturas diferentes daquelas da sociedade de destino. No entanto, para o migrante, a busca de melhores condições de vida representa a motivação para enfrentar as diversidades da migração.

As migrações representam um fenômeno social complexo, portador de múltiplos sentidos que vão além das expectativas da sociedade receptora do migrante. Todavia, há uma tendência de que as sociedades receptoras aceitem os migrantes apenas como força de trabalho. A migração cria, então, uma situação de desequilíbrio entre as expectativas e o grande poder que tem o migrante de transformar a sociedade receptora. Dessa forma, a construção de territórios de migração guarda vários sentidos e contradições (PAIVA, 2013).

Assim, conforme Paiva (2013), os territórios materializam múltiplas necessidades que passam pela tentativa de recriação da paisagem que se assemelha à origem até a manutenção dos vínculos e elos de pertencimento do migrante. Esses elementos representam o suporte para viver em território, que não o de origem. A construção do espaço-território, com base nas necessidades materiais, afetivas, concretas e identitárias, obedecem às particularidades e tempo de inserção dos migrantes.

O migrante tem um papel na construção do território por meio do seu trabalho e de suas contribuições sociais e culturais. O migrante, ao ser inserido no território de destino, passa não só a absorver o novo, mas transmitir o conhecimento, as ideologias, a cultura que traz da origem, provocando ou não um processo de mudança que pode ser profundo ou superficial, mas, com certeza, independente da vontade de pertencer ao território.

Enquanto fazendo parte do território, o migrante representa a transformação do ambiente, manifestação da sua presença. Muito dessas marcas são deixadas em forma de arquitetura das edificações, porém não só essas impressões representam a marca do migrante no território:

Por sua vez, os territórios também se constituem de cultura imaterial – festas, culinária ou religiosidade – que se hibrida e se funde com as manifestações materiais. Ambos os sentidos (materiais e imateriais) constituem uma paisagem cultural que se distingue de outras, ao passo que dão singularidade ao território (PAIVA, 2012, p.173).

Assim, a presença dos migrantes no território determina não somente a dinâmica dos deslocamentos, mas transformações no espaço que colocam em discussão as inferências econômicas, culturais e históricas e as contradições da presença dos migrantes. O migrante transforma o território contribuindo com a construção de uma nova identidade.

A compreensão das mudanças que ocorrem no território passa por considerar o seu potencial econômico e social e os movimentos que dele decorrem por ação das forças ou energias que nele atuam. A dinâmica no território está relacionada às mudanças e permanências das ações provindas dos agentes envolvidos na produção e organização do

território, ou seja, dinâmica significa estudo das forças, dos movimentos e das relações responsáveis pela transformação do território (BOMTEMPO, 2012). A dinâmica territorial é representada pela sociedade e suas relações, e as mudanças que promovem no território.

A Geografia, quando trata da dinâmica do território, tem como objeto de análise a sociedade, considerando dessa forma os movimentos que ocorrem dentro de uma região (CORRÊA, 2000). Assim, parte-se do princípio de que todos os elementos que envolvem a sociedade estão articulados entre si e resultam em uma dinâmica particular para cada território. Os fluxos de pessoas, capital, mercadorias, informações e transporte são alguns desses elementos que determinam as interações que ocorrem entre municípios, regiões, construindo relações que podem ser de equilíbrio ou desequilíbrio (SANTIAGO e FRANÇA, 2011, CORRÊA, 1997).

Dessa forma, as dinâmicas espaciais representam os fluxos que partem dos territórios organizados para outros territórios. Corrêa (1997) cita como exemplos desses fluxos: as migrações, as exportações e importações, o deslocamento de consumidores a grandes centros de compra, os deslocamentos religiosos, as atividades de lazer, entre tantos outros que revelam a natureza da sociedade envolvida nesse movimento.

O autor refere-se a fluxos que ocorrem nos territórios ou entre territórios, basicamente as migrações e deslocamentos, pois os fluxos representam a saída do migrante de seu lugar de origem em direção a um determinado destino. Os fluxos também estão relacionados aos fatores de atração e expulsão dos migrantes do território.

A dinâmica territorial envolve o deslocamento de pessoas, como citado acima, representado pelas migrações, objeto desta pesquisa, porém os estudos sobre dinâmica territorial ainda contemplam os fluxos de mercadorias, informação e valores. Esses elementos intensificam as relações entre regiões e, ao mesmo tempo, as fazem diferentes umas das outras (SANTIAGO e FRANÇA, 2011). A dinâmica cria um fluxo no território e entre territórios, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais, fatores esses que vão alterando as configurações dos territórios e tornando-os distintos.

Os fatores responsáveis pelas mudanças no território criam hierarquia de lugares e redefinem a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. As relações que fazem parte da dinâmica territorial são assimétricas, pois tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, aumentando as diferenças existentes, ou seja, transformando os lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2001; CORRÊA, 1997).

Nesse aspecto, a formação de uma região passa por diferentes processos e, de forma dinâmica, muda sua configuração a partir da influência dos fatores internos e externos. A

apropriação do território por parte dos sujeitos imprime certas características que lhe conferem identidade. Porém, num mundo em que o processo de globalização faz-se presente em todos os lugares, é possível também encontrar elementos no interior da região com características globais.

Dessa maneira, o interesse da Geografia passou da forma para a formação, ou seja, o entendimento das dinâmicas sociais que criam e transformam as coisas. Nesse processo, encontra-se a região influenciada e transformada pelas forças hegemônicas, como parte de um processo global.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 2005, p.22).

Constata-se, então, a importância da formação social de uma região e de suas relações com o contexto global. A Geografia tem um papel relevante na construção desse conhecimento. No processo de formação de uma região, os fatores sociais e econômicos são os eixos das diferentes formações sociais, que têm identidades próprias, mas, dentro de um processo dinâmico, também são influenciadas por forças externas, hegemônicas. O que determina a formação do território é a divisão social do trabalho. É a partir do trabalho, da produção, que ocorrem as transformações territoriais. Assim, o papel do “homem” como formador da sociedade é fundamental na investigação das mudanças ocorridas nos territórios, pois é por sua influência que as mesmas acontecem.

Outro aspecto importante da teoria da formação econômica e social do espaço (FES) é a forma como se estudam as diferentes regiões. Santos (2005) coloca de forma clara essa proposta.

O interesse dos estudos sobre as FES está na possibilidade que tais estudos oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução (SANTOS, 2005, p.25).

Portanto, as formações sociais e econômicas encontradas nas regiões são resultado da divisão social do trabalho e organizam o espaço a partir de um modo de produção. Essa organização acaba por reproduzir a ordem internacional. E, dessa forma, o modo de produção relaciona-se com a história, baseado no tempo, e as formações sociais, no espaço. Esse espaço

reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas (SANTOS, 1996).

As necessidades sociais, econômicas e políticas são fatores que impulsionam as migrações e os deslocamentos. Os migrantes podem se deslocar por questões de trabalho, buscando uma renda melhor; por questões ligadas à qualificação profissional; por questões sociais (familiares, amigos, religião) e também por motivos políticos, representados, muitas vezes, por uma desilusão com as instituições e com a organização política do local de origem.

Os fatores econômicos, sociais e políticos foram motivadores do povoamento do Brasil. O processo de formação social e econômica do espaço brasileiro inicia-se, então, pelo litoral, localização estratégica, que tinha fins militares ou econômicos. A configuração urbana das grandes aglomerações é a relação núcleo/periferia, que está associada ao processo de ocupação do território brasileiro se estendendo do litoral para o interior. O dinamismo econômico é responsável pela intensificação no processo de formação de aglomerações urbanas, mesmo em áreas de ocupação mais antiga no país (litoral). Porém, atualmente, a urbanização brasileira é representada por uma interiorização da rede urbana, disseminação do fenômeno das aglomerações urbanas e existência de grandes estruturas urbanas.

O processo de urbanização, no Brasil, não ocorreu de forma igualitária, destacando-se a interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferização dos centros urbanos; e formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano. A avaliação do processo de urbanização brasileira é a referência para a implantação de políticas públicas de nível nacional, regional e territorial. Nesse conjunto, a atividade econômica tem um papel determinante na orientação da urbanização brasileira, bem como, a economia regional no que tange à estruturação da rede urbana e seus desdobramentos espaciais (áreas dinâmicas e estagnadas). O arranjo espacial da agricultura e da indústria também contribuiu para a determinação das trajetórias econômicas e urbanas regionais (AJARA e MOTTA, 2001).

Seguindo essa linha de raciocínio, Ferrão (2000) afirma que, para entender a dinâmica territorial, é preciso que se compreenda o processo urbano de formação do território e também a configuração do espaço rural. Historicamente, o mundo rural é marcado por algumas funções, sendo que a principal seria a produção de alimentos.

A dinâmica imprime sobre o território diferentes transformações. Os deslocamentos de diferentes ordens, por exemplo, o movimento do rural para o urbano ou do urbano para o

rural, os deslocamentos populacionais entre regiões e entre nações, somados às transformações econômicas e sociais, proporcionam a (re)configuração aos territórios.

2.2 Tipos e formas dos processos migratórios contemporâneos

A forma de interpretação das migrações passou de uma simples análise demográfica, e não menos importante, para processos mais complexos, que envolvem aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos do migrante e que procuram elucidar novas dimensões conceituais relativas ao deslocamento territorial dos indivíduos. Os “novos” estudos sobre mobilidade espacial, envolvendo as migrações, passam a tratar não só de aspectos ligados à mudança de residência, mas também de uma série de implicações que podem estar relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, culturais, entre outros.

A partir deste olhar, é preciso compreender as especificidades entre mobilidade e migração, já que o conceito de mobilidade vai além do deslocamento de pessoas. E o propósito desta pesquisa é entender a mobilidade espacial populacional. Gaudemar (1977) apresenta uma perspectiva de análise do significado de migração e mobilidade:

Quando aqueles que fazem estatísticas – e de um modo geral todos os praticantes de economia – empregam o termo mobilidade, é para designar as *deslocações* de indivíduos entre diferentes esferas de um espaço que pode ser o espaço geográfico, mas também o espaço mais abstracto delimitado pelos sectores de actividade, profissões, qualificações, etc. Do mesmo modo, raramente estudam a mobilidade em geral, mas sim uma ou outra das suas diferentes formas: a mobilidade espacial, que eles frequentemente designam indiferentemente por migração, a mobilidade setorial, a mobilidade profissional, por vezes chamada migração profissional. A assimilação que assim se traduz, de facto, na linguagem dos praticantes, entre mobilidade e migração, indica claramente a elaboração indutiva à qual eles se entregam: não podendo, através das estatísticas e das diferentes observações da vida económica, considerar senão os próprios *movimentos* dos homens são estes movimentos que para eles qualificam o conceito de mobilidade (GAUDEMAR, 1977, p.63-64).

Para Rocha-Trindade (1995), os movimentos migratórios entre diferentes pontos ou regiões do globo podem assumir características conjunturais, resultado de determinantes de carácter geográfico, político, económico, social e cultural, ou apresentar uma continuidade no tempo que evidencia o seu carácter estrutural.

Já para Bilborrow (2011), a migração é um fenómeno complexo de definir, pois os dados são precários e impedem a comparação entre a situação de um país em relação a outro e até dentro de um mesmo país, em um determinado período de tempo. A migração é um

fenômeno que se repete inúmeras vezes durante a vida, é multidisciplinar, pois envolve teorias da Economia, Sociologia, Geografia, Psicologia e Ciências Políticas.

Baseado nessas afirmações, o tratamento teórico-metodológico das migrações envolve estudos conjuntos de diferentes áreas do conhecimento, para que só assim seja possível descobrir as causas que justifiquem, de forma mais fidedigna, a decisão de migrar. Ainda assim, é um dado que depende muito da forma como é executada a pesquisa de campo, dos questionamentos levantados pelo pesquisador e do período em que está sendo analisado o fenômeno. As características do indivíduo ou do grupo de migrantes são particularidades difíceis de mensurar.

Antes de apresentar os principais trabalhos teóricos referentes às migrações, expõem-se, no quadro abaixo, os tipos de movimentos que classificam os fluxos migratórios, revelando a dinâmica dos deslocamentos, que trata de descrever a evolução temporal de populações submetidas à migração.

Quadro 1 – Tipos de movimentos migratórios

TIPOS	DESCRIÇÃO	FONTE
Migração internacional ou externa	Aquela que se realiza de um país para outro.	Golgher (2004)
Migração nacional ou interna	Aquela que se realiza dentro do mesmo país.	Golgher (2004)
Migração inter-regional	Realiza-se de uma região para outra.	Atlas (2008)
Migração intrarregional	Aquela que se realiza dentro da mesma região.	Atlas (2008)
Migração definitiva	Ocorre quando o migrante não retorna mais para o local de origem, permanecendo definitivamente no local de destino, ou seja, para onde migrou.	Ghizzo e Rocha (2008)
Migração temporária	Quando a migração se dá por um tempo que pode ser determinado ou indeterminado.	Ghizzo e Rocha (2008)
Migração espontânea	Dá-se por vontade própria do migrante.	Golgher (2004)
Migração forçada	Quando ela se dá por vontade externa ao interesse do migrante.	Golgher (2004)

Fonte: GOLGHER (2004); ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL (2008) e GHIZZO e ROCHA (2008).

Os economistas compreendem as migrações na perspectiva da utilização ótima dos recursos humanos e físicos, considerando as externalidades, como, por exemplo, os impactos relacionados ao meio ambiente. No entanto, para os demógrafos, a perspectiva está orientada à magnitude e à duração dos deslocamentos e com às características dos migrantes. Os

sociólogos preocupam-se com os impactos da migração sobre a família, os traços culturais e as estruturas sociais.

A classificação da migração apresentada pelos autores no Quadro 1 aproxima-se das preocupações dos demógrafos, pois esses procuram conceituar os tipos migratórios, principalmente, em relação ao tempo e ao destino do migrante.

Para que seja possível caracterizar a migração interna, essa deve ser considerada um fenômeno preciso, ou seja, será necessário que esse tipo de mobilidade espacial, delimitado no interior do território, assuma um caráter definitivo, ou, se temporário, que mantenha uma regularidade (ROCHA-TRINDADE, 1995).

No caso da migração interna, pode-se considerar que as causas desse deslocamento podem resultar de diferentes aspectos, como, por exemplo: uma circunstância local negativa; o potencial atrativo pela criação de uma nova indústria em outro local; a irrigação de terrenos com aptidão agrícola atrairá técnicos dessa área; o incentivo para uma área turística atrairá pessoal qualificado. Pode-se, então, observar que múltiplas são as razões circunstanciais capazes de provocar movimentos de entrada, de saída ou de troca de populações, de uma região para outra.

Para Golgher (2004), a migração espontânea é aquela em que o indivíduo decide se vai mudar ou não, fazendo uma análise dos custos e dos benefícios envolvidos na migração. O indivíduo compara seu local de origem com os diversos lugares de destino, escolhendo a opção que lhe trará maior benefício. Nesse tipo migratório, o fator econômico é relevante, considerando as diferenças de salário entre as regiões, o custo de moradia e de vida, a maior presença de empregos na indústria, o custo da educação e da saúde, entre outros.

Complementando a classificação de Golgher (2004), dos tipos de movimentos migratórios, Rocha-Trindade (1995) apresenta a definição de migrações internas sazonais, que “[...] são constituídas por grupos de pessoas coletivamente organizadas em resposta a oferta de trabalho qualificado fora das suas regiões habituais de residência, durante determinadas estações do ano” (ROCHA-TRINDADE, p.34).

Apesar da importância atribuída aos fatores econômicos, Golgher (2004) ressalta a importância dos fatores não econômicos no processo migratório, considerando os aspectos ligados a laços familiares e à qualidade de vida.

Apesar do predomínio dos fatores econômicos, variáveis não-econômicas também são importantes, principalmente em países do primeiro mundo e para as camadas mais ricas da população em países em desenvolvimento. Melhorar a qualidade de vida em tópicos não diretamente relacionados à renda ou ao mercado de trabalho seria um dos principais fatores não-econômicos associados à migração. Os locais mais atraentes seriam aqueles com melhores condições climáticas, com menor criminalidade, com melhores oportunidades de lazer, com menos poluição, com menos congestionamento de tráfego, com melhores condições de moradia, etc. Em países de renda baixa e média, a família e amigos são muito importantes como rede de proteção social e núcleo de atividades sociais. Uma das principais razões para que a migração ocorra seria por razões familiares ou com o objetivo de reencontrar amigos e familiares que previamente migraram. Outros fatores muito presentes na literatura especializada seriam: o desejo de viver em uma cidade maior; por problemas de saúde; para poder usufruir melhores possibilidades educacionais; para fugir da violência rural ou urbana; e para fugir da instabilidade política (GOLGHER, 2004, p.33).

Cabe observar que toda migração é também mobilidade, no entanto nem toda mobilidade é migração, pois a mobilidade pode ser do capital, das mercadorias, da força de trabalho, diferentemente das migrações que correspondem aos movimentos populacionais. Desse modo, a migração implica mobilidade espacial de pessoas de um lugar para outro, enquanto a mobilidade de capital, por exemplo, pode representar a instalação de uma fábrica em algum ponto do território, podendo ou não influenciar nos movimentos migratórios, tendo como implicação a formação ou redefinição das territorialidades. O processo migratório é dialético, pois revela as contradições que marcam o migrante (GOETTERT, 2010).

Nesta linha, Cunha (2012) faz uma revisão dos principais conceitos que cercam a noção de mobilidade espacial, abordando as diferentes visões sobre um conceito tão complexo, o de migrações. Um termo utilizado por Wunsch e Termote (1978) é “habilidade”, ou seja, trata da migração como a habilidade que tem o indivíduo de se mover no espaço. Já Zelinky (1971) trata a migração como um ato de “mobilidade territorial”, e também como “espaço social do indivíduo”, ou seja, migrar seria uma forma de romper vínculos sociais.

Pode-se, também, entender a mobilidade como o espaço de vida, tendo como propósito as preocupações relativas ao fator humano. Nessa perspectiva, utilizam-se os conceitos de lugar, território, espaço existencial, baseados nos modos de vida. O espaço de vida de um indivíduo são os lugares, os percursos que ele faz durante seu dia e onde desenvolve sua rotina. Se antes a vida acontecia dentro de um território, de uma comunidade, de um local, atualmente, com a ampliação da mobilidade, houve uma amplitude e o espaço de vida não se restringe somente ao âmbito local/regional, agregando maior volume de informações, numa escala tão ampla que, por vezes, foge à compreensão humana (MARANDOLA JR., 2011).

Para o autor, a alta mobilidade é o que permite o deslocamento original, levando as pessoas para longe de suas relações primárias, familiares e de vizinhança. Dessa forma, o espaço de vida é uma noção que permite pensar a distribuição espacial da população, potencializando a descrição da mobilidade ao longo da biografia da pessoa (MARANDOLA JR., 2011, p. 111).

No entanto, não é possível descartar a noção de migração, no seu sentido mais original, priorizado pela demografia, pois essa é a base dos estudos que tendem a levar em conta modificações de tamanho, da estrutura e da distribuição espacial da população. Ao pensar a migração como um fenômeno demográfico e um processo social, essa deverá ser entendida como componente do crescimento demográfico, não apresentando qualquer problema relativo à sua definição, sendo dessa forma, considerada, como um movimento que modifica o tamanho e a estrutura da população (CUNHA, 2012).

É importante mencionar que as definições de migrações avançam sobre outros aspectos e visões. A definição de Bilsborrow (1997) entende as migrações como um movimento que se dá entre divisões político-administrativas, ou ainda, como a simples mudança de residência. Courgeau (1988) define migrações como porção do espaço no qual o indivíduo realiza todas as suas atividades, entendido como “espaço de vida”, ou seja, o indivíduo se desloca dentro do território, e nesse movimento há uma troca de “espaço de vida”. Essa definição, porém, perde o sentido em se tratando de migrações pendulares, nas quais o indivíduo muda de lugar, geralmente para trabalhar ou estudar, mas não há um rompimento dos vínculos preexistentes com o território de origem.

Assim para Cunha (2012), a migração enquanto componente demográfico é percebida da seguinte forma:

[...] do ponto de vista puramente demográfico, o que interessa é saber como a população de determinado território – seja um país, um Estado, um município ou até mesmo um pequeno bairro – foi modificada ao longo de um período de tempo pela movimentação de pessoas que poderiam incrementar (os imigrantes) ou reduzir (os emigrantes) o seu tamanho (e composição) (CUNHA, 2012, p. 33).

A ideia de espaço e tempo é fundamental na definição e compreensão da migração, pois o movimento de pessoas envolve aspectos ligados à vida social desses indivíduos e também um olhar sobre suas interações espaciais nas diferentes escalas. Assim, o deslocamento populacional passa por uma simples mudança de município até os grandes fluxos intercontinentais.

Como o processo migratório é um fenômeno social, ele pode ocorrer baseado em diferentes fatores, sendo que os econômicos aparecem como predominantes, conforme será abordado pelos autores (Ravenstein, Todaro, Singer, Lewis, Sjaastad). Porém, existe uma preocupação dos teóricos que tratam das migrações em procurar razões mais profundas para explicar esse deslocamento. Nesse contexto, o estudo das migrações está dividido em três aspectos: o primeiro, envolve a migração do ponto de vista do indivíduo, chamada de abordagem micro; o segundo, refere-se à migração condicionada por fatores histórico-estruturais, que compreende os movimentos migratórios sob a ótica de grupos sociais, considerada abordagem macro e, o terceiro aspecto trata das famílias ou domicílios representantes da tomada de decisão quanto à migração.

É certo que os deslocamentos territoriais se dão ora por razões econômicas, ora por expectativas culturais e sociais experimentadas pelos indivíduos, ou ainda, pode ser que as migrações se deem por imposições sistêmicas, quando os indivíduos ganham o contorno de meros executores de regras e determinações estruturais (BASSI, BARBOSA e ARAÚJO, 2006, p.3).

Para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), as migrações deverão ter por princípio “uma cooperação econômica e social entre dois espaços parceiros e não apenas como uma troca de indivíduos entre duas partes com poderes desiguais” (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 40).

Dada às causas da migração, os motivos pelos quais os indivíduos decidem migrar deveriam ser espontâneos, uma decisão voluntária. O que ocorre, na maioria das vezes, é a imposição do ato migratório, porque a origem não dá condições econômicas, sociais e políticas para que o indivíduo possa permanecer e o destino, de certa forma, num primeiro momento parece ser atraente, mas logo se apresenta com as dificuldades de adaptação, da língua, de costumes, do conhecimento sobre as oportunidades de emprego, entre outras, impostas pelo desconhecido.

Rocha-Trindade (1995), afirma que o processo migratório tem diferentes causas e suas origens podem ser: econômica, política, étnico-cultural, entre outras. A causa mais comum e que já vem sendo discutida é a econômica, que afeta os países mais pobres, menos desenvolvidos, as regiões deprimidas e as classes sociais desfavorecidas. Podem-se citar como exemplos de causas econômicas dos deslocamentos migratórios a falta de emprego, a precária qualidade de vida e a escassez de recursos, entre outras. As migrações políticas são resultado de desajustes entre o sistema político do destino e a aceitação da diversidade de indivíduos que se dirigem a essa nação.

As migrações também podem ocorrer por causas chamadas emergenciais, as quais se referem a grupos de indivíduos que migram por estarem em situação de privação de recursos que assegurem sua sobrevivência. Exemplos são grupos vítimas de grandes catástrofes (guerra, fome, terremotos, erupções vulcânicas).

A migração por motivação étnico-cultural, no aspecto étnico (ascendência comum), significa a inclusão de minorias de diferentes origens étnica e cultural em sociedades majoritárias, por motivos de invasões, guerras ou tratados internacionais. Em relação aos aspectos culturais, pode-se considerar a língua, a religião, a organização social, os valores, como elementos importantes para a coesão do grupo.

Por fim, a migração de especialistas, causa migratória que se refere a formas de “[...] recrutamento seletivo de determinados perfis profissionais disponíveis em um país e cuja carência é reconhecida em outro” (ROCHA-TRINDADE, 1995, p.43). Porém, para que esse motivo seja considerado migração é necessário que o grupo migrante seja significativo e com expectativa de duração indefinida.

As investigações sobre a mobilidade espacial que procuram verificar a relevância das questões econômicas no movimento migratório estão relacionadas com a visão neoclássica sobre mobilidade, que visa explicar as migrações por meio da estrutura macroeconômica, deixando em segundo plano os aspectos sociais, tornando o processo migratório algo mecânico, baseado na relação trabalho/capital.

Os deslocamentos populacionais de homens, mulheres e crianças estão inclusos em uma perspectiva macroestrutural, sendo resultado de determinações econômicas e políticas que não explicam, de forma clara, as razões para o deslocamento e, sobretudo, não estão inseridas nas experiências de vida de quem migra. Dessa forma, a variável que explica a migração está para além dos sujeitos que se deslocam.

Assim, os estudos relativos às migrações têm ensaios que permeiam a Sociologia, a Economia e outras ciências, procurando evidenciar novos paradigmas a partir da análise do movimento dos indivíduos. São muitas as indagações sobre o tema das migrações, na busca por explicações sobre um fenômeno que, no período inicial (séc. XIX), foi tratado como algo estático e, atualmente tem-se tornado complexo e dinâmico, envolvendo diversos aspectos, que não apenas o econômico, quando o indivíduo decide migrar.

No contexto brasileiro, na década de 1970-1980, os autores Garcia Junior (1990), Woortmann (1990) e Scott (1995) privilegiaram as questões ligadas à reprodução social das populações de áreas rurais, porém questionaram o caráter definitivo das migrações. Também na década de 1970, a partir do trabalho de George Martine (1982) há uma redefinição dos

conceitos de origem e destino a partir da ocorrência de migrações múltiplas. Já no período pós-1980, a preocupação era com a definição de mobilidade espacial, enfatizando a questão migratória e a mobilidade social, pois já que o direito a mobilidade espacial era resguardado, então, o direito à mobilidade social também deveria ser, por meio da justiça e da melhoria nas condições de vida. O movimento migratório, na maioria das vezes, tem uma motivação econômica, que resulta na mobilidade da força de trabalho. A ideia de direito à mobilidade social é intrínseca ao deslocamento em busca de trabalho (MENEZES, 2012; BRITO, 2009).

A mobilidade da força de trabalho é condição para a constituição do mercado de trabalho capitalista. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, que é a sua mercadoria, e pode ser vendida conforme seu interesse. A liberdade de vender sua força de trabalho é condição para sua mobilidade entre os setores econômicos e também de se mover no espaço e migrar. A migração ou mobilidade espacial da força de trabalho é própria do mercado de trabalho capitalista.

Com o desenvolvimento e o progresso técnico, o mercado de trabalho é mais exigente quanto à qualificação do trabalhador, gerando um excedente da força de trabalho que migrará para atividades de menor produtividade e baixa remuneração ou até mesmo ao desemprego.

Consequentemente, aparecem barreiras à mobilidade espacial da população, principalmente a de baixa qualificação profissional. O mercado de trabalho passa a estar condicionado às restrições econômicas, sociais e políticas, fazendo com que uma parcela da população se torne desnecessária social e economicamente, tornando-se objeto de políticas de transferência de renda dos governos.

Independente da liberdade da mobilidade econômica que está atrelada a restrições, é necessário garantir o direito à mobilidade das pessoas, ou seja, isonomia no direito à mobilidade espacial, garantido por uma dimensão política (BRITO, 2009).

Outra perspectiva sobre o processo migratório está relacionada ao sentimento de retorno, presente no migrante. Essa é a questão central na análise de Sayad (1998), afirmando que o retorno expressa as ambiguidades, contradições e tensões entre as condições objetivas definidas pela estrutura socioeconômica. Para Chamber (1994) a análise das migrações deveria ser vista sob a ótica da intersecção entre histórias e memórias. Os processos relacionados à história, à sociedade, às ideias, à cultura, estão enraizados nos atores responsáveis pelo deslocamento, que carregam uma bagagem de informações para os locais aos quais se dirigem, a fim de não perder os laços com a origem e com a sua história de vida.

Na análise dos movimentos migratórios, surgem críticas porque suas teorias e modelos tendem a uma limitação. A crítica ao paradigma histórico-estrutural que considerava a

migração um processo estático, em que o indivíduo se deslocava da origem para o destino, não tinha pretensão de avançar. As abordagens atuais, porém, consideram uma aceleração dos movimentos populacionais devido a sua grande heterogeneidade e complexidade, a diversidade dos circuitos migratórios, a composição dos fluxos, a diversidade dos atores que se envolvem nesse movimento, ou seja, tornando-os mais dinâmicos (FLORES, 2010). Nessa perspectiva Patarra (2006) faz uma crítica aos modelos micro e macroestruturais, questionando o caráter definitivo das migrações. Nos trabalhos de Simon (2002), Tarrus (2001) e Qesnel (2010), o destaque era para a noção de tempo e espaço relacionados à mobilidade espacial (MENEZES, 2012).

A partir da descrição de diferentes abordagens, é possível identificar várias interpretações sobre as migrações, que passou a ser percebida enquanto um processo complexo, envolvendo laços interpessoais entre os migrantes e não migrantes nas áreas de origem e de destino. Nesse aspecto, a mobilidade espacial será importante na compreensão da formação do território, pois é o lugar de que os atores sociais se apropriam e lugar de contradição e transformação, responsáveis pela construção do território.

Nesse sentido, entender o significado de mobilidade espacial é essencial para compreender a formação do território. Para Cunha e Lacomblez (2008):

A mobilidade é uma dimensão particularmente valorizada no quadro de iniciativas que têm como objectivo o desenvolvimento local: é fundamental estruturar uma rede de acessibilidade e de circulação entre os locais de residência e as áreas onde se concentram as actividades económicas e sociais, precisamente para que se consolide e amplie o desenvolvimento perspectivado (CUNHA e LACOMBLEZ, 2008, p. 56).

A mobilidade espacial intrarregional pode estar diretamente ligada ao ato de ir e vir, à acessibilidade ao trabalho, à escola, ao mercado, aos serviços de saúde. Disso depende a forma como está configurado o espaço e como se distribuem as atividades produtivas. O desenvolvimento dos meios de transportes e o avanço no sistema de comunicação imprimem, atualmente, uma flexibilidade e uma velocidade à mobilidade espacial, tornando mais rápido o acesso aos locais de moradia ou de trabalho.

Em períodos anteriores (séc. XIX), o fraco desenvolvimento tecnológico tinha como consequência a distância entre os países de origem e destino das migrações, isso devido a meios de transporte de baixa frequência e regularidade, sem conforto, perigosos e lentos, o que fazia com que as dificuldades e a motivação para migrar fossem reduzidas.

Nesta pesquisa, entende-se por mobilidade espacial o movimento de pessoas, representada pelas migrações, que tende a imprimir, no território, as características que os

migrantes trazem de seu contexto social, lugar de origem. Os migrantes, ao chegarem ao destino, acabam por incorporar as características desse lugar. Essa troca de conhecimento conduz a uma transformação no território em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Existem, no entanto, fatores que tornam a mobilidade espacial, na perspectiva do deslocamento dos indivíduos de um território para outro, mais difícil. Arrais (2006) cita alguns desses fatores:

1) questões relacionadas aos limites etários (dificuldades no deslocamento em virtude da idade); 2) condições naturais de um dado território (uma barreira natural como um deserto ou mesmo uma serra a ser transposta); 3) as condições socioeconômicas dos sujeitos que se deslocam (ausência de recursos para condução diária). Desses fatores, no atual estágio do desenvolvimento técnico-científico, certamente o último, por depender diretamente da renda, é aquele que exerce maior influência nas regiões metropolitanas brasileiras (ARRAIS, 2006, p.95).

Assim, as dificuldades que os indivíduos encontram no processo de mobilidade espacial irão se refletir na configuração dos territórios, na ocupação dos espaços, no tipo de atividade econômica que será desenvolvida, nas condições sociais que serão construídas a partir dos atores que estiverem localizados naquela região. Dependendo do tamanho dos municípios, o indivíduo pode se deslocar de um lugar para outro, em função das suas atividades diárias de trabalho, estudo e moradia.

Na mobilidade espacial da população, também é possível verificar que existem territórios de destino (local de estudo, trabalho, consumo) e os territórios de origem (geralmente, com pouca oferta de emprego, serviços e infraestrutura). Dessa forma, territórios mais estruturados podem ser atrativos para a migração. Os municípios de porte médio, que possuem acesso aos meios de consumo, aos serviços públicos, ao comércio, à indústria e que possuem oportunidades de emprego, também se tornam atrativos para os futuros migrantes.

A complexidade que envolve a compreensão do processo migratório está longe de ser representada apenas por estatísticas as quais evidenciam a fragilidade da análise. A confusão entre significados dos termos também pode levar a conclusões inadequadas sobre as motivações que levam indivíduos a deixarem seus lugares de origem. Assim, a abordagem do fenômeno migratório que considera apenas os aspectos estatísticos e econômicos, poderá refletir resultados superficiais, referindo-se apenas ao simples movimento de indivíduos.

Portanto, a mobilidade de pessoas, meios de transporte e comunicação, ideias e instituições estão estreitamente relacionados à mobilidade humana e, embora não se refiram diretamente à mobilidade, de certa forma, a implicam. A migração passa a ser entendida como

uma forma de mobilidade social. A mobilidade, que hoje faz parte da vida das pessoas e das sociedades, é um *modus vivendi* introduzido pela globalização, na qual a migração passa a ser uma de suas formas.

2.3 As abordagens teóricas sobre as migrações

Os deslocamentos populacionais têm motivado vários estudos. A teoria clássica afirmava que as causas econômicas são as principais responsáveis pela migração. As teorias mais atuais, que envolvem a sociologia, apresentam diferentes aspectos (sociais, familiares, políticos, culturais) como responsáveis pelo processo migratório. No presente capítulo, procura-se, então, apresentar as abordagens teóricas neoclássica, neomarxista ou histórico-estrutural e a sociológica, especialmente a partir da abordagem da Nova Sociologia Econômica de Granovetter, conceito central nessa tese, com o objetivo de entender o princípio de cada uma dessas teorias e se há uma interconexão entre elas ao definirem de forma conceitual a migração.

2.3.1 As teorias econômicas da migração: microteoria e macroteoria

Os estudos sobre migrações, nesta pesquisa, seguem duas vertentes teóricas: neoclássica e neomarxista. A primeira é representada pelos autores neoclássicos e está relacionada ao mercado de trabalho, ao modelo *push-pull* e ao caráter individual do processo migratório. A segunda, representada por autores neomarxistas, tem por pressuposto o deslocamento de grupos sociais e os fatores econômicos como motivação para migrar.

Os princípios teóricos sobre as migrações tiveram nas disciplinas de Economia e Demografia o alicerce que desencadeou o estudo dos deslocamentos populacionais. Muitas explicações teóricas ainda estão vinculadas a essas raízes, embora a contribuição de outras disciplinas, como a Sociologia, já apresente importantes aportes teóricos para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre o movimento migratório. Neste capítulo, procura-se mostrar as principais teorias que deram origem às diferentes discussões e análises do processo migratório a fim de compreender esse paradigma.

Define-se, assim, migração como a saída de um indivíduo do local de origem, passando a morar em outro local distinto. Este fluxo de pessoas pode ser percebido de diferentes formas. Para Salim (1992), essa percepção pode ser considerada em função do tipo

de movimento ou deslocamento, podendo ser contínua, circular, intermitente, de retorno, por situação de domicílio, intra ou inter-regional.

Ao procurar uma definição para migração, encontram-se diferentes visões, umas mais simples, outras mais complexas. O conceito atribuído à migração no contexto desta pesquisa respeita o padrão demográfico do deslocamento, porém envolve os aspectos econômicos e sociais. O sentido de migração que se procura encontrar é aquele que poderá explicar não só o movimento de entrada e saída de pessoas, mas sim, quais motivações levaram o indivíduo a migrar.

Procurando, ainda, definições e buscando entender melhor as migrações internas no Brasil, Martine (1980) afirma que:

A migração é definida em termos de menor entidade político-administrativa viável – o município – , ou seja, o migrante é a pessoa que estabelece residência num município distinto daquele de nascimento. Em algumas regiões menos povoadas, podem ocorrer movimentos através de centenas de quilômetros, equivalentes a atravessar vários países, sem que isso seja definido como migrações; em outros casos, a mudança para outro lado da rua pode se constituir numa migração (MARTINE, 1980, p.457).

Dada a complexidade do processo migratório, a busca de uma definição que atenda a todos os propósitos gera questionamentos: para que se efetive a migração há necessidade de que o indivíduo viaje longas distâncias até seu destino definitivo? Ou a simples mudança de residência de um bairro para outro, dentro da mesma cidade, já pode ser considerado migração? Martine (1980) justifica que nem sempre as longas distâncias vão caracterizar um processo migratório.

Seguindo o pensamento de Martine (1980), e procurando responder aos questionamentos acima, Lee (1980) afirma que movimentos da população, de um local para outro, em função de diferentes motivos podem ocorrer de maneira espontânea ou forçada. Assim:

De uma maneira geral, define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna. Assim, considera-se como ato migratório tanto um deslocamento que se processa de um departamento do lado direito do corredor para um departamento do lado esquerdo, como um deslocamento de Bombaim, na Índia, para Cedar Rapids, Iowa (USA), embora seja natural que o início e as consequências desses dois apresentem diferenças imensas (LEE, 1980, p.99).

Outra expressão das migrações é o conceito relativo à formação socioeconômica das sociedades e a compreensão dos movimentos inter e intrarregionais.

[...]entendimento que as migrações respondem a processos históricos, sociais e demográficos inscritos no marco das relações sociais e de produção capitalistas e que representam, fundamentalmente, o exercício da “liberdade” que a força de trabalho tem, ou não, de mover-se no espaço em busca de sua reprodução (OLIVEIRA, 2004, p.28).

O fluxo migratório motivado por questões econômicas ainda predomina nas teorias mais atuais sobre migração, que procuram associar outros aspectos como os sociais, os familiares e os de sobrevivência, na expectativa de responder o que realmente leva o indivíduo a migrar, salientando que há uma liberdade nessa decisão, representada pela força de trabalho.

Ainda que se tenha diferentes tipos de mobilidade e os conceitos apresentem determinadas especificidades na sua abordagem, as definições partem sempre da determinação de um local de origem e de destino.

[...] migração é definida como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada) que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1980, p.322).

O conceito mais usual de migração, assim, corresponderia apenas ao deslocamento de um lugar para outro. A migração ainda pode ser definida como: “mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico” (BECKER, 1997, p.323).

A mobilidade espacial, mais especificamente, as migrações, deve ser tratada como um fenômeno que promove não somente o deslocamento de pessoas, mas representa todo um processo de transformação pessoal, social e econômica, que está relacionado à historicidade desse movimento. Para Salim (1992), a migração, por fazer parte dos aspectos demográficos relacionados às transformações sociais, econômicas e estruturais, constitui um importante meio de crescimento ou de perda populacional de uma sociedade. Esse movimento de indivíduos pode refletir ou medir fatores que influenciem outros elementos demográficos, como a fecundidade, a mortalidade e as relações de classe, que, por sua vez, determinam a composição do mercado de trabalho.

As Nações Unidas definem migração de forma mais abrangente envolvendo aspectos sociais, econômicos e culturais.

A migração é o resultado de decisões individuais ou familiares, mas também faz parte de um processo social. Em termos econômicos, a migração é tanto um fenômeno mundial como o comércio de mercadorias ou de bens manufacturados. Designa o movimento das populações, mas faz parte de um modelo mais vasto e é um sinal de relações económicas, sociais e culturais em transformação (FONDS DES NATIONS UNIES POUR LA POPULATION, 1993).

Este movimento populacional não pode ser considerado apenas em seu aspecto econômico, representado pelas diferenças salariais entre as áreas de origem e destino e pela movimentação de fluxos monetários, pois os migrantes levam para o destino seus conhecimentos, costumes, ideologias e, nesse sentido, os estudos devem considerar, na análise desse processo, outros aspectos, como os psicossociais.

Existem algumas causas que levam o indivíduo a migrar. Conforme Walteros (2010), podem ser de ordem econômica, política, cultural, psicológica, entre outras. Abaixo citam-se algumas das principais causas apontadas pelo autor que justificam a migração.

Económicas. Generadas por las diferencias salariales e intercambio desigual entre países, proteccionismo económico através de subsídios en los países de destino, asimetrías del crédito e información y sustitución de actividades económicas en el entorno de los inmigrantes en sus países de origen. Aumento em la demanda de empleo por parte de los países desarrollados, especialmente en servicios. **Políticos y jurídicos.** Explicados por los conflictos internos, regionales e internacionales. También influyen en la movilidad, las legislaciones y la normativa jurídica que prohíben las exportaciones, importaciones e inversiones, como también las sanciones económicas. **Demográficos.** Para el país de origen influye la superpoblación, y para el país receptor la caída de la natalidad y el envejecimiento de su población. **Geográficos.** Determinados por cercanía fronteriza y accidentes geográficos. **Históricos.** Explicados por lazos de colonización y asentamientos poblacionales de antepasados que implican afinidades de carácter cultural, lengua, religión, familiaridad y otras. **Sociológicos.** Por encuentro entre descendientes familiares en los países de destino, reagrupaciones entre los nuevos inmigrantes y adopciones (WALTEROS, 2010, p.85).

Os fatores citados são motivos relevantes para a migração, mas devem-se considerar, também, as causas de origem natural, como problemas climáticos, terremotos, doenças que causam enfermidades, práticas de exploração e degradação ambiental, melhora na infraestrutura de áreas que antes eram inabitáveis. As causas que motivam a migração nem sempre se referem a fatores negativos, como a expulsão de pessoas de um determinado território, mas também, a fatores positivos, de atração.

A migração por motivação econômica data do final do século XIX, influenciada pela análise econômica (clássica e neoclássica) que se apoiava na ideia de que a economia era determinante do desenvolvimento social. No início do século XX, sob o domínio do materialismo histórico-dialético, a influência da economia começa a perder força, dando lugar aos estudos dos fenômenos sociais.

A ideia de que a migração somente ocorria por causas econômicas tem sua origem econômica no pensamento de Adam Smith (1723-1790) e outros economistas de sua época. Estes consideravam a migração de trabalhadores uma consequência da diferença entre a oferta e a demanda por trabalho. A teoria clássica, de Adam Smith (1723-1790), foi substituída, posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970 por novas abordagens sobre as migrações (as teorias neoclássicas) que dividiam o estudo em seus aspectos macroeconômicos e microeconômicos. Estas teorias afirmam que o indivíduo opta racionalmente, quando decide migrar, por cálculos claros de custo-benefício. Porém, para os teóricos neoclássicos, os aspectos econômicos que levam à migração se sobrepõem a outros fatores, o que torna a análise do processo migratório limitada, por não considerar que implícitos aos aspectos econômicos estão fatores de ordem social e psicológica (DURAND e LUSI, 2014; BECKER, 1997).

As pesquisas teóricas e empíricas sobre as migrações iniciam com Ravenstein (1885) e, desde então, as causas econômicas têm sido utilizadas para explicá-las, tratando-as como *labour migration*. Os fluxos migratórios que não têm como causas, motivos de força maior, como guerras ou desastres naturais, têm sido considerados como “migrações econômicas”. Ainda assim, a mobilidade humana por motivo de estudo, realização de um sonho, reunião familiar, entre outras causas, conta com um aspecto econômico relevante, considerado por muitos governos e estudiosos. Isso levou, durante décadas, a caracterizar o migrante como do sexo masculino em idade ativa, jovem e solteiro. Ao longo do tempo, porém, ficou claro que as migrações eram feitas não somente por homens, e nem sempre jovens, mas por mulheres e famílias inteiras (DURAND e LUSI, 2014).

Nesse contexto, as primeiras teorias sobre migrações datam do século XIX a partir dos dados censitários dos anos de 1871 e 1881, na Inglaterra, com Ravenstein (1885). Sua análise abordava a seletividade das migrações, ou seja, a preocupação com o sexo, idade, educação e atividade profissional do migrante.

As primeiras leis da migração foram elaboradas por Ravenstein (1980), que, por meio de um estudo empírico tinha por objetivo especificar, de forma clara, os fatores *pull/push*, além dos tipos de migração e de migrantes. Pode-se citar, a partir deste estudo, migrações de

longa e curta distância, migrações por motivo econômico, migrações temporárias, entre outras classificações. Sua importância foi notória no estudo da mobilidade e seus conceitos foram utilizados posteriormente por vários autores.

Para que fosse possível formular as leis da migração, Ravenstein (1980) observou os movimentos de pessoas, a fim de entender de que forma e por que motivos partiam de seu lugar de nascimento em direção a outros lugares. Esta observação permitiu classificar o fluxo migratório, basicamente associado às distâncias percorridas pelos migrantes e o tempo de permanência do migrante no local de destino. A partir destas observações foi possível classificar os tipos de migração e migrantes.

Tem-se, então, o migrante local, em que o deslocamento ocorre de uma parte para outra da cidade ou local de nascimento; o migrante de curta distância em que, dado o local de nascimento, a opção seria por locais próximos; a migração por etapas, representada pelo migrante que viaja de cidade em cidade à procura de emprego, radicando-se em lugar distante; esse grupo representa uma exceção, pois saem de seu município de origem a fim de morar em lugares distantes de seu país e em circunstâncias especiais (guerras, catástrofes climáticas, entre outros). Por fim, os migrantes temporários que são considerados a “população flutuante”, pois deslocam-se por motivo de trabalho ou estudo. Esse tipo de deslocamento é feito por obrigação e não por vocação (transferências militares, universidades, diplomatas). Também é preciso considerar os residentes estrangeiros temporários. Nesse sentido, Ravenstein procurou mostrar que os movimentos migratórios tendem a ocasionar o equilíbrio entre a oferta e demanda de mão de obra (RAVENSTEIN, 1980; GHIZZO e ROCHA, 2008)

Outra observação feita pelo autor, ao analisar as migrações da população inglesa, foi de que as mulheres tendem a migrar mais do que os homens. As mulheres migram de zonas rurais para zonas urbanas, não somente por empregos domésticos, mas com frequência procuram municípios que possuam um setor industrial. As mulheres procuram migrar para lugares próximos ao de seu nascimento, enquanto os homens migram para lugares mais distantes. Os lugares que conseguiram reter maior quantidade de migrantes mulheres foram aqueles que ofereceram empregos abundantes no setor industrial (RAVENSTEIN, 1980).

O ponto de partida dos trabalhos de Lee (1966) tem por referência os estudos feitos por Ravenstein. Na perspectiva de Lee (1980), não importa se curto ou longo o deslocamento, se fácil ou difícil, mas sim, que todo movimento migratório implique um lugar de origem, um lugar de destino e as dificuldades que intervêm no processo. O autor sustenta que, independente da distância, o deslocamento de um lugar para outro já configura um processo migratório, porém sem deixar de considerar as diferenças existentes entre esses movimentos.

Para Lee (1980), os obstáculos intervenientes seriam uma forma de seletividade dos migrantes, excluindo do processo indivíduos considerados incapazes.

A partir da perspectiva de Lee (1980), podem-se elencar alguns fatores responsáveis pelo ato migratório: fatores associados ao local de origem; fatores associados ao local de destino; obstáculos intervenientes e fatores pessoais. Em qualquer lugar, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las. Embora a migração possa resultar da combinação entre os fatores de atração (local de origem) e repulsão (local de destino), a força a favor do deslocamento deve ser maior a fim de superar a inércia natural. Já os fatores intervenientes, que podem ser leves ou insuperáveis, sendo um dos mais estudados a distância, não representam um impedimento à migração.

Como obstáculos intervenientes, Lee (1966) cita a distância envolvida no deslocamento, as barreiras físicas, as leis imigratórias e os custos dos transportes de pessoas e bens. Considera, também, os fatores de ordem pessoal que podem acelerar ou retardar o movimento migratório, como: as alterações no ciclo de vida (término da escolaridade obrigatória, entrada no mercado de trabalho, casamento); as capacidades pessoais e os contatos e informações referentes ao local de destino (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Lee (1980) coloca os obstáculos intervenientes como aspectos que influenciam na migração, porém considera o ciclo de vida do migrante, que define, a partir do momento de vida em que se encontra, se irá ou não migrar. O autor trata as migrações como “*rites de passages*”. Essa passagem será definida pela etapa do ciclo de vida do migrante: à medida que a idade avança, as preferências quanto ao local de domicílio podem estimular ou inibir a migração.

Com base nesse conjunto de hipóteses, Lee (1980), procura respostas para as indagações sobre o volume de migrações, a presença de correntes e contracorrentes e as questões ligadas às características dos migrantes. Sua análise está centrada nos efeitos das migrações nas áreas de expulsão e atração e no processo de incorporação dos migrantes nas áreas receptoras.

Lee (1980) vai reestruturar o modelo de Ravenstein, agrupando as onze leis da migração em sete critérios, com o objetivo de mostrar, sucintamente, os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais que motivam as migrações.

Quadro 2 – Leis da migração

Migrações e distância	A maioria dos migrantes desloca-se para curtas distâncias; Os migrantes que se deslocam para longe preferem geralmente fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria;
Migrações por etapas	As movimentações populacionais dão origem a correntes migratórias que se dirigem para os grandes centros de comércio e indústria; Os habitantes das áreas rurais aglomeram-se nas cidades contíguas, que evidenciam um rápido crescimento; o lugar deixado vago por essas populações é então preenchido por migrantes oriundos de regiões mais afastadas, de tal forma que a atração exercida pelo crescimento urbano se estende, passo a passo, até aos mais remotos lugares do território; O processo de dispersão é inverso ao de absorção, e apresenta características semelhantes;
Correntes e contracorrentes	Cada corrente migratória produz uma contracorrente compensatória;
Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a migração	A população urbana é menos propensa a migrar que a população rural;
Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância	Os movimentos populacionais de curta distância são na maioria constituídos por mulheres;
Relação da tecnologia com as migrações	O desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão do comércio e da indústria conduzem ao aumento dos fluxos migratórios;
Domínio dos motivos de ordem econômica	“Más leis ou leis opressivas, o agravamento dos impostos, climas pouco atrativos, meios sociais adversos e até pressões de várias ordens (tráfico de escravos, deportações) conduziram e continuam a produzir correntes migratórias; mas nenhuma destas correntes pode ser comparada em volume com aquelas que estão na origem no desejo intrínseco à maioria dos homens em melhorar as suas condições materiais de existência” (Lee, 1969, p.287).

Fonte: Adaptado de ROCHA-TRINDADE (1995)

A ideia desse quadro-resumo é trazer, com maior clareza, as diferentes constatações sobre o fluxo migratório e por que o mesmo ocorre. Essas afirmações serão utilizadas como base para análise dos resultados da pesquisa, mostrando de que forma ocorrem as migrações na região do Vale do Paranhana.

Dentro da visão teórica neoclássica, aparecem as abordagens *push-pull theories*, termos que partiram dos estudos sobre migração de Everest Lee (1966), para as quais as causas das migrações seriam uma combinação de *push factors* que expulsam os indivíduos de seus lugares de origem e *pull factors* que os atraem para certos destinos. Essa teoria, excessivamente macroestrutural, explica que o equilíbrio entre os fatores de atração e repulsão motiva os processos migratórios, que se realizam sempre na direção do maior bem-estar do indivíduo, da família ou do grupo que decide migrar ou permanecer (DURAND e LUSI, 2015, BASSI, BARBOSA e ARAÚJO, 2006).

Push factors incluem crescimento demográfico, baixas condições de vida, falta de oportunidades econômicas e repressão política, enquanto que os *pull factors* incluem demanda de trabalho, disponibilidade de terra, boas oportunidades econômicas e liberdade política (BOYD, 1989, p.640).

As teorias que têm por premissa os modelos de atração-repulsão afirmam que o princípio é maximizar as vantagens e reduzir o desconforto, isso porque o homem é levado a tomar decisões racionais em função de pressões resultantes dos fatores de atração-repulsão que empurram os indivíduos do lugar de origem, atraindo-os para outros lugares. Esse modelo, sob a ótica da teoria econômica clássica, estava intimamente relacionado às teorias do mercado de trabalho (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Para a autora, os modelos *push-pull* abordam apenas questões relacionadas aos fatores motivacionais individuais, sendo um processo racional de tomada de decisão e conhecimento do sistema. A análise das migrações por meio de aspectos motivacionais representa em termos teórico-metodológicos, a perspectiva que valoriza a ação individual. Essa perspectiva não leva em conta os constrangimentos que o indivíduo encontra, quando decide migrar, por estar inserido numa determinada formação histórica. O modelo *push-pull* exige uma abordagem teórica de maior aprofundamento na identificação dos motivos que levam o indivíduo a migrar, ou seja, fatores subjacentes aos fluxos migratórios observados.

Golgher (2004) observa que a força que motiva o processo migratório na linha dos fatores *push* seria o baixo nível de qualidade de vida na origem, ou seja, o indivíduo teria um ganho menor na origem, optando por um destino que lhe ofereça um ganho superior. Na linha dos fatores *pull*, a decisão do indivíduo pela migração não seria pela baixa qualidade de vida no local de origem, e sim pelos ganhos suficientemente maiores que em seu local de moradia, proporcionando, assim, níveis de vida mais elevados.

Os fatores *push* (repulsão) são ocasionados geralmente por motivos de ordem econômica, social ou política, que conduzem os migrantes a áreas *pull* (atração), áreas em que os indivíduos encontram mão de obra abundante, terras disponíveis, vantagens econômicas, entre outros motivos. Podem-se citar como exemplos dos fatores de repulsão de ordem econômica a escassez de terras, o desemprego, os baixos salários, a seca, a fome, o crescimento demográfico. Os fatores de atração são aqueles motivados pelas vantagens da vida urbana, em contraposição à suposta estagnação das áreas rurais (ROCHA-TRINDADE, 1995; DURAND e LUSSI, 2015).

A essência do modelo *push/pull* é o desejo que tem o agente individual de melhorar sua condição de vida, por meio de atividades econômicas e, dessa forma, as condições materiais são predominantes nas expectativas potenciais de emprego e níveis de rendimento. No centro do processo migratório, o agente racional, de posse das informações sobre as características das regiões e a partir do contexto individual e grupal, decide pela permanência ou pela migração (PEIXOTO, 2004).

As motivações para que ocorra o fluxo migratório podem ser de diferentes ordens, como as percepções sobre o local de origem e o local de destino, o acesso às informações que representam fatores importantes na decisão de migrar. Mas, para alguns indivíduos, agrada mudar pelo simples fato de mudar; para outros, deve haver uma forte razão e existem indivíduos que basta uma pequena provocação ou promessa para que a migração aconteça (LEE, 1980).

As contribuições de Lee (1980) foram muito importantes para o avanço nos estudos sobre migrações. Os modelos propostos pelo autor foram significativos, por tratarem do contexto econômico e social fundamentado nas questões relacionadas ao trabalho.

Embora a contribuição da teoria neoclássica tivesse importância nos estudos sobre as migrações, sua visão era reducionista, preocupando-se apenas com a identificação e quantificação das causas e efeitos das migrações e, dessa forma, teria um caráter a-histórico e apolítico, colocando-se em oposição ao método histórico-dialético (BECKER, 1997).

O Quadro 3 tem por objetivo mostrar, de forma sucinta, as diferenças entre a teoria neoclássica e a teoria neomarxista. As teorias apresentam características díspares que vão conferir ao fenômeno migratório distintos deslocamentos populacionais.

Quadro 3 – Comparativo entre as Teorias Neoclássica e Neomarxista das migrações

TEORIA NEOCLÁSSICA	TEORIA NEOMARXISTA
Decisão de migrar: Ato de caráter individual, de livre escolha não determinado por fatores externos. Enfoque atomístico reduzido ao indivíduo, pretensamente neutro e apolítico.	Decisão de migrar: Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.
Significado: Elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas especialmente as mais pobres. Industrialização e modernização como força positiva propulsora da migração.	Significado: Resultado de um processo global de mudanças. Expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital.
Metodologia: Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno. Enfoque causal, isolado e pontual das migrações. Considera as características individuais dos migrantes.	Metodologia: Análise histórico-estrutural das migrações. Visão de processo. Enfoque dialético. Considera a trajetória de grupos sociais.
Categoria de análise: O indivíduo	Categoria de análise: Os grupos sociais
Dimensão espaço-temporal: Deslocamento do indivíduo entre dois pontos do espaço (fluxos, linhas, pontos). Visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual.	Dimensão espaço-temporal: Movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período de tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos e ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados. Mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço.

Fonte: BECKER, 1997, p.344

Especificamente, os teóricos neoclássicos eram descritivos e se utilizavam basicamente de dados mensuráveis, além de dar ênfase às análises estatísticas em prejuízo do enfoque histórico-geográfico, detendo-se a cansativas medições da mobilidade com poucas reflexões sobre suas causas e efeitos. Essa abordagem mostrava que os motivos que levavam o indivíduo a migrar eram de ordem pessoal e subjetiva, considerava o fenômeno migratório como uma decisão pessoal, não pressionada ou produzida pela conjuntura espacial geoeconômica. De um modo geral, a abordagem neoclássica possui característica individualista (GHIZZO e ROCHA, 2008).

As contradições nos estudos relativos aos aspectos que influenciam a decisão de migrar tornaram-se mais frequentes, pois começam a ser discutidas as causas da migração que não remetem apenas a aspectos econômicos. Isto significa que o processo migratório compreende uma complexidade e que aspectos de ordem subjetiva devem ser considerados.

Porém, seguindo na linha da teoria neoclássica sobre migração, ainda com ênfase nos aspectos econômicos, apresenta-se a concepção microeconômica, representada por Todaro (1980) e Sjaastad (1980). Para os autores “[...] o migrante é um indivíduo racional que decide migrar a partir de um cálculo de custos e benefícios que o leva a ter uma expectativa de retorno positivo – geralmente monetário – obtido com o movimento” (SANTOS *et al*, 2010, p.7).

As teorias neoclássicas da migração têm como pressupostos a escolha racional, a maximização da utilidade, a mobilidade dos fatores de produção, os diferenciais de salários e as diferentes oportunidades de emprego. Esta linha de discussão segue os princípios de que a migração é um processo econômico e as escolhas são feitas objetivando maior rendimento futuro, conseqüentemente, qualidade de vida.

Todaro (1980), um dos representantes da escola neoclássica, baseado na história da economia, mostrava ser o progresso material responsável pela transferência dos agentes econômicos de áreas de agricultura tradicional para as de atividades industriais localizadas em áreas urbanas. Propôs, em seu trabalho, formular um modelo econômico do comportamento da migração rural-urbana. A partir do modelo, duas variáveis são consideradas na decisão de migrar. A primeira, o diferencial de renda rural-urbano e a segunda, a probabilidade de conquistar um emprego urbano. Porém, se a taxa de desemprego é elevada no meio urbano, a diferença salarial entre o urbano e o rural não seria motivo forte suficiente para promover a migração (MUNIZ, 2002).

O modelo de Todaro refere-se, também, ao desempenho econômico de países desenvolvidos, como um atrativo para a transferência de mão de obra de áreas rurais para as

urbanas. Essa transferência foi responsável pela redistribuição da mão de obra e tem como consequência o êxodo rural. Porém os movimentos migratórios ocorrem não somente pelas diferenças salariais entre uma região e outra, mas também por diferenças nas taxas de emprego.

A decisão racional do indivíduo de realizar ou não o deslocamento do campo para áreas urbanas, considera o caráter econômico, levando em conta os benefícios e custos advindos dessa migração, mais precisamente as probabilidades e riscos de conseguir um emprego imediatamente, ou ocupar um subemprego no setor urbano industrial, como também é relevante na decisão de migrar, o tempo que levará para conseguir efetivamente um emprego. A partir desse fato, Todaro defende uma associação entre industrialização e urbanização em que ambos se inter-relacionam, ou seja, a migração possui caráter econômico, resultado de uma decisão subjetiva e racional do indivíduo – o trabalhador (GHIZZO e ROCHA, 2008).

O modelo de Harris e Todaro é baseado no equilíbrio inter-regional no mercado de trabalho e na diferença de rendimentos entre áreas urbanas e rurais, sendo a taxa de desemprego a responsável pelo equilíbrio sobre essa migração. Para os autores, o ponto ótimo seria atingido quando todos os indivíduos estivessem empregados. O pressuposto básico do modelo é “que os fluxos migratórios rurais-urbanos persistirão enquanto a renda real urbana esperada na margem estiver sendo superior à produtividade agrícola real” (HARRIS e TODARO, 1980, p. 181; GHIZZO e ROCHA, 2008; MUNIZ 2002).

Vignoli (2011), ao estudar o modelo dualista de desenvolvimento baseado na industrialização, refere-se aos pressupostos levantados por Harris e Todaro (1970):

Uno de estos modelos, elaborado por Harris-Todaro (1970), plantea que las regulaciones en el sector formal de la economía urbana generan distorsiones y desequilibrios que explican el aumento del desempleo urbano (por la inelasticidad de los salarios del sector formal ante el aumento de la oferta de trabajo) y la aparición de un sector informal que absorbe a parte de los desempleados, en particular a los inmigrantes, pero remunera mal (VIGNOLI, 2011, p. 47).

Esse é um aspecto muito característico do sistema capitalista. Quando há uma oferta grande de um determinado bem ou serviço, nesse caso específico, a mão de obra, os preços pagos por esses recursos passam a ser menores ou pouco flexíveis. Isso provoca um excedente de mão de obra que busca em outras atividades a remuneração necessária para sobreviver. Outro pressuposto que define essa condição é a baixa qualificação profissional do migrante. Esses aspectos acabam condicionando um desequilíbrio social e econômico.

No sistema capitalista, a migração é uma forma de equilibrar o mercado de trabalho pela oferta e demanda de mão de obra. O migrante desloca-se para áreas mais desenvolvidas à procura de melhor remuneração para a sua força de trabalho. A expulsão dos indivíduos de áreas rurais ocorre também pela modernização do setor produtivo agrícola, a concentração de propriedade e o uso da terra, fatores que levam à redução da utilização de mão de obra, e são responsáveis por um denso fluxo de migração rural-urbana (OLIVEIRA, 2014).

Outra forma de explicar os fluxos migratórios seria pela dotação dos fatores de produção, neste caso a mão de obra. Nos países em que o capital é abundante, referindo-se a industrializados ou desenvolvidos, a remuneração da mão de obra seria melhor, os salários seriam mais elevados, em contraposição a países em que a mão de obra é abundante, entenda-se como países agrários ou subdesenvolvidos, a remuneração do capital seria melhor, consequentemente os salários seriam mais baixos. No caso das migrações internacionais, essas assimetrias salariais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos serviriam como motivadores para o processo migratório.

No aspecto macroestrutural a teoria prevê que em países onde a relação trabalho/capital é elevada, o equilíbrio é atingido com baixos salários; nos países onde essa relação é reduzida, a tendência é de salários mais altos. Assim, a direção da migração seria dos países em que os salários são mais baixos para países em que eles são mais elevados. Esse processo deveria atingir o equilíbrio de salários entre o local de origem e o destino, cessando o processo migratório. Em ambos os casos, o preço é pago pelo migrante.

Ao considerar, ainda, a teoria macroeconômica das migrações, o princípio do mercado de trabalho enfatiza que: [...] na origem da migração estão os fatores estruturais das modernas economias capitalistas, as quais incluem contradições estruturais que afetam o mercado de trabalho onde vão se inserir os migrantes (DURAND e LUSSI, 2015, p.86).

Na teoria do mercado de trabalho, as contradições aparecem na presença de uma demanda por trabalho não qualificado que, na maioria dos casos, é irregular, além do trabalho informal, sem segurança e garantias. Essa abordagem demonstra uma oposição à teoria neoclássica que afirmava a existência de um mercado equilibrado. Há uma aceitação de imigrantes irregulares a fim de obter custos menores. Também há problemas ligados a setores que não aceitam o migrante e outros, reservados exclusivamente para eles. Assim, os migrantes podem ser excluídos, ou empregados como força de trabalho com baixas remunerações. A partir de 1970, devido a mudanças estruturais das economias fordistas e ao desenvolvimento de novos modelos de regulação, setores deficientes e a necessidade de mão

de obra flexível se tornaram mais perceptíveis frente às reestruturações globais (DURAND e LUSSI, 2015, PEIXOTO, 2004).

Nesse contexto, a migração é um fenômeno que compreende a procura por oportunidades em atividades de melhor remuneração. Tais atividades envolvem custos, que podem ser diretos ou indiretos. Sjaastad (1980) aborda a perspectiva dos custos do “investimento” envolvidos no processo migratório, referentes à busca por informação (gastos de tempo e dinheiro, informação sobre novas oportunidades profissionais e infraestruturas, incluindo formação e aprendizagem). Os custos diretos representados pelas despesas relativas ao deslocamento, adaptação (aprendizagem de uma nova língua e cultura, por exemplo), alimentação, alojamento; os custos indiretos (custos de oportunidade), que envolvem a remuneração da qual se tem que abrir mão no período da viagem, a procura por emprego, o aprendizado de uma nova atividade econômica e os custos psicológicos.

Sjaastad (1980) aborda a relação migração/renda por meio dos custos econômicos, ou também chamados de custos diretos, que remetem a duas hipóteses: a migração poderá ser a resposta às diferenças espaciais de remuneração ou a migração representará uma busca de oportunidades em ocupações melhor remuneradas. Se essas teses irão se confirmar, vai depender de cada tipo, motivação e característica da migração.

Um outro fator importante a considerar no estudo das migrações são os custos não econômicos que estão relacionados a aspectos subjetivos e difíceis de serem mensurados. O custo de oportunidade, que é um conceito econômico, porém subjetivo, reporta-se às remunerações de que os migrantes devem abrir mão durante o período de viagem, ou na procura de um emprego, ou na aprendizagem de um novo ofício. Porém, esses custos vão depender da distância do deslocamento e do tempo necessário para conseguir um novo emprego.

Mais subjetivo ainda e também considerado custo não econômico é o fato das pessoas resistirem em abandonar o lugar onde nasceram, a família e os amigos. Estes custos que envolvem a migração são chamados de psicológicos e são muito difíceis de medir. De modo geral, seria mais fácil e intensa a ocorrência de migração se os custos psicológicos das pessoas fossem nulos.

Nessa abordagem, a migração é vista como um investimento em capital humano, resultando em uma melhoria dos rendimentos e da produtividade individual devido à mudança. O migrante aposta na melhor utilização da sua qualificação para gerar maiores rendimentos no futuro, mesmo que seja necessário incorrer em custos de curto prazo (SJAASTAD, 1980, PEIXOTO, 2004).

Seguindo na linha de raciocínio do investimento em capital humano, que tem como representantes Becker (1962) e Sjaastad (1980), a preocupação em migrar está ligada aos investimentos feitos em educação/qualificação e seus retornos. Os novos economistas da migração do trabalho tratam desse fenômeno como uma decisão conjunta, de grupo, de pessoas que estão, de alguma forma, ligadas (SANTOS *et al*, 2010).

Trabalho importante na área do capital humano foi de Chiswick (1990), que analisou a qualificação social e econômica do migrante. A baixa qualificação do migrante, como a falta de conhecimento da língua e das oportunidades de emprego, faz com que os rendimentos dos migrantes recém-chegados ao país de destino sejam inferiores aos nacionais, se comparados dentro da mesma posição no mercado de trabalho. Porém, no longo prazo, dados os baixos rendimentos, os migrantes acabam por receber incentivos maiores que os nacionais para investir em capital humano (qualificação linguística, educação, formação profissional e mobilidade profissional).

As teorias relacionadas ao mercado de trabalho afirmam que as migrações representam um fator de desenvolvimento ao serem responsáveis pelas correções nos desequilíbrios dos fatores de produção no nível rural-urbano, interurbano e regional (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Nesse sentido, a migração poderá responder pelo equilíbrio no fluxo que ocorre das economias tradicionais para as modernas, em função do diferencial de salários e das necessidades estruturais das economias, ou seja, por meio da migrações é possível corrigir as assimetrias presentes no mercado de trabalho.

2.3.2 Teoria Histórico-Estrutural

Diferentemente dos neoclássicos, que entendiam as migrações pautadas na decisão racional e individual do agente econômico, na livre escolha, a abordagem neomarxista refere-se às migrações como um movimento coletivo, forçado, determinado pelo mercado de trabalho e, nesta linha, encontra-se a temática histórico-estrutural.

O enfoque histórico-estrutural das migrações ampliou as discussões teóricas incluindo o caráter histórico da mobilidade, sendo que o princípio da análise dos deslocamentos populacionais foi integrar a identificação dos limites da sua configuração histórica. A visão histórico-estrutural está radicada na tradição do materialismo histórico.

Os estudos neomarxistas procuram abarcar a responsabilidade de explicar o fenômeno da mobilidade sob o enfoque do materialismo histórico. Trata-se de uma visão crítica da mobilidade, enquanto meio de sobrevivência, imposta pelo capital ao trabalhador quando aquele se apropria do único bem de que este dispõe: a sua força de trabalho. Neste enfoque, a mobilidade não possui o caráter individualista, mas é entendida enquanto fenômeno de um grupo socialmente produzido (GHIZZO e ROCHA, 2008, p. 105).

Este caráter coletivo da migração desenvolvido pela teoria histórico-estrutural tem por objetivo maximizar os ganhos e minimizar os custos e os riscos, ou seja, o aumento da renda familiar e a diminuição/diversificação dos riscos é um motivador da migração. Passa a ser uma decisão não do indivíduo, mas sim, do grupo social sobre o processo de migração.

A migração é percebida como um processo social que resulta de mudanças estruturais em determinado país, provocando o deslocamento de pessoas, independentemente de sua classe social, que, por diferentes razões, deixam seu local de nascimento para residir em outro. Assim, o processo migratório é algo mais complexo que o simples movimento de expulsão e atração de pessoas, nasce e se desenvolve num contexto social historicamente determinado. A migração individual não remete a um fato sociológico, apenas quando ocorre em grupos, sendo explicado pelas mudanças estruturais regionais, nacionais e internacionais (SOUZA, 1980).

Na abordagem histórico-estruturalista, a migração é considerada como um fenômeno, uma relação, um processo social em que os representantes são as classes sociais ou grupos socioeconômicos, originados de estruturas sociais geograficamente delimitadas. Esta linha de estudo considera a migração como uma consequência do desenvolvimento capitalista das sociedades e procura explicar as características estruturais da formação dessas sociedades, considerando as relações entre elas e os fatores econômicos e políticos envolvidos no processo. Esta perspectiva pretende compreender as migrações por meio dos aspectos estruturais relacionados à industrialização e à urbanização (BECKER, 1997; SALIM, 1992; OLIVEIRA e STERN, 1980).

A perspectiva histórico-estrutural desenvolve-se a partir da teoria da mudança socioeconômica, da qual é integrante o materialismo histórico de Marx. Essa visão procura explicar a estrutura da exploração e suas tendências contraditórias, que, enraizadas nas ideologias do desenvolvimento, conduzem a sua transformação. A explicação para os movimentos populacionais, baseada na perspectiva histórico-estrutural, tem sua origem nas pressões e contrapressões, internas ou externas exercidas sobre a economia, que conduzem a modificações e organização da produção (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Singer (1980), representando as teorias macroeconômicas e o enfoque histórico-estrutural sobre as migrações, propôs analisar o processo de industrialização e as desigualdades regionais, representadas pelo deslocamento da mão de obra na busca por trabalho e renda. Para Singer, as migrações são condicionadas pela história, como resultado de um processo global de mudança, do qual não podem estar desvinculadas.

Além de tratar do processo de industrialização e das desigualdades regionais, o autor traz uma novidade ao estudo das migrações sobre o capitalismo nos países em desenvolvimento. Afirma que há uma diferença entre migrações provenientes de áreas rurais estagnadas e as que se originam de regiões em que as relações de produção capitalistas no campo estão presentes via progresso técnico. Nesse caso, o desemprego gera um excedente de mão de obra que migra para áreas urbanas, resultando em um aumento de produtividade e qualidade de vida daqueles que permanecem no campo. Essas migrações fazem parte do contexto lógico do processo de industrialização capitalista (BRITO, 2007).

No início do processo de industrialização de uma área urbana, essa tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico dessa área urbana torna-a um mercado importante para bens e serviços, o que passa a ser um atrativo para as atividades produtivas que obtêm vantagens se próximas ao mercado de consumo de seus produtos.

O processo de industrialização faz surgir novos serviços e também crescer os já existentes. Há uma transferência para as cidades, de serviços que antes eram executados em áreas rurais. Essa transferência de atividades do campo para a cidade foi motivada pela exigência técnica da produção industrial. Assim, a migração interna passa a ser explicada pela redistribuição espacial da população, que se adapta ao arranjo espacial das atividades econômicas.

Dessa forma, pode-se dizer que o processo de industrialização tem sua parcela de contribuição na origem das desigualdades regionais, conforme afirma Singer (1980):

A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Como mostra Gunnar Myrdal, as regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens e os efeitos de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado. A população de áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se de seus frutos (SINGER, 1980, p.223).

Nesse contexto, Myrdal (1965), em estudo anterior ao de Singer (1980), afirma que as regiões mais prósperas continuarão a acumular benefícios, resultando em efeitos positivos, enquanto nas regiões mais atrasadas, esse processo cumulativo se desenvolve de forma a que os efeitos sejam negativos. Esses efeitos referem-se às atividades produtivas.

A necessidade do migrante na busca pela sobrevivência e melhores condições de vida, faz com que sua atenção seja atraída para áreas mais desenvolvidas, e nesse caso, industrializadas, por encontrarem aí oferta maior de emprego e melhores salários. Esse processo faz com que haja um deslocamento de áreas ainda não atingidas pelo avanço tecnológico produtivo, provocando um esvaziamento e um empobrecimento das mesmas, em benefício de áreas mais prósperas. Esse deslocamento representa uma transferência de mão de obra para sistemas econômicos mais produtivos (MYRDAL 1965).

Na perspectiva de Singer (1980), os aspectos que levam às desigualdades regionais estão relacionados à expulsão da população, ou seja, as migrações podem ocorrer por meio de fatores de mudança ou estagnação, conforme segue:

Fatores de mudança que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego[...] Fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física da terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos proprietários[...] (SINGER, 1980, p.38).

Observa-se que os fatores de mudança e estagnação se encontram em oposição. Os fatores de mudança estão ligados ao próprio processo de industrialização, atingindo diretamente a agricultura, que, por meio das transformações técnicas e do aumento da produtividade, provoca um fluxo de saída que, conseqüentemente, leva a uma redução da população rural. Com relação aos fatores de estagnação, esse é resultado da inexperiência dos produtores ligados a economias de subsistência de aumentarem a produtividade da terra. Nesse caso, há uma saída de parte ou totalidade do excedente populacional rural que se mantém estagnado ou cresce vagarosamente.

Dos fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, que nem sempre é derivada da indústria capitalista, mas sim da expansão dos serviços tanto privados como aqueles executados por repartições governamentais, empresas públicas e por autônomos. Essa atração é condicionada por salários melhores (mais elevados) do que na região de origem. No entanto, há barreiras que se colocam entre migrante e oportunidade

econômica (LEE, 1980, SINGER, 1980). A primeira seria a falta ou a baixa qualificação do migrante; outra, a insuficiência de recursos que o impede de ter êxito na luta competitiva no mercado de trabalho urbano e, por último, a marginalização do migrante, constituindo, assim, um exército industrial de reserva, pressionando o salário dos trabalhadores urbanos.

O migrante, então, irá contribuir para a expansão da oferta de trabalho, via fatores de expulsão. Os fatores de mudança criam o desemprego tecnológico em áreas rurais, enquanto os fatores de estagnação respondem pelos desequilíbrios entre o crescimento da população e o espaço físico disponível para as atividades produtivas.

Nessa linha, Myrdal (1965) vai caracterizar como fatores propulsores aqueles que se espalham do centro de expansão econômica para outras regiões, que tendem a se beneficiar dos mercados crescentes e que dessa forma estimulem o progresso técnico. Já os fatores regressivos remetem ao movimento de mão de obra, capital, bens e serviços que não conseguem impedir por si só as desigualdades regionais. Dessa forma, as migrações tendem para regiões que estão em expansão e, como a migração é seletiva, esse movimento deverá favorecer regiões de crescimento rápido em prejuízo de outras.

Assim, os fatores de expulsão definem as áreas de origem dos fluxos migratórios, no entanto são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas para as quais os migrantes se destinam. As decisões das populações passam por diferentes percepções que levam a uma avaliação dos custos/benefícios em sair da origem e deslocar-se para outro lugar. A informação sobre o lugar de destino é fato importante na decisão de migrar, pois geralmente o migrante é atraído por melhores condições de vida (trabalho, estudo, moradia e serviços).

Outra condição importante para o processo migratório refere-se ao sistema capitalista, que se utiliza da migração para transferir, de uma região para outra, o excedente de trabalhadores que não tem como ser absorvido pelo sistema econômico. Um dos fatores que contribuem para o processo de migração e deslocamento de pessoas é a capacidade que uma região tem de absorver a mão de obra excedente, fato este ligado ao desenvolvimento técnico e ao avanço do sistema capitalista.

Na perspectiva econômica, a migração está vinculada ao processo de urbanização e também à expansão do capitalismo. A circulação de pessoas (força de trabalho) de áreas menos dinâmicas para áreas mais dinâmicas representa a etapa atual da sociedade urbanizada. Esse processo ocorre desde a metade do século XX quando milhares de pessoas (famílias) formavam correntes migratórias, como forma de fugir das dificuldades enfrentadas no meio

rural, fixando-se em cidades mais dinâmicas (BAENINGER e PEREZ, 2013; MATOS *et al*, 2005).

Neste contexto, Durhan (1978) afirma que:

[...]a migração se apresenta como um aspecto das transformações econômicas que constituem o elemento que orienta os movimentos migratórios. A redistribuição da população causada por este movimento prende-se ao desenvolvimento diferencial das diversas regiões do país e se manifesta numa complexa série de movimentos menores, cuja natureza nem sempre é possível precisar. Parte desta migração dirige-se de uma área rural para outra e se relaciona com o desenvolvimento capitalista do cultivo de produtos de exportação ou de matérias-primas para a indústria nacional. Outra parte das correntes migratórias dirige-se para as cidades, onde procura beneficiar-se das oportunidades de trabalho criadas direta ou indiretamente pela expansão industrial (DURHAN, 1978, p. 33 e 34).

O deslocamento de pessoas não segue uma lei determinada, mas os indivíduos ocupam os espaços deixados por outros indivíduos, que muitas vezes provêm de situações bem piores. O que ocorre é uma compensação, pois enquanto alguns migram para as cidades, outros ocupam os espaços vazios em áreas rurais. Nesse contexto, é importante considerar que algumas regiões representam áreas de expulsão ou dispersão populacional, e outras, áreas de atração ou absorção de indivíduos.

O fenômeno das migrações tem relação com a expansão do capitalismo industrial, que é marcado por um intenso processo de urbanização, concentrando uma grande quantidade de pessoas nas metrópoles industriais. A relação entre esses processos é tão perfeita que os índices de urbanização são utilizados como indicadores de desenvolvimento econômico em diversos países (DURHAN, 1978).

Nessa linha, Brito (2000) refere-se ao processo migratório como um movimento que segue o desenvolvimento capitalista, ou seja, a direção escolhida pelos migrantes tem ligação com a necessidade de trabalho ou na área urbana (indústria) ou na área rural (grandes propriedades rurais).

Estas trajetórias migratórias são alimentadas pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais que têm caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, servindo como poderoso mecanismo de transferência espacial do “excedente demográfico” de determinada região, incapaz de absorvê-lo em sua economia e em sua sociedade, para outras, onde mais se desenvolveu a economia urbano-industrial ou se expandiu a fronteira agrícola (BRITO, 2000, p. 5).

Os aspectos sobre o processo migratório apontados até então, são responsáveis por transformações no território. Pode-se considerar que não apenas as migrações internas, mas

também as migrações externas influenciam na configuração do território. Saquet (2010) cita algumas dessas influências que marcam o território.

Os imigrantes estrangeiros imprimem marcas profundas no território, tanto políticas como econômicas e culturais, por meio da apropriação privada da terra, dos cultivos agrícolas, da criação agropecuária, de relações mercantis, da organização política (associações e cooperativas), de relações religiosas centradas no cristianismo (igrejas, capitéis, santos, festas...), dialetos, roupas, alimentos (polenta, vinho, salames, queijos, massas, cervejas...), músicas, danças, ideologias, etc., constituindo tempos e territórios, isto é, processos históricos particulares e concomitantes (SAQUET, 2010, p.122).

As decisões que levam os migrantes a se deslocarem de seu território de origem para o destino decorrem da interação entre questões estruturais e também simbólicas. Os fatores econômicos podem representar uma alternativa para a migração, porém não são os únicos responsáveis. Atualmente, a discussão está direcionada para a inter-relação entre os fatores de origem econômica e social. Desta forma, as decisões tomadas pelos indivíduos têm basicamente duas motivações: a primeira, de origem econômica, em que o migrante decide baseado na oferta de emprego, melhor renda, qualificação profissional, e a segunda motivação pode ser de ordem social (familiares, amizades e religião).

Mincer (1977) define que os laços familiares são importantes na decisão de migrar e que os ganhos obtidos por toda a família e não apenas de um indivíduo são motivadores da migração. A hipótese do modelo de Mincer objetivava os ganhos obtidos pela migração em família, que deveriam ser maiores, caso apenas um integrante optasse por migrar. Nesse caso, as famílias tendem a migrar menos, pois os retornos alcançados geralmente são menores que os custos.

Seguindo nesta linha, Mincer (1977) classifica a migração familiar em indivíduos *tied movers*: seria o indivíduo que não migraria individualmente, mas se associado a um familiar e os custos da mobilidade sendo favoráveis, é levado a migrar. O *tied stayers* é o indivíduo que migraria individualmente; em conjunto com a família, não migraria, pois os custos não compensariam. Portanto, custos e benefícios da migração devem ser distribuídos igualmente entre os membros da família: se os benefícios forem maximizados, então ocorrerá a migração.

Durhan (1978) coloca o problema da migração familiar entre indivíduos residentes em áreas rurais, em que a migração é uma decisão familiar, mesmo que apenas um indivíduo faça o deslocamento.

A migração foi explicada como uma tentativa de mobilidade social, isto é, como resposta a problemas criados pela estrutura da sociedade nacional e que são fundamentalmente econômicos. Entretanto, a organização familiar da vida rural leva à colocação do problema da mobilidade em termos da família. Assim, a migração, que aparece como solução para problemas que afetam a família e tendem a ser resolvidos em termos familiares, é um processo condicionado pelo tipo de organização social da sociedade rural (DURHAN, 1978, p. 128).

Na mesma direção, Durhan (1978) atenta para o predomínio do aspecto familiar e definitivo do movimento migratório. O indivíduo migra junto com sua família, ou articulado a uma rede social que auxilia na sua integração no ambiente urbano. Além disso, a migração tende a ser definitiva porque quanto maior o tempo de residência, melhor será o processo de assimilação da cultura urbana e a inserção no mercado de trabalho capitalista. Assim, a migração familiar e definitiva torna-se mais racional economicamente buscando melhores condições de vida ou de mobilidade social.

Os diferentes eixos que se formam no processo migratório estão diretamente relacionados à estrutura do território para o qual irá se dirigir esse deslocamento. O migrante tem por objetivo melhores condições de vida e vai se direcionar para regiões que possam atender a esses propósitos. No entanto, vai ocorrer uma bifurcação de acordo com a estrutura apresentada pela região. Neste caso, alguns migrantes irão se dirigir para as cidades e outros para áreas agrícolas mais prósperas.

Considerado como um fator relevante na migração de indivíduos ou de famílias, a direção do movimento depende da tradição migratória do grupo de relações primárias. Geralmente os indivíduos migram para lugares em que tenham amigos, parentes. Uma família que migra não vai apenas morar em outro lugar, mas sim, morar com outras pessoas. Sendo assim, o que define o movimento são as alterações das relações sociais e não a mudança geográfica de residência.

Nessa mesma linha, Fawcett (1989) afirma a importância da rede de parentesco nos fluxos migratórios. Para o autor, as relações familiares têm grande influência na migração, pois políticas, regras e normas podem mudar, mas as obrigações entre membros familiares são duradouras. Representante da Teoria dos Sistemas Migratórios, o autor afirma que um sistema migratório é constituído de “dois ou mais lugares ligados por fluxos e contrafluxos de pessoas” (FAWCETT, 1989, p. 671).

Admite-se que sobre a perspectiva da teoria neomarxista, a migração pode ser feita por núcleos familiares inteiros e não mais apenas por um indivíduo economicamente ativo. Este processo de migração permite que alguns indivíduos do grupo familiar possam migrar, ou seja, geralmente aqueles que têm maior aderência profissional à oferta no mercado de

trabalho. Esse fato leva a crer que a migração é seletiva, pois considera, no ato da migração, a diferença de salário entre o lugar de origem e o lugar de destino, o perfil profissional e a qualificação do indivíduo.

[...] a decisão de migrar ou não migrar não é estritamente individual. A família é um estêncil do “eu”, deixa marcas indeléveis no comportamento e nas esperanças sociais e não há razão para excluí-la como força formadora dos processos decisórios; nada há de estritamente pessoal na decisão de migrar, que envolve expectativas culturais, desejos formados, enfim, as crenças e as hierarquias valorativas formadas nos processos de socialização primária e secundária (BASSI, BARBOSA e ARAÚJO, 2006, p.6).

A família, os amigos e os parentes são vínculos fortes que envolvem questões de afetividade e pertencimento a um determinado grupo e a um determinado território, fazendo com que a decisão de migrar leve em conta o rompimento dessas relações sociais. Essa situação proporcionou, por meio da sociologia das migrações, fazer o estudo a partir da ligação entre a teoria micro e macroeconômica do fenômeno migratório.

2.3.3 As redes sociais e os movimentos migratórios

O estudo das redes sociais, na década de 1970, chamou a atenção de alguns teóricos, pois seu aspecto inovador possibilitou deslocar a análise das migrações do movimento individual para o grupo, permitindo compreender os vínculos individuais ou coletivos existentes na relação entre os atores. O conceito de redes sociais se utiliza de qualidades operativas para compreender determinadas estruturas relacionais, sendo a principal a posição ocupada pelo ator na estrutura da rede. Assim, pode-se dizer que uma rede social consiste em um conjunto de atores ou nós unidos por algum tipo específico de relação ou um [...] conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais [...] (SOARES, 2002, p.12).

Nesta linha, uma rede social significa o conjunto de atores que desenvolvem algum tipo de vínculo (laço), no momento em que constituem relações entre si, na dependência de algum grau de regularidade (frequência), similaridade e especificidade, manifestando-se por meio de redes pessoais cotidianas baseadas nas relações sociais de parentesco e de amizade (GRANOVETTER, 1973; RAUD-MATTEDI, 2005; SOUZA, 2002).

Essa posição determina a estrutura de oportunidades de um ator em relação à facilidade de acesso aos recursos de outros atores pertencentes à rede. A teoria das redes

sociais é utilizada na análise dos sistemas migratórios, compreendidos como dois ou mais espaços ligados por correntes e contracorrentes de indivíduos (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Partindo do pressuposto de que os factores estruturais estabelecem as condições fundamentais no âmbito das quais as decisões individuais ou dos grupos são tomadas, alguns autores defendem a ideia segundo a qual o que interliga os indivíduos no espaço são as redes sociais. Quer isso dizer que há um contexto macroscópico que estabelece condições estruturais, mas que ao nível microscópico as decisões migratórias são influenciadas pela participação em redes sociais que proporcionam o acesso dos actores a determinados recursos, nomeadamente assistência e informação (ROCHA-TRINDADE, 1995, p.91).

As redes sociais atuam como facilitadoras dos movimentos migratórios, no momento em que reduzem o grau de incerteza da migração. Além disso, são canais de comunicação por onde circula a informação, são mais persuasivas e convicentes, por tratarem com indivíduos semelhantes. Assim, as migrações são facilitadas pela presença dos laços entre os indivíduos. Os laços sociais são essenciais e demonstram a profundidade e a proximidade da relação social, em que se estabelece a confiança e por onde a informação é divulgada. A participação na rede leva a usufruir da (des)vantagem dessa proximidade, que pode ser social, cultural e espaço-temporal. Alguns aspectos favorecem essa proximidade, como a religião, a língua, o hábito de vida similares (CAMPOS, 2015).

As redes migratórias podem ser representadas pelos migrantes, propriamente ditos, ou por indivíduos envolvidos com a migração, como: familiares, ex-migrantes, agenciadores, coíotes, padres, agentes de turismo e policiais de fronteira, por exemplo. Ou, também, por domicílios, empresas, aeroportos, cidades e países, que estariam conectados pelas migrações de pessoas.

As migrações são impulsionadas pela informação e o recrutamento de migrantes. A divulgação das informações sobre as condições de trabalho, remuneração, estilo de vida, moradia, clima e cultura, dentre outros aspectos, reduz o grau de incerteza, motivando a migração. A proximidade é um aspecto relevante entre migrantes e potenciais migrantes devido à facilidade na difusão das informações.

Conforme Campos (2015), outro impulso para a migração, decorrente da rede social, é a migração relacionada ao acompanhamento de parentes. Assim, as redes sociais estabelecidas por laços familiares, de amizade e procedentes da identidade de um determinado corpo social, é categoria essencial na análise dos sistemas migratórios. O componente mais importante das redes sociais é a unidade familiar; os agregados familiares são fundamentais na análise das migrações, pois representam a menor unidade coletiva em que se verificam intensas relações

de confiança. Também é importante a presença de uma rede social no local de origem e destino dos migrantes, pois isso diminui o custo associado à migração.

As redes sociais, baseadas nas relações de parentesco, de amizade, de trabalho no movimento migratório são tidas por Souza (2002), como:

[...] I) causas ou intensificadoras dos fluxos migratórios – as pessoas migram por causa do suporte dado por redes pessoais; e II) como responsáveis pela manutenção dos vínculos entre origem e destino, pela orientação que os fluxos assumem, pela circulação de recursos materiais e simbólicos, etc. (SOUZA, 2002, p. 11).

A noção de redes faz parte dos estudos de Granovetter (1985, p. 501) afirmando que “[...] as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais”. Para o autor, as redes pessoais representam canais pelos quais circulam as informações, que dependem da posição do ator social na rede.

A denominação redes migratórias é posterior ao de cadeias migratórias e tem como fundamento a informação, influenciando o migrante sobre a decisão de migrar ou não, em relação às vantagens ou desvantagens de continuar o processo migratório.

O pensamento em torno da classificação das redes migratórias parte da questão da distância entre a origem e o destino e o grau de ruptura com as suas origens (território, família, trabalho). Quatro são as categorias que envolvem a migração em redes. Esta poderá ser local, circular, de carreira ou em cadeia. As migrações locais foram importantes na formação da cultura migratória; já as migrações circulares tendiam para um aspecto mais econômico. Se, porventura os resultados da migração fossem positivos e promissores, essa poderia passar de circular à definitiva e, por vezes, resultando em uma cadeia, atraindo um contingente maior de migrantes para o destino (TRUZZI, 2008).

Assim, redes migratórias podem ser definidas como: “As redes de migrantes são conjuntos de laços interpessoais que ligam os migrantes, os ex-migrantes e os não migrantes nas áreas de origem e de destino através dos laços de parentesco, amizade e origem comunitária comum” (MASSEY, 1988, p.396).

Massey (1988) reforça a importância das relações sociais e familiares no processo migratório. A importância da decisão baseada nas informações prévias de quem já migrou. Esses fatores tornam as migrações um processo complexo, ficando mais afastado da ideia inicial, em que o migrante decidia de forma racional e visando apenas ao custo-benefício do deslocamento. Atualmente, o processo migratório envolve decisões que passam pelo conjunto, pelas relações sociais, não atendendo mais a um desejo individual. As informações são

atribuídas à confiança, como coloca Granovetter (1992), referindo-se aos laços ou vínculos nas relações sociais e esses ampliam a rede, permitindo a renovação dessas informações.

As redes sociais representam um forte vínculo entre os migrantes. Rocha-Trindade (1995) exemplifica isso por meio da relação migração/trabalho, quando da escassez de mão de obra em determinado país, os estrangeiros já empregados no país de destino estimulam a vinda de novos trabalhadores, devido à relação de confiança existente entre eles. A notícia da existência de trabalho passa do país de destino para o de origem por intermediação de familiares, amigos, vizinhos, conhecidos que estimulam o fluxo migratório.

O local (alojamento) de hospedagem para os migrantes recém-chegados, que parece em um primeiro momento ser um problema, é solucionado por residentes que direcionam os novos migrantes para zonas habitacionais e setores da atividade produtiva em que outros migrantes já estão trabalhando. Esse fenômeno é chamado por Rocha-Trindade (1995) de “redes de ligação”, representando um modo eficaz de disseminação das informações sobre as possibilidades de trabalho no país de destino.

Embora haja uma tendência de aproximação locacional, por afinidade local ou regional, entre os migrantes recém-chegados e os já residentes no país de destino, isso não se faz suficiente para superar o problema do desenraizamento, resultante da mudança de país. Buscando superar as dificuldades tanto psicológicas como materiais, ocorre a formação de grupos que mais tarde irão procurar formalizar sua existência. Essa formalização resulta em uma comunidade cuja sua existência social é definida:

[...]quando o grupo correspondente, que permanece em dado território de contornos razoavelmente definidos, tem a dimensão suficiente para revelar uma estrutura social, determinada por um espectro completo de grupos etários, de representatividade de sexos, de relações familiares e de interações sociais, que lhe conferem alguma unidade de propósitos e um sentimento comum de pertença (ROCHA-TRINDADE, 1995, p.184).

A formação comunitária verdadeira, numa região de destino, será real quando o fluxo migratório tiver quantidade e continuidade durante um período de tempo. Essa relação é facilitada quando da existência de um grupo de migrantes enraizados no país de acolhimento.

Para Truzzi (2008), as redes, quando aplicadas ao movimento migratório, fornecem o contexto social como referência para o migrante, tornando-se importante no estudo da ação social condicionantes de comportamentos, podendo tornar o processo migratório mais concreto.

Boyd (1989) consegue mostrar como as migrações representam uma teia implicando diferentes aspectos e relações envolvidas no deslocamento de indivíduos.

Networks connect migrants and nonmigrants across time and space. Once begun, migration flows often become self-sustaining, reflecting the establishment of networks of information, assistance and obligations which develop between migrants in the host society and friends and relatives in the sending area (BOYD, 1989, p. 641).

Acredita-se que o fluxo migratório é resultado da industrialização, esquecendo que os aspectos históricos, institucionais, também podem ter contribuído nesse processo. Por isso, a importância de analisar outros fatores, que não só os econômicos, como determinantes nos deslocamentos. Aparece, assim, nas discussões sobre as migrações, o conflito entre os aspectos econômicos, abordado por Singer (1990), e os de ordem social e psicossocial que serão apresentados por autores da sociologia, como Germani (1974), mostrando as contradições que ocorrem no processo migratório.

Para Germani, então, a migração é um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho, no plano econômico, e se insere em uma ampla mudança social, cultural e psicossocial, tanto individual, quanto coletiva, dentro do desenvolvimento da sociedade moderna. Desse modo, as migrações, dentro do processo de mobilização social, são necessárias e funcionais para a modernização da sociedade dos países em desenvolvimento. A análise de Germani, dentro da tradição estrutural-funcionalista, revela a importância do processo de integração social do migrante na sociedade moderna (BRITO, 2007, p. 9).

Um novo aspecto relativo à migração surge no final do século XX, no qual a condição social do migrante é que passa a ser o objeto de estudo.

Entendemos que a migração é um “fato social completo” e uma condição social: a condição de ser e/imigrante. Assim, há o ‘emigrante’, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o ‘imigrante’, aquele que chegou a uma terra de estranhos: o paradoxal é que ambos são a mesma e única pessoa. O migrante carrega então, uma dupla condição: o de ser ao mesmo tempo e/imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambigualmente vivida para o grupo de onde parte e para o grupo aonde ele chega (SAYAD, 1998, p.243).

Na medida em que o fluxo migratório passa a incluir aspectos de ordem social, isto remete à análise de um processo que pode ter como responsável a questão socioeconômica e até mesmo psicossocial, levando o migrante a pensar sobre qual fator é mais importante na tomada de decisão sobre o deslocamento. Nesse caso, pode-se dizer que entram em conflito a dimensão que define a migração como um processo estritamente econômico e a dimensão

sociológica, em que a migração representa uma decisão que pode ter como pressuposto o aspecto afetivo, ou de parentesco ou até mesmo de amizades.

A tomada de decisão por parte do agente individual irá definir a sua mobilidade, conforme afirma Peixoto (2004):

Por outras palavras, por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão – trate-se de um contexto económico ou do contexto social de acção – é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade. Esta forma de abordar o tema migratório é comum à sociologia mais geral (PEIXOTO, 2004, p.13).

E, dessa forma, a decisão de migrar é de responsabilidade do ator social, que a partir das informações das regiões de destino e de seus objetivos individuais e do grupo, passa, então, a decidir pela permanência na região de origem ou pela migração. Nesse processo, não é possível deixar de considerar que variáveis importantes afetam a decisão de ir e vir, como, por exemplo, as características económicas da região de destino e os benefícios sociais adjacentes.

2.3.4 Teoria sociológica das migrações

No contexto da linha sociológica, Germani (1974) analisa o processo de migração sob três aspectos: a decisão de migrar, a translação real e a aculturação³. Em geral, a análise dos deslocamentos começa por investigar a migração rural-urbana e os fatores de atração e repulsão. Por outro lado, se a análise tiver foco em fatores diferenciais da migração, deverá considerar a adaptação, a participação e aculturação dos migrantes e não apenas os aspectos de expulsão e atração, mas sim, aspectos sociais, culturais e subjetivos relativos ao local de origem e também ao local de destino.

O autor divide a análise da migração em três níveis: ambiental, normativo e psicossocial. No nível ambiental, a análise tem foco nos fatores de atração e expulsão, nas informações obtidas pelos migrantes sobre o local de destino e na acessibilidade. No caso dos

³ O termo aculturação indica o processo (e o grau) de aquisição e aprendizado, por parte do migrante, dos modos urbanos de comportamento (incluindo papéis, hábitos, atitudes, valores, conhecimentos) (GERMANI, 1974, p.148).

[...] resultante de uma pluralidade de formas de intercâmbio entre diversos modos culturais – cultura erudita, popular, empresarial, etc. – que geram processos de adaptação, assimilação, empréstimo, sincretismo, interpretação, resistência (reação contra-cultural), ou rejeição de componentes de um sistema identitário por um outro sistema identitário. Modos culturais compósitos, como operas montadas em estádios de futebol, espetáculos de dança moderna apoiados em manifestações de origem popular, como jazz, exemplificam processos de aculturação [...] (COELHO, 2004, p.36).

aspectos normativos, consideram-se, além dos valores, normas e crenças que podem determinar se as condições são positivas ou negativas para a migração, também as expectativas, os papéis e as condições institucionais, marco para a avaliação na decisão de migrar. As normas e valores, geralmente, são considerados variáveis intervenientes na análise dos fatores de expulsão e atração. Por último, o autor coloca os fatores psicossociais que estariam relacionados às atitudes e expectativas internalizadas pelo migrante. Nesse nível encontra-se a relação quase perfeita entre os aspectos ambiental, normativo e psicossocial.

Ainda, na discussão sociológica das migrações, o processo migratório adquire significado ao ser entendido a partir de uma perspectiva mais geral de transformação socioeconômica, em que a sociedade passa de uma estrutura agrária para uma estrutura industrial. Esse processo de transformação poderá ser abordado a partir de dois enfoques: o enfoque da modernização, que tem como princípio o estudo das transformações de uma sociedade tradicional em uma sociedade moderna, em que o centro das preocupações são os aspectos sociais do desenvolvimento econômico e as migrações são entendidas como processos fundamentais da mobilidade social; o enfoque histórico-estrutural, voltado para as especificidades do desenvolvimento econômico em que as migrações podem ser vistas como consequência do processo de desenvolvimento capitalista, em que os fatores estruturais que surgem na formação e no desenvolvimento das sociedades capitalistas, principalmente econômicos e políticos explicariam as migrações (OLIVEIRA e STERN, 1980, NOGUEIRA, 1991).

Nessa mesma linha, Elizaga (1980) afirma que muitos dos pesquisadores sociais ainda consideram as causas econômicas como predominantes nos deslocamentos migratórios. Porém, evidencia em suas análises os aspectos culturais, sociais e psicológicos, atribuídos de um grau de menor importância. A explicação está em que as teorias econômicas veem, nos fluxos migratórios, uma forma de ajuste da massa de população às desigualdades regionais do desenvolvimento. Para a teoria econômica, o fato positivo dos fluxos migratórios é a seletividade, pois emigram indivíduos que possuem maior nível de educação, maior capacidade de adaptação às novas oportunidades, espírito empreendedor entre outros atributos. No entanto, estes aspectos positivos em relação à região de destino, resultariam em problemas para as regiões de origem, agravando as diferenças já existentes. No sentido contrário, para a região de destino o aumento populacional por meio das migrações traria problemas de ordem estrutural e econômica (emprego, habitação, infraestrutura) e social (desestruturação familiar, problemas psicológicos, marginalização).

Há, nesse processo de migração econômica, formas mais sutis de deslocamento, como, por exemplo, mudar de profissão ou ramo da economia (do setor industrial para o setor de serviços). Pode haver deslocamento e migração entre as classes sociais, como ficar desempregado por um período duradouro, alterando, dessa forma, as condições de vida e de consumo. Nesse sentido, há formas de migração sem que ocorra um deslocamento espacial. Por isso, as migrações de ordem econômica derivam de fatores espaciais, culturais, identitários, profissionais, misturando-se a motivações que podem vir a ser de ordem política (PAIVA, 2013).

É importante considerar dentro da abordagem sociológica das migrações a trajetória social do migrante, que procura estudar a influência do ciclo de vida (individual e familiar), o casamento, nascimento dos filhos, divórcio, etc. incluindo também a carreira profissional. Nessa perspectiva, procura-se entender as migrações motivadas por processos afetivos e tradicionais, ou seja, uma ligação entre o individual e o coletivo, que pode ser representada pelo grupo familiar (PEIXOTO, 2004).

No entanto, as reflexões sobre migração, que permeiam o início do século XXI, sugerem uma mudança de conceito, um novo entendimento sobre as migrações que passa a tratar áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória e áreas de origem e destino por áreas/etapas que constituem a rotatividade migratória. Essas alterações conceituais se devem a duas dimensões: a reversibilidade dos fluxos migratórios e a menor permanência das condições de migração para caracterização das áreas (BAENINGER, 2012).

O processo de rotatividade migratória contempla dois pressupostos. O primeiro diz respeito ao fenômeno migratório como eminentemente urbano, que carrega consigo transformações sociais, econômicas e culturais, tanto nos locais de chegada como de partida. A segunda premissa está ligada à expansão do capitalismo, com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, levando a um excedente populacional. Um aspecto da rotatividade migratória é o atendimento da demanda e do custo por mão de obra no local de partida ou de chegada.

Dessa forma, “[...] o conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios e, mais que isto, seus espaços de vida, como idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas” (BAENINGER, 2012, p.95). Nesse contexto, a dinâmica regional/nacional passa a ser o pano de fundo do processo migratório, mas não o único, pois emergem forças sociais globais no processo migratório em que a

rotatividade migratória permite captar a fluidez da força de trabalho (BAENINGER e PEREZ, 2013).

O processo migratório, conforme foi abordado pelos autores mencionados neste capítulo, tem uma forte relação com os aspectos econômicos; mesmo alguns autores ligados às raízes sociológicas atribuem uma forte participação das motivações econômicas na decisão de migrar. Porém a abordagem da Nova Sociologia Econômica visa mostrar que há uma relação entre o econômico e o social.

As primeiras manifestações sobre redes sociais surgiram com Simmel (1950), que tratou da principal unidade da composição social, a tríade formada por três atores e seus vínculos. A coesão social, a cooperação e a solidariedade só serão possíveis se existirem “laços”, “vínculos” fortes entre os atores. A partir da teoria simmeliana (constituída de laços fortes), Granovetter (1973) vai desenvolver a sua teoria dos laços sociais (fortes e fracos) (FAZITO, 2002).

Pioneiro da Nova Sociologia Econômica, Granovetter (1992) propôs, em seu trabalho, identificar as formas como as relações sociais influenciam e interagem com as ações econômicas. Representante do enfoque estrutural, via o mercado integrado por redes interpessoais, chamadas de enraizamento ou *embeddedness*. Para o autor, o argumento do embasamento/enraizamento reforça o papel das relações e estruturas sociais (*networks*) concretas, responsáveis por gerar crença e confiança na vida econômica.

A teoria da Nova Sociologia Econômica propõe que, para a análise do funcionamento dos mercados, devem-se utilizar as variáveis da estrutura social, a cultura, as normas, os valores, a História, as instituições, a fim de explicar a interação social numa percepção ampliada (BOVO, 2014).

O estudo das ações econômicas, na perspectiva sociológica, não significava uma crítica à Economia Neoclássica, mas sim, uma maneira de reforçar a importância do comportamento do ator econômico frente às “motivações não econômicas”. Nessa perspectiva, Granovetter (1992) faz uma distinção entre a nova sociologia econômica e a clássica, trazendo para a análise sociológica, temas fundamentais da vida econômica, enquanto que para os clássicos esses aspectos eram secundários e a importância estava apenas nos elementos institucionais da vida econômica.

A hipótese da racionalidade faz parte do entendimento entre as relações sociais e as ações econômicas, no sentido em que os fenômenos sociais se apoiam nas motivações e no comportamento dos indivíduos. Essa racionalidade tem uma raiz na própria economia, em que os indivíduos buscam maximizar a utilidade por meio da visão custo/benefício. Associada ao

benefício econômico, faz parte dos objetivos humanos a busca por uma posição social, ou seja, a sociabilidade, o reconhecimento, o status e o poder.

Alguns autores como Sjaastad (1980), Harris e Todaro (1980), representantes da escola neoclássica, concordam com a teoria dos custos/benefícios no processo migratório, porém não expandem seus estudos para abordagens sociológicas, como é o caso de Granovetter que busca aprofundar sua análise tentando identificar, nos aspectos sociais, as respostas para as motivações econômicas da migração.

Grande parte dos modelos econômicos, no que compete às relações sociais, tratam a tomada de decisão de forma paradoxal, como se toda e qualquer decisão fosse atomizada mesmo quando essa envolve um grupo de indivíduos. O comportamento e as decisões dos atores não acontecem de forma atomizada, fora de um contexto social e nem seguem um roteiro designado pelas categorias sociais que porventura venham ocupar. As tentativas de realização de ações seguem sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Desse modo, as decisões sobre as migrações avançaram nesse aspecto, evoluíram para um foco no grupo, nas relações sociais que motivam ou não o deslocamento dos indivíduos. Os autores clássicos consideravam a decisão de migrar um ato isolado, solitário. Os estudos atuais buscam compreender melhor os fatores que envolvem o processo migratório e as escolhas que levam em consideração a sua inserção social na origem e a forma como essa escolha vai influenciar na sua aceitação na sociedade de destino.

Um tema da teoria social é analisar como o comportamento e as instituições são afetados pelas relações sociais. Na contramão, as teorias econômicas clássica e neoclássica têm por premissa que o comportamento racional e pessoal é minimamente afetado pelas relações sociais. Granovetter (1992) diverge do fato de que as relações econômicas não são influenciadas pelas relações sociais.

A teoria do “*embeddedness*” ou enraizamento, reporta-se à ação econômica socialmente situada. Nesta, as ações econômicas estão enraizadas em sistemas concretos, contínuos, de relações sociais, de redes sociais, ou seja, a ação econômica não ocorre fundada apenas na racionalidade econômica do *homo economicus*, mas em função de fenômenos sociais. Para o autor, a noção de enraizamento pode ser relacional e estrutural. Na relacional estão as relações pessoais mais próximas, ou seja, aquelas em que há certa intensidade emocional, intimidade, confiança (família, amigos, etc.). A noção estrutural corresponde às relações mais afastadas, representadas por laços fortes (parentes próximos, amigos) e laços fracos, representados pelos conhecidos que colocam o indivíduo em contato com universos

sociais diferentes e uma maior variedade de informações, as redes sociais (GRANOVETTER, 1992; GRANOVETTER, 2007).

Na mesma linha, Souza (2002) afirma que as relações sociais têm forma e conteúdo. A forma, que compreende dois aspectos: o primeiro, a intensidade ou força do laço entre os atores, e a segunda, a frequência ou o grau de reciprocidade com que ele se manifesta. Em relação ao conteúdo, esse é dado pela natureza dos laços (grau de parentesco, amizade, poder, troca de bens simbólicos ou materiais, afetivos, etc.).

A força de um laço representa a combinação entre o tempo, a intensidade emocional, a intimidade, a confiança e a reciprocidade da relação interpessoal. Os laços sociais fracos são representados pela baixa intensidade entre as relações, por exemplo, colegas, amigo do amigo, porém são cruciais, pois estabelecem os elos entre as redes, permitindo que os atores tenham acesso a diferentes universos sociais e a uma variedade de informações. Já os laços fortes são identificados por uma maior intensidade entre as relações de amizades, familiares e pequenos círculos; estes grupos são chamados de ego ou autocentrados (GRANOVETTER, 1973; GRANOVETTER, 1992; GRANOVETTER, 2007).

Para o autor, os laços fracos é que são importantes nas migrações, porque, se as redes sociais fossem centradas apenas no ego (laços fortes), as informações seriam restritas a pequenos grupos, não se expandindo, limitariam as oportunidades e o desenvolvimento do grupo, que não teria acesso a novas informações. Para Granovetter (1973), os laços possuem diferentes intensidades na organização social e são definidos pela quantidade de tempo, veemência, nível de intimidade, grau de confiança e a correlação entre os indivíduos e, desse modo, quanto mais forte for o laço social, mais próximos estarão os atores de uma rede.

Partindo da abordagem do *embeddedness*, Granovetter (2007) explica a visão subsocializada e a sobressocializada. A temática subsocializada encontra-se principalmente na nova economia institucional – grupo de economistas interessados em explicar as instituições sociais na perspectiva da economia neoclássica. Na interpretação dessa corrente, as instituições e os arranjos sociais que antes eram considerados resultado de forças legais, históricas, sociais ou políticas, passam a ser interpretados como soluções eficientes para os problemas econômicos.

Em se tratando da perspectiva supersocializada (*oversocialized*) e subsocializada (*undersocialized*) da ação humana, ambas se referem à atomização humana, entretanto a primeira é a visão dos sociólogos, em que a sociedade tem grande peso para o ator, pois os valores, normas, são interiorizados; assim, o indivíduo será influenciado por aquilo em que acredita, existindo uma razão social para poder tomar suas decisões. A visão sub-socializada é

a dos economistas: o indivíduo não leva os outros em consideração na sua decisão, ele só se preocupa consigo mesmo para a tomada de decisão. A partir dessas dimensões, Granovetter (1985) propõe uma terceira dimensão entre esses dois pontos, uma teoria em que os atores não tomam decisões de forma atomizada, os indivíduos estão imersos em uma rede de relacionamentos. Assim, Granovetter (1985) tenta mostrar que a ação econômica é influenciada e não autorregulada como propõem os economistas clássicos, ou, então, que as relações sociais não são externas ao comportamento dos indivíduos.

Granovetter (1992) critica tanto a visão “subsociada” (*undersocialized*) do ator racional, que busca unicamente seu próprio interesse, típica da economia neoclássica, como a “sobressociada”, em que o ator social é hipersensível às opiniões dos outros e conformado cegamente com o sistema de valores existente na sociedade, bem demonstrado pelos argumentos funcionalistas. Essas duas visões metodológicas negligenciam a apresentação histórico-estrutural das relações sociais. Para Granovetter, as ações dos atores sociais são influenciadas pelo seu pertencimento à rede de relações interpessoais; além disso, insiste na importância das relações pessoais concretas e das estruturas (ou redes) destas relações no desenvolvimento da confiança.

O que leva o indivíduo a realizar um processo de imersão são as relações sociais concretas e as estruturas de confiança. Essa rede de relações pessoais concreta e estruturada mantém a ordem. A imersão pressupõe as relações pessoais concretas, as estruturas ou redes baseadas na confiança e no desestímulo à má-fé. As estruturas que mantêm a ordem social estão associadas às redes de relações e não com as instituições e a moralidade. Porém, por serem as relações sociais, em muitos casos, o alicerce para a confiança e o comportamento honesto, não há garantia de que possam aparecer recursos para a má-fé e para os conflitos (GRANOVETTER, 2007).

A abordagem da imersão para o problema da confiança e da ordem na vida econômica, portanto, se define entre a abordagem supersociada da moralidade generalizada e a abordagem subsociada dos dispositivos institucionais impessoais ao identificar e analisar padrões concretos de relações sociais. Diferentemente das duas alternativas ou da posição de Hobbes, essa visão não produz previsões generalizáveis (e, portanto, improváveis) de ordem ou desordem universal, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social (GRANOVETTER, 2007, p.15).

Desta forma, o autor afirma que as relações pessoais e as redes são responsáveis pela ordem ou desordem, pela honestidade e a má-fé. Essas não só são importantes na relação com as estruturas sociais como também com a organização empresarial. A rede social pode, de

certa forma, tolher comportamentos oportunistas, de má-fé e desconfiança, e até conduzir a comportamentos cooperativos e/ou baseados na confiança. Os indivíduos que fazem parte da rede social, sentem-se pressionados pela vergonha, o que não reprime por completo o oportunismo, a desconfiança e os conflitos.

Comparando-se as economias clássica e neoclássica, verifica-se que ambas têm por base a concepção atomizada e subsocializada da ação humana. Essa visão rejeita o impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, distribuição e consumo. Porém alguns economistas que se aproximam da visão supersocializada admitem que as influências sociais sobre os atores sejam responsáveis pela aquisição de costumes, hábitos ou normas que são seguidos de forma mecânica e automática, isentos da influência da escolha racional (GRANOVETTER, 2007).

O autor analisa as instituições como resultado de ações individuais mais complexas, fazendo uma crítica ao funcionalismo da visão neo-institucionalista, que considera as instituições perfeitamente eficientes. Ele refere-se às instituições como resultado da agregação de ações individuais, ou seja, fortemente condicionada pelo conteúdo e pela estrutura das relações sociais em que a ação econômica está enraizada. Assim, o desenvolvimento de instituições econômicas estáveis é construído a partir das redes sociais, ou a partir da confiança existente na sociedade.

Os fluxos migratórios, em sua maioria, ocorrem por fatores econômicos, mas fica evidente que as relações sociais têm um papel importante e, muitas vezes, definidor na decisão de migrar. Mesmo que a literatura, no geral, atribua ao processo migratório motivações econômicas, pelas quais respondem os fatores de atração e repulsão, percebe-se que o fenômeno da migração é muito mais complexo, envolvendo aspectos de ordem subjetiva e emocional que levam à decisão de migrar.

Há uma nova perspectiva, no estudo das migrações, que vai além de um lugar de origem e destino. Os fluxos migratórios ampliaram sua forma de deslocamento, passando a ser transnacionais. Passa-se, então, a conviver com diferentes formas de comunicação, circulação, relação e gestão de bens, serviços e informações. O processo migratório passa de uma condição estática, como era analisado tradicionalmente, para uma abordagem dinâmica, superando a visão fechada de cultura, economia que tratava o migrante unicamente como trabalhador ou unidade econômica.

Por fim, razões econômicas, religiosas, étnicas, ideológicas, de gênero e sexo podem ser determinantes nos deslocamentos de indivíduos, famílias ou grupos de pessoas, mas deixam marcas em quem decide migrar. A presença destes fatores será objeto de investigação

no capítulo três que procura por meio da literatura disponível e dos dados secundários identificar quais motivações estão presentes nos deslocamentos em nível de Brasil, Estado e no aspecto regional, o Vale do Paranhana, objeto desta pesquisa.

3 MIGRAÇÕES INTERNAS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO E SEUS ASPECTOS REGIONAIS

Neste capítulo, procura-se mostrar como ocorreu o processo migratório no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Vale do Paranhana, abordando os principais momentos das migrações e explicitando alguns fatores envolvidos no processo. O primeiro tópico irá discorrer sobre as migrações no Brasil e seus aspectos, mostrando, a partir de um contexto geral, como ocorreu a ocupação do território e de que forma se deu o processo migratório até os anos atuais. No caso do Rio Grande do Sul, procura-se elencar os momentos que marcaram a formação do território e a historicidade das migrações, procurando caracterizar o processo migratório no Estado.

Num segundo momento, faz-se uma abordagem dos fatos históricos que conduziram a migração no Vale do Paranhana, dando destaque principalmente para a imigração alemã, que conduziu o início do processo de desenvolvimento da região. Além disso, buscaram-se dados das migrações mais recentes na região e o levantamento da situação econômica e social da região do Vale do Paranhana, procurando verificar como se estruturou o processo migratório na região.

O fenômeno da mobilidade espacial esteve presente em todas as fases do processo de ocupação e desenvolvimento econômico/social do território brasileiro. Desde os primórdios da imigração, incluindo o tráfico de escravos, principalmente no século XIX, passando pelo amplamente conhecido êxodo rural das décadas de 1950, 1960, 1970, até os dias de hoje.

3.1 Os movimentos migratórios no Brasil

O início do processo de povoamento no Brasil ocorreu de forma desigual, começando pelo litoral e estendendo-se para o interior. Os fatores econômicos, políticos e históricos tiveram importância na distribuição da população no território brasileiro e, também, no deslocamento da população urbana e rural. O crescimento vegetativo e o processo migratório também foram responsáveis pelo povoamento no Brasil e foram influenciados pelas questões econômicas. O trecho abaixo explica como iniciou o processo de migração para o Brasil.

No ano de 1808, o príncipe regente português Dom João VI promulgou, no dia 25 de novembro, um decreto que assegurava aos estrangeiros o direito à propriedade gratuita de terras em território brasileiro, na condição de que fossem medidas e sobretudo cultivadas (sesmarias), não valendo-se do trabalho dos escravos (POLLINI, 2005, p.57).

Conforme a autora, duas razões levaram à promulgação desse decreto: a primeira, de povoar o território interno brasileiro, de modo a explorar as riquezas; a segunda, favorecer a pequena e média propriedade da terra, a fim de estimular o desenvolvimento e melhorar a exploração dos recursos.

É importante considerar que os ciclos econômicos (pau-brasil, açúcar, borracha, café, mineração, pecuária) foram responsáveis pelas migrações internas, o que levou à ocupação de novas terras no Brasil (OLIVEIRA, 2006).

A migração no Brasil começa a mudar em meados do século XIX, quando passa de uma migração africana forçada para uma migração de força de trabalho livre, de origem europeia, surgindo uma nova modalidade de deslocamento populacional relacionado aos movimentos internacionais de mão de obra livre. É nesse período que surge a imigração alemã. Essa mudança ocorre com o advento da lavoura cafeeira, momento em que o Brasil muda de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista de produção. A partir desse momento, o governo do Brasil (Império) iniciou tentativas para o estabelecimento de núcleos de colonização, o que se inicia em 1824 com o processo de colonização subvencionada e dirigida às províncias sulistas (LEVY, 1974, OLIVEIRA, 2006).

O Brasil preferia estimular a entrada de estrangeiros a incentivar o deslocamento interno. Isso se deve a alguns fatores, como, por exemplo: o preconceito dos fazendeiros contra "ex-escravos" e a favor dos "brancos europeus", a preferência de trabalhadores livres nativos, a influência dos fatores de expulsão na Itália, a possível diferença no custo dos transportes internos e internacionais e a possibilidade de uma oposição política aberta a transferências inter-regionais de trabalhadores livres, por parte de certos grupos de interesse.

Outra interpretação acerca dos movimentos migratórios é que esses eram vistos como necessários para a consolidação do sistema capitalista de produção, com ênfase na eliminação de setores de subsistência e criação de setores sem tradição escrava.

No ano de 1876, chegaram ao Brasil 350.117 imigrantes, os quais na sua maior parte eram portugueses. Os alemães representavam apenas 12,97% do total de imigrantes e os italianos e espanhóis, 6%. A partir de 1886, o volume de imigrantes italianos aumenta consideravelmente, somando 58,49%; isso basicamente se deve à ajuda financeira dada pelo Rio Grande do Sul à imigração, com o objetivo de dar continuidade à política de constituição de núcleos de colonização. A imigração italiana chegou a representar 60% do total de imigrantes que chegaram ao Brasil até 1903, enquanto os alemães representavam menos de 2% (LEVY, 1974). Nessa perspectiva,

A grande imigração ocorre num contexto de mudanças estruturais no Brasil. No campo da política, o fim do regime monárquico (1822-1889) e o advento da República promoveram a entrada de novos grupos sociais na governança do país, particularmente aqueles ligados à cafeicultura. A transição política abriu caminho para a dinamização de vários setores da economia, em sua maior parte, ligados às atividades cafeeiras. Por sua vez, a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, colocou o desafio da substituição da mão de obra nas grandes propriedades, especialmente as voltadas para a produção de exportação. Ainda neste período, estrutura-se uma política imigratória cujo objetivo central era a inserção de trabalhadores europeus (PAIVA, 2012, p. 169).

Os primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Brasil, foram fortemente desejados, tiveram sua entrada facilitada pelo governo brasileiro (POLLINI, 2005). Estabeleceram-se em terrenos mais férteis de planície, ao longo do curso dos principais rios, e em geral em áreas de fácil acesso (por exemplo: interior de Porto Alegre, centro de São Leopoldo e Novo Hamburgo).

Esse momento que marcou a migração no interior do Brasil reporta-se, em certa medida, à teoria da Nova Sociologia Econômica, por meio da abordagem de Granovetter (1992), quando este afirma a importância das relações sociais e desse pertencimento à rede de relações interpessoais. Esse enraizamento estabelece entre os atores sociais uma forte noção de confiança, importante entre aqueles que ainda estão em fase de adaptação e de integração ao novo território.

Da segunda metade do século XIX ao início dos anos 1930, período da introdução da mão de obra assalariada, devido ao fim da escravidão, foi o momento em que os cafeicultores brasileiros passaram a importar mão de obra estrangeira. No início, esse movimento foi ultramarino, mas logo passou a ser interno, com deslocamentos oriundos de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (PATARRA, 2003).

A Tabela 1 representa o número de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil entre 1872 e 1970. O número de imigrantes alemães, se comparado à entrada de outras nacionalidades (italianos, portugueses, espanhóis, por exemplo) é de baixa expressão no povoamento brasileiro, concentrando-se mais na região Sul do Brasil⁴. No início do século XX, houve uma queda na entrada de imigrantes alemães no Brasil e esse fato ocorreu devido à proibição da emigração por maus-tratos sofridos pelos colonos alemães na província de São Paulo. Esse impacto está representado no percentual de imigrantes alemães (0,58%) que chegaram ao Brasil em 1900.

⁴ Consultar dados sobre outras nacionalidades que migraram para o Brasil em: “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). LEVY, Maria Stella Ferreira. Revista de Saúde Pública. São Paulo. 8 (supl.):49-90, 1974.

Tabela 1 – Imigrantes alemães no Brasil

Ano	1872	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Migrantes Alemães	1.103	2.385	4.812	217	3.902	4.120	4.180	1.155	2.725	842	535
Total de Migrantes/Brasil	19.219	30.355	10.6819	37.307	86.751	69.042	62.610	18.449	35.492	40.507	6.887
Alemães/Brasil	5,74	7,86	4,50	0,58	4,50	5,97	6,68	6,26	7,68	2,08	7,77

Fonte: Adaptado pela autora do texto de Levy, 1974.

Entre 1850 e 1919, as entradas de imigrantes alemães no Brasil foram, de certa forma, constantes, com um aumento acentuado na década de 1920, fato esse relacionado ao pós-guerra na Alemanha. A partir de 1938, o número de imigrantes alemães começa a ser inexpressivo (MAUCH e VASCONCELLOS, 1994).

A década de 1930 no Brasil é marcada pela industrialização com ênfase na substituição de importações e integração do mercado interno e teve, nas políticas públicas de saúde e previdência, uma redução na mortalidade, que levou a um crescimento vegetativo da população. Esse fato contribuiu para um excedente populacional em áreas rurais, produzindo fluxos migratórios rurais-rurais e rurais-urbanos, responsáveis pela urbanização e a industrialização no país. Essa foi uma fase de intenso deslocamento populacional interno, com queda nas migrações internacionais, como resultado do fim do incentivo à imigração e as baixas taxas de natalidade na Europa (OLIVEIRA, 2006).

De 1933 a 1964, a paisagem migratória mudou, tornando-se mais heterogênea pelo fato de ser considerada uma “imigração dirigida”, principalmente voltada ao setor industrial. Esse deslocamento para o setor industrial pode ter causas estruturais.

Estudos específicos sobre o Brasil, Peru e Paraguai assinalam, como causas da migração, as características da estrutura agrária. Aponta-se que o principal determinante da migração rural-urbana é, no primeiro desses países, a inexistência de estrutura rural capaz de reter, no trabalho da terra, a população criada e nascida no campo. Se, por um lado, as cidades constituem centros de atração, por outro, o meio rural é uma fonte de expulsão; a existência de grandes propriedades rurais constitui o principal fator da migração (MUNHOZ e OLIVEIRA, 1980, p. 583).

As migrações no período entre 1940 e 1960 tinham, também, como explicação os desequilíbrios regionais e sociais promovidos pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nas migrações inter-regionais parte-se do princípio que a questão socioeconômica é o principal motivo do deslocamento: quando uma região emerge economicamente, torna-se polo de atração e, quando decresce, converte-se em polo repulsor de população. Isso também aconteceu no campo, ou seja, a estrutura rural no Brasil era atrasada e expulsava mão de obra para a indústria, especialmente localizada nos centros urbanos, que representava um setor

“moderno”. Isso aconteceu no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, no caso das regiões Nordeste e Sudeste, sendo que a primeira região tornou-se polo repulsor, enquanto a segunda, devido ao processo de industrialização, tornou-se polo atrator de grandes contingentes de trabalhadores (BRITO, 2000; GHIZZO e ROCHA, 2008).

Esse período foi marcado por longos deslocamentos entre a origem e o destino dos migrantes, que partiam de áreas rurais estagnadas (processo de modernização, concentração fundiária) para as regiões metropolitanas. Foi um período de intenso crescimento urbano, devido ao crescimento natural da população. Em 1960, no Brasil, o deslocamento populacional foi motivado pelo incentivo à ocupação da Amazônia Legal, por meio de projetos de colonização agrícola e exploração mineral, sem a preocupação com a sustentabilidade ambiental da região, porém de alta mobilidade populacional. Esse processo estendeu-se até 1970, quando aparecem problemas de ordem social e estrutural (conflitos sociais no campo e na cidade, crescimento de favelas e loteamentos irregulares nas metrópoles, falta de tecnologia e qualificação profissional) (RIGOTTI, 2011).

No período entre 1950-1970, a economia brasileira estava em franco desenvolvimento devido à indústria pesada, demandante de mão de obra, dando maior impulso às migrações internas, com intensificação do processo de urbanização brasileiro. Foi na década de 1970 que, no Brasil, o êxodo rural atingiu seu auge, decorrente de um processo de modernização da agricultura (OLIVEIRA, 2006; BARCELLOS, 2000).

Já a partir de 1980, a redução no crescimento econômico e a desconcentração espacial da indústria brasileira (polos de atração) amenizaram os fluxos migratórios interestaduais, provenientes principalmente do Nordeste e de Minas Gerais. Os anos 1980 presenciaram taxas de natalidade menores, queda na intensidade dos saldos migratórios que levaram a um menor crescimento das zonas urbanas (metrópoles), revertendo o fluxo migratório para as periferias das metrópoles e as cidades de porte médio. Nesse período, há o aumento das migrações intrarregionais, representando uma queda na migração rural-urbana e um aumento na migração de retorno. A redução do crescimento econômico tem sido obstáculo para a mobilidade social, contribuindo com a redução dos fluxos dirigidos às grandes metrópoles, possivelmente resultando em movimentos de retorno (BRITO, 2000; OLIVEIRA, 2006; BARCELLOS, 2000).

No período de acelerado crescimento das cidades brasileiras, os movimentos migratórios constituíam-se num processo social envolvendo grandes massas populacionais, – fato que predominou até os anos 1970 aproximadamente. A partir de 1980, com as mudanças ocorridas na dinâmica econômica, desconcentração da estrutura produtiva, condições sociais e

econômicas mais adversas, esses movimentos reduziram-se consideravelmente, passando a ganhar notoriedade movimentos no interior dos Estados, movimentos intra- metropolitanos e os movimentos pendulares. O interesse em estudar esses últimos decorria de análises sobre as próprias condições sociais, econômicas e demográficas existentes nos aglomerados urbanos, especialmente pela espacialização dessas condições, evidentes com os processos de periferização nas grandes metrópoles.

Para Patarra (2003), a importância dos fluxos migratórios se deu a partir de 1950, momento em que a economia nacional tornou-se mais dinâmica. No Brasil, a região Nordeste representava uma área de repulsão populacional devido à desigualdade de renda, à concentração fundiária e à seca. Esse movimento manteve-se durante 1960, 1970 e 1980. Atraídos pela industrialização, deslocavam-se para o sudeste, mais especificamente para São Paulo (“terra das oportunidades”). Atualmente esse movimento já reduziu e tende a uma inversão.

Na segunda metade do século passado, o fluxo migratório brasileiro se intensificou devido a uma aceleração no processo de urbanização. Nesse período, a velocidade do processo de urbanização no Brasil foi superior à dos países capitalistas avançados. Em 50 anos (segunda metade do século XX), a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, significando um acréscimo de 2,4 milhões de habitantes/ano no meio urbano (BRITO, 2008).

A urbanização e a modernização da sociedade brasileira, privilegiando algumas atividades econômicas, difundindo novos padrões de relações sociais e estilos de vida, foram definitivos para o deslocamento da população de áreas agrícolas tradicionais para centros urbanos industriais e modernos.

A migração urbana-urbana passa a predominar já nos anos 1990, especialmente devido à redução do estoque de população rural, que entre 1960 e 1980 foi responsável pelo grande volume de migração para os centros urbanos. Além disso, os anos mais recentes dessa década revelaram uma realidade atípica, que são as migrações de retorno, ocorrendo em direção ao Nordeste e Minas Gerais, considerados estados expulsos de força de trabalho (MUNIZ, 2002).

O processo migratório brasileiro no século XX atingiu um nível de complexidade devido à aceleração da urbanização, das diferentes modalidades migratórias e da dinâmica dos territórios inseridos na lógica global. No século XXI, as migrações internas no Brasil adquirem uma nova configuração. Há uma redefinição das áreas de retenção e perdas migratórias em função da mobilidade espacial da população, resultando em expansão dos

espaços marcados por alta rotatividade migratória. Os processos migratórios atuais retratam mudanças nos movimentos populacionais que passam a ter características específicas, como por exemplo, pelo tempo de permanência menor no local de migração. Esse fato é chamado de circulação migratória, porém, dada a complexidade do processo migratório, o simples fato de migrar e retornar à origem, num curto período de tempo, pode não ser suficiente para explicar as migrações (BAENINGER, 2012; BAENINGER e PEREZ, 2013).

No Brasil, duas situações responderam pela perda ou retenção migratória. A primeira, tratou do processo de industrialização, sendo a mais intensa, e a segunda, a abertura das fronteiras agrícolas, resultando na desigualdade na ocupação do território brasileiro, via processo migratório. Portanto, os fatores que promoveram o deslocamento da população referem-se ao intenso processo de urbanização de algumas regiões brasileiras, com aumento do fluxo campo/cidade e a concentração populacional em áreas metropolitanas (BAENINGER, 2012).

A configuração das migrações contemporâneas se deve à saturação de oportunidades nas regiões metropolitanas. Hoje, a mão de obra, nesses espaços, é mais seletiva, tendo em vista que o migrante se defronta com dificuldades que vão do mercado de trabalho ao setor de habitação. O padrão migratório atual mostra um distanciamento entre o local de trabalho e a moradia.

No Brasil, os debates sobre migrações estão diretamente ligados ao crescimento da urbanização e à redistribuição da população que apresenta intensa mobilidade espacial, dadas as condições políticas, econômicas e sociais ocorridas no país ao longo de seu processo de desenvolvimento.

3.2 Os movimentos migratórios no Rio Grande do Sul

A partir do século XIX inicia-se um novo período migratório para a região Sul do Brasil com a chegada dos imigrantes alemães. A vinda dos imigrantes italianos, a partir de 1870, intensifica o movimento migratório para essa região do Brasil. A instalação das primeiras colônias ocorreu nas proximidades de um curso d'água ou de uma grande via de comunicação, com o objetivo de desenvolvimento agrícola e comercial. A primeira colônia fundada no Rio Grande do Sul foi São Leopoldo e estava situada próxima ao Rio dos Sinos, que juntamente com seus afluentes contribuíram para o desenvolvimento da região do Vale do Sinos, que, na sequência, acabou por estender-se até o Vale do Paranhana. Neste período,

final do século XIX e início do século XX, ocorre, então, a expansão e ocupação do estado do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969; SOBRINHO, 2014).

Os imigrantes alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul no século XIX provinham de diversas regiões da Alemanha, de zonas rurais diferentes, sendo identificados por cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas, ou tinham outra cultura. Essa migração reunia, além de numerosos proletários, também, artesões e burgueses de diferentes profissões, os quais foram iniciadores do progresso técnico nessa região. De 1824, início da imigração alemã, a 1830, entraram ao todo 5.350 imigrantes alemães, sendo que desses 4.856 se estabeleceram em São Leopoldo (ROCHE, 1969).

Os desafios foram grandes para os imigrantes alemães que chegaram a São Leopoldo, pois estes se depararam com a demora para a concessão dos lotes de terra e tiveram que adentrar mata virgem, começando um intenso e ininterrupto processo de desmatamento e povoação. Isso se contrapôs à publicidade divulgada na Europa, de que o Brasil era um país novo, organizado e de fácil adaptação. O que os imigrantes encontraram foi uma situação bastante desconfortável (WITT e BLUME, 2014).

A civilização brasileira de princípios do século XIX quase não oferecia oportunidades aos imigrantes europeus, que enfrentavam a concorrência da mão de obra escrava, além de encontrar obstáculos como a inexistência de mercados internos, de equipamento industrial, a ausência de meios de comunicação e a penúria de terras devolutas. A imigração, portanto, só pôde ocorrer pela iniciativa e sob a direção do Governo brasileiro.

Os colonos fizeram do Rio Grande do Sul outro Estado, diferente daquele anterior a sua chegada, e essa metamorfose tornou-se importante na construção de uma nova sociedade, imprimindo sobre o território rio-grandense histórias, ideais e culturas diferentes.

Um dos primeiros aspectos que ganhou destaque no desenvolvimento socioeconômico, mais especificamente da região do Vale dos Sinos, foi a construção da primeira via férrea rio-grandense, precisamente traçada como a corda do arco descrito pelo Rio dos Sinos. Iniciada em 1869, ligou Porto Alegre a São Leopoldo, em 1874, e a Novo Hamburgo, em 1876. Prolongada, depois, até Taquara em 1903, somente alcançou o Planalto em 1924 e parou em Canela. Desempenha, nessa época, um papel ativo até Taquara e contribui para abastecer Porto Alegre de leite fresco, através da região de Gramado-Canela. Vale dizer que essa via férrea, que serve algumas das antigas colônias alemãs, foi quase a única construída por motivos econômicos, permanecendo isolada por muito tempo (ROCHE, 1969; REINHEIMER e MEYRER, 2011).

São Leopoldo, Novo Hamburgo e Taquara conheceram, alternativamente, a prosperidade de “testa de linha”, uma vez que o desenvolvimento do comércio e, mais tarde, o da indústria, ocorria em função da expansão urbana que a estrada de ferro promovia.

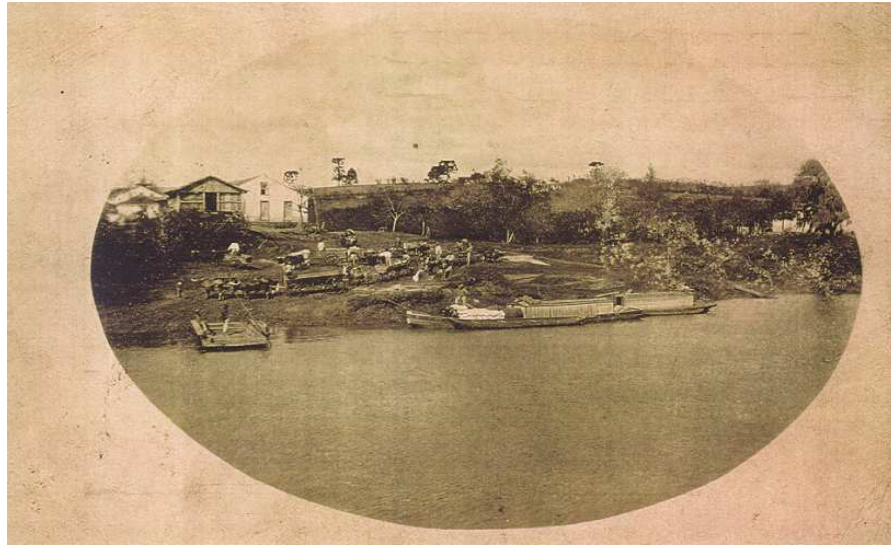
As primeiras rodovias foram abertas com o objetivo de melhorar as comunicações nas próprias colônias, como a rodovia São Leopoldo a Mundo Novo (Taquara). Estas se constituíram a partir de trechos de estradas ligando as regiões agrícolas aos portos do Rio dos Sinos, Caí, Taquari ou Jacuí. Foram chamadas estradas do Mundo Novo (São Leopoldo-Taquara-São Francisco de Paula).

No Rio dos Sinos, no terminal de navegação estacional, Tristão José Monteiro funda a colônia de Mundo Novo, a futura Taquara. A atividade de todas as colônias e de todos os seus habitantes, pelo menos no começo, era a cultura de subsistência, sobretudo do milho, do feijão e da batata. A colonização do Vale do Paranhana inicia em 1845, quando Tristão Monteiro:

Vendeu inicialmente seis colônias para seis famílias vindas da Alemanha para se estabelecerem no vale, gente que provinha principalmente de Hunsruck, na divisa com a França. A fertilidade das terras era muito alta, o que se constituiu em um fator de atração muito forte. Assim, a notícia espalhou-se rapidamente e outras famílias chegaram. Em 1855, o vale já abrigava cerca de quatrocentas famílias, e havia um pequeno comércio. Entre os alemães que se estabeleceram nessa região, alguns já tinham conhecimento sobre o fabrico de sapatos, chinelos e tamancos. Teve início então um pequeno negócio de produção de calçados sob encomenda. A forma de pagamento era *in natura*, por escambo. A produção de calçados era um negócio ainda muito pequeno e que, de certa forma, vivia à sombra da produção de arreios para cavalos (GALVÃO, 1999, p. 17 e 18).

O município de São Leopoldo, devido à fácil comunicação pelo Rio dos Sinos, serviu de intermediário entre os comerciantes rurais instalados nas picadas, que embarcavam seus produtos para serem vendidos em Porto Alegre, e eram abastecidos pelos produtos que saíam de Porto Alegre para atender as vendas rurais. Mesmo os agricultores e os comerciantes que deixaram de fazer a viagem a Porto Alegre, não eliminaram o papel de entreposto e intermediário de São Leopoldo, favorecido pela navegação a vapor, estimulando a produção e as trocas em toda a hinterlândia.

Figura 2 - Porto da Paciência (nas proximidades do atual IACS)



Fonte: Acervo FACCAT/reprodução

Trinta anos após a fundação da colônia de São Leopoldo, as colônias que se dedicavam exclusivamente à agricultura começaram a apelar para o artesanato. Surgiram, então, ferreiros, serralheiros, funileiros e pedreiros. O desenvolvimento das construções trouxe a prosperidade das fábricas de tijolos e telhas que se juntaram às de louças. Várias atividades passaram a fazer parte da vida dos migrantes: os marceneiros, os alfaiates, os tamanqueiros e os sapateiros tornaram-se cada vez mais numerosos.

O surgimento de diferentes atividades consubstanciou com o início da produção do couro, começando com os curtumes e seguindo com a transformação do couro. Em 1877, São Leopoldo destacava-se na atividade industrial (couros), representada por um alto percentual de estabelecimentos administrados por alemães. A atividade industrial ligada ao couro foi associada à fabricação de calçados, atividade artesanal das colônias, que continua sendo importante na atividade manufatureira do Rio dos Sinos, de São Leopoldo até Taquara.

A saída de migrantes do meio rural contribuiu em parte para o crescimento da população urbana no Rio Grande do Sul. O município de São Leopoldo, no início do século XX, recebeu um grande contingente de migrantes devido ao recente processo de industrialização. As migrações constituíram, por longo tempo, como as mais importantes formas de povoamento do Estado. A indústria do couro e calçados, instalada na região do Vale do Sinos, tornou-se polo de atração de pessoas, especialmente entre 1980 e 1990, que se dirigiam para lá em busca de trabalho, contribuindo, assim, para um fluxo migratório intenso nessa região (ROCHE, 1969; KLEIN, MASSUQUETTI e SPRICIGO, 2012).

Assim, “[...] a modificação da paisagem, com casas residenciais, casas comerciais, igrejas, salões paroquiais, escolas e prédios públicos compôs o quadro de alterações promovidas pelo imigrante em São Leopoldo[...]” (WITT e BLUME, 2014, p. 103-104).

Mais para o final do século XX, todavia, o Rio Grande do Sul experimenta um novo ritmo migratório, ou seja, expulsava mais população do que recebia. No que se refere às primeiras décadas do século XX, os censos demográficos divulgaram uma grande entrada de migrantes estrangeiros. Atualmente houve uma reversão do processo, indicando que os fluxos migratórios têm se dirigido de outros estados brasileiros para o Rio Grande do Sul. Outra característica é a migração de longa distância que data do início do século XIX, porém, nos últimos anos, houve um predomínio das migrações de curta distância (JARDIM e BARCELLOS, 2004).

No ano de 1940, a taxa de crescimento populacional do Estado era superior à do país. Já em 1950, começa a ocorrer uma inversão: o Brasil passa a ter taxas de crescimento populacional maiores que a do Rio Grande do Sul, que neste período sofre uma queda nas taxas de fecundidade. Dados demográficos evidenciam que, no início do século XX, as taxas de crescimento populacional no Estado eram de 3,26%, sendo que em 2010 essa taxa caiu para 0,49%. Nesse mesmo período (1940-1950), a população urbana já superava a rural, tendo seu maior índice em 1950, com um crescimento de 5% a.a (JARDIM e BARCELLOS, 2011).

A partir de 1970, a população urbana é majoritária e a taxa de crescimento da população rural passa a ser negativa. Isso devido, em parte, ao processo de modernização agrícola ocorrido na década de 1960, fator de expulsão da população em direção a áreas industriais. O reflexo é uma constante queda nas taxas de crescimento da população rural desde a década de 1980.

No Rio Grande do Sul, entre 1970 e 2000, as taxas líquidas de migração eram negativas, dada a pouca influência das migrações no crescimento populacional do Estado. O componente que mais contribuiu para o aumento da população do Estado na época foi a fecundidade. Esse fenômeno se acentua entre 1991 e 1996, período em que o Estado apresentou as taxas de incremento demográficas mais baixas do país (FILIPPI, 2014; BARCELLOS, 2000).

Ao tomar por referência os censos demográficos do início do século XX, em relação à nacionalidade e naturalidade dos residentes no Rio Grande do Sul, constata-se que a maioria tinha origem internacional. A partir desse fato, pode-se afirmar que as migrações eram de longa distância, alterando-se mais ao final do século para migrações de curta distância. No início do século XXI, a imigração alemã e italiana, predominantes no século XIX e início do

XX, perdem participação para os imigrantes uruguaios e argentinos, representantes das migrações do século XXI (JARDIM, 2002; JARDIM e BARCELLOS, 2011).

A migração foi primeiramente uma forma de povoar determinadas regiões. Porém, no decurso do processo, a migração passou a ser realizada de diferentes formas. Uma das principais alternativas que os migrantes buscavam era o trabalho, então deixavam áreas estagnadas, para procurar lugares em que a oferta de trabalho era maior. Outro aspecto a ser considerado no deslocamento de pessoas é o fato da proximidade de seus familiares, ou seja, o fator afetivo. O processo migratório passa, dessa forma, por diferentes estágios, e os estudos atuais mostram que a intenção de migrar já está adquirindo outro caráter, que não mais essencialmente o econômico.

Uma alternativa para processo migratório que vem crescendo a partir dos anos 1990 é o deslocamento para cidades médias. Essas cidades têm por características receber os migrantes vindos, principalmente, de áreas rurais, oferecendo oportunidades de trabalho, representando, desta forma, uma redução no fluxo migratório direcionado às grandes metrópoles.

Na perspectiva de Castello Branco (2007):

As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua rede de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas (CASTELLO BRANCO, 2007, p.90).

O movimento migratório em direção às cidades médias, no Brasil, começa a se tornar evidente na década de 1980, devido à crise econômica que atingiu, particularmente, as grandes cidades, forçando a reestruturação produtiva e, com isso, mudanças austeras no mercado de trabalho. Associados a estes fatores, estão os altos preços dos imóveis, violência, problemas ambientais, trânsito pesado, responsáveis pela redistribuição da população no território brasileiro (RIGOTTI e CAMPOS, 2009).

Neste contexto, dá-se a inversão do fluxo populacional dentro do processo de urbanização. Isso ocorre na passagem do século XX para o XXI, representado por intenso processo de interiorização, refletindo, desta forma, no crescimento populacional das cidades pequenas, intermediárias e médias. Há uma intensificação no processo de desconcentração da população e uma nova configuração do espaço regional, resultando na disseminação da população por entre este novo arranjo urbano.

Esta nova configuração dos espaços urbanos poderá auxiliar na compreensão do processo migratório, a partir de novas territorialidades e espaços para migração, que surgem por meio de transformações econômicas e sociais (BAENINGER e OJIMA, 2008).

As mudanças advindas do movimento migratório têm demandado um esforço no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam no território, pelo redirecionamento dos movimentos migratórios para os municípios de porte médio, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes centros urbanos.

3.3 Formação da região do Vale do Paranhana: o processo histórico, econômico e social

A Macrorregião Nordeste, onde está localizado o Vale do Paranhana é morfologicamente caracterizada pela cadeia de montanhas e escarpas da Serra Geral. As águas provindas do planalto nordeste gaúcho são drenadas, formando profundos e extensos vales, que conduzem até a planície central e o litoral. A região, atualmente, é corredor de migração da Mata Atlântica do litoral em direção ao continente, geralmente junto às encostas mais íngremes.

A criação e desenvolvimento dos municípios do Vale do Paranhana iniciou com a chegada da imigração europeia, mais especificamente os alemães, que, com seu espírito desbravador e empreendedor, se estabeleceram nas margens dos principais rios, onde se encontram as cidades, estendendo-se ao longo das cabeceiras de seus afluentes.

O município mais antigo da região é Taquara e sua fundação data do século XIX. Os demais municípios que fazem parte da região são criados no século XX e têm sua origem a partir de Taquara, conforme mostra o quadro 4. Taquara também é o maior município em extensão de área, embora tenha sido dividido para a criação dos demais municípios.

Quadro 4 – Origem dos municípios

Municípios	Área (km ²)	Data Criação	Lei nº	Origem
Igrejinha	136,8	01.06.1964	4133	Taquara
Parobé	109,0	01.05.1982	7646	Taquara
Riozinho	239,3	09.05.1988	8603	Rolante
Rolante	297,0	15.12.1954	2527	Santo Antonio da Patrulha
Taquara	457,1	17.04.1886	1568	Santa Cristina do Pinhal (extinto)
Três Coroas	185,5	12.05.1959	3741	Taquara

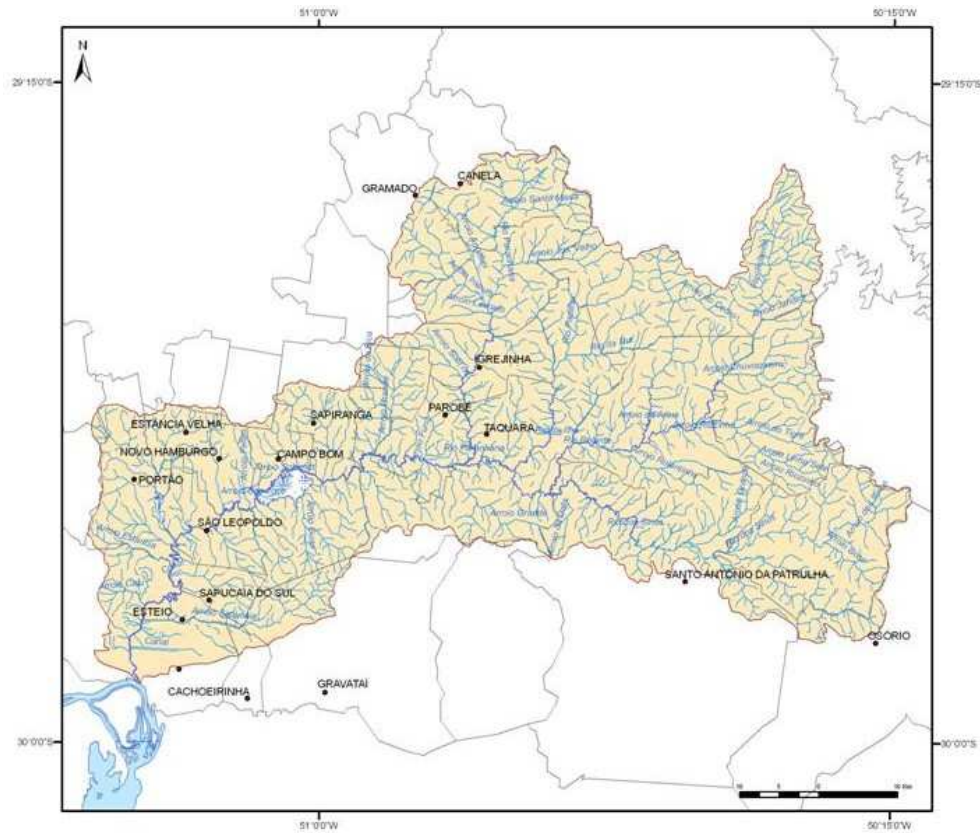
Fonte: FEE, 2016.

Com a chegada dos imigrantes alemães à região, no século XIX, a atividade econômica predominante era a agricultura, devido à proximidade dos rios. Os imigrantes, num primeiro momento, dedicaram-se à agricultura de subsistência (feijão, mandioca, milho). No entanto, o migrante alemão foi responsável pela nova dinâmica econômica, comercializando produtos diversificados, principalmente artesanais e de utilidade nas atividades agrícolas (roda de carroça, ferramentas para a lavoura) e, também, roupas, calçados, tijolos para a construção e produtos alimentícios (farinha, banha, licores). As receitas auferidas com o comércio desses produtos foram o investimento necessário para o surgimento da indústria no final do século XIX (SOBRINHO, 2014).

Para entender o processo inicial de formação do Vale do Paranhana, devido à carência de informações e publicações sobre a região, será utilizado como fonte bibliográfica o livro *“Igrejinha História que o Tempo Registra”*, de Roberto Argenta (1991).

A formação econômico-social da região do Vale do Paranhana encontra sua origem na comunidade de Santa Maria do Mundo Novo (atual Vale do Paranhana), espaço de ocupação alemã. O Vale do Rio Santa Maria, onde inicia o processo de colonização, por meio da primeira comunidade chamada de Colônia do Mundo Novo, é banhado à direita pelo Rio dos Sinos, a oeste pelo Rio Santa Maria (atual Rio Paranhana) e a leste pelo Arroio Tucanos e Rio da Ilha. Os primeiros colonizadores tiveram que construir pontes para que os imigrantes pudessem transpor as dificuldades de travessia do Rio Santa Maria.

Figura 3 – Mapa hidrográfico do Rio Paranhana e do Sinos



Fonte: www.sema.rs.gov.br (2016)

O avanço da população de Santa Maria do Mundo Novo foi tal que dois anos após o início da colonização, a população aumentara consideravelmente e, conforme relatos daquela época, em 1850, a população da nova colônia já atingia 400 habitantes; em 1854, já eram 579; em 1858, 710, e em 1864, 1.427 habitantes, em sua maioria imigrantes alemães.

Naquela época, as colônias eram divididas em freguesias. São Leopoldo (colônia) foi dividida em cinco zonas, denominadas de freguesias:

- São Leopoldo: Feitoria Velha e Estância Velha;
- Novo Hamburgo (Hamburgerberg);
- São Miguel: Dois Irmãos e Eralv;
- Bom Jardim: Bom Jardim, Picada 48 e Picada Café;
- São José: São José do Hortênsio, Linha Nova, Quatorze Colônias e, em 1845, foi acrescida a colônia Feliz.

Os primeiros imigrantes a chegarem à região instalaram-se em São Leopoldo e arredores, no ano de 1824, principalmente na Baumschneis (Dois Irmãos). Migraram mais tarde para povoar a incipiente colônia que Tristão Monteiro e George Eggers, fundaram ao longo do Rio Santa Maria (atual Paranhana). Tristão Monteiro teve grande importância na colonização de Santa Maria do Mundo Novo, pois promoveu a vinda dos primeiros imigrantes através da comercialização de lotes da área de sua fazenda, Mundo Novo, no ano de 1845, vendendo os seis primeiros lotes a famílias vindas da Alemanha. A fertilidade das terras era muito alta, o que fazia com que se tornasse um forte fator de atração populacional. Tristão Monteiro empenhou-se na abertura das primeiras ruas da atual cidade de Taquara, doando de suas terras uma área destinada à construção das duas igrejas e da praça. A origem de Santa Maria do Mundo Novo está no povoamento da região de Baumschneis (Dois Irmãos).

No ano de 1855, o vale já contava com quatrocentas famílias e um pequeno comércio. As famílias alemãs que se estabeleceram na região trouxeram o conhecimento sobre a produção de sapatos, chinelos e tamancos. No início da colonização, os habitantes davam às picadas nomes dos primeiros moradores. Duas picadas foram abertas às margens do rio: uma ligando Parobé (distrito de Taquara), a sudoeste, com Igrejinha, Três Coroas e Canela, e outra, de Três Coroas, localizada ao norte, a Taquara (sul), passando por Igrejinha (margem esquerda do rio). Essas picadas acabaram transformando-se em estradas coloniais.

Figura 4 - Sede de Taquara final do século XIX



Fonte: Acervo FACCAT/reprodução

Alguns fatos, no entanto, interromperam o processo migratório: o primeiro ocorreu quando o governo proibiu gastos com a colonização, suspendendo o auxílio pecuniário aos colonos; o segundo, a Revolução Farroupilha em 1835, ou também, conhecida por Guerra dos Farrapos. A colônia de Santa Maria do Mundo Novo ainda não havia sido fundada, quando iniciou a Revolução Farroupilha.

Já em 1870, os colonos migraram para o leste onde começava a florescer o município de Taquara, buscando novos espaços, pois já se encontravam superpovoadas as terras na extensão do Rio dos Sinos até o Jacuí. Esse deslocamento deu origem ao nome da região, Mundo Novo, onde os colonos iriam iniciar vida nova.

O crescimento populacional e territorial da região impulsionou a abertura de casas de comércio, que se instalaram à margem esquerda do rio, servindo de entreposto de mercadorias e abastecimento da população rural dos arredores. As famílias de imigrantes alemães espalharam-se pelas colônias da região e seus descendentes podem ser encontrados em toda a região do Vale do Rio dos Sinos.

Por volta de 1940, o principal produto da região era o piretro, matéria-prima utilizada na produção de inseticidas. Porém, com o avanço da tecnologia e das pesquisas na área de fabricação de inseticidas, ocorre uma rápida extinção do cultivo de piretro na região. A economia local passou a dedicar-se à fabricação de arreios e calçados.

Figura 5 – Fábrica de industrialização de piretro – 1952



Fonte: Acervo FACCAT/reprodução

Até o início dos anos 70, a atividade que se destacava nessa região era a agropecuária, e a industrialização ainda era muito incipiente. A partir da década de 70, começa a se desenvolver o setor coureiro-calçadista, como decorrência da expansão desse setor no Vale do Sinos (Novo Hamburgo, Sapiranga e Campo Bom). Foi então instalado grande número de empresas integrantes do complexo coureiro calçadista no Vale do Paranhana e Encosta da Serra. O setor industrial passa a ser o centro gerador de renda (GALVÃO, 1999, p.19).

Dessa forma, o desenvolvimento do Vale do Paranhana se deu em conjunto com o Vale do Sinos, porém, num ritmo mais lento. No entanto, a expansão e o sucesso do Vale do Sinos serviram como meio para o processo de desenvolvimento do Vale do Paranhana. Com a elevação do preço da mão de obra do Vale do Sinos, as empresas passaram a se instalar nos municípios vizinhos (Igrejinha, Três Coroas, Taquara, Parobé, Riozinho e Rolante), municípios do Vale do Paranhana (BRANDÃO, 1999).

Nesse contexto é presente a necessidade de verificar como decorreu o desenvolvimento da região, levando em consideração os períodos históricos que marcaram fases distintas e como os movimentos populacionais contribuíram para a continuidade desse processo, observando-se os aspectos econômicos e sociais presentes no Vale do Paranhana.

3.4 Contornos da expansão urbana da população e o processo de desenvolvimento da região do Vale do Paranhana

Nesta fase do estudo, serão analisadas a dinâmica e a estrutura da população do Vale do Paranhana, a partir de uma pesquisa documental dos dados disponíveis nos institutos que fazem levantamentos estatísticos da população. A análise com base nas entrevistas será objeto do capítulo quarto.

Considerando a mobilidade espacial, percebe-se que a dinâmica da população é fator importante a ser considerado, pois está atrelada diretamente com o desenvolvimento econômico-social e histórico-cultural de uma região. Sob vários aspectos, a formação de uma região está ligada a fatores como constituição e distribuição da população em suas sub-regiões, o que nos remete a uma análise da mobilidade espacial da população e de suas interferências na (trans)formação do território. A região do Vale do Paranhana teve predominância de colonizadores de origem germânica e lusa, com diferenças em sua organização sociocultural e uma realidade marcada pela pouca expressividade de mobilidade social.

O processo de formação do território do Vale do Paranhana é representado por três etapas que marcaram fases distintas na formação da região e na sua dinâmica demográfica. A

primeira etapa inicia-se com a colonização alemã e passa pela construção da primeira ferrovia (1824-1903); a segunda etapa é marcada pelo processo de industrialização (segunda metade do séc. XX) e mais recentemente a inserção da região no mercado internacional, por meio da exportação de produtos da indústria coureiro-calçadista. A apresentação desses estágios é essencial na compreensão da formação histórica, social e econômica da região do Vale do Paranhana. São períodos que definiram a configuração territorial e imprimiram características ao território.

Figura 6 - Estação Férrea de Taquara. Inaugurada em 15 de agosto de 1903



Fonte: Acervo Museu Municipal de Taquara/reprodução.

A colonização que dá início ao Vale do Paranhana e seus municípios tem sua origem no município de São Leopoldo, no ano de 1824, ocupando os vales dos rios que interligam a Porto Alegre, auxiliando no desenvolvimento econômico da capital. A colônia do Mundo Novo (atual município de Taquara) localizada na confluência dos rios dos Sinos e Santa Maria teve na navegação fluvial a responsável pelo desenvolvimento econômico e social local. Em 1870, Taquara já revelava seu potencial para manufatura e comércio. O auge da navegação fluvial na região foi de 1870 a 1910; em 1930, a necessidade de novos meios de transporte fez com que essa atividade fosse encerrada (REINHEIMER, 2011).

A segunda fase na formação da região do Vale do Paranhana surge juntamente com o aparecimento da indústria. No Brasil, o processo de industrialização inicia-se na República Velha. No Rio Grande do Sul, a indústria é efetivamente artesanal, de aspecto regional, principalmente devido a dificuldades de transporte, com predomínio de pequenas empresas de transformação de matéria-prima agropecuária.

Na região de Taquara do Mundo Novo, município pioneiro na região do Vale do Paranhana, a ocupação pela colonização alemã ocasionou um desenvolvimento econômico na região, caracterizada pela pequena propriedade, diversificação dos produtos e utilização de mão de obra familiar. Por necessidade de subsistência, os colonos dedicaram-se à produção de feijão preto, mandioca, milho e cana-de-açúcar. O bom rendimento da agricultura levou ao desenvolvimento da agroindústria. A projeção nacional de Taquara deveu-se a sua produção agrícola e agroindustrial (REINHEIMER e MEYRER, 2011).

No ano de 1903, é inaugurada a estrada de ferro Novo Hamburgo/Taquara, tendo como objetivo baixar o custo de transporte da produção e aumentar a capacidade transportada. Os principais produtos comercializados nessa época eram batata inglesa, mandioca, milho, feijão e piretro. Na década de 1930, Taquara era o maior produtor de feijão preto do Estado. A expansão econômica do município, principalmente da agroindústria ocorreu na década de 1940 a 1960, com beneficiamento de milho e mandioca. A chegada da eletricidade em 1950 fez com que a farinha de mandioca processada nos engenhos se tornasse o principal produto da economia municipal, inclusive de exportação. Porém, devido à concorrência de Santa Catarina, essa atividade entrou em decadência a partir dos anos 1960. A cana-de-açúcar também foi um produto de destaque na região entre 1940 e 1960, com a produção da cachaça nos alambiques (REINHEIMER e MEYRER, 2011).

Figura 7 - Ponte da estrada de ferro sobre o rio Paranhana em Taquara, 30/07/1913



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Taquara/reprodução

Nesse contexto econômico, a produção leiteira teve destaque na região do Vale do Paranhana. Iniciada de forma caseira e artesanal e voltada à produção de queijo e venda direta

para consumo local, em 1940 já tinha produção suficiente para abastecer a Usina DEAL, em Porto Alegre, sendo transportado por via ferroviária. Em 1958, foi instalada uma usina de resfriamento em Taquara e, em 1960, a pasteurização e o primeiro equipamento de desidratação de leite. Assim, no ano de 1969, com a chegada da Corlac, foi instalada uma torre de secagem, tornando-se a primeira usina de leite em pó do Estado. Na década de 1980, porém, a produção leiteira entra em declínio, devido à baixa produção individual dos tambeiros, à baixa remuneração do leite, aos atrasos nos pagamentos por parte da Corlac, além da dificuldade dos pequenos produtores em acompanhar o desenvolvimento tecnológico e o nível de produtividade para manter a atividade (REINHEIMER e MEYRER, 2011).

Figura 8 - Usina de Leite em Pó – CORLAC/1980



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Taquara/reprodução

Dessa forma, para compreender as fases de formação da região e como ocorreu a mobilidade espacial da população na mesma, faz-se uma análise do comportamento da população que começa representada pela tabela 2, mostrando a distribuição da população no período de 1900 até 1970. Esses dados demonstram a mobilidade espacial da população e como procedeu a ocupação regional.

Tabela 2- Distribuição da população rural-urbana nos municípios do VP entre 1900/1970

Municípios	1900	1950	1970-Urbana	%	1970-Rural	%	1970-Total
Igrejinha	-	-	2.970	42	4.092	58	7.062
Parobé	-	-	-	-	-	-	-
Riozinho	-	-	-	-	-	-	-
Rolante	-	-	2.484	17	12.362	83	14.846
Taquara	27.146	51.585	18.271	59	12.896	41	31.167
Três Coroas	-	-	2.403	38	3.967	62	6.370
Total do VP	27.146	51.585	26.128	44	33.317	56	59.445

Fonte: De Província de São Pedro a Estado do RS. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre:FEE e Censo Demográfico 1970. Rio de Janeiro (IBGE)

Conforme os dados do Censo de 1900, naquela época não havia separação entre as populações urbana e rural; isso se deve à existência de poucos municípios e predominância de vilas e distritos. Assim, no ano de 1900, os dados são apenas relativos à população total. A partir do Censo de 1920, a contagem já considerava as populações urbana e rural, mas para o Vale do Paranhana essa divisão só passa a ser considerada a partir do Censo de 1970.

Nesse período, segundo revelam os dados, há um predomínio da população rural nos municípios do Vale do Paranhana, evidenciando que 56% do total da população da região encontrava-se no meio rural. Observa-se, ainda, que, entre os anos de 1950 e 1970, a população da região cresceu em torno de 15%. Os dados evidenciam que, nesse período, a região do Vale do Paranhana teve um dinamismo populacional pouco acentuado. Esse processo ocorreu porque a região estava voltada para o desenvolvimento local, com uma produção direcionada a atender a demanda regional e ainda sem desenvolvimento industrial representativo.

Até o início da década de 1970, a produção de destaque era a agropecuária e a industrialização ainda estava num processo inicial. Porém, ao longo desse período, o setor coureiro-calçadista começa a se desenvolver. Com a chegada da indústria calçadista, por volta do final dos anos 1970, ocorre uma aceleração na dinâmica regional e há uma inversão no fluxo populacional, em decorrência da expansão ocorrida no Vale do Sinos, como será observado na sequência. É nesse momento que ocorre a instalação de empresas integrantes do segmento coureiro-calçadista no Vale do Paranhana.

Outro fator responsável pelo desenvolvimento da região foi a estrada de ferro ligando Novo Hamburgo a Taquara. Dos anos 1930 até 1960 foi o período áureo da rede ferroviária gaúcha e para a região do Vale do Paranhana. Conforme Schnorr e Fernandes, 2011:

[...] a construção de residências nos arredores da estação ferroviária de Taquara foi um fato que contribuiu para a urbanização da região; que, até a década de 1960, a área mais movimentada e valorizada da cidade situava-se na rua Tristão Monteiro, com inúmeros estabelecimentos comerciais [...] (SCHNORR e FERNANDES, 2011, p.115).

Observa-se que a ferrovia representava um avanço para o município de Taquara e também para a região como um todo, tanto no sentido econômico como no social. No momento em que foi desativada a linha férrea, o desenvolvimento da cidade de Taquara vai se direcionando para outros locais do município, sendo que o centro de comércio passa a prosperar nos arredores da Rua Júlio de Castilhos, que é a principal rua da cidade até os dias atuais. Cabe ressaltar que o dinamismo da região passa pela dinâmica que a rede ferroviária implantou no município no período em que esteve em atividade.

A ligação ferroviária de Taquara com Porto Alegre contribui em muito para o progresso da região, ampliando, principalmente, a economia taquarense, pois na época os domínios territoriais do município se estendiam até os altos da serra e assim a continuação da estrada de ferro se estendeu, passando por Igrejinha, Três Coroas, Várzea Grande, Gramado, chegando até Canela, última estação inaugurada em 1924 (SCHNORR e FERNANDES, 2011, p.116).

Porém, o período de ouro das ferrovias no Brasil termina quando Juscelino Kubitschek implanta o Plano de Metas (1956-1960), em que objetivava uma rápida industrialização para o Brasil, dando impulso à frota de veículos e, conseqüentemente, à rede rodoviária. Há um crescimento da indústria automobilística, o que leva à desativação das redes ferroviárias, dando espaço ao aumento da malha rodoviária, que tornaria mais rápido o transporte de produtos e insumos. Além do Plano de Metas, a substituição das locomotivas a vapor por diesel-elétrico, tornava as ferrovias mais antigas economicamente insustentáveis (Taquara), fatores esses que contribuíram para o sucateamento e a extinção das estradas de ferro.

Figura 9 - Estação Ferroviária de Taquara

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Taquara/reprodução

Nos anos 1980-1991, a dinâmica se mostra diferente, sendo que há um crescimento da população do Vale do Paranhana, registrado por um aumento de população nas áreas urbanas e um decréscimo da população rural. Esse fato se deve, principalmente, a uma mudança na base econômica da região, que, até final da década de 1960 e início dos anos 1970, tinha como seu principal eixo a agricultura. Com a chegada das indústrias calçadistas, já na metade da década de 1970, demandantes de mão de obra pouco qualificada, houve uma transferência de trabalhadores da agricultura para a indústria. Os estudos sobre a mobilidade populacional, da vertente neoclássica (Adam Smith, 1776; Ravenstein, 1885; Gaudemar, 1977; Todaro, 1980), já afirmavam que o deslocamento rural-urbano é presente nessas condições, busca por empregos urbanos, melhores salários e qualidade de vida.

No ano de 1991, a dinâmica de crescimento é tão forte no Vale do Paranhana, que algumas cidades concentram quase 100% da população em suas áreas urbanas (como os municípios de Igrejinha – 93% e Parobé – 96%). Nesse momento, o motivo de maior atração populacional está ligado à instalação das indústrias calçadistas na região. A população urbana no Vale do Paranhana no período de 1980-1991 cresceu aproximadamente 68%, se comparado aos 15% do período censitário anterior. Dessa forma, pode-se evidenciar que houve um processo de transformação no território, em que o espaço urbano passa a ser [...] *a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida*[...] (SANTOS, 2000, p.96).

Tabela 3 – Distribuição da população rural-urbana nos municípios do Vale do Paranhana – 1980/1991

Municípios	1980					1991				
	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%	Total
Igrejinha	8.380	70	3.652	30	12.005	18.997	93	1.517	7	20.514
Parobé	-	-	-	-	-	30.771	96	1.224	4	31.995
Riozinho	-	-	-	-	-	1.768	52	1.621	48	3.389
Rolante	5.489	47	6.283	53	11.772	9.970	74	3.450	26	13.420
Taquara	30.331	73	11.044	27	41.375	35.100	83	7.367	17	42.467
Três Coroas	6.864	66	3.610	34	10.474	11.862	79	3.225	21	15.087
Total do VPES	51.064	67	24.589	33	75.626	108.468	85	18.404	15	126.872

Fonte: FEE (Acesso em 30.04.2016)

O desenvolvimento do setor coureiro-calçadista na região teve uma contribuição significativa no deslocamento da população para a zona urbana das cidades. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a especialização da produção calçadista expande-se até os municípios da região do Vale do Paranhana. Há o estabelecimento de novas unidades dedicadas a tarefas específicas tais como costura, forração, colagem. A presença dos diferentes segmentos que compõem a cadeia da produção do couro e do calçado agregou valor em âmbito local e regional.

A maioria dos deslocamentos populacionais rurais-urbanos na região ocorreu devido à expansão do setor coureiro-calçadista que impulsionou o crescimento das cidades, gerando emprego nos diferentes segmentos da cadeia produtiva do calçado. Assim, no período de 1970 e 1991, observa-se uma acentuada mobilidade rural-urbana na região. O motivo foi o aparecimento de polos urbanizados e industrializados que passaram a atrair as populações rurais para áreas urbanas.

Com relação ao período mais atual, os dados da tabela 4, correspondente aos anos de 2000-2010, revelam os seguintes aspectos em relação à mobilidade populacional da região: a população rural tem-se mantido constante de 2000 para 2010, exceto para o município de Rolante que teve uma queda expressiva na população rural nesse período, devido, não só, às indústrias calçadistas, mas também, ao setor moveleiro e de esquadrias, fábrica de biscoitos e pães, que vêm deslocando a mão de obra do setor rural para o urbano. Porém, observa-se que o município de Parobé, que possui maior concentração populacional, teve uma pequena elevação no número de habitantes no meio rural.

Tabela 4 - Distribuição da população dos municípios do Vale do Paranhana (2000-2010)

Municípios	2000					2010				
	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%	Total
Igrejinha	25.530	95	1.237	5	26.767	30.190	95	1.470	5	31.660
Parobé	43.439	97	1.337	3	44.776	48.633	94	2.869	6	51.502
Riozinho	2.528	62	1.543	38	4.071	2.748	63	1.582	37	4.330
Rolante	13.928	78	3.923	22	17.851	15.310	91	4.175	21	19.485
Taquara	43.125	82	9.700	18	52.825	45.266	83	9.377	17	54.643
Três Coroas	17.067	88	2.363	12	19.430	20.546	86	3.302	14	23.848
Total do VP	145.617	88	20.103	12	165.720	162.693	89	22.775	12	185.468

Fonte: FEE, 2016

A pequena elevação do número de pessoas que se deslocaram para a área rural de Parobé deve-se, num primeiro momento, a frequentes fechamentos de indústrias calçadistas, aumentando, assim, o número de pessoas desempregadas na área urbana. Dados mais recentes sobre o emprego no município de Parobé revelam que houve queda nas ocupações, principalmente no setor industrial, caindo em torno de 54%; em 2010, eram 13.966 pessoas empregadas na indústria, contra apenas 7.602 vagas ocupadas em 2014 (RAIS/CAGED, 2016).

É importante considerar uma nova tendência do deslocamento populacional, ou seja, percebe-se um retorno às áreas rurais próximas de centros urbanizados, particularmente, como alternativa de moradia, motivado pela redução de custos, terrenos mais acessíveis e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

No que tange ao deslocamento da população, nas últimas duas décadas, pôde-se verificar uma migração bastante acentuada da população rural para o meio urbano. Entre 1990 e 2010, com exceção do município de Riozinho, em que a distribuição das populações rural e urbana, praticamente se manteve estável e do município de Parobé que teve um acréscimo em sua população rural na passagem de 2000 para 2010, todos os demais municípios apresentaram uma redução no percentual da população rural. A população total do Vale do Paranhana passou de 122.387 habitantes em 1990 para 185.468 habitantes no ano de 2010, com um crescimento de 51% no total da população (FEE, 2016).

Observa-se que as cidades de maior concentração populacional no ano de 2010 são Taquara, Parobé e Igrejinha. Um dos motivos de atração populacional para os municípios de Parobé e Igrejinha são os polos industriais do calçado, além de Igrejinha contar com uma fábrica de bebidas. Taquara conta com a presença de uma instituição de ensino superior que movimenta um certo volume de estudantes, sendo um fator gerador de atração de população

para o município. Porém, para entender o processo migratório na região do Vale do Paranhana, outras variáveis serão analisadas.

Na análise da tabela 4, é necessário salientar que, houve tanto redução quanto aumento considerável na população rural dos municípios que formam o Vale do Paranhana. Por exemplo: em Igrejinha, a população rural reduziu em 13% no período de 1990 a 2010 e em Parobé, o percentual de pessoas na zona rural cresceu, aproximadamente, 134%. Esses dados revelam um deslocamento das populações da zona rural para a urbana nos municípios da região do Vale do Paranhana, cujos motivos revelam ser o mercado de trabalho (indústria), a infraestrutura, o acesso a serviços, entre outros. Em Parobé, município que concentra uma parcela significativa das indústrias calçadistas da região, o deslocamento para o meio rural é consequência do desemprego industrial, devido às crises que vem enfrentando o setor de calçados a partir de 2008 (CALANDRO e CAMPOS, 2013).

Os dados referentes ao deslocamento da população na região mostram uma força de atração, representada pelas indústrias calçadistas que, a partir de 1970, em função, principalmente do emprego, atraíram muitos migrantes de outros municípios do Rio Grande do Sul e até mesmo de outras regiões do Brasil. Esse fato, conforme Singer (1980), representa um dos motivos que levam os indivíduos a migrar, considerando o processo de industrialização e as desigualdades sociais.

No Rio Grande do Sul, o motivo que leva ao deslocamento tem forte relação com os desequilíbrios regionais, pois existem regiões com fracos fatores de atração. No Estado, encontram-se regiões enfraquecidas e atrasadas por falta de investimentos e incentivos, promovendo, assim, o deslocamento da população para outros municípios que possuem indicativos de crescimento, com empregos, infraestrutura e demais condições de sobrevivência. Conforme dados do Censo 2010, os municípios com maior índice de pobreza são aqueles que possuem população acima de 100 mil habitantes, devido ao contingente de pessoas que saíram de áreas rurais, com baixa qualificação profissional e acabaram inchando as periferias das regiões metropolitanas, que, por sua vez, não tinham infraestrutura suficiente para atender a essa demanda. No Estado, depois da região metropolitana de Porto Alegre, estão as cidades da região Sul, como Pelotas, Rio Grande e Canguçu e, em seguida, a Fronteira com Uruguaiana, Santana do Livramento. O Censo 2010 permite outra constatação: os municípios com menos de 5 mil habitantes, dependentes do setor primário, apresentam níveis altos de atraso e pobreza (FILIPPI, 2014).

Fazendo uma comparação com os dados levantados sobre a região do Vale do Paranhana, não foi possível constatar a afirmação acima colocada por Filippi (2014). Os

municípios da região estão no limite de 5 a 60 mil habitantes, porém não se constata níveis de pobreza acentuados, dados esses que serão confirmados pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A migração populacional das áreas rurais para as urbanas ocorrida na região do Vale do Paranhana deve-se ao fato de que houve uma redução nas áreas plantadas em favor de um processo de industrialização ligado ao setor coureiro-calçadista. Desse modo, o processo de migração do meio rural para a cidade ocorreu devido a fatores como: a busca por melhores condições de vida, o emprego, o aumento da renda, o melhor acesso à saúde e à educação. Atualmente, o que se observa é que o agricultor vai para a cidade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de sua família e o que encontra, na maioria das vezes, é desemprego, baixa qualidade no atendimento à saúde, falta de moradia, ou seja, a situação fica, muitas vezes, pior do que a vivida no meio rural.

Segundo Silveira e Hermann (2001), a migração campo-cidade se dá principalmente devido a dois fatores: o primeiro é a estagnação da estrutura fundiária da região associada à concentração fundiária; e o segundo fator que contribui para a expulsão do agricultor do meio rural é a dinâmica da economia de algumas cidades. É importante citar que a modernização agrícola também contribui para a migração rural-urbana.

Na região do Vale do Paranhana, a concentração populacional no meio urbano nas duas últimas décadas identifica um aumento da migração rural-urbana. Ao se tratar do total da população da região, 88% são habitantes de áreas urbanas e apenas 12% constitui a população rural, para o ano de 2010, o que revela que a região do Vale do Paranhana está inserida num contexto predominantemente urbano. Portanto, é possível considerar que a maioria dos municípios da região, pelo fato de concentrarem população no meio urbano, possuem setores como indústria, comércio e serviços que atraem os indivíduos que buscam por emprego, renda e melhor qualidade de vida.

A seguir a análise dos aspectos populacionais da região do Vale do Paranhana, a densidade demográfica, ou seja, a concentração populacional nos municípios, representa o resultado das atividades econômicas desenvolvidas nas microrregiões e está melhor relacionada às oportunidades e às expectativas da população, principalmente, com relação ao emprego.

Na tabela 5, é possível verificar a concentração ou dispersão populacional, por meio da densidade demográfica, dos municípios do Vale do Paranhana, no período de 1990 a 2010. Os números indicam que há desigualdades socioespaciais referente a distribuição da população na região do Vale do Paranhana. Pode-se observar que há uma concentração

populacional nos municípios de Parobé (474,03 hab/km²) e Igrejinha (233,03 hab/km²), em contraposição a Riozinho, com apenas 18,07 habitantes por km², em 2010. Os demais municípios mantêm uma média entre 60 e 130 habitantes por km², médias elevadas, se comparadas à do Estado do Rio Grande do Sul, que, em 2010, registrava 37,96 habitantes por km² (IBGE, 2016). A grande concentração populacional em alguns municípios da região deve-se à presença de um setor industrial desenvolvido gerador de emprego e renda. Porém, com as crises que ocorreram no setor calçadista, o desemprego foi um fator de empobrecimento e aumento, principalmente, da criminalidade nos municípios de maior concentração populacional. Isso revela a posição de vulnerabilidade em que fica uma região dependente quase que exclusivamente de uma base econômica, o setor coureiro-calçadista.

Tabela 5 – Densidade Demográfica dos municípios do Vale do Paranhana entre 1990-2010

Municípios	Área (Km ²)	1990	2000	2010
Igrejinha	136,8	138,82	195,67	233,03
Parobé	109	221,72	410,79	474,03
Riozinho	239,3	12,19	17,01	18,07
Rolante	297	42,73	60,1	65,91
Taquara	457,1	85,61	115,57	119,35
Três Coroas	185,5	73,00	104,74	128,53
Média VP	1.424,70	95,68	150,65	173,15

Fonte: FEE, 2014; IBGE: CENSO 2010

É possível considerar que as desigualdades de ocupação do espaço estão relacionadas também às condições físicas do município (relevo e vegetação) e, sobretudo, aos aspectos econômicos, os quais representam atrativos para a população que migra.

A concentração populacional em municípios como Parobé, Igrejinha e Três Coroas pode ser explicada pela hipótese de que nesses municípios estão instaladas, em sua grande maioria, as indústrias da região, que absorvem grande parte da mão de obra disponível. Conforme dados do RAIS/CAGED (2016), Igrejinha concentrava, em 2010, 345 indústrias de calçados, Parobé com 311 e Três Coroas com 329, isso sem contar os outros segmentos ligados à fabricação do calçado (curtumes, equipamentos e componentes, fabricantes de borracha e plástico, entre outros).

O capitalismo industrial tem seu desenvolvimento marcado pelo processo de urbanização, que provoca uma concentração populacional em grandes centros industriais. A correlação que existe entre industrialização e urbanização é tão afilada que os índices de urbanização são utilizados como indicadores de desenvolvimento (DURHAN, 1978).

Na tabela 6, as taxas de urbanização registradas no período de 1970 a 2010, reforçam o caráter urbano da região do Vale do Paranhana. A partir de 1990, houve um aumento significativo da população urbana: em média 90% da população dos municípios da região estavam residindo em áreas urbanas. No Vale, há um fenômeno interessante que, de certa forma, dá respaldo à urbanização acentuada da região. Como foi abordado anteriormente, o Vale era uma bacia leiteira importante, assim como a produção agrícola era representativa para a economia da região. Com a chegada da indústria calçadista, muitos trabalhadores saíram do meio rural em busca de emprego na indústria, mantendo-se, assim, nas cidades. Com a entrada do setor coureiro-calçadista no mercado externo, entre final de 1980 e início de 1990, os fabricantes tiveram que investir para aumentar o volume de produção e atender às exigências do mercado externo, necessitando, assim, de um volume maior de mão de obra.

Tabela 6 – Taxa de Urbanização (%)⁵

Municípios	1970	1980	1990	2000	2010
Igrejinha	42,1	69,6	91,4	95,4	95,4
Parobé	-	-	95,6	97,0	94,4
Riozinho	-	-	51,5	62,1	63,5
Rolante	16,7	46,6	72,9	78,0	78,6
Taquara	58,6	73,3	82,0	81,6	82,8
Três Coroas	37,7	65,5	77,8	87,8	86,2
Média VP	38,8	63,8	78,5	83,7	83,5

Fonte: FEE, 2014

Nesse mesmo período (1950-2000), no Brasil ocorre um acentuado processo de urbanização, para o qual contribuiu o intenso êxodo rural e um grande crescimento vegetativo da população. Outros aspectos importantes foram a modernização da agricultura, liberando mão de obra, o parcelamento das terras no Sul, o avanço da fronteira agropecuária em direção ao Centro-Oeste e o Norte e a intensificação da industrialização (GIRARDI, 2008). Todos esses aspectos foram importantes para explicar o intenso processo de urbanização que atingiu as diferentes regiões do Brasil.

Um aspecto que, por vezes, é decisivo no processo de migração são as desigualdades sociais. Os desequilíbrios existentes entre as regiões, como, por exemplo, falta de emprego, carências sociais, entre outros, são considerados motivadores das migrações. O indicador a seguir, refere-se ao desenvolvimento, processo que conduziu as migrações de áreas atrasadas para áreas desenvolvidas, durante diferentes períodos da história do Brasil.

⁵ Taxa de urbanização é a percentagem da população da área urbana em relação à população total.

Um indicador social é utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico. É um elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais, sendo utilizado como um instrumento operacional para monitoramento da realidade (JANNUZZI, 2004).

Conforme Rodrigues (1991), a finalidade do desenvolvimento deve ser atender às necessidades dos indivíduos. Para que fosse possível quantificar o conceito de desenvolvimento, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é um índice proposto pelo Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e é composto por indicadores socioeconômicos ponderados e agrupados por blocos. Este indicador abrange a área da saúde, da educação e da renda. Para análise do IDH, conforme Oliveira (2001), os limites mínimos e máximos foram estabelecidos a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995, o intervalo de variação do IDH localiza-se entre 0 e 1, para a proximidade de zero tem-se carência máxima e para um valor desejável igualado à unidade, tem-se carência mínima. O índice de desenvolvimento humano dentro do intervalo já mencionado, utilizado na classificação de países, estados e municípios, obedece à distribuição seguinte, conforme o PNUD (ONU): o país, região, estado ou município que tiver um índice variando entre 0 e 0,49, é considerado de baixo grau de desenvolvimento; quando o intervalo localiza-se acima de 0,5 até 0,8, o grau é médio e acima de 0,8 até 1,0 é considerado de alto grau de desenvolvimento. Abaixo apresenta-se o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), considerado o melhor caminho para medir a qualidade do desenvolvimento social.

Tabela 7 – IDH dos municípios do Vale do Paranhana

Municípios	1991	2000	2010
Igrejinha	0,48	0,60	0,72
Parobé	0,44	0,60	0,70
Riozinho	0,42	0,57	0,66
Rolante	0,44	0,60	0,69
Taquara	0,54	0,65	0,73
Três Coroas	0,48	0,61	0,71
Média do VP	0,47	0,60	0,70

Fonte: IBGE, IPEA/PNUD, 1991; IPEA e FJP, 2000; PNUD, 2014

Observa-se, a partir dos dados, que a região, no seu aspecto social, passou de um baixo grau de desenvolvimento para grau médio de desenvolvimento, considerado bom para os padrões do Brasil, país que ainda apresenta muitas carências e desequilíbrios regionais.

Novamente, é possível atribuir essa melhora nos padrões de desenvolvimento, proporcionada pela geração de renda, ao setor calçadista.

Outro indicador a ser considerado no desenvolvimento do Vale do Paranhana é a educação. A criação da faculdade na década de 1990 tem contribuído para a formação de profissionais atuantes na região. Atualmente, nota-se uma massiva presença da mão de obra da indústria calçadista, buscando qualificação profissional, por meio de incentivos das próprias empresas.

Considerando-se os aspectos relacionados à mobilidade da população deve-se atentar para o fato de que o transporte é importante no processo de desenvolvimento quando se refere à acessibilidade viária e a forma de deslocamento utilizada pela maioria da população.

Verificando os dados do Vale do Paranhana, foi possível identificar que, a partir de 2010, praticamente não há inclusão de novos veículos na frota: o número de carros registrados manteve-se praticamente constante. Porém, a população não parou de crescer e as necessidades de acesso e mobilidade têm-se tornado mais presentes. A saturação dos centros urbanos no que se refere a emprego, moradia e serviços, faz com que as pessoas tenham que buscar alternativas mais distantes, necessitando, assim, de um transporte de qualidade e em número de veículos suficiente ao atendimento da população.

Tabela 8 – Transporte de Passageiros/Número de veículos registrados

Municípios	1991	2000	2010	2013
Igrejinha	2.613	5.949	13.049	15.996
Parobé	2.645	8.298	17.719	21.683
Riozinho	167	546	1.343	1.619
Rolante	1.673	3.563	7.142	8.811
Taquara	8.407	12.131	20.528	24.915
Três Coroas	2.015	4.435	9.392	10.997
Total VP	17.520	34.922	69.173	84.021

Fonte: FEE, 2014

O movimento populacional de áreas mais saturadas (centros metropolitanos) para áreas mais periféricas requer investimentos no setor de transporte público. A mobilidade espacial depende de boas linhas viárias e um setor de transporte que possa vir a atender à demanda. O transporte público deve ser mais flexível e dispor de mais horários para atendimento às necessidades das populações. Conforme Cunha e Lacombez (2008, p. 56), [...]é fundamental estruturar uma rede de acessibilidade e de circulação entre os locais de residência e as áreas onde se concentram as actividades económicas e sociais[...]. Esse é um

fator importante no estudo das migrações, dado o caráter frequente dessas e a necessidade de maior agilidade temporal no deslocamento.

No Vale do Paranhana, observa-se pela tabela 8 que, se houve investimento na frota de veículos, essa notadamente não foi significativa, principalmente no período mais atual. Dada a proximidade da região metropolitana de Porto Alegre, do Litoral, da Serra e do Vale do Sinos, os deslocamentos diários dependem de um transporte público de qualidade. O fluxo tanto da região metropolitana como o contrário representa um fator que marca a migração. Os movimentos migratórios, nos seus diferentes tipos, estão relacionados às condições de acesso apresentadas.

No sentido de fundamentar a mobilidade populacional, na análise dos setores econômicos do Vale do Paranhana, apresentam-se os dados sobre o emprego na região, sendo possível constatar que a indústria é o setor de maior concentração de mão de obra. A instalação das indústrias calçadistas mobilizou um fluxo de mão de obra para os municípios de Igrejinha, Parobé e Três Coroas.

Tabela 9 – Emprego no setor industrial e comercial no Vale do Paranhana

Municípios	Indústria				Comércio			
	1990	2000	2010	2014	1990	2000	2010	2014
Igrejinha	4.872	9.581	12.874	7.309	333	756	2.380	1.127
Parobé	8.136	8.604	13.966	7.602	162	634	1.598	1.028
Riozinho	0	251	1.437	580	0	11	67	33
Rolante	2.908	5.446	7.988	4.221	254	310	742	487
Taquara	5.277	4.937	6.278	3.241	1.834	1.562	3.350	2.071
Três Coroas	3.613	7.173	12.873	5.640	212	371	908	504
VP	24.806	35.992	55.416	28.593	2.795	3.644	9.045	5.250

Fonte: Ministério do Emprego e do Trabalho. Bases estatísticas RAIS/CAGED. Acesso em 16.04.2016

Tabela 10 – Emprego no setor de serviços e agropecuária no Vale do Paranhana

Municípios	Serviços				Agropecuária			
	1990	2000	2010	2014	1990	2000	2010	2014
Igrejinha	744	756	1.080	846	3	7	3	2
Parobé	618	1.279	1.935	786	8	27	21	18
Riozinho	0	79	36	18	0	9	21	14
Rolante	113	531	502	362	0	23	36	18
Taquara	2.111	1.917	3.096	1.953	14	57	90	36
Três Coroas	416	655	681	414	1	58	32	4
VP	4.002	5.217	7.330	4.379	26	181	203	92

Fonte: Ministério do Emprego e do Trabalho. Bases estatísticas RAIS/CAGED. Acesso em 16.04.2016

Na análise dos dados sobre emprego é possível observar que existe uma concentração de mão de obra no setor industrial, isso devido à presença das indústrias calçadistas e de seus

segmentos. Porém, as crises enfrentadas pelo setor, sendo a última a de 2008, e a entrada de calçados chineses, levaram a uma queda acentuada na mão de obra empregada nos setores econômicos (industrial, comércio e serviços). Essas oscilações nos empregos são explicadas pelas diversas vezes em que a indústria, principalmente, teve que se adequar para enfrentar a concorrência externa, as crises econômicas, a saída de algumas plantas industriais em direção a regiões que ofereciam incentivos fiscais (Nordeste), o que motivou a perda de postos de trabalho.

Esses fatores atingiram o setor calçadista, maior gerador de renda da região, comprometendo, assim, setores que dependem da renda regional, como o comércio e serviços. O setor agropecuário teve sua maior perda nos municípios de Três Coroas, Taquara e Rolante, mas já vinha perdendo representatividade desde a década de 1970 quando da entrada das indústrias de calçados. A região tem buscado alternativas para enfrentar a queda no emprego; um exemplo é o município de Três Coroas em que o turismo tem sido um atrativo que, possivelmente, poderá absorver parte da mão de obra. Também há municípios investindo em setores como o de móveis, bebidas, alimentos, entre outros.

3.5 Migrações: os destinos recentes rumo ao Vale do Paranhana

As teorias sobre migração interna no Brasil tratam como componente de atração da migração o desenvolvimento industrial. Cabe ressaltar que o desenvolvimento industrial não é o único motivador da migração: no Vale do Paranhana, o fator econômico é bastante presente, pois, durante as últimas décadas, a população tem no deslocamento uma busca de condições de sobrevivência, de emprego e de renda para o sustento da família.

Os primeiros migrantes que aqui chegaram, tiveram na agricultura a principal fonte de renda, porém traziam consigo um conhecimento na área de fabricação de artigos de couro e deram início à produção de calçados de forma muito artesanal. No início do século XX, as indústrias calçadistas, que começaram pelo Vale do Rio dos Sinos, foram se consolidando no Vale do Paranhana. Em 1950, com a inserção no mercado nacional, a produção aumentou e, em 1960, a indústria calçadista se internacionaliza. Com o crescimento do mercado, aparece a necessidade de uma demanda maior por trabalhadores, iniciando-se, assim, um deslocamento de áreas rurais para as áreas urbanas e a busca por trabalho. O atraso produtivo no campo, a concentração da propriedade, o atraso tecnológico e a falta de infraestrutura, foram, sem dúvida, elementos muito fortes no deslocamento da população para as áreas urbanas da região associado ao surgimento das indústrias calçadistas.

Em relação à migração, as informações censitárias levam em conta os diferentes movimentos migratórios da população na região do Vale do Paranhana, tendo como base os dados sobre o local de nascimento, o tempo de moradia na residência atual e o local de moradia anterior. A partir dessas informações, é possível identificar se o indivíduo é migrante ou não, e sua condição de naturalidade.

Os dados sobre as migrações no Vale do Paranhana terão por base os Censos de 1991, 2000 e 2010. O Censo de 1991 foi um dos mais completos na questão migrações, pois nele foram incluídos itens importantes sobre migrações internas. Além disso, permitiu o estudo das etapas migratórias e um avanço na estimação da emigração internacional. O Censo de 2000 quebrou com a sequência de avanços que vinha desde 1980. Esse representou um retrocesso em relação aos anteriores, comprometeu a análise das etapas migratórias, a agregação das informações por Unidades da Federação (UF), foi um limitante, já que os movimentos migratórios no final do século XX passam a ser regionais e não mais de longas distâncias. No Censo de 2010, retornou a informação a nível municipal e também a de emigração internacional (RIGOTTI, 2011).

Vale ressaltar que, no Censo de 2000, as informações sobre migrações tiveram seus resultados divulgados de forma agregada, ficando inviável estabelecer parâmetros comparativos entre os censos de 2000 e 2010. Assim, somente no Censo de 2010 as variáveis são divulgadas de forma desagregada. Ervatti e Oliveira (2011) observam que o censo demográfico de 2000 deixou de captar a informação sobre a última etapa migratória para o nível municipal, gerando perdas no que diz respeito à comparabilidade com os censos anteriores e limitação nas análises das migrações de curtas distâncias.

O Censo Demográfico de 2010 buscou recuperar a informação sobre a última etapa migratória no nível municipal, porém perdeu a informação sobre a questão da migração intramunicipal. Os dados referentes ao deslocamento, desta forma, ficam mais completos, se observados índices referentes a trabalho e estudo, como segue: entre o lugar de residência, por lugar de estudo, trabalho e de trabalho e estudo; entre o lugar de residência por lugar de estudo, de trabalho e de estudo, segundo a periodicidade do deslocamento (JARDIM, 2011, p. 56).

Com base nessas informações, a análise dos dados secundários em sua cronologia histórica pode ficar comprometida; por esse motivo, a escolha dos dados foi realizada a partir de critérios que estivessem presentes informações para os três momentos censitários distintos (1991, 2000 e 2010). Os dados secundários estão dispostos em tabelas e gráficos, a fim de que se possa efetuar uma inter-relação entre eles.

A análise parte da verificação dos dados sobre a população, sua situação de domicílio e por sexo. As tabelas 11, 12 e 13 trazem os dados relativos aos períodos censitários escolhidos para melhor explicar os movimentos populacionais ocorridos na região do Vale do Paranhana.

Tabela 11 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo – 1991 e 2000

Municípios	1991					2000				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Igrejinha	20.514	50,4	49,6	92,6	7,4	26.767	49,8	50,2	95,4	4,6
Parobé	31.995	51,0	49,0	96,2	3,8	44.776	50,2	49,8	97,0	3,0
Riozinho	3.389	52,4	47,6	52,2	47,8	4.071	52,2	47,8	62,1	37,9
Rolante	13.420	50,9	49,1	74,3	25,7	17.851	50,9	49,1	78,0	22,0
Taquara	42.467	49,2	50,8	82,7	17,3	52.825	49,3	50,7	81,6	18,4
Três										
Coroas	15.087	50,8	49,2	78,6	21,4	19.430	50,5	49,5	87,8	12,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000

Observa-se que, em 1991, os índices de urbanização já eram bastante elevados, pois a população, em sua grande maioria, estava localizada nas áreas urbanas. O município de Riozinho foi o único que manteve praticamente metade da população no meio urbano e metade no meio rural. Em relação a homens e mulheres, não há grande diferença, ficando aproximadamente um percentual de 50% para cada sexo. Os resultados mostram que para 2000 e 2010 em relação ao sexo da população, não houve alterações consideráveis, porém o ritmo de urbanização tem se intensificado.

Ao analisar o ano de 2000, os dados mostram que não houve grandes alterações em relação à população masculina e feminina, permanecendo em torno de 50% a distribuição por sexo. Em relação à população rural/urbana, observa-se que há uma contínua perda populacional do meio rural para o urbano.

Os estudos teóricos sobre as migrações já constatavam, desde o século XIX, a forte tendência à migração campo/cidade. Essa tendência tinha origem no processo de desenvolvimento, que considerava as áreas rurais atrasadas e as urbanas, desenvolvidas. O diferencial de renda entre o rural e o urbano e a possibilidade de um emprego urbano, também motivaram esse deslocamento; além disso, a modernização do setor agrícola e a dinâmica das cidades contribuíram para a migração rural-urbana (TODARO, 1980; SILVEIRA e HERMANN, 2001; OLIVEIRA, 2004).

Tabela 12 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo – 2010

Municípios	2010				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Igrejinha	31.660	48,8	51,2	95,4	4,6
Parobé	51.502	49,4	50,6	94,4	5,6
Riozinho	4.330	50,9	49,1	63,5	36,5
Rolante	19.485	50,1	49,9	78,6	21,4
Taquara	54.643	49,2	50,8	82,8	17,2
Três Coroas	23.848	49,6	50,4	86,2	13,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Em relação ao ano de 2010, os dados referentes a homens e mulheres permanecem inalterados. É possível observar uma pequena queda no número de homens residentes no ano de 2010. Isso pode representar uma migração para outros destinos, muito em função das várias crises enfrentadas pelo setor calçadista, que deixou um contingente de desempregados. Nesse contexto, os homens, à procura de emprego, podem ter migrado para municípios da região ou de outras regiões no entorno. Há um fenômeno a constatar, se comparados os anos de 2000 e 2010, tendo em vista que ocorreu uma pequena elevação na população rural nos municípios de Parobé e Três Coroas, sendo que Parobé, pelos dados apresentados na Tabela 9, tinha um volume considerável de trabalhadores no setor industrial e dada a crise do setor calçadista, há a hipótese de que um percentual de trabalhadores resolveram migrar para áreas rurais, resultado este que pode ser observado pela perda de população no meio urbano nesses municípios.

Para Vignoli (2011), o fluxo rural/urbano poderá ocorrer por motivos relacionados à dinâmica da economia global. Populações migram para as cidades em virtude do emprego e dos salários, das desigualdades estruturais, para deixar a situação de pobreza no campo, fatores hoje questionáveis, conforme o autor.

Em relação à mobilidade espacial como um todo, no Rio Grande do Sul, o Censo de 2010 destaca que, embora o Estado tenha mantido baixa a evasão migratória, apresentou um saldo negativo (-74.650). O Rio Grande do Sul tem sido um Estado que vem perdendo população e esse fator pode ter impacto na região do Vale do Paranhana (IBGE, 2010).

A população também pode ser analisada a partir do grupo de idade, evidenciado na tabela 13, em que se observa uma maior concentração populacional no intervalo que vai de 10 anos a 39 anos, para o ano de 2000. Os demais grupos ficam com percentuais no entorno de 10%. Pode-se considerar que, devido ao perfil da região, voltada à produção industrial, a concentração populacional ocorre em uma faixa de idade considerada ativa para o trabalho.

Nos municípios de Riozinho e Rolante, o destaque é para a população com mais de 60 anos, que ultrapassa o percentual de 10%, se comparado aos demais municípios que ficam abaixo desse percentual. Conforme Vignoli (2011), pessoas idosas ou aposentadas migram para cidades que lhes proporcionem maior qualidade de vida e que sejam menos dinâmicas. Nesse caso, os municípios referenciados são os menores da região e ainda pouco industrializados, mas com fácil acesso a regiões mais dinâmicas e possuidoras de serviços.

Tabela 13 – População residente, por grupos de idade, segundo os municípios - 2000

Municípios	População residente								
	Total	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)							
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Igrejinha	26 767	8,7	9,3	18,9	17,6	17,8	12,4	7,6	7,8
Parobé	44 776	10,5	10,6	19,1	18,5	18,1	11,5	6,0	5,6
Riozinho	4 071	9,0	8,9	18,1	15,6	15,6	12,2	9,2	11,3
Rolante	17 851	8,3	9,3	18,0	16,5	16,5	11,6	8,8	11,0
Taquara	52 825	9,0	8,9	18,4	16,4	16,1	12,3	8,5	10,3
Três Coroas	19 430	8,6	8,8	19,2	18,6	16,6	12,3	7,9	8,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Um dos aspectos da teoria clássica das migrações considera que o fluxo migratório era mais intenso, quando os migrantes eram do sexo masculino, em idade ativa, jovens e solteiros. Golgher (2004) afirma que há uma tendência maior entre pessoas mais jovens à mobilidade, se comparadas ao restante da população. No Vale do Paranhana, devido à distribuição da população entre homens e mulheres ser de aproximadamente 50%, para ambos, esse aspecto não fica evidente nos dados secundários analisados.

Tabela 14 – População residente, por grupos de idade, segundo os municípios - 2010

Municípios	População residente						
	Total	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)					
		0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Igrejinha	31 660	8,1	14,2	17,6	25,2	25,2	9,7
Parobé	48 633	8,8	15,7	18,3	24,9	24,6	7,6
Riozinho	1 582	6,9	14,9	13,3	19,1	26,7	19,1
Rolante	4 175	6,6	12,5	13,8	19,1	27,3	20,7
Taquara	45 266	7,9	14,6	16,0	23,5	25,6	12,3
Três Coroas	3 302	7,9	14,2	15,4	23,9	24,8	13,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

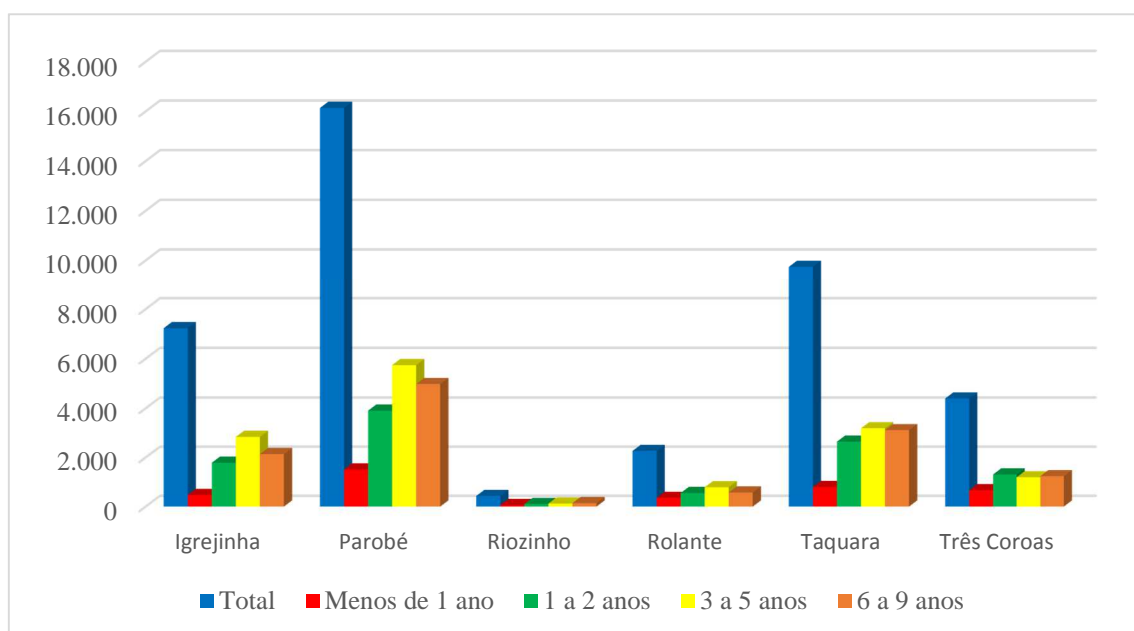
Embora a metodologia adotada no Censo de 2000 e no Censo de 2010 tenha uma pequena diferença quanto à classificação dos grupos de idade, tenta-se fazer uma aproximação para fins de análise.

Observa-se que há uma concentração populacional nos grupos de idade que se encontram no intervalo de 6 a 14 anos a 40 a 59 anos mostrando o predomínio de pessoas jovens e em idade ativa para o mercado de trabalho. Entre os anos 2000 e 2010, a concentração populacional teve pouca alteração. No ano de 2000, observa-se que os percentuais variam no intervalo entre 15 e 20%. Já em 2010, esse percentual ficou entre 15 e 30%. Isso, de certa forma, demonstra uma necessidade de mão de obra como forma de manutenção da atividade profissional e da vida urbana. Como foi possível constatar, os percentuais entre as pessoas com maior idade (49-60 anos) aumentou, observando o que já vem acontecendo no Brasil, um envelhecimento populacional.

Nos censos de 2000 e 2010 observa-se uma concentração no grupo jovem da população, explicada pelas teorias sobre migração, afirmando ser a população jovem e a em idade produtiva as mais propensas a migrar e mudar de região/município de residência, em busca de qualidade e condições de vida e melhores oportunidades de trabalho e emprego (GOLGHER, 2004).

Os gráficos 1, 2 e 3 referem-se à população que não nasceu nos municípios do Vale do Paranhana, mas vieram a residir na região, recentemente, levando em consideração as datas dos censos.

Gráfico 1 – Pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação – 1991

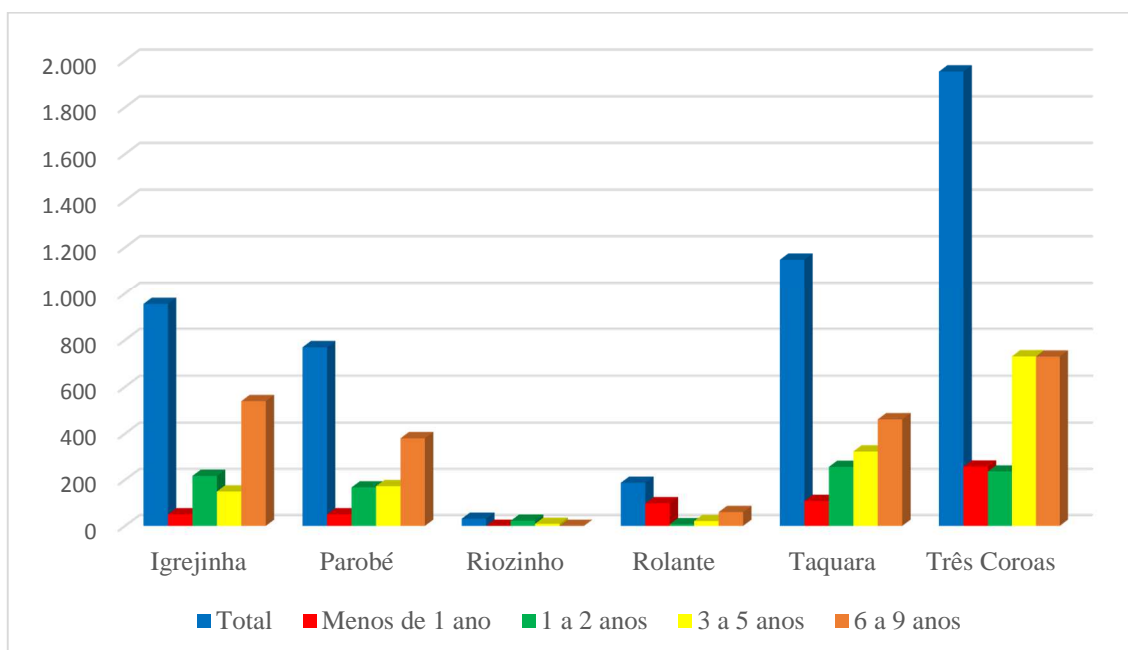


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991

No Gráfico 1 é possível observar que na maioria dos municípios da região, predomina

a população que reside entre três e nove anos ininterruptos. Rolante e Riozinho por serem os municípios mais novos da região são pouco representativos no aspecto residência da população. Porém, o município de Rolante segue o mesmo indicador dos demais municípios, para o ano do Censo de 1991.

Gráfico 2 – Pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação – 2000

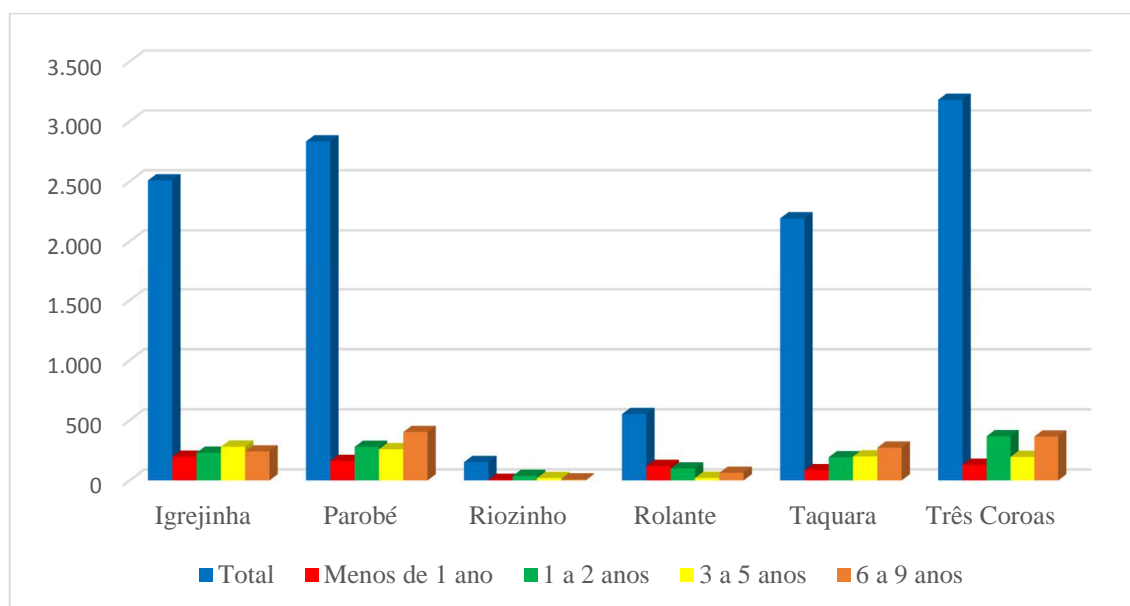


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Analisando os dados para o ano de 2000 observa-se uma tendência, ou seja, a população passa a residir por mais anos nos municípios da região, havendo uma maior concentração populacional no período de três a nove anos de residência. Porém, é possível verificar que Igrejinha e Parobé tiveram uma redução na população residente no período que compreende entre um a cinco anos de residência. No caso de Igrejinha a concentração populacional encontra-se no período entre seis e nove anos de residência, ou seja, as pessoas permanecem no município aumentando, assim, os anos de residência. No caso de Parobé a queda foi bastante acentuada para todo o período, ou seja, houve uma saída de população do município.

Nos anos 2000 ocorreu uma realocação das plantas industriais do setor coureiro-calçadista em busca de incentivos fiscais e mão de obra mais barata, o que deslocou algumas indústrias do Vale do Paranhana para o Nordeste brasileiro. Este fenômeno fez com que os residentes na região buscassem oportunidades em outros municípios ou estados.

Gráfico 3 – Pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Embora houvessem períodos de saída da população dos municípios da região do Vale do Paranhana, a partir da análise dos gráficos, foi possível constatar uma queda acentuada no número de pessoas com poucos anos de residência nos municípios da região. Pode-se, então, afirmar que o tempo de permanência das pessoas na região tem sido maior e que os fluxos de entrada e saída têm sido menores. No início do século XX, as migrações no Rio Grande do Sul eram de longas distâncias, e na região esse período corresponde ao auge da produção do calçado, o que atraiu mão de obra, elevando o fluxo de entrada de pessoas (JARDIM e BARCELLO, 2011; KLEIN, MASSUQUETTI e SPRICIGO, 2012).

A partir dos dados dos Censos de 2000 e 2010, observa-se que o número de pessoas chegando à região não sofre grandes alterações, embora em 2010 o volume de pessoas com anos recentes de residência nos municípios da região tenha aumentado. A região do Vale do Paranhana possui fácil acesso a Porto Alegre e também a outras regiões, como Serra e Litoral Norte; isso faz com que as pessoas migrem principalmente da capital para cidades menores em busca de qualidade de vida. Esse fato expõe um aspecto atual das migrações que são os deslocamentos de curta distância, que ocorrem dentro da própria região ou regiões do entorno.

Os dados representados nas tabelas abaixo referem-se à população que não residia na região do Vale do Paranhana e também ao número de migrantes vindos de outros países. As migrações internacionais são deslocamentos realizados de um país para o outro. A região, no século XIX, teve um grande fluxo migratório de grupos europeus, principalmente alemães,

responsáveis pela colonização e pelo desenvolvimento econômico do Vale do Paranhana. Nas últimas décadas, o fluxo de imigrantes alemães praticamente se extinguiu, porém a região recebeu migrantes de diferentes países, dados que ficarão mais evidentes na sequência do texto.

As tabelas 15 e 16 apresentam: “informação daqueles indivíduos que nasceram na Unidade da Federação em que residiam em 2010, e que moravam em outra Unidade da Federação há exatamente cinco anos da data de referência dos Censos Demográficos 2000 e 2010” (Censo 2010, p. 67), informações essas referentes à migração de retorno.

Tabela 15 - Pessoas com 5 anos ou mais de idade que não residiam na unidade da Federação em 31.07.1995

Municípios	Total	Exterior
Igrejinha.....	257	24
Parobé.....	442	-
Riozinho.....	74	-
Rolante.....	175	-
Taquara.....	740	51
Três Coroas.....	945	33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A tabela 15 refere-se ao levantamento da população pelo Censo de 2000. Neste caso é possível apenas identificar que alguns municípios não tinham a presença de migrantes originários de outras unidades da federação, para o ano de 1995.

Tabela 16 - Pessoas com 5 anos ou mais de idade que não residiam na unidade da Federação em 31.07.2005

Municípios	Total	Exterior
Igrejinha.....	3.772	-
Parobé.....	5.741	33
Riozinho.....	331	-
Rolante.....	1.388	-
Taquara.....	4.387	72
Três Coroas.....	2.597	33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Na tabela 16 já é possível identificar um volume maior de população que retornou aos municípios da região. Porém, observa-se que na passagem de 1995 para o ano de 2005 o município de Igrejinha perdeu migrantes vindos de outras localidades. No entanto, Parobé que em 1995 não tinha a presença migrantes vindos de outras unidades da federação, no ano de 2005 foi identificada a presença de 33 migrantes. Taquara, no ano de 2005, teve uma aumento

de população vinda de outras localidades e Três Coroas manteve constante o número de migrantes vindos de outras unidades da federação.

Neste contexto, a migração de retorno significa a inversão do fluxo migratório com a fixação definitiva no país de origem, após um longo período em outro país. No entanto, este conceito pode ser aplicado para regiões, unidades da federação, municípios. No caso analisado, os dados representam um aumento considerável do retorno de residentes aos seus municípios de origem. O movimento de retorno ocorre em fases de alternância entre o destino e a origem, até que se concretize a permanência. A data exata desse retorno é de difícil definição, a não ser que a mesma seja declarada pelo migrante, o que não é frequente quando da coleta de dados (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Com relação ao número de migrantes que se deslocaram para o Vale do Paranhana no período de 1991 até 2010, as tabelas a seguir identificam a trajetória do migrante de sua cidade de origem até os municípios do Vale do Paranhana, bem como, a quantidade de migrantes presentes nesse deslocamento. Esse é um aspecto interessante e atual das migrações, cujo fluxo do deslocamento ocorre a partir de curtas distâncias.

Tabela 17 – Município de residência atual – Igrejinha

Origem (1991)	Qtidade	Origem (2000)	Qtidade	Origem (2010)	Qtidade
São Francisco de Paula	297	Gravataí	121	Novo Hamburgo	302
Novo Hamburgo	306	Sapiranga	134	Sapiranga	303
Sapiranga	414	Cachoeira do Sul	165	Porto Alegre	527
Três Coroas	522	Três Coroas	217	Taquara	688
Taquara	825	Taquara	589	Três Coroas	759

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010

Com relação ao município de Igrejinha, observa-se que o maior fluxo de migrantes vem de municípios da própria região (Taquara e Três Coroas) representando a migração intrarregional. Também foi possível verificar que a região metropolitana (Porto Alegre) aparece em 2010 com 527 migrantes que se deslocaram para o município de Igrejinha.

Tabela 18 – Município de residência atual – Parobé

Origem (1991)	Qtidade	Origem (2000)	Qtidade	Origem (2010)	Qtidade
Novo Hamburgo	1.026	Palmeira das Missões	352	Campo Bom	397
Campo Bom	1.190	Sapiranga	381	Porto Alegre	477
Taquara	1.339	Campo Bom	425	Novo Hamburgo	807
Palmeira das Missões	1.738	Novo Cabrais	446	Sapiranga	916
Sapiranga	2.117	Taquara	709	Taquara	1.416

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010

No que tange ao município de Parobé, observa-se que, por volta de 1960, um dos municípios que mais enviava migrantes para a região era Palmeira das Missões. Isso só foi possível devido a uma política da prefeitura de Parobé, que estimulou a vinda desses migrantes como mão de obra para a indústria do calçado.⁶ A década de 1970 representou o início da exportação de calçados, ocorrendo o crescimento das indústrias e, conseqüentemente, o número de vagas de emprego. Este fato foi responsável pela vinda de migrantes de municípios mais distantes do Rio Grande do Sul e de outros estados. Esse processo, que iniciou em 1970, se perpetuou por alguns anos (IBGE, 2016).

Tabela 19- Município de residência atual – Riozinho

Origem (1991)	Qtidade	Origem (2000)	Qtidade	Origem (2010)	Qtidade
Santo Antônio da Patrulha	46	Santo Antônio do Palma	16	São Leopoldo	42
Parobé	50	Palmares do Sul	29	Santo Antônio da Patrulha	43
Cachoeira do Sul	54	Taquara	38	Taquara	43
Rolante	64	Novo Cabrais	108	Rolante	81
Novo Hamburgo	140	Rolante	135	Novo Hamburgo	125

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010

O município de Riozinho foi o que recebeu um número menor de migrantes, sendo Novo Hamburgo e Rolante os municípios que mais enviaram migrantes. Riozinho é o município mais novo da região, emancipado em 1988 e não conta com atrativos econômicos que possam promover um fluxo maior de migrantes. Conforme informações do IBGE (2016), os atrativos do município estão relacionados às belezas naturais, que vem a ser um fator de atração turística, sendo, então, mais comum o movimento pendular de migrantes turistas.

Tabela 20 – Município de residência atual – Rolante

Origem (1991)	Qtidade	Origem (2000)	Qtidade	Origem (2010)	Qtidade
Sapiranga	220	Sapiranga	86	Campo Bom	156
Porto Alegre	225	Campo Bom	102	Porto Alegre	163
Taquara	339	Porto Alegre	146	Riozinho	334
Santo Antônio da Patrulha	457	Cachoeira do Sul	164	Taquara	401
Novo Hamburgo	600	Taquara	360	Novo Hamburgo	646

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010

Para o município de Rolante, observa-se novamente o fluxo de migrantes de municípios da região (Taquara) e também de regiões próximas, ou seja, a trajetória dos migrantes ocorreu de forma intrarregional e inter-regional. A região metropolitana teve uma

⁶ Fato este revelado pelo entrevistado nº4, homem, que presenciou esta vinda de migrantes para o município de Parobé.

participação pequena no volume de migrantes que se direcionaram a Rolante. O município, além da natureza privilegiada, do turismo, conta também com pequenas indústrias de calçados, madeireira, entre outros setores da economia que favorecem a vinda de migrantes.

Tabela 21 – Município de residência atual – Taquara

Origem (1991)	Qtidade	Origem (2000)	Qtidade	Origem (2010)	Qtidade
Porto Alegre	1.122	Campo Bom	573	Gravataí	450
Campo Bom	1.341	Porto Alegre	614	Novo Hamburgo	463
Novo Hamburgo	2.006	Sapiranga	642	Parobé	874
Sapiranga	2.687	Palmeira das Missões	763	Igrejinha	902
Palmeira das Missões	2.842	Cachoeira do Sul	1.031	Porto Alegre	993

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010

Analisando o município de Taquara, observa-se que o fluxo migratório já revela um deslocamento interregional, sendo que, em 1991, Palmeira das Missões foi o município que mais perdeu população em benefício de Taquara, seguido em 2000, por Cachoeira do Sul e em 2010, por Porto Alegre. Taquara é o município mais antigo da região e é considerado referência. Desta forma, as pessoas vieram morar em Taquara, buscando oportunidades em outros municípios da região em que estavam instaladas as indústrias calçadistas, ofertantes de emprego.

Tabela 22 – Município de residência atual – Três Coroas

Origem (1991)	Qtidade	Origem (2000)	Qtidade	Origem (2010)	Qtidade
Gramado	210	Aratiba	124	Novo Hamburgo	248
São Francisco de Paula	224	Canela	132	Taquara	255
Taquara	303	Porto Alegre	160	São Francisco de Paula	276
Novo Hamburgo	319	Taquara	308	Bagé	308
Igrejinha	426	Igrejinha	406	Igrejinha	375

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010

O município de Três Coroas vem confirmar o fluxo migratório no sentido intrarregional e inter-regional, recebendo, nos anos analisados, migrantes de municípios que, na sua maioria, fazem parte da região do Vale do Paranhana, de regiões próximas como Hortênsias, Campos de Cima da Serra e Metropolitana.

Os dados dos censos 1991, 2000 e 2010, no que se refere à trajetória dos migrantes, evidenciaram um movimento básico entre os municípios da região e municípios de regiões adjacentes. Não aparecem municípios de outros estados do país. O perfil das migrações pós 1980 tem sido de curta distância. Esse novo padrão migratório está relacionado à

desconcentração da população e, também, à questões econômicas. Outro aspecto relacionado a esse novo fluxo migratório tem como causa a interiorização industrial, aspecto característico dos anos 1990 (BAENINGER, 2005).

Tabela 23 – Migrantes – Situação de domicílio e saldo migratório

Município Destino	1991		2010		Saldo	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Igrejinha	7.497	714	6.221	434	-1.276	-280
Parobé	10.583	756	10.321	730	-262	-26
Riozinho	1.312	1.487	413	261	-899	-1.226
Rolante	7.161	2.813	2.510	800	-4.651	-2.013
Taquara	19.614	5.429	8.139	1.434	-11.475	-3.995
Três Coroas	5.208	1.874	4.460	745	-748	-1.129

Fonte: IBGE. Censo, 1991 e 2010

A tabela 23 mostra o fluxo migratório na região por domicílio. Observa-se que a migração para áreas urbanas predomina. Em 1991, o município de Riozinho tinha um número de migrantes um pouco maior (175) na área rural se comparado à urbana, porém em 2010 há uma inversão do fluxo. O saldo migratório de 1991 para 2010 foi negativo em todos os municípios da região, revelando um movimento menor de migrantes. Taquara foi o município que mais perdeu migrantes em 20 anos. Pode-se atribuir esse fato à procura de melhores condições de vida em outros municípios da região. Taquara é um dos municípios que menos se desenvolveu em termos econômicos, pois tem poucas indústrias, tendo o setor de comércio e serviços como o principal, fazendo com que a população em geral se desloque para trabalhar em outros municípios da região do Vale do Paranhana, Vale do Sinos e Hortênsias.

Tabela 24 – Migração por gênero

Destino	1991	2010	Saldo	1991	2010	Saldo
	Masculino	Masculino		Feminino	Feminino	
Igrejinha	3.825	3.200	-625	3.406	3.455	49
Parobé	8.352	5.409	-2.943	7.787	5.641	-2.146
Riozinho	232	320	88	201	354	153
Rolante	1.135	1.576	441	1.132	1.733	601
Taquara	4.931	4.628	-303	4.809	4.945	136
Três Coroas	2.183	2.844	661	2.215	2.361	146

Fonte: IBGE. Censo, 1991 e 2010

A tabela 24 mostra o movimento de migrantes por gênero. Constata-se que, entre os anos de 1991 e 2010, as perdas migratórias foram mais acentuadas no município de Parobé,

tanto do gênero masculino como feminino. Os municípios de Igrejinha e Taquara tiveram perdas migratórias, sendo que Igrejinha perdeu aproximadamente o dobro de migrantes do gênero masculino. Em relação ao gênero feminino ocorreu um aumento de migrantes em todos os municípios da região do Vale do Paranhana, exceto no município de Parobé. A crise no setor calçadista foi um dos motivadores da saída de pessoas da região, pois a situação econômica brasileira e a entrada do calçado chinês fizeram com que muitas fábricas e ateliers encerrassem suas atividades. No final de 2009, as medidas *antidumping* adotadas pelo Brasil, conseguiram diminuir as importações de calçados chineses para o país, dando um fôlego à indústria brasileira (ABICALÇADOS, 2016).

Tabela 25 – Totais migratórios

Município	Migrantes	1991			2010		
		Total	%	Migrantes	Total	%	
Igrejinha	7231	20.514	35	6.920	31.660	22	
Parobé	16139	31.995	50	11.596	51.502	23	
Riozinho	433	3.389	13	692	4.330	16	
Rolante	2267	13.420	17	3.341	19.485	17	
Taquara	9740	42.467	23	9.991	54.643	18	
Três Coroas	4398	15.087	29	5.562	23.848	23	
Total Vale do Paranhana	40.208	126.872	32	38.102	185.468	21	
Total RS	1.372.765	9.138.670	15	1.587.051	10.693.929	15	

Fonte: IBGE. Censo, 1991 e 2010

Na análise do fluxo migratório na região do Vale do Paranhana, verifica-se que a perda migratória de 1991 para 2010 para alguns municípios não foi muito significativa. Os municípios de Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas permaneceram com percentuais de migrantes em relação ao total de habitantes, muito próximos entre 1991 e 2010. Já para Parobé a representatividade do grupo de migrantes em relação a sua população teve uma queda maior que 50%. Igrejinha também teve uma pequena perda migratória. Mas, na comparação geral, o Vale do Paranhana perdeu em torno de 10% da sua população de migrantes. O Rio Grande do Sul, no mesmo período, não teve perdas migratórias se comparada a população total, permanecendo com um índice de 15%.

No início dos anos 1990, o processo de abertura comercial e a queda das barreiras tarifárias e não tarifárias oportunizaram um cenário de aumento da concorrência internacional sobre a competitividade dos calçados brasileiros. Outro fator que afetou o setor coureiro-calçadista está relacionado à perda de competitividade dos calçados brasileiros frente à instabilidade econômica e à política de estabilização do Plano Real em 1994, com a

valorização do câmbio e elevação das taxas de juros. Os anos 1990 foram marcados, também, pelo deslocamento de fábricas de calçados, principalmente do Rio Grande do Sul, para outras regiões do Brasil (Nordeste) devido à mão de obra barata e incentivos oferecidos pelos governos estaduais. A crise argentina dos anos 2000 e a desaceleração da economia norte-americana, maiores compradores dos calçados produzidos no Estado, contribuíram para a crise no setor calçadista. E a crescente participação dos calçados asiáticos, de menor valor agregado, competindo no mercado doméstico e internacional agravou a crise enfrentada na região (CALANDRO e CAMPOS, 2014).

As migrações internacionais estão presentes no processo de colonização da região do Vale do Paranhana, com a chegada dos migrantes alemães. Observa-se que, no ano de 1991, os dados do censo não apontaram a presença de novos migrantes de origem estrangeira nos municípios do Vale do Paranhana. Porém, para o ano de 2000, já se constatou a presença de migrantes estrangeiros na região. Os dados para os anos de 1991 e 2000 foram coletados de forma agregada, não especificando o país de origem do migrante.

Tabela 26 – Migrantes estrangeiros

Destino	1991	2000
Igrejinha	-	30
Parobé	-	21
Riozinho	-	-
Rolante	-	44
Taquara	-	66
Três Coroas	-	25

Fonte: IBGE. Censo 1991 e 2000.

Os dados do Censo de 2010 trouxeram índices sobre migrações de forma desagregada, dando maior visibilidade às informações. Desta forma, observa-se que os migrantes vieram de países distintos. Os municípios que receberam um número maior de migrantes estrangeiros de diferentes países foram Parobé e Taquara. Surpreende o número de chilenos que migraram para Igrejinha. Embora o Chile não apareça como o principal importador de calçados brasileiros, o país está entre os sete primeiros parceiros econômicos do Brasil na compra de calçados fabricados principalmente no Vale do Paranhana (ABICALÇADOS, 2013).

Quadro 5 – Migrantes originários de países estrangeiros – 2010

Destino	País de Origem	Quantidade
Igrejinha	Chile	84
Parobé	Argentina	49
Parobé	China	49
Parobé	Paraguai	8
Parobé	Estados Unidos	10
Parobé	Uruguai	37
Rolante	Argentina	9
Taquara	Argentina	8
Taquara	Alemanha	11
Taquara	Irlanda	11
Taquara	Paraguai	46
Taquara	Portugal	22
Taquara	Suíça	10
Taquara	Escócia	7
Taquara	Estados Unidos	8
Três Coroas	Argentina	22
Três Coroas	África do Sul	40

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Observando o quadro das migrações internacionais, a trajetória migratória ocorre, em sua maioria, de países da América Latina, como Uruguai, Paraguai e Argentina. Os dados sobre migrantes internacionais podem ser subestimados, pois muitos migrantes entram no Brasil e acabam mantendo-se em situação irregular. Embora a migração internacional ainda seja de difícil aferição, dada a clandestinidade dos migrantes, o Brasil, no início dos anos 2000, teve um fluxo acentuado de migrantes originários do MERCOSUL; além disso, houve a retomada da migração ultramar com fluxos da Europa e Ásia (PATARRA e BAENINGER, 2006).

No caso da migração interestadual, a que se realiza entre os estados da federação, o Vale do Paranhana, nos Censos de 1991, 2000 e 2010, não teve fluxos migratórios significativos de outros estados do Brasil. A maior parte dos fluxos migratórios ocorreram dentro do estado do Rio Grande do Sul, afirmando o que já havia sido observado anteriormente, que as migrações são principalmente intrarregionais. Em segundo lugar, está o estado de Santa Catarina e o terceiro, o Paraná, como estados que enviaram migrantes para o Rio Grande do Sul e para a região do Vale do Paranhana.

As tabelas abaixo correspondem aos dados de 2010. No Anexo A, estão os dados correspondentes ao número de migrantes vindos para a região em 1991, 2000 e 2010. Com

relação aos municípios de Igrejinha e Parobé, percebe-se que a maioria dos migrantes são provenientes do próprio estado do Rio Grande do Sul, reforçando as migrações intrarregionais. Logo, tem-se os estados de Santa Catarina e Paraná contribuindo com aproximadamente de 1% a 2% da população de migrantes que vieram para os municípios do Vale do Paranhana.

Tabela 27 - Migrações por Estado - Destino: Igrejinha

Origem/UF	Quantidade
Alagoas	10
Bahia	11
Ceará	5
Mato Grosso	32
Mato Grosso do Sul	20
Minas Gerais	12
Paraíba	22
Paraná	76
Rio Grande do Sul	6.141
Santa Catarina	328

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Tabela 28 – Migrações por Estado - Destino: Parobé

Origem/UF	Quantidade
Bahia	70
Ceará	15
Mato Grosso	59
Mato Grosso do Sul	21
Pará	18
Paraná	251
Rio de Janeiro	29
Rio Grande do Sul	10.166
Santa Catarina	359
São Paulo	30
Tocantins	32

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Observa-se que nos municípios de Riozinho e Rolante, continua predominando a migração proveniente de municípios do próprio Estado do Rio Grande do Sul, embora haja alguns migrantes vindos do Ceará para Riozinho. No entanto, entre as unidades da federação permanecem Paraná e Santa Catarina como os estados que mais enviam migrantes para a

região do Vale do Paranhana.

Tabela 29 – Migrações por Estado - Destino: Riozinho

Origem/UF	Quantidade
Ceará	19
Paraná	21
Rio Grande do Sul	623
Santa Catarina	7
São Paulo	3

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Tabela 30 – Migrações por Estado - Destino: Rolante

Origem/UF	Quantidade
Alagoas	11
Mato Grosso	34
Paraná	98
Rio Grande do Sul	3.077
Santa Catarina	90

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Nos municípios de Taquara e Três Coroas, em 2010, tem-se a presença de migrantes vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os migrantes vindos dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão presentes, em minoria se comparados aos estados já citados, em todos os municípios da região do Vale do Paranhana, com exceção de Riozinho. Os maiores fluxos migratórios em direção aos municípios do Vale do Paranhana foram dos estados de Santa Catarina e Paraná. No fluxo migratório para a região, fica evidente a forte presença do deslocamento inter-regional, ou seja, dentro do próprio estado do Rio Grande do Sul e da própria região, intrarregional.

Tabela 31 – Migrações por Estado - Destino: Taquara

Origem/UF	Quantidade
Alagoas	9
Bahia	37
Ceará	52
Espírito Santo	11
Goiás	24
Mato Grosso	10
Minas Gerais	10
Paraíba	9
Paraná	111
Pernambuco	33
Rio de Janeiro	40
Rio Grande do Norte	7
Rio Grande do Sul	8.617
Rondônia	31
Santa Catarina	289
São Paulo	283

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Tabela 32 – Migrações por Estado - Destino: Três Coroas

Origem/UF	Quantidade
Espírito Santo	11
Mato Grosso	36
Paraná	315
Rio de Janeiro	93
Rio Grande do Sul	4.123
Rondônia	12
Santa Catarina	514
São Paulo	101

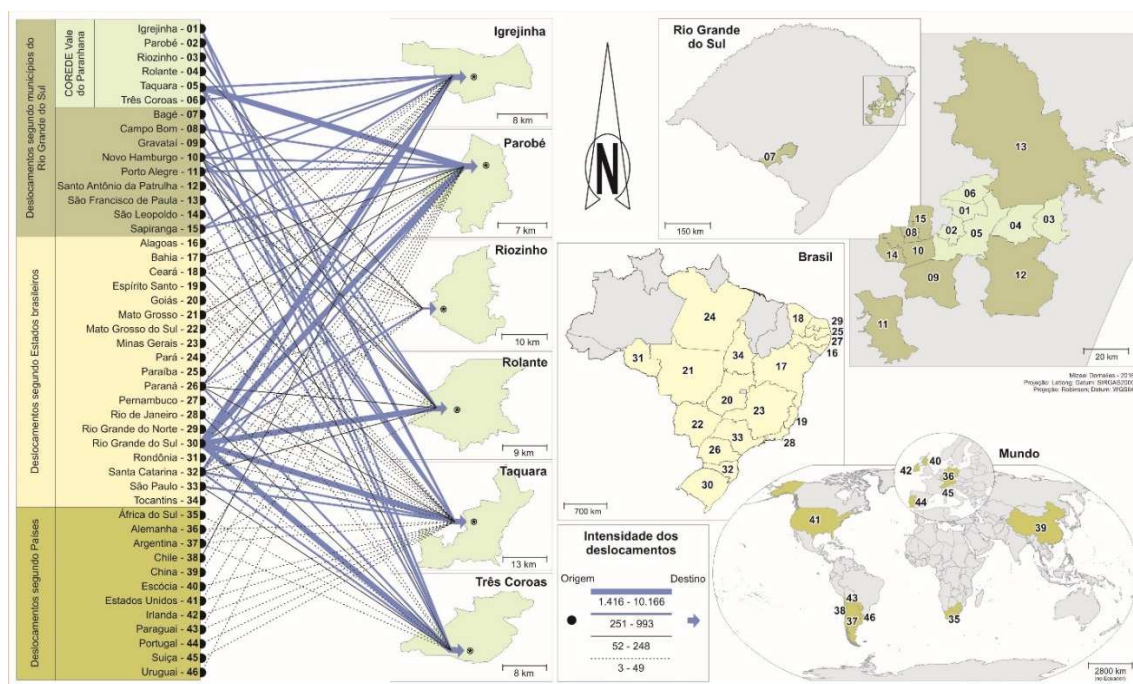
Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Os fluxos migratórios passaram por processos de transformação. Na década de 1970, esses fluxos eram marcados por deslocamentos de longas distâncias, pelas migrações rurais-urbanas. A desconcentração populacional iniciada na década de 1980 intensificou-se ainda mais nos anos seguintes, redistribuindo a população para o interior das regiões metropolitanas, favorecendo as cidades de porte médio localizadas dentro ou nos limites metropolitanos. Houve uma queda populacional em núcleos metropolitanos e um crescente aumento populacional nos entornos, observado a partir dos anos 1990 e reforçado nas décadas

seguintes (KOUCHER, 2014).

O mapa a seguir mostra os deslocamentos para o Vale do Paranhana em 2010, localizando a mobilidade espacial em nível regional, nacional e global. Se faz presente na representação abaixo o predomínio dos movimentos intra e inter-regionais.

Figura 10 – Mapa dos deslocamentos para o Vale do Paranhana - 2010



Esses aspectos reforçam o deslocamento de população de regiões metropolitanas para as cidades da região do Vale do Paranhana, consideradas cidades de médio e pequeno porte. Faz parte desse movimento as transformações econômicas e a descentralização industrial.

Em relação à formação dos migrantes (nível educacional), os dados referem-se apenas a 2010, pois os de 1991 e 2000 não foram disponibilizados de forma desagregada, ou seja, por municípios.

Tabela 33 – Curso mais elevado que frequentou – migrações – 2010

Destino/Curso⁷	1	2	3	4	5	6	7
Igrejinha	49	9	259	46	480	488	1.561
Parobé	39	52	323	33	822	958	2.405
Riozinho	7	44	2	39	48	176	8
Rolante	41	7	234	11	286	277	792
Taquara	81	31	240	129	481	562	1.588
Três Coroas	41	12	148	22	365	343	1.262

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Destino/Curso	8	9	10	11	12	13	14
Igrejinha	106	-	1.185	292	53	-	-
Parobé	186	15	1.668	377	20	-	-
Riozinho	-	-	86	17	-	-	-
Rolante	29	-	429	119	11	32	-
Taquara	171	46	1.227	710	124	28	10
Três Coroas	50	-	1.217	180	38	12	-

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Observa-se, a partir da tabela, que a formação básica dos migrantes da região não ultrapassa o nível médio e a grande maioria tem apenas formação de nível fundamental completo ou incompleto e supletivo. Os migrantes estão concentrados nas formações 7 (Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª à 8ª série/ 6º ao 9º ano) e 10 (Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau). O nível que envolve especialização tem representantes em todos os municípios da região, exceto Riozinho que não apresenta indivíduos com este nível de formação. Já os migrantes com mestrado e doutorado encontram-se nas cidades de Rolante, Taquara e Três Coroas. Este fato pode estar relacionado aos empregos nas indústrias de calçados que contratam mão de obra pouco qualificada profissionalmente.

Ao fluxo migratório, as teorias clássicas atribuíram o fator econômico como a motivação para migrar. Percebe-se que é um fator importante quando da decisão de sua trajetória migratória. A sobrevivência e a qualidade de vida estão associadas aos fatores econômicos e o migrante, como um indivíduo racional, vai tomar a decisão com base nesses princípios. Portanto, os quadros do Anexo B referem-se às atividades econômicas exercidas pelos migrantes na região do Vale do Paranhana no ano de 2010.

Não se obtiveram os dados para os anos de 1991 e 2000, porém as tabelas 8 e 9 desse

⁷ Curso mais elevado que frequentou:

01- Creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização – CA; 02- Alfabetização de jovens e adultos; 03- Antigo primário (elementar); 04- Antigo ginásio (médio 1º ciclo); 05- Ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª à 3ª série/ do 1º ao 4º ano); 06- Ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano); 07- Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª à 8ª série/ 6º ao 9º ano); 08- Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau; 09- Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo); 10- Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau; 11- Superior de graduação; 12- Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas); 13- Mestrado; 14- Doutorado.

capítulo mostram que a maioria dos empregos está no setor industrial, comércio e serviços. Os dados de 2010 vão confirmar essa tendência. O maior número de migrantes está locado no setor industrial, principalmente nas atividades ligadas ao setor da produção de calçados e seus segmentos. O nível de educação dos migrantes, conforme a tabela 33, mostrou uma baixa escolaridade, direcionando esses migrantes para setores que exigem uma baixa qualificação como serviços domésticos e construção civil, setores que posterior à indústria calçadista, são os que mais empregam migrantes na região. Também foi possível observar estabelecimentos no setor de bebidas e alimentos, comércio do vestuário, entre outros. Os municípios de Rolante, Taquara e Três Coroas no ano de 2010 tinham um grupo de migrantes trabalhando na lavoura, essa que, tradicionalmente, foi a atividade que deu início ao processo de desenvolvimento da região.

A região do Vale do Paranhana passou por diferentes momentos de crises econômicas, de acirrada concorrência de calçados produzidos na China, de baixo valor e qualidade, a transferência de indústrias do ramo calçadista para outros estados, as exigências dos mercados internacionais por qualidade, que afetaram o setor coureiro-calçadista, responsável pela transferência de mão de obra para os setores de comércio e serviços e, em alguns casos, abrindo seu próprio negócio ou uma terceirizada para a empresa principal. Porém, o que foi possível observar é que, mesmo frente a tantas dificuldades, a região segue tentando buscar alternativas para manter a sua base produtiva ligada à produção de calçados.

O processo migratório tem sido caracterizado por diferentes tipos de deslocamentos que não mais aqueles defendidos pela teoria clássica, em que a migração ocorria por motivos econômicos. Também as migrações estão mais fluidas, o tempo de permanência no local de destino tem diminuído. A transformação do contexto social e econômico tem mostrado um novo perfil das migrações, um maior dinamismo e uma maior flexibilidade, em que as áreas de origem são representadas por um grande vai e vem e as de destino, marcadas pelas migrações de retorno (BAENINGER, 2013).

Por fim, a partir da análise dos dados secundários, foi possível constatar que a região teve perdas migratórias, contudo, ainda houve um aumento populacional no Vale do Paranhana. A indústria de calçados foi um dos fatores de atração de migrantes para a região, em função da necessidade de um volume grande de mão de obra para esse setor e a exigência de baixa qualificação. Além das indústrias calçadistas, os ateliêres, os segmentos ligados ao setor do calçado também incentivaram a vinda de pessoas para a região. O processo migratório, nessa região, foi, em certa medida, responsável pelo desenvolvimento econômico e social e pelas transformações ocorridas no território ao longo desse processo.

O capítulo quatro será dedicado a análise das entrevistas procurando identificar as motivações das migrações recentes no Vale do Paranhana. Também, procura entender a trajetória do grupo de migrantes, a realidade na origem e no destino da migração a partir das evidências empíricas.

4 AS MIGRAÇÕES RECENTES NO VALE DO PARANHANA: OS ATORES DO PROCESSO MIGRATÓRIO

Este capítulo tem por objetivo entender o processo migratório recente no Vale do Paranhana, a partir da trajetória dos migrantes. Esta pesquisa propõe, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas, com migrantes estabelecidos na região, obter informações sobre a sua trajetória migratória, bem como, compreender os contextos individuais e estruturais dessa migração recente na região.

4.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa utilizou-se da técnica bola de neve (*snowball*) para seleção dos migrantes. Essa técnica é “utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o “ponto de saturação” (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 332). Essa é uma técnica de amostragem que utiliza uma cadeia ou rede de informações.

Para análise e interpretação dos dados coletados com as entrevistas foi utilizada a análise de conteúdo, a fim de entender, com maior clareza, o contexto econômico e social dos migrantes na região do Vale do Paranhana. Ao priorizar essas técnicas, tem-se por objetivo compreender a dinâmica territorial a partir da trajetória migratória de migrantes no Vale do Paranhana, advindos de deslocamentos inter-regional ou intrarregional. A pesquisa, nesse sentido, preocupa-se em entender o fenômeno no ambiente em que ocorre e do qual faz parte (GODOY, 1995).

A abordagem qualitativa, que é utilizada nesta tese, tem por objetivo localizar o observador no mundo. Denzin e Lincoln (2006) definem que a pesquisa qualitativa:

Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 17).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa, enquanto conjunto de práticas, envolve tensões e contradições constantes, incluindo as formas que assumem suas descobertas e

interpretações. A pesquisa qualitativa responde, ainda, a questões muito específicas, a partir de uma realidade que não se preocupa em ser quantificada, pois se ocupa dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esses fenômenos humanos fazem parte da realidade social, pois refletem o pensamento e a interpretação das ações vividas individualmente ou partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2010).

Podem-se citar como características da pesquisa qualitativa: a objetivação do fenômeno; a hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, a precisão das relações entre o global e o local de um dado fenômeno; a observância das diferenças entre o mundo social e o natural; o respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, as orientações teóricas e os dados empíricos; os resultados mais fidedignos possíveis e a oposição a um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

A pesquisa sobre as migrações recentes na região do Vale do Paranhana trata de melhor compreender o contexto social e os motivos que levaram os indivíduos a migrar, ou seja, o caráter mais subjetivo do processo migratório. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, a partir de seus objetivos e características, propõe que:

[...]o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (TERENCE e FILHO, 2006, p. 2).

Na visão de Chizzotti (2005), a pesquisa qualitativa fundamenta-se em dados reunidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta.

De acordo com Martins e Bógus (2004), nesse tipo de pesquisa o pesquisador:

[...]busca uma compreensão particular daquilo que estuda; não se preocupa com generalizações populacionais, princípios e leis. O foco de sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, buscando mais a compreensão do que a explicação dos fenômenos estudados. Isso não significa, entretanto, que seus achados não possam ser utilizados para compreender outros fenômenos que tenham relação com o fato ou situação estudada (MARTINS e BÓGUS, 2004, p. 48).

A preocupação de um estudo qualitativo é esclarecer aspectos da realidade dos indivíduos ou de um grupo sem buscar uma generalização. É um estudo subjetivo que parte da compreensão interpretativa da experiência humana e também de uma participação do pesquisador. A decisão de utilizar uma técnica qualitativa se deve às diferentes epistemologias, técnicas de pesquisa e construção teórica que podem ser apropriadas pelo estudo qualitativo (TERENCE e FILHO, 2006).

Por meio do estudo qualitativo, será possível entender a trajetória dos migrantes e compreender como esses movimentos se relacionam com a dinâmica econômica, histórica e social do território.

A utilização de dados secundários tem por objetivo traçar o perfil geral do movimento da população na região do Vale do Paranhana, minimizando a subjetividade do pesquisador e aproximando-o mais do objeto de pesquisa. Neste sentido, foram utilizados dados secundários, que tiveram como objetivo averiguar questões, como: distribuição da população residente rural-urbana nos municípios do Vale do Paranhana; densidade demográfica; taxa de urbanização; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; emprego nos setores produtivos, população residente por domicílio e sexo; população residente por grupos de idades; pessoas não naturais da Unidade da Federação que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação; pessoas com 5 anos ou mais de idade que não residiam na Unidade da Federação.

Para obter os dados secundários, foi consultado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados referentes a migrações, para os Censos de 1991, 2000 e 2010. Com relação aos Censos, as variáveis a serem pesquisadas foram: informação de residência atual e lugar de nascimento do indivíduo; a população residente rural-urbana. Na Fundação de Economia e Estatística (FEE), os dados coletados foram a taxa de urbanização; transporte de passageiros; renda dos indivíduos. No Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o número de empregados e o número de estabelecimentos por setor econômico. E, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Buscou-se analisar esses dados e relacioná-los com os dados obtidos para migrações da população no Vale do Paranhana. O período analisado por meio dos dados secundários compreendeu os anos de 1990 a 2014.

A realização de entrevistas ancoradas no aporte metodológico do materialismo histórico-dialético, permitiu verificar, por meio dos relatos dos sujeitos migrantes, as contradições e os conflitos acerca da dinâmica territorial do Vale do Paranhana, além de

confrontar os fatores individuais e estruturantes relativos à atração dos migrantes para a região.

Para a realização da pesquisa, algumas etapas foram seguidas: revisão teórica e conceitual sobre a mobilidade espacial, especificamente sobre as teorias que envolvem o processo migratório; a dinâmica territorial, conceitos esses fundamentais na compreensão, análise e interpretação dos dados obtidos; levantamento dos dados secundários relativos às migrações, população rural e urbana, densidade demográfica, renda, emprego por setor econômico, feito em institutos de pesquisa como IBGE, FEE, MTE, bem como, dados do sistema SIDRA e da PNAD, a fim de complementar a interpretação dos dados primários; utilização de um instrumento de coleta de dados com o objetivo de complementar as informações sobre os migrantes entrevistados e traçar o perfil socioeconômico dos indivíduos pesquisados; realização de entrevistas com grupos de migrantes, a fim de obter informações sobre a motivação da migração, o tipo de migração, os aspectos socioeconômicos dos migrantes representados por aqueles que são residentes nos municípios da região do Vale do Paranhana, selecionados de forma aleatória e não probabilística; tratamento das informações foi realizado por meio de categorias e da sistematização dos dados primários, levantados por meio das entrevistas.

A amostra é não probabilística de forma que a amostragem seja por acessibilidade ou conveniência, o que consiste em selecionar um subgrupo de migrantes que possa atender aos objetivos do estudo (GIL, 1999). Assim, nesta pesquisa, a amostra é composta por grupos de migrantes de diferentes categorias sociais, econômicas e profissionais, divididos entre migrantes residentes nos municípios da região do Vale do Paranhana. Dessa forma, buscou-se analisar os fatores de atração nos municípios do Vale do Paranhana, de acordo com as distintas trajetórias migratórias.

A escolha dos indivíduos da pesquisa seguiu os seguintes critérios: foram escolhidos aleatoriamente os indivíduos migrantes para cada município do Vale do Paranhana; a amostra compreendeu representantes de diferentes grupos: estudantes, profissionais liberais, vendedores, agricultores, professores, servidores públicos, entre outros, seguindo a utilização da técnica “bola de neve” em que um entrevistado indicou o próximo participante da pesquisa.

Para o levantamento dos dados foi utilizado um instrumento de coleta, composto por um conjunto de questões sobre idade, gênero, grau de instrução, local e tempo de moradia, renda, a fim de obter informações sobre o perfil socioeconômico do migrante, bem como, a

entrevista. O indivíduo migrante respondeu conjuntamente aos dois instrumentos em sequência.

A pesquisa utilizou-se da técnica de análise de conteúdo das entrevistas realizadas com o grupo de migrantes. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo é o conjunto de técnicas utilizadas na análise das comunicações dando ênfase ao conteúdo das mensagens. Na técnica de análise de conteúdo, é possível fazer inferências a partir das informações fornecidas pelas mensagens (TRIVIÑOS, 1987). Há uma vinculação entre o método dialético e a análise de conteúdo quando do estudo de ideologias e variáveis complexas da vida social. Dessa forma, a pesquisa se propôs a investigar os fatores que tensionam as migrações e a dinâmica territorial no Vale do Paranhana. Utilizando-se do método materialismo histórico-dialético e da técnica de análise de conteúdo, pode-se explicar com maior clareza como esses movimentos ocorrem na região.

Prosseguiu-se, por meio das entrevistas, com a análise e interpretação dos dados, relacionando-os ao contexto teórico da pesquisa, procurando, dessa forma, responder aos objetivos propostos.

O período definido, 1990 a 2014, se justifica por representar um momento de intenso fluxo migratório. Nesse período, o quadro das migrações já não se caracterizava apenas pelas migrações rurais-urbanas, mas sim, começam a surgir novos fluxos migratórios do tipo urbano-urbano, os movimentos pendulares, ocasionado pelo deslocamento de habitantes de grandes metrópoles para cidades de porte médio e pequeno.

Vale considerar que tanto os dados censitários como os levantados na pesquisa são importantes no sentido de caracterizar a mobilidade espacial de pessoas, revelando as motivações da migração, o tipo de migração, caracterização do migrante, mostrando as contradições de um processo bastante complexo, que considera aspectos para além dos econômicos. Desse modo, a discussão passa a ocorrer por meio do cruzamento dos dados sobre migrações que se estabeleceram e ou se estabelecem na região.

As categorias analisadas são: indivíduos que migraram em busca de emprego; indivíduos que migraram para acompanhar familiares ou para formar novos grupos familiares; indivíduos que migraram em busca de condições para estudar; indivíduos que migraram em busca de qualidade de vida e indivíduos que migraram para fugir da violência das grandes cidades.

4.2 Perfil dos migrantes selecionados

A primeira etapa da pesquisa procurou identificar o perfil dos indivíduos entrevistados. Foram entrevistados um total de 40 migrantes. Desse total, 60% eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Nesse primeiro aspecto, em que se observa o gênero do migrante, os pressupostos clássicos afirmavam que as mulheres migravam mais do que os homens, por diferentes motivos (RAVENSTEIN, 1980; LEE, 1980).

Este dado, bastante primário, já revela o predomínio do sexo feminino no grupo de entrevistados, contudo a análise dos dados secundários evidenciam que há um certo equilíbrio entre migrantes homens e mulheres para a região.

Cabe mencionar que no caso das mulheres estas optam pela migração se estiverem amparadas por parentes no destino. Há um tipo de migração para indivíduos do sexo feminino que se tornou mais comum no Brasil, por exemplo, e ocorre quando famílias mais ricas buscam no interior “empregadas domésticas”, quer por meio de parentes que residam na região, quer pessoalmente, ou por meio de outras empregadas. Mas, ainda neste caso, a migração feminina ocorre dentro de um núcleo de relações pessoais (DURHAN, 1978).

A migração feminina também era comum para acompanhar o marido. No meio rural, a mulher geralmente migrava a partir do casamento e via nessa perspectiva uma forma de buscar sua independência financeira em relação ao núcleo familiar. Nesse sentido, ela tinha um papel secundário no processo migratório.

O papel da mulher no processo migratório é, geralmente, determinado pela divisão do trabalho (produtivo e reprodutivo) dentro do domicílio e também no mercado de trabalho. Outros fatores que caracterizam a migração feminina são a idade e o ciclo de vida. Em sociedades mais tradicionais, a mulher só sairá de casa após o casamento. No casamento tem atribuições com o marido, filhos e cuidados com os pais idosos. Quando viúvas, procuram migrar para próximo dos filhos em busca de amparo (LAWSON, 1998; GUEST, 1993).

Contudo, a entrada de mulheres no mercado de trabalho provoca transformações nos papéis exercidos pela mulher e pelo homem na família. As mulheres passam a contribuir na renda familiar e, em muitos casos, são “chefes” de famílias, transformações essas que representam uma mudança no poder de decisão das famílias. A migração contemporânea de mulheres tem novas configurações nas últimas décadas, sendo que, atualmente, as mulheres tendem a migrarem sozinhas ou como pioneiras em suas famílias. A migração de mulheres não é mais considerada em segundo lugar como acreditavam as teorias *push-pull* (PERES e

BAENINGER, 2013). Atualmente a migração de mulheres é mais frequente do que a de homens.

As mulheres imigrantes hoje não seriam simplesmente cópias das imigrantes do passado em uma vestimenta moderna. Elas chegam com diferentes capitais humanos - muitas delas com melhor nível educacional e maior qualificação que as mulheres que chegaram no final do século XIX e início do século XX. As imigrantes contemporâneas beneficiam-se da expansão das oportunidades educacionais e de emprego, além de uma legislação liberalizante no que se refere ao divórcio e às discriminações de gênero (ASSIS, 2007, p. 750).

A partir do grupo de entrevistados, foi possível observar que, de forma aleatória, o número de migrantes mulheres selecionadas superou o de homens (24 mulheres e 16 homens). E, segundo afirma Assis (2007), essas mulheres têm um perfil bastante diferente das migrantes tradicionais, mulheres que acompanhavam seus maridos e filhos e que não eram consideradas sujeitos do processo migratório. As migrantes atuais e, particularmente o grupo pesquisado, tinham qualificação profissional ou estavam buscando; tinham nível educacional ou estavam estudando. Até mesmo as que migraram para acompanhar seus maridos já eram qualificadas ou, chegando à região de destino, buscaram por qualificação. A mulher de hoje é considerada protagonista do processo migratório.

Quando se trata do local de residência, se a condição de domicílio é rural ou urbana, a pesquisa demonstrou que 92,5% dos entrevistados são residentes de áreas urbanas e 7,5%, da área rural. No capítulo dois, quando os dados secundários evidenciaram a taxa de urbanização na região do Vale do Paranhana, esta era, no ano de 2010, de 83,5% (conforme dados da FEE, 2014), evidenciando também um aumento no tipo de migração urbano-urbano.

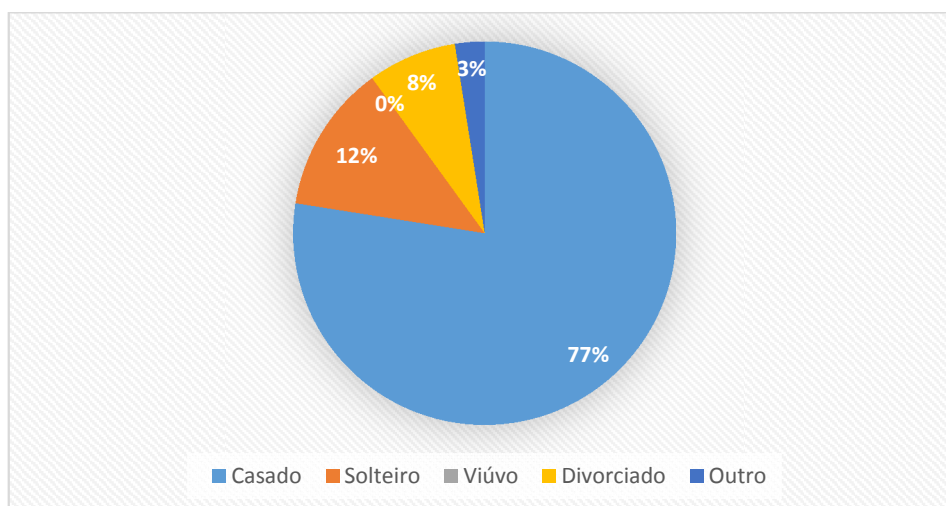
Ao considerar a migração rural-urbana entre os entrevistados, frequentemente, esta ocorre de uma região menos desenvolvida para uma região mais desenvolvida, para uma cidade próxima ou para uma cidade mais distante, considerando como base as relações sociais, mais do que a proximidade física ou as atividades econômicas. O indivíduo decide migrar seguindo a orientação dada por parentes ou por informações (mídia em geral). O migrante não rompe com as relações primárias originais; ele constitui novas relações no destino. A migração, nesse sentido compreendida, é mais do que um simples deslocamento geográfico, ela representa um movimento no espaço social (DURHAN, 1978).

Como a migração leva em conta os aspectos sociais, o estado civil é uma variável que representa o estágio de relacionamento dos indivíduos. Foi possível constatar que, dos indivíduos que fizeram parte da pesquisa, a maioria estava, no período em que foram realizadas as entrevistas, na condição de casado, representando 77% do total; 12% eram

solteiros; 8%, divorciados; 3% tinham outra situação civil e nenhum dos entrevistados se declarou viúvo.

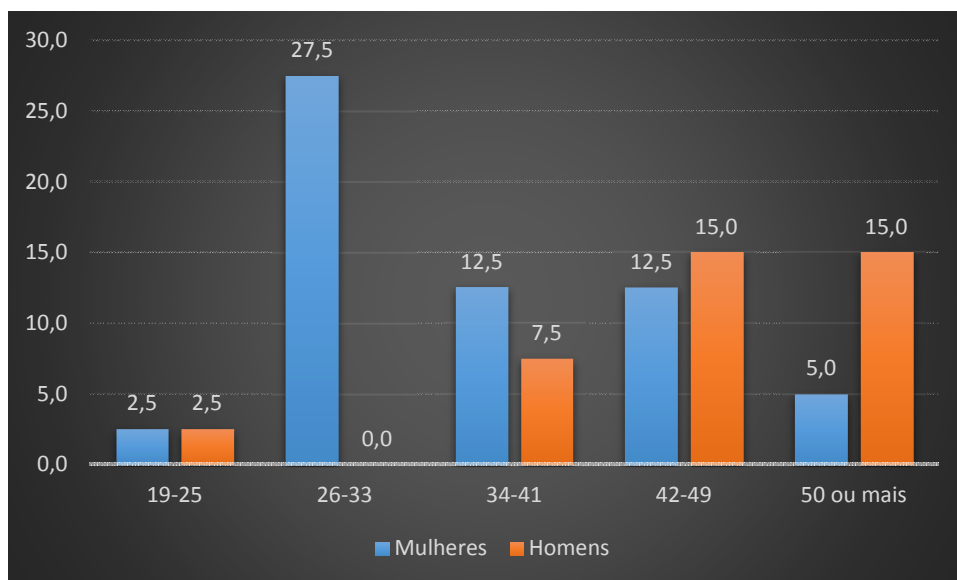
Ao considerar, num primeiro momento, o custo-benefício na decisão de migrar, percebe-se que a migração familiar é uma estratégia possível para que haja um maior número de componentes de uma mesma família no mercado de trabalho. Dessa forma, a migração poderá se reverter em uma renda maior para a família, em contraposição à migração individual, em que os custos podem tornar-se maiores que os benefícios, dependendo da condição social e econômica do migrante. A migração em grupos familiares é bastante relevante no fluxo migratório, uma vez que há aspectos afetivos ligados à família, conforme observam os estudos de Mincer (1977), Fawcett (1989) e Rocha-Trindade (1995).

Gráfico 4 – Perfil dos entrevistados – Estado Civil



Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

Em relação ao gênero, o grupo pesquisado é composto por 24 mulheres e 16 homens. Suas idades variam conforme o Gráfico 5. Observa-se que no grupo feminino predominou a idade entre 26 e 33 anos de idade. Já no grupo masculino houve um predomínio nas idades que variam de 42 a 49 anos (15%) e 50 anos ou mais (15%). Pode-se afirmar que entre os quarenta entrevistados, tem-se 60% do grupo representado por mulheres e, neste caso, pode-se observar que, para o grupo em análise, as mulheres migraram mais do que os homens.

Gráfico 5 – Perfil dos entrevistados - Grupo de idade por gênero

Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

Nos dados obtidos pela entrevista realizada com o grupo de migrantes, no que se refere à idade, a tendência de distribuição etária apontou para uma média entre 26 e 50 anos. Observa-se que o grupo mais jovem teve o menor percentual de migrantes, representado por 5% do total de entrevistados. No que tange à migração de indivíduos jovens e solteiros, esta tem uma relação com a decisão individual e racional, bem como com o custo-benefício, na expectativa de um retorno monetário positivo (SANTOS *et al*, 2010). Isso significa que os jovens migram porque seus custos tendem a ser menores e as expectativas em relação ao mercado de trabalho são mais promissoras.

Outro aspecto relacionado ao deslocamento de indivíduos jovens é a relação que existe entre a migração e a estrutura social em que se encontram esses indivíduos. Essa migração pode sofrer a influência de fatores como a descentralização industrial, mudanças relacionadas ao emprego e ao mercado de trabalho e a abertura das fronteiras econômicas. Porém, ainda é bastante difícil identificar os motivos dos fluxos migratórios de jovens. Podem, também, estar ligados a projetos pessoais, experiências individuais, motivações e expectativas, desejo de alcançar seus objetivos e o desejo de aventura (BRANT e CÔTÉ, 2013).

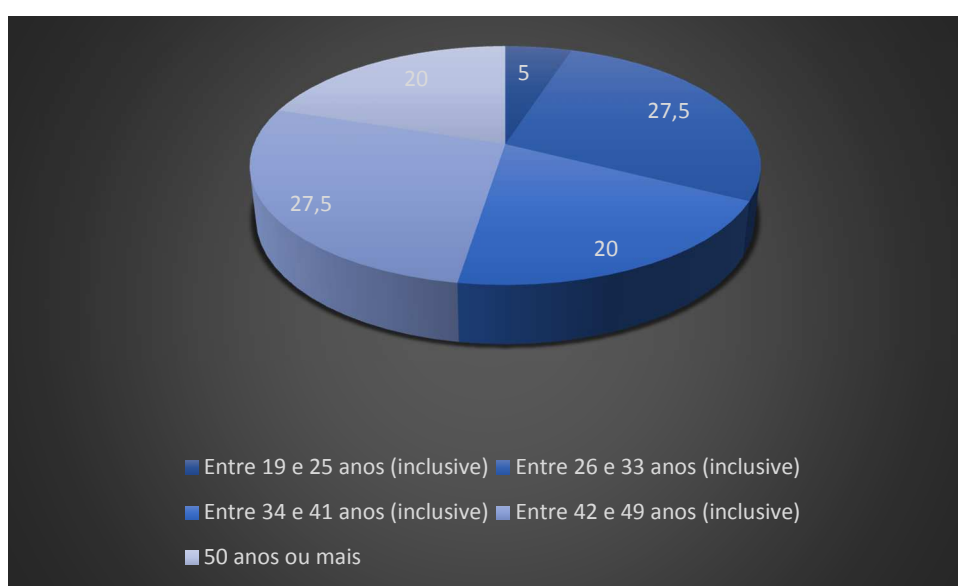
Durhan (1978) afirma que os jovens, quando decidem migrar, não fazem essa opção apenas para melhorar de vida, mas para libertar-se da influência da família. Para muitos jovens, a migração representa um processo de libertação pessoal e até mesmo uma aventura.

Casais jovens e sem filhos também tendem a migrar com mais frequência, representando uma fase de libertação econômica que proporciona o desligamento da família

de origem, não tendo nesse momento obrigações a cumprir com o grupo de origem (DURHAN, 1978).

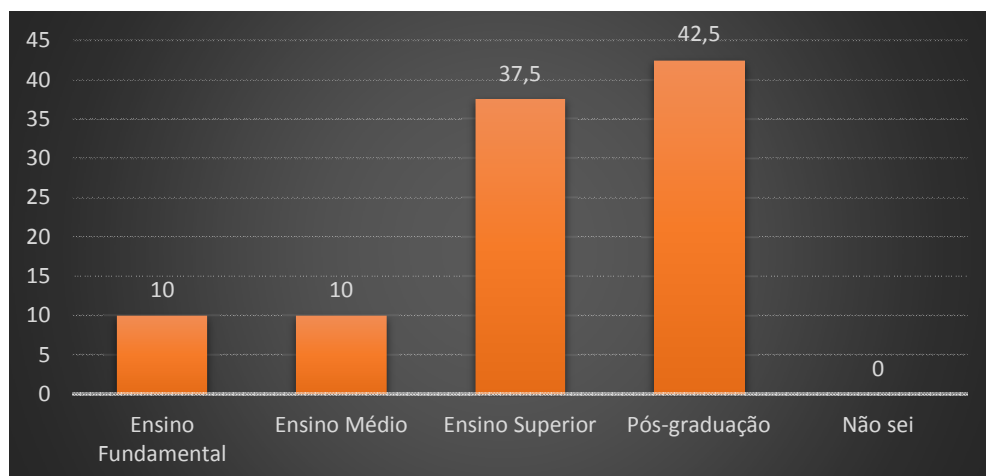
A idade também pode representar um fator decisivo quando o indivíduo decide migrar. Os jovens tendem a migrar sozinhos e seus contatos no destino, geralmente, são de jovens que já estão instalados e oferecem alojamento, com o objetivo de reduzir custos. A idade, porém, é apenas um aspecto da análise das migrações; as informações subsequentes irão complementar o quadro de informações sobre o perfil do grupo de migrantes entrevistados.

Gráfico 6 – Perfil dos entrevistados – Idade



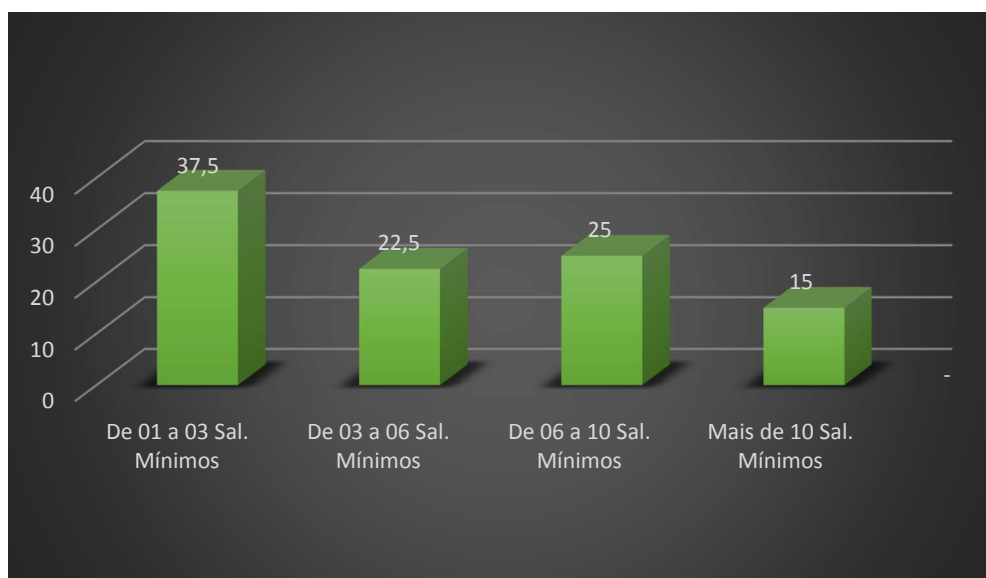
Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

Em relação ao nível educacional, os estudos de Becker (1962), Sjaastad (1962) e Elizaga (1980), trabalharam a ideia do investimento em capital humano e incluíram a qualificação profissional e o nível de formação do indivíduo, revelam que os indivíduos que possuem níveis mais altos de educação tendem a migrar com maior frequência na busca de melhores oportunidades, cargos melhores, com melhores salários. Ao observar os dados dos entrevistados, foi possível verificar que a maioria tem nível superior (37,5%) e pós-graduação (42,5%), o que justifica a migração de pessoas com níveis educacionais mais elevados. Os demais entrevistados possuem nível fundamental e médio, somando 20% do total.

Gráfico 7 – Perfil dos entrevistados – Grau de escolaridade

Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

Outro dado observado em relação aos migrantes selecionados diz respeito ao rendimento mensal. Todos os entrevistados (100%) afirmam ter uma atividade remunerada. Verificou-se que o maior percentual está no grupo que recebe de 1 a 3 salários mínimos (37,5%). Em segundo lugar, tem-se os migrantes que recebem de 6 a 10 salários mínimos (25%).

Gráfico 8 – Perfil dos entrevistados – Renda mensal

Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

Como já mencionado, a região do Vale do Paranhana é formada por um complexo de indústrias ligadas aos diferentes segmentos de produção de calçados. Conforme o governo do

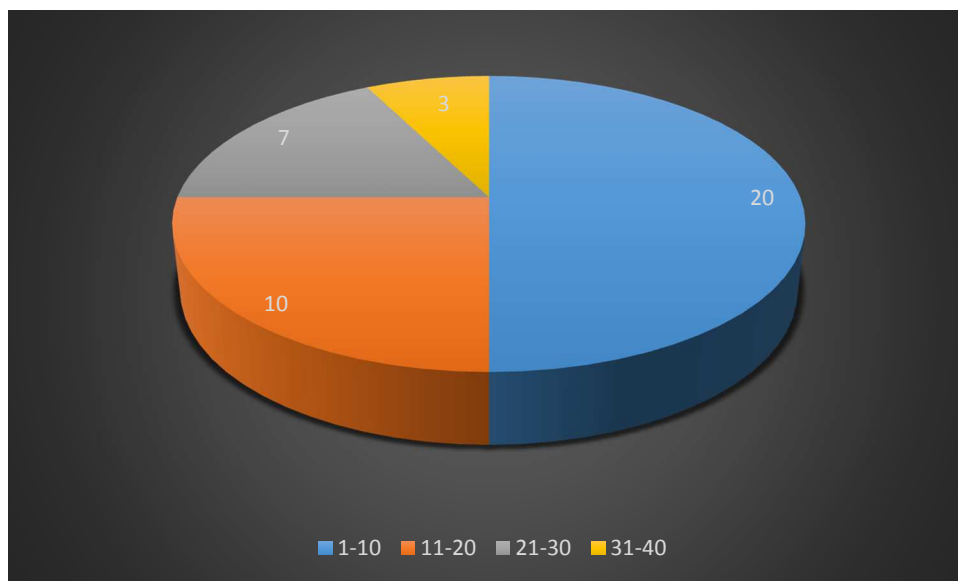
Estado do Rio Grande do Sul, o salário mínimo regional definido para os trabalhadores desse segmento está entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.400,00. Ao analisar o gráfico da renda mensal, observa-se uma maior concentração de pessoas que recebem até 6 salários mínimos, o que ultrapassa o rendimento mínimo definido pelo Estado. Dos quarenta entrevistados, apenas dois declararam que trabalham em indústrias calçadistas; os demais respondentes, que recebem valores inferiores ou iguais ao salário mínimo regional, estão locados nos chamados subempregos (domésticos, serviços gerais, porteiros, seguranças, mecânicos, telefonistas, entre outros).

Os fluxos migratórios encontram parte de suas explicações no mercado de trabalho, pois, assim, é possível compreender a posição social assumida pelos migrantes. No entanto, não se deve reduzir os fluxos migratórios apenas aos aspectos relacionados ao trabalho, pois as pessoas migram por outros motivos (família, estudo, asilo, transferências, entre outros fatores) que também ajudam a explicar os movimentos migratórios. Já a posição social do migrante no lugar de destino é determinada pelo tipo de ocupação no mercado de trabalho (CAVALCANTI, 2015).

Poucos estudos preocupam-se com o tempo de duração da migração, Ghizzo e Rocha (2008) afirmam que a maioria dos autores não dão destaque à análise do tempo de duração das migrações, por considerar o marco temporal um tanto rígido e reducionista quando da interpretação do fenômeno populacional. No entanto, foram criadas categorias de análise das populações de migrantes. Neste caso, as migrações podem ser classificadas em definitivas, temporárias, sazonais, internas, internacionais, forçadas, espontâneas, inter-regionais e intrarregionais. Como a migração dá origem a um movimento de um local para outro, durante um determinado período de tempo e resulta em uma mudança de residência, faz-se importante a análise do tempo de residência do grupo de entrevistados.

Na análise do tempo de permanência no local de destino, nota-se que o maior número de entrevistados tem de 1 a 10 anos de residência no município de destino, ou seja, 50%, e apenas 3 dos respondentes têm mais de 30 anos de residência, conforme mostra o Gráfico 9. Esse aspecto, se comparado ao histórico da migração na região, representa um fluxo migratório bastante recente.

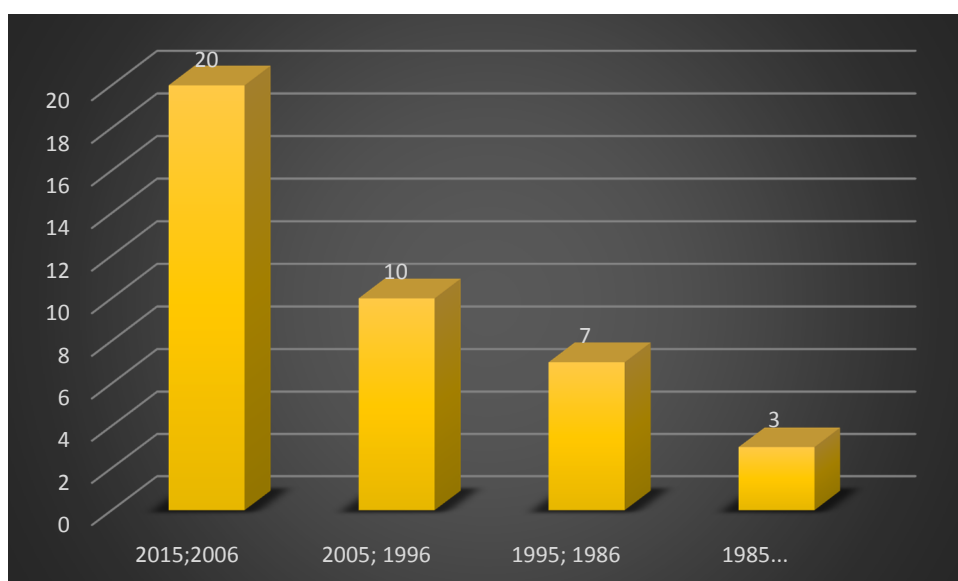
Gráfico 9 – Perfil dos entrevistados – Anos de residência no município de destino



Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

Complementando o quadro acima, verificou-se que os migrantes representados pelo grupo entrevistado chegaram à região por volta de 1985, os mais antigos, e o grupo mais atual, já no período mais recente, entre 2005-2015, conforme mostra o gráfico 10. A data de chegada ao Vale do Paranhana do grupo pesquisado está em conformidade ao período de análise proposto por esta pesquisa (1990-2014).

Gráfico 10 – Perfil dos entrevistados – Número de migrantes/data de chegada ao destino



Fonte: Dados elaborados pela Autora (2016)

A partir da análise das entrevistas, foi possível observar que 50% dos entrevistados migraram para a região do Vale do Paranhana pela oferta de emprego. Verificou-se que, para o grupo de migrantes entrevistados, as ocupações profissionais são diversas. Apesar da condição histórica da região, voltada para a indústria calçadista, apenas dois dos entrevistados declararam estar empregados no setor. Muitos migrantes dedicaram-se a atividades no setor privado em ramos diversos (professores, médicos, funcionários de empresas prestadoras de serviços, vendedores, empresários, entre outros).

A família também representou uma forte motivação para migrar. Aproximadamente 25% dos entrevistados migraram para a região porque casaram; outros, porque a família migrou. Um dos entrevistados migrou para cuidar dos negócios da família e outro, buscando educação para os filhos. A partir desses resultados, é possível afirmar que a família representa uma condição importante na decisão de migrar, e os laços familiares e a relação de confiança que existe são a força necessária para enfrentar o novo destino. Mincer (1965) e Granovetter (1985) reforçam a ideia dos laços familiares e das relações de confiança quando da decisão de migrar por parte dos indivíduos, ou seja, o indivíduo não decide de forma racional e individual a migração, mas sim, a partir de sua rede de relações (parentes, amigos, vizinhos).

Ainda é referenciada por um pequeno grupo de entrevistados a questão da qualidade de vida, da tranquilidade que proporcionam as cidades da região do Vale do Paranhana. Surpreende o pequeno número de migrantes que se deslocaram para a região em busca de estudo ou qualificação profissional, representando apenas 5% do total de entrevistados.

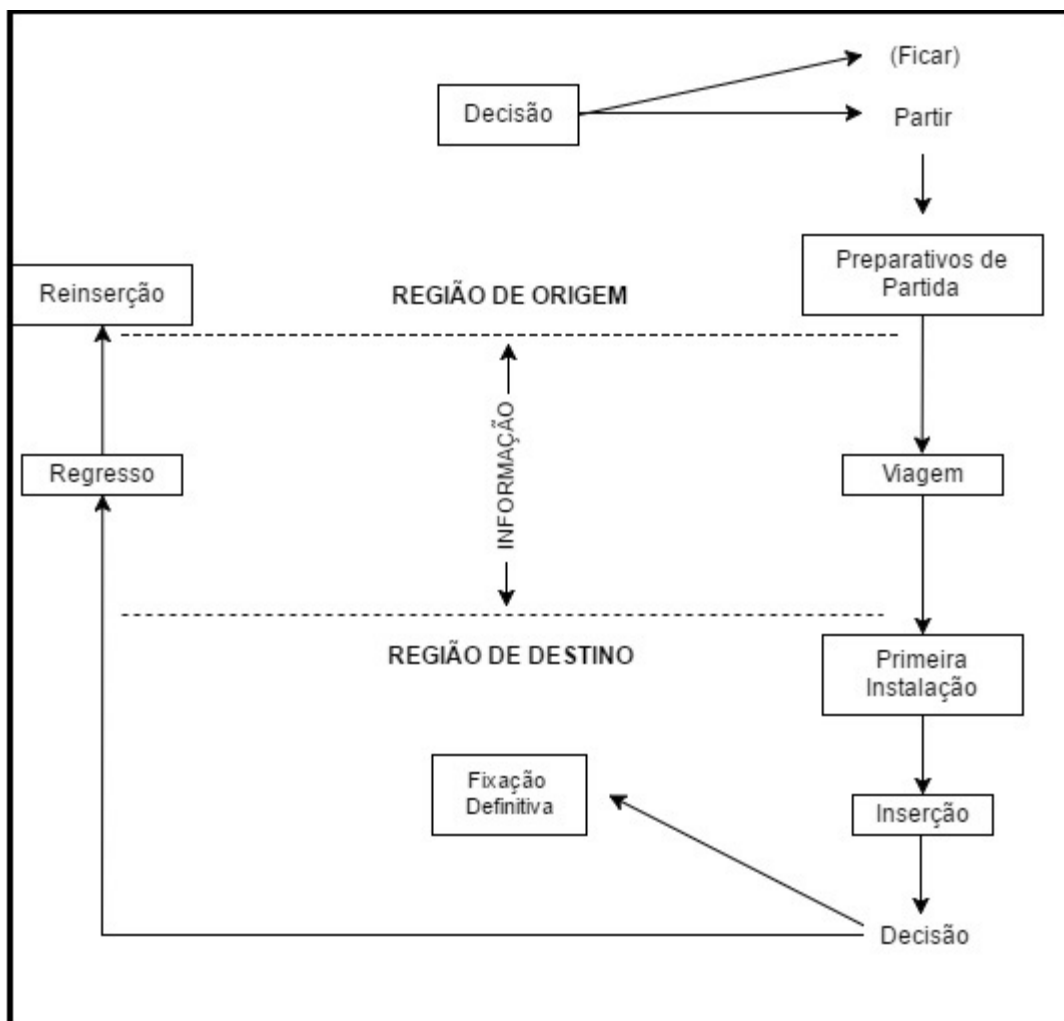
O objetivo desta pesquisa é entender a trajetória do migrante da região a partir de seu fluxo migratório. Procurou-se, então, focar nas migrações definitivas, aquelas em que o indivíduo decide migrar, não retornando mais à origem, permanecendo definitivamente no lugar de destino.

A trajetória migratória analisada refere-se ao contexto das migrações internas, que é [...]uma manifestação da mobilidade populacional no interior de um território bem delimitado[...] (Rocha-Trindade, 1995, p.33) e também das migrações intrarregionais (que se realizam dentro da mesma região) e inter-regional (ocorre de uma região para outra) (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2008).

A figura abaixo mostra a trajetória ou percurso executado pelo migrante. Geralmente, o migrante toma a decisão de migrar, sai da origem, por informações sobre o destino, buscando, na maioria dos casos, melhorar de vida. Antes de tomar a decisão de ficar definitivamente no destino ou retornar à origem, passa por um período de adaptação e inserção na sociedade receptora.

Como a mobilidade faz parte do ser humano, esse processo pode ser repetido inúmeras vezes. O indivíduo está sempre em movimento procurando as oportunidades econômicas e a qualidade de vida e bem-estar individual ou da família.

Figura 11 - Percurso Migratório



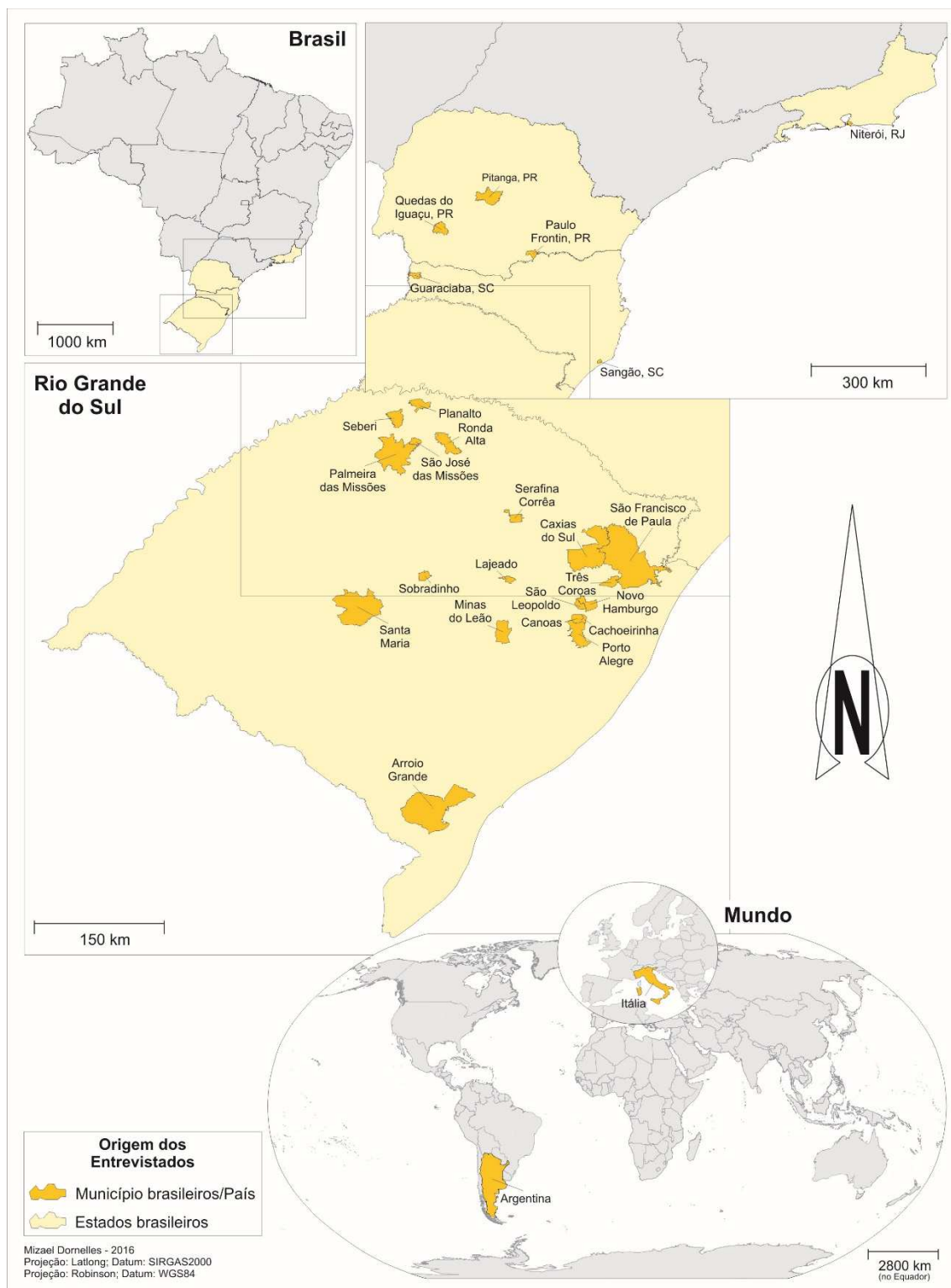
Fonte: Adaptado de Rocha-Trindade, 1995.

No levantamento da trajetória migratória, observando a técnica utilizada, snowball, na qual os entrevistados indicaram outros, não houve a possibilidade de controle da amostra, selecionando apenas migrantes intrarregionais e inter-regionais. Então, no grupo pesquisado, três dos entrevistados têm suas origens em outros países. Isso mostra que a região possui uma diversidade étnica, já no início de sua colonização com a chegada dos alemães e, atualmente, com indivíduos que vieram de outras localidades do globo.

Na Figura 12 estão representados os deslocamentos feitos pelos participantes da pesquisa. Observa-se que, os movimentos realizados pelos entrevistados, ocorre entre os

estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), tendo como destino a região do Vale do Paranhana. Predomina o deslocamento entre os municípios do Rio Grande do Sul, tendo apenas um representante de outro estado do país (Rio de Janeiro).

Figura 12 – Origem dos entrevistados



O poder de atração da região resultou no deslocamento de migrantes de países como a Argentina e a Itália. Também participaram da entrevista migrantes vindos dos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Mas a maioria dos entrevistados que fizeram parte da pesquisa vieram de localidades do interior do Rio Grande do Sul (Arroio Grande, Palmeira das Missões, Seberi, Serafina Correa, São José das Missões, Ronda Alta, Planalto, Minas do Leão, São Leopoldo, entre outros, e também da região metropolitana de Porto Alegre). Indivíduos que saíram de municípios muito pequenos e deslocaram-se para a região do Vale do Paranhana em busca de melhores condições de vida, e isso inclui emprego, estudo, ascensão pessoal e profissional, qualidade de vida, saúde, bem-estar.

4.3 O local de nascimento ou origem dos migrantes do Vale do Paranhana

Entre os questionamentos feitos aos entrevistados, o primeiro tratou do local de nascimento ou origem, mais especificamente, em relação a situação no local de origem, antes da mudança. Observou-se, na análise das entrevistas, que a maioria dos entrevistados residia principalmente em cidades pequenas e do interior do Rio Grande do Sul e tinham um sentimento de pertencimento muito forte, principalmente em relação à família e aos amigos. Até mesmo aqueles que vieram de outros países ou estados revelaram igualmente uma grande afinidade com a família e os amigos no local de origem.

É importante destacar, também, a questão do enraizamento, ou seja, as motivações econômicas que envolvem o processo migratório. Conforme Granovetter (1985), a ação econômica está inserida no processo social; os indivíduos agem a partir de sistemas sociais concretos e contínuos, ou seja, as redes sociais representam o enraizamento social das ações econômicas.

O sentimento de pertencimento e bem-estar do migrante no local de destino só é possível por meio das redes sociais que irão possibilitar a redução das dificuldades de inserção e adaptação (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

A importância da relação familiar e das redes sociais fica evidente a partir das respostas abaixo que se referem à saída da origem, momento anterior a mudança. Outro ponto pode ser observado, e que chama atenção na fala dos entrevistados, diz respeito as relações laborais e condições difíceis exercidas no local de origem.

Bom, a vida inteira lá, até 1999, eu trabalhei na roça, tirando leite, enfim, toda a lida. Sim, na vida rural, e sempre era para alguém; lá no Paraná a gente chama de agregados, então, lá, a vida toda, minha família trabalhou para os outros, morando no barraco de lona preta que um tinha dado, no paiol, não sei mais o que... na estrebaria, então sempre foi em função de trabalhar para os outros, mas na roça (Entrevistada nº 1, mulher).

Eu morava no interior em Palmeira das Missões, em um lugar chamado Jaboticaba onde hoje é município. Geralmente ajudava meu pai, trabalhava de diarista, trabalhava por dia na lavoura e estudava; saí de lá com 18 anos e fui pra Alegrete para o exército; a maioria dos nossos jovens ia para o exército pra Alegrete. Meu pai saiu de lá e veio pra Parobé, e eu de Alegrete não tinha como voltar pra minha terra, daí vim pra cá (Entrevistado nº 4, homem).

Para o entrevistado nº 5: “Trabalhar eu não trabalhava, eu era de menor, mas eu ajudava meus pais, na roça, em casa.”

Observa-se que os migrantes citados acima trabalhavam na lavoura, ou seja, moravam em localidades rurais; ao entrevistá-los, percebeu-se que em função das dificuldades econômicas vivenciadas há uma explícita vontade desses migrantes de “mudar de vida”, de sair de uma situação de muito trabalho e pouca valorização, principalmente profissional. Mas, ao mesmo tempo em que demonstravam a vontade de deixar a vida no campo, também transparecia o sentimento de amor por aquela terra e pelas pessoas que lá permaneceriam.

Com relação aos serviços de educação e saúde, a totalidade dos entrevistados afirmou que, embora muitos dos municípios em que viviam, fossem muito pequenos, tinham acesso à educação; alguns foram alunos de escolas multisseriadas. Ao tratar sobre os serviços de saúde, os respondentes disseram ser mais precário, muitas vezes bastante distante do município em que moravam; em algumas localidades, havia a presença de “postinhos” de saúde, mas, para tratamentos mais complexos, tinham que se deslocar para os centros urbanos, o que hoje ainda é bastante comum. Embora tendo acesso à educação, muitos dos entrevistados migraram buscando qualificação, pois nas localidades em que residiam, o nível educacional mais alto oferecido era o ensino médio.

Num terceiro momento, foi perguntado aos entrevistados como era a sua relação com a família e os amigos no lugar de origem. As respostas mencionadas abaixo mostram o quanto a família e os amigos são importantes e que para muitos dos migrantes foi difícil cortar esses laços.

Aquela região tem uma formação dos italianos, é uma cidade formada por italianos e lusitanos; eu sou descendente de açorianos e convivi com muitos italianos; tanto os italianos como os açorianos têm essa relação muito próxima da família, de domingos se reunirem na casa da vó, de todo mundo ir à missa junto, sair em passeios juntos, então os laços eram muitos próximos, muito apertados, laços muito afetivos entre as famílias (Entrevistado nº 4, homem).

Era perfeito, o que me faz ficar mais emocionada é minha família, minha mãe, meus irmãos, tios, toda minha família, meus amigos de infância, todos permaneceram na minha cidade natal, Palmeiras das Missões; eu vim para cá e deixei tudo para trás, em busca de um sonho, meu mestrado, ficava mais perto de Porto Alegre, e também por causa do meu marido que veio morar para cá, por causa do trabalho, então larguei tudo, vim sozinha (Entrevistada nº 10, mulher).

Para o entrevistado nº 4, os costumes e tradições foram incorporados naturalmente, pois já era um hábito familiar. Em relação à entrevistada nº 10, nota-se o sentimento de perda, um corte nos laços familiares e de amizades. Mesmo estando com o marido, ela finaliza dizendo “vim sozinha”, ou seja, a família representa a base, principalmente quando se tem que enfrentar situações novas. Nesse contexto, Granovetter (1992), vem reforçar a noção de laços ou vínculos, importantes no processo de inserção na sociedade receptora.

Percebe-se que os vínculos familiares e as amizades são muito importantes para o grupo de entrevistados, conforme identifica-se nas declarações abaixo.

Muito, muito, e lá na comunidade tinha uma coisa bacana que eu acho veio muito dos valores e princípios, que era a Pastoral da Criança, como eu tenho saudades deste tempo, onde a mãe ou pai tirava tempo para ir fazer as coisas juntos, isso tinha. Nem que fosse ao reaproveitamento da alimentação como era o caso, porque era muito escasso, então isso tinha, e acho que o tempo passava diferente, não sei, demorava mais para passar (Entrevistada nº 1, mulher).

Nota-se que existiam vínculos para além da família, as relações estabelecidas com amigos, com os grupos sociais, nesse caso citado, os grupos religiosos. Fica explícita a força das relações sociais na origem, conforme mencionam os entrevistados: “Todos se conheciam e participávamos ativamente de movimentos da igreja e da sociedade” (Entrevistada nº 17). Já para o entrevistado nº 11: “Excelente. Foram construídas boas relações de amizade que proporcionaram lembranças e oportunidades profissionais.” Em relação à entrevistada nº 14: “Muito boa. Lá no interior todo mundo se ajudava nas colheitas e por isso tínhamos muitas amizades além de parentes próximos.”

Os migrantes deixam clara a importância das relações sociais, o que se percebe é um sentimento de união, de confiança, de solidariedade, o que fortalece o pertencimento ao grupo e ao território. Na sequência, verifica-se que relações sociais e familiares ainda permanecem significativas com as pessoas que lá ficaram.

Na época, eu já havia migrado de Lajeado, no Vale do Taquari, para Sobradinho, no Vale do Rio Pardo. Estava recém-casado, com um filho pequeno. Mantinha os vínculos afetivos com meus familiares, que seguiram morando no Vale do Taquari, como até hoje. Em Sobradinho, não tinha muitos amigos, pois havia chegado há pouco tempo (Entrevistado nº 16, homem, Taquara).

Era bastante frequente, visto que morava com meus pais. Estava com eles nos períodos de intervalo entre minhas atividades de trabalho e o período das aulas. Com os amigos também muito frequente, não apenas pelo estudo mas também pelas atividades voluntárias que eu exercia em diferentes espaços (Entrevistada nº 15, mulher).

Eu morava no mesmo prédio dos meus pais, então meus pais me ajudavam na criação dos meus filhos na hora em que eu estava no trabalho, levavam e buscavam no colégio, natação; então tinha muitos amigos, amigos de colégio, de escola, que a gente foi crescendo juntos e foi evoluindo junto, ali naquela mesma localidade. A gente sempre convivia juntos, apesar de eu ser a primeira a casar e ter filhos, a gente fazia churrasco, praia todo final de semana, então havia convivência (Entrevistada nº 2, mulher).

Bem significativa; eu sempre morei com meus pais; eu tenho um irmão mais velho e uma irmã mais nova; nessa época meu irmão já era casado, eu convivi mais com minha irmã mais nova, sempre tive muitos amigos, participava de um grupo de jovens da pastoral da juventude rural, o qual me envolvia e formava um grande círculo, e essas eram as atividades assim de lazer, grupo de jovens...Não tinha muitas festas e grandes eventos, porque interior é tudo pequeno (Entrevistada nº 13, mulher).

Tinha educação sim; saúde era um período bem precário, lá era uma cidade muito pequena, e era complicado, tinha lazer claro, tinha muitos amigos, isso era a válvula de escape digamos. Sim, claro, sempre a minha família foi a base sólida, e também aquela preocupação sobre ter um futuro melhor, etc. E com amigos, muitos amigos, até hoje tenho muitos amigos que ficaram lá, e até hoje a gente tem um relacionamento de amizade que ainda dura (Entrevistado nº 3, homem).

Tinha hospital perto de casa. Não era cidade grande; lazer, a gente brincava com os amigos, tinha os amigos por perto, no colégio, e com a família também, sempre muito próxima. Era boa, família estava sempre presente, meus amigos moravam por perto, era bom (Entrevistado nº 5, homem).

A definição de redes sociais no processo migratório compreende os laços interpessoais que ligam os migrantes, nas áreas de origem e destino por graus de parentesco, amizade ou conterraneidade (Massey, 1988) e as declarações dos entrevistados reforçam essa ideia. As redes sociais constituem a base para o entendimento das migrações no que se refere aos fluxos ou à inserção do migrante no local de destino. É uma das estruturas mais importantes para a compreensão da organização social das migrações.

Alguns entrevistados apresentam situações diferentes em suas relações familiares. O entrevistado nº 6 estava sempre longe da família (esposa, filhos) em virtude do trabalho. Migrou para a região com o objetivo de ficar mais próximo de sua família e, conseqüentemente, mais tempo em casa. No momento de realização da entrevista, notou-se o quanto isso o deixava preocupado e com sentimento de culpa, por não poder estar ao lado da família e acompanhar o desenvolvimento dos filhos. “Quanto à relação em virtude da profissão, era difícil, pois os horários e dias não combinavam. Quase sempre eu estava na

estrada, além de trabalhar à noite, era sempre em finais de semana (Entrevistado nº 6, homem).

Já para a entrevistada nº 7, o fato de estar longe da família há muito tempo, pois já havia migrado para outros lugares, fez com que a relação se mantivesse sempre distante como ela mesma afirma. A entrevistada não demonstrou desconforto, por estar longe de seus familiares. Pareceu algo muito natural, conforme segue em seu relato: “Como eu moro longe da família era a mesma que eu mantenho aqui, via telefone, via internet, e lá no outro lugar eu não tinha, até porque eu passei pouco tempo lá” (Entrevistada nº 7, mulher).

Singer (1990) coloca que, para a adaptação do migrante ao local de destino é importante a solidariedade e a ajuda de migrantes mais antigos. Além disso, os laços de solidariedade familiar, de amigos que vieram da mesma origem e classe social, têm um significado essencial na integração do migrante à sociedade e à economia do lugar de destino.

4.4 Razões que influenciaram na trajetória migratória para o Vale do Paranhana

A mobilidade sempre fez parte da vida do ser humano e pode partir de uma decisão individual e com motivação econômica ou envolver grupos, família, redes sociais, na migração.

As teorias das migrações explicam a trajetória do migrante por meio de diferentes fatores. A teoria neoclássica afirma que os fatores *push-pull* (atração-repulsão) são responsáveis pela decisão de migrar, pois o migrante vai em busca de melhores condições de vida (melhores salários, oferta de trabalho). Porém, esta teoria é limitada em suas interpretações, não conseguindo explicar se seriam apenas os fatores econômicos os responsáveis pela migração, pois os atores têm informações limitadas e muitas vezes contraditórias sobre o destino.

Assim, pode-se considerar outros aspectos que influenciam a migração. Embora na teoria neomarxista a migração seja considerada forçada por imposição do mercado de trabalho, ela ocorre em grupos sociais e ou núcleos familiares inteiros. Na teoria sociológica das migrações, as redes sociais são indutoras do fenômeno migratório. Alguns aspectos sociais, políticos, culturais e psicossociais também fazem parte das motivações para migrar. Porém, é preciso salientar que, implicitamente, os fatores econômicos, em conjunto com os demais aspectos citados, aparecem como motivadores da migração.

Esta pesquisa, a partir da entrevista com migrantes individuais procurou saber quais motivos levaram os indivíduos a migrarem. Como será observado nos relatos a seguir, a

presença de migrações em grupos, principalmente familiares, se fez presente nas declarações dos entrevistados.

Primeiro que eu sempre pensei em ousar, mudar aquela realidade, mesmo tendo toda esta questão com a família, era muito sofrimento, às vezes tinha o que comer, às vezes não tinha o que comer. Cansamos de ficar meses comendo só feijão e pepino, então eu casei muito jovem, e com o casamento isso me deu uma abertura de sair, porque eu era menor, então a gente casou, e eu e meu marido fomos para São Paulo. Então casei jovem e saí muito nova da cidade onde morava, e quando a gente foi pra lá, não era mais na roça que a gente trabalhava, mas também estava vinculada, fui trabalhar de camareira, coisa que era acostumada a fazer com a mãe, e meu esposo cuidava de animais que tinha naquela pousada que fomos trabalhar. Ilha Bela, em São Paulo a gente morou (Entrevistada nº 1, mulher).

A entrevistada nº 1 deixou evidente sua vontade de migrar para melhorar as condições de vida. No entanto, logo após migrarem para São Paulo, decidiram que a vida lá era muito difícil e não havia possibilidade de estudar e de desenvolver profissionalmente; então migraram para o Vale do Paranhana. Na região, a entrevistada nº 1 começou a estudar e conseguiu uma oportunidade de trabalho na Faccat, local em que deu sequência aos seus estudos e onde hoje está cursando o mestrado.

A experiência migratória da entrevistada nº 1 mostra um fluxo muito comum no Brasil. Esse fluxo é marcado por migrantes que saíram de áreas rurais para grandes metrópoles, nesse caso específico, São Paulo. Posteriormente percebem a existência de muitas dificuldades e, como não conseguem melhores condições de vida e trabalho, decidem migrar para municípios de porte médio ou pequeno. Este movimento também está relacionado à mudança da dinâmica econômica nos grandes centros urbanos, marcados especialmente pelo processo de descentralização industrial, sendo que os polos de atração migratória mais recentes na última década passam a ser as cidades menores no entorno da região metropolitana.

Todaro (1980) coloca que a migração rural-urbana deve ser considerada em dois estágios. O trabalhador rural não qualificado que migra para uma área urbana, inicialmente estará no primeiro estágio, considerado urbano-tradicional (desempregados abertos, subempregados, empregados ocasionais, empregados do setor informal). Posteriormente, poderá conseguir um emprego permanente no setor moderno, o que seria então considerado o segundo estágio.

É uma característica das migrações do final do século XX e início do século XXI, o deslocamento das metrópoles para cidades pequenas e médias. As transformações socioeconômicas e políticas pelas quais vêm passando os espaços urbanos em nível nacional, regional e local, bem como as mudanças tecnológicas, contribuíram para intensificar os fluxos

migratórios em direção a cidades de porte médio e pequeno, sendo estas representantes de uma parcela considerável do dinamismo regional. Esse fenômeno corrobora com as trajetórias realizadas por alguns dos entrevistados, que saíram de grandes metrópoles à procura de uma situação econômica e social mais satisfatória (BAENINGER, 2012).

Outra teoria que vem a contribuir para a análise é a teoria do mercado de trabalho dual, que, conforme Peixoto (2008), tem as seguintes características:

Segundo esta teoria, os mercados de trabalho caracterizam-se por possuírem dois segmentos principais, ou apresentarem uma característica “dual”. O mercado “primário” detém como principais atributos a estabilidade das condições de emprego, bons salários, perspectivas de carreira (através de um mercado interno de trabalho desenvolvido nas organizações), proteção social e bom estatuto social. Na prática, são as organizações públicas e algumas empresas privadas, sobretudo as de maior dimensão, que apresentam estas características. Por oposição, o mercado “secundário” é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de proteção social e baixo estatuto social (PEIXOTO, 2008, p.21).

Essa proposição pode ser representada pela grande parte dos entrevistados que saíram do meio rural em busca de trabalho no meio urbano. Alguns passaram a trabalhar em ofícios como: pedreiro, camareira, babá, doméstica, eletrecista, nas indústrias de calçados, o que é bem característico do mercado de trabalho secundário citado por Peixoto (2008). Esse tipo de trabalho considerado secundário representa a força de atração exercida sobre os migrantes e, de certa forma, um meio de melhorar seu padrão de vida, visando à mobilidade social futura.

Já a Entrevistada nº 14, revela, em sua resposta, a decepção com a perda da lavoura, que conseqüentemente resultou em uma queda na renda da família, tendo que buscar trabalho na cidade para poder sobreviver: “Duas colheitas deram muito prejuízo e o jeito foi tentar trabalho na cidade”.

Em relação ao entrevistado nº 4, a preocupação do pai era com a educação e formação dos filhos. Não queria que os filhos seguissem o mesmo caminho, sendo trabalhadores da construção civil, mas que procurassem, por meio do estudo, atividades mais intelectuais do que braçais.

Meu pai sempre pensou em achar um trabalho diferente pra nós, ele sempre dizia que serviço de construtor era um serviço muito pesado, desgastante e ele queria que a gente estudasse e procurasse um serviço menos braçal, mais leve, não muito pesado. E eu sempre fui mais dedicado a um serviço mais de análise, não pesado, eu não gostava de pegar na enxada, ele dizia assim: você vai se dar bem em uma área que você precisa estudar (me dedicava aos estudos), e acabei vindo pra cá e me dedicando aos estudos, fiz a graduação e mestrado na UNISINOS; hoje sou aluno assistente lá da UFRGS, estou me inscrevendo para aluno PEC (Processo de Educação Continuada), tentando um doutorado na UFRGS, essa é a trajetória de formação. Mas a vinda pra cá foi por dois motivos, um deles pra procurar emprego para ter uma nova opção de trabalho e a outra pela educação que não tinha lá, ou você ia para o seminário pra estudar pra padre, o qual eu fui, nós somos três irmãos e os três seminaristas, ou tu ia para o seminário ou para o colégio agrícola para trabalhar e ter continuidade dos estudos, senão não tinha condições (Entrevistado nº 4, homem).

Conforme se pode verificar, a partir das informações dadas pelo entrevistado, as motivações partem da necessidade de conseguir trabalho, ou seja, o aspecto econômico sobressalta no processo migratório, e também como forma de abandonar o meio rural, sendo as relações laborais neste percebidas como muito onerosas, em alguns momentos, sem resultados favoráveis.

Também se observa em alguns dos relatos a educação como um aspecto secundário na decisão de migrar. Para Ghizzo e Rocha (2008) a mobilidade, mais recentemente, tem sido efetivada a partir da relação capital e trabalho e tem representado condição vital para o trabalhador. Os entrevistados apontam esta realidade.

Primeiro lugar, eu vim embora pra cá em busca de trabalho e pra continuar estudando, porque lá em São José meus pais são agricultores, não tem nenhuma perspectiva, como comentei da farmácia que era a única farmácia do município, participei desse projeto, o projeto já tinha encerrado, eu já tinha terminado meu ensino médio, e com muita vontade de fazer muitas coisas e as possibilidades eram pequenas; então, foi quando uma tia minha, irmã da minha mãe e que mora aqui em Taquara, foi nos visitar e me convidou pra vir morar com ela, e já tinha trabalho arrumado pra trabalhar num escritório de contabilidade de um amigo deles e estava disposto a me ensinar já que eu não tinha experiência, e aí foi até comentado: “ah lá tem faculdade, lá em Taquara, vai poder estudar..” foi o que me motivou a vir pra cá, foi no ano 2003 (Entrevistada nº 13, mulher).

Independente da migração ser individual ou familiar, a direção do movimento depende da herança migratória do grupo de relações primárias; isso significa que o fluxo migratório pode ser direcionado para lugares em que os indivíduos tenham familiares, amigos ou conterrâneos (DURHAN, 1978).

Para a entrevistada nº 2, foi mais difícil a saída da origem, mas as motivações foram a família (marido e filhos). A opção em migrar foi motivada pelo sentimento de ausência na

criação do filho e, morando em uma cidade do interior, a possibilidade de estar mais tempo presente seria uma possibilidade, conforme ela menciona:

Duas: uma, meu marido, meu ex-marido na época, ele é aqui de Taquara e na época trabalhava em uma empresa de exportação e bem na época que as exportações caíram, a empresa fechou lá e daí ele teria que retornar ou procurar uma outra atividade; procuramos uma outra atividade na época, mas não foi uma rentabilidade boa, e eu como trabalhava numa multinacional, teria como possibilidade vir a trabalhar na unidade aqui no Rio Grande do Sul, estavam abrindo a coca cola, então qualquer coisa eu viria para ela, então o primeiro motivo foi o trabalho do marido. O segundo motivo foi que meu filho tinha cinco anos, o mais velho que hoje tem vinte e dois, ele, no Dia das Mães, escreveu um bilhete pra mim, minha mãe é muito legal, quando eu acordo ela já foi trabalhar, quando vou dormir ela não chegou, mas nos finais de semana a gente passeia muito, então eu decidi, vamos morar numa cidade de interior, o Leonardo teria mais possibilidades e criar os filhos seria mais calmo, mais tranquilo, a família dele aqui é grande, sabe, então priorizei a família. Então viemos, eu disse “passar fome eu não vou”, então, mas teria que ficar em Porto Alegre ou desenvolver uma outra coisa porque formação eu tinha e qualquer coisa procurava outra coisa para fazer (Entrevistada nº 2, mulher).

Para outro entrevistado, novamente pode-se constatar a presença da família como motivador da migração. O entrevistado nº 18 migrou da Argentina porque casou-se com uma brasileira e aqui veio constituir uma nova família. Porém, os vínculos na Argentina eram sólidos, com os pais e também com os filhos da primeira família. Conforme o entrevistado, foi difícil a separação dos filhos, como segue: “Foi difícil, por ter deixado meu pai lá, parentes, tios, e principalmente filhos, lá na Argentina, e por outro lado uma grande alegria vir para cá, o começo de uma nova vida e ter que deixar os afetos”(Entrevistado nº 18, homem).

No caso do entrevistado nº 19 foi uma migração baseada no núcleo familiar, pois o migrante era criança e não tinha poder de decisão, então teve que migrar com a família, conforme relata: “ A partida foi com meus pais, e como a colônia na época era mais difícil, não tinha muito emprego, deu aquela debandada do pessoal pra fora, e eu tinha 4 anos, me levaram à força pra lá” (Entrevistado nº 19, homem).

As crianças não decidem migrar, seguem as decisões da família, porém isso não significa um problema ou violência contra a criança, mas sim, que a migração de crianças não é um ato voluntário, elas tendem a migrar acompanhadas de parentes, pais e irmãos (CAMPOS, 2015).

Para o entrevistado nº 5, a motivação principal foi a família, mas percebe-se que o fator econômico também foi levado em consideração. A decepção, contudo, mistura-se com o arrependimento ao chegar no destino, pois o que havia motivado a migração já não existia mais, ao evidenciar que o falecimento da avó e as questões econômicas não foram tão satisfatórias no local de destino.

As razões eram a minha mãe estava há muito tempo longe da minha vó, há 14 anos, aí nós resolvemos partir, pois ela já não estava muito bem de vida, e meus tios por parte de mãe falaram que aqui os recursos seriam “melhor” aqui, e meu pai vendeu nossas terras lá, casa, e viemos pra cá, mas vimos que não era tudo que tinham nos falado; chegando aqui, minha vó faleceu, daí começamos uma nova vida aqui. Viemos de lá e fomos morar em Riozinho. (Entrevistado nº 5, homem).

Já para o entrevistado nº 6, a motivação foi buscar um pouco de qualidade de vida: “Os motivos foram a busca por trabalho que eu parasse um pouco mais em casa, menos em viagem, busca de novos horizontes mesmo” (Entrevistado nº 6, homem).

A entrevistada nº 7 pareceu a mais racional das migrantes, pois suas respostas foram muito objetivas e não foi percebido nenhuma decepção ou arrependimento relacionado à migração. No relato, a migração surge como algo normal, que impulsionou a busca de conforto e comodidade.

Eu saí de lá porque era uma cidade muito precária, não tinha opção de lazer, não tinha aeroporto, a gente precisava percorrer 600 km para chegar em uma cidade maior e pegar um avião, era bem complicado, não tinha muita opção de lazer também, o clima também não era muito bom, fazia muito calor o ano inteiro, era bem complicado (Entrevistada nº 7, mulher).

Para o entrevistado nº 12, a saída do município de origem foi motivada pela procura de emprego como meio de sobrevivência da família. Novamente, sobressai a presença da motivação econômica como fator responsável pela migração. O relato do migrante explica que a família era muito grande, todos que já tivessem condições de trabalhar tinham que ajudar no “sustento da família”, evidenciando que a migração foi uma questão de sobrevivência.

Também foi um dos motivos já que era uma família grande. Sim, somos em nove... sete filhos, pai e mãe... Naquela época, as empresas... elas empregavam crianças com 10- 11 anos, quando eu vim pra cá no caso se eu precisasse trabalhar na verdade, não era uma coisa normal assim, aí era um tempo que tu fazia de 10 a 12 horas por dia. Também a gente veio com a família, porque nesta época Campo Bom já estava muito saturado a questão dos terrenos pra cá, e então o que acontece as pessoas começam a procurar outros lugares que trabalhavam que tinham empregos e que fosse mais fácil de comprar terreno, mas fácil de comprar casas, coisas assim, então nessa região aqui, Taquara , Três Coroas, Nova Hartz , estava muito pouco desenvolvido ainda, já existiam as empresas, mas era uma escala menor; então especialmente minha família vir pra cá, porque naquela época, os terrenos eram baratos (Entrevistado nº 12, homem).

Brito (2007) coloca que, para conseguir melhorar seu padrão de vida, a alternativa é a migração para centros urbanos. Essa movimentação no espaço geográfico iguala-se à movimentação social organizada pelo conjunto de indivíduos que formam as relações

primárias. As informações acumuladas por esse grupo permitem uma redução nos riscos da migração, auxiliando na adaptação à sociedade urbana, bem como, incentivam a manter as raízes com a origem. Parte dos entrevistados deixa claro esse vínculo com a origem, até porque, para alguns, os familiares e amigos ainda permanecem no local de origem.

Outras motivações levaram os entrevistados a migrar, em função de melhor qualidade de vida, incluindo a família e também em busca de oportunidades de melhorar sua qualificação profissional, especialmente o estudo.

Pessoais, especialmente em função da decisão da família em partir para o Rio Grande do Sul na busca de qualidade de vida (saúde para os avós), pois o clima era um fator que prejudicava, assim como, melhorar a renda e continuar os estudos (Entrevistado nº 11, homem).

Pessoal; foi sim, o mestrado, mas o maior motivo foi meu marido, ele veio embora, e eu fiz, no mesmo ano que ele veio, eu fiz a prova de seleção do mestrado e consegui bolsa, então foi o que me motivou mais de vir, aí eu um pouco ficava triste por estar longe da família, mas ao mesmo tempo feliz pela minha realização profissional, era um sonho meu (Entrevistada nº 10, mulher).

A razão é em função de melhorar o emprego, porque lá nessa cidade que eu morava não tinha muita expectativa pra morar, pra estudar, não tinha muita coisa, então a gente veio pra cá pra região em função do pai ter mais irmãos aqui, tem familiares, então pra gente trabalhar melhor, porque lá não tinha, lá é muito ruim, ou trabalha em granja de arroz pra homem assim, e mulher é no comércio ou no lar assim (Entrevistada nº 9, mulher).

Sim, eu estudava, porque meus pais eram pequenos agricultores, então não tinha uma perspectiva para uma evolução maior, era agricultura familiar, e lá não tem, como era um local menor, de cidades muito pequenas ou distantes, não tinha como aumentar a produção, era mais para hortifrutí, coisas que tinham mais rotatividade financeira; então meu pai decidiu migrar com a família aqui para Parobé, para buscar uma vida melhor. Porque na época, tinha calçados Azaleia, que era muito forte, então meu tio já tinha vindo pra cá, e ele morava aqui há pouco tempo, e meu pai ficou interessado e resolveu vir pra cá, eu continuei lá por mais um tempo ainda, terminei o ano de estudos e depois vim pra cá, fiquei e terminei o ano, depois vim (Entrevistado nº 3, homem)

Olha, no meu caso, eu entrei no seminário, mas pensando hoje, meu pai não tinha como dar terra pra todo mundo, então ele deu terra para alguns e os outros tiveram que migrar, então foi uma questão, como ele não tinha condições de comprar terra pra todos, uns ficaram e os outros saíram, eram 5 filhos homens, aonde 1 ficou e os outros 4 migraram (Entrevistado nº 8, homem).

Conforme Truzzi (2008, p. 204), ocorre a “[...] emigração porque o sistema de herança praticado na origem não comporta a permanência de todos os herdeiros na propriedade rural familiar, predispondo indivíduos a considerar seriamente a alternativa da emigração.” Essa citação vem ao encontro do que foi dito pelo entrevistado nº 8. Muitas vezes, as condições no lugar de origem não são favoráveis a todos os indivíduos da família e, nesse caso, a saída é buscar outro lugar para construir seus projetos de vida. Outro aspecto a considerar refere-se à

saída do meio rural e a busca por independência: uma das opções, naquele momento, era ir estudar em um seminário.

Uma das motivações mais interessantes e que fugiu das motivações principais elencadas pelos demais entrevistados, foi o relato da entrevistada nº 20, que migrou para Três Coroas em função da religião (o Budismo): ela e a família vieram residir nas terras do centro budista, a fim de ajudar nas obras de construção e ampliação do templo. É muito raro, na literatura e na prática, encontrar migrantes que se deslocam por uma motivação religiosa. É mais comum encontrar migrantes que saem de seus países de origem em função de perseguições religiosas.

Olha o meu pai conheceu o Budismo, e o "Rimpoche" (mestre) pediu ajuda voluntária por um ano, pra construir as construções do centro, e a gente veio, meu pai tirou o ano sabático dele, ele tinha empresa lá, mas ele já tinha fechado no ano de 1997, então ele veio aqui pra ajudar na construção dos templos, aqui em Três Coroas (Entrevistada nº 20, mulher).

Um outro aspecto que fugiu das motivações convencionais elencadas é a migração devido à violência no lugar de origem, conforme relato da migrante.

Violência. Eu e minha irmã fomos assaltadas, ambas, em nosso serviço e mais de uma vez. Meu irmão mais novo vinha enfrentando dificuldades com um grupinho de delinquentes do colégio, sendo que a direção do mesmo não podia fazer nada, pois eram menores de idade (Entrevistada nº 21, mulher).

A violência pode ser igualmente um fator condicionante no processo migratório; as altas taxas de violência têm sido um dos aspectos de redução populacional, principalmente em centros urbanos de porte médio e grande (GOLGHER, 2004).

Ao analisar as motivações dos migrantes entrevistados em realizar essa trajetória, ficou caracterizada a presença de diferentes aspectos que não somente atreladas ao fator econômico. Chama a atenção a presença da família como um suporte para o processo migratório. Muitos dos entrevistados migraram por causa da família, em benefício dela, ou como forma de sobrevivência, no intuito de melhorar a qualidade de vida da família.

4.5 A chegada ao lugar de destino: o Vale do Paranhana

Geralmente os migrantes, ao chegarem ao destino, enfrentam algumas dificuldades, como, por exemplo, a adaptação à nova vida, a receptividade pela sociedade de destino, a

busca por trabalho, por moradia, dificuldade com a língua e com a cultura, entre outras. Nesse contexto,

[...]o migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010, p. 411).

Nos relatos dos entrevistados, ficam evidentes as principais dificuldades enfrentadas por estes. A entrevistada nº 1 relata muitas adversidades encontradas quando migrou do meio rural diretamente para o meio urbano.

Sim, muita dificuldade, muita mesmo, a começar até pela questão do falar, do conversar, e a gente sofreu, não vejo como uma má educação mas às vezes, vindo do interior, temos uma cultura muito diferente, uma das coisas que marcou muito a gente e volta e meia falamos, nós não tínhamos a mania de usar o “por favor”, “obrigada”, “com licença”, existia, sim, o respeito com o pai e mãe, o senhor a senhora, mas de uma forma diferente, e quando a gente chegou lá, aprendemos muito essas questões com aquela senhora que nos abrigou na Pousada, mas foi muito difícil, a gente se sentia muito perdido, medo, receio, até porque todo mundo só olhava para a gente, e até por ser numa cidade, numa ilha, tudo mudou, foi muito brusco, então tivemos muitas dificuldades, com relacionamentos, as pessoas também viam a gente de outra maneira, com um outro olhar, olhavam a gente de forma diferente, assim como nós também olhávamos, acredito que foi recíproca a adaptação, mas foi bem difícil (Entrevistada nº 1, mulher).

Esses inconvenientes que aparecem no fluxo migratório são classificados por Lee (1980) como obstáculos intervenientes. Rocha-Trindade (1995) afirma serem estes obstáculos responsáveis pelo avanço ou atraso do processo migratório. Chiswick e Miller (1990) coloca como importante para a adaptação à nova situação, o conhecimento da língua e a qualificação social e econômica do migrante.

O relato do entrevistado nº 22 também mostra um processo difícil de adaptação ao local de destino, principalmente por ter migrado de outro país (Argentina), com costumes, cultura e organização social diferentes da encontrada no Brasil.

A minha chegada foi normal, mas quando comecei a trabalhar enfrentei muitas dificuldades, de fato a adaptação foi difícil, o método de trabalhar do Brasil é diferente, o brasileiro é muito amigo e social para festas, mas para o trabalho é muito egoísta, em termos gerais, tem medo de passar trabalho para o estrangeiro, percebi isso e pensei que poderia ter sido somente comigo, mas a mesma opinião tiveram outros estrangeiros com os que falei. O Argentino por ter uma maior influência migratória, é muito mais solidário com o estrangeiro, ajuda muito mais ao colega estrangeiro e o trata não como se fosse mais um, senão como alguém que abandonou parte da sua família, seus pais, seus amigos. Sua língua, sabemos que essa pessoa que hoje está conosco pode não voltar nunca mais para sua terra e isso é muito triste desde um ponto de vista, mas por outro lado sabemos que veio para formar uma família ou que veio com a sua família (Entrevistado nº 22, homem).

Para o entrevistado nº 22, as dificuldades ocorreram no trabalho. Ele percebeu certa rivalidade, competição e até receio por parte dos brasileiros de perder suas posições para estrangeiros.

Já a dificuldade enfrentada pelo entrevistado nº 3 foi de alojamento: tiveram que dividir um com um grupo grande de pessoas. Sjaastad (1962) refere-se ao custo do alojamento como sendo uma das barreiras enfrentadas pelos migrantes. Rocha-Trindade (1995) afirma que o alojamento pode ser solucionado por “redes de ligação”, ou seja, os amigos, parentes ou conterrâneos já residentes no destino costumam direcionar os recém-chegados a locais onde encontrem habitação. Não foi o caso do entrevistado nº 3, pois, chegados ao destino, não tinham conhecidos, somente a família que migrou em conjunto.

Sim, a princípio foi difícil, porque nós chegamos em um período em que Parobé houve a explosão, de empregos, porque Calçados Azaleia nessa época precisava de muita gente e não tinha moradia, e nós não tínhamos casa, então tinha que se ajeitar até construir a casa, isso foi bastante traumático para nós, para toda a família, porque nós vivemos uma situação bem complicada, nossa família, somos em 4 filhos, e meu pai e minha mãe, moravam conosco, meu tio, minha tia e a filha pequena deles e um outro casal de tios com filhos, era um grupo bem grande (Entrevistado nº 3, homem).

Conforme o relato da entrevistada nº 13, a comunicação foi a principal barreira, mas não no sentido da língua, mas sim, no sentido da informação. Como vivia numa cidade do interior, o acesso aos meios de comunicação ainda era precário. Quando chegou à cidade, teve o primeiro contato com a tecnologia, a qual não sabia como utilizar, tendo que aprender por necessidade.

A principal dificuldade foi no sentido de comunicação, porque, como morava em uma cidade de 5.000 habitantes para uma cidade de 60.000 habitantes, então foi uma diferença bem grande, lá eu tinha muito pouco acesso à questão de tecnologia que hoje não é assim, mas na época era; eu tinha feito um curso de informática, mas na escola que eu estudei a gente não tinha acesso, eu tinha feito particular, mas eu não tinha computador em casa nem Internet, eu não tinha telefone celular, aí quando eu vim para cá, bahhh eu preciso falar com minha mãe, eles não tinham telefone em casa; então dependia de minha mãe ir em uma vizinha e ligar para a casa da minha tia para daí conseguirmos falar, não era que nem hoje que podemos falar a qualquer instante; essa foi a principal. No próprio trabalho pronto está aqui o computador tu tens que fazer tal coisa, e eu tinha feito um curso como eu não tinha computador em casa, eu não tinha habilidade (Entrevistada nº 13, mulher).

Pode-se observar que a adaptação é uma tarefa difícil, envolve a questão psicológica do migrante; Sjaastad (1980) reforça o custo psicológico da migração, sendo esse muito difícil de medir. Fato esse reforçado por Elizaga (1980) ao observar que o custo psicológico é pouco considerado pela teoria sociológica das migrações, colocando ainda, em primeiro lugar, os custos econômicos. E, por sua vez, Golgher (2004) reforça a teoria de que os maiores custos para os migrantes são os psíquicos.

Os relatos das entrevistadas nº 14 e nº 10 mostram o quanto o fator psicológico está envolvido no processo de adaptação ao lugar de destino. Para a entrevistada nº 14: “Na chegada aqui na cidade, lembro-me de chorar quase o tempo todo, devido à saudade, e logo fomos para a escola”. Para as entrevistadas nº 10 e nº 9:

Sim, encontrei muita dificuldade; foi a primeira cidade que eu fui morar, sem ser minha cidade natal, que eu me distanciei, e é longe, praticamente 500 km; a etnia que prevalece é a alemã, eu encontrei muita dificuldade devido ao acesso a eles (Entrevistada nº 10, mulher).

Eu achei muito ruim, até me achar, Igrejinha é uma cidade bem maior do que a que vim, e daí tem... tudo totalmente diferente de lá, tanto é que no começo eu trabalhei uns 3-4 lugares até eu conseguir, achei um lugar que eu conseguisse ir e vir e me adaptei na cidade, mas assim, mas... a dificuldade era de se adaptar no lugar (Entrevistada nº 9, mulher).

Porém, para a entrevistada nº 2, a migração foi bastante traumática, pois esse processo envolveu os filhos pequenos. O relato da entrevistada nº 2 revela, de forma muito forte, a questão psicológica que envolve a adaptação do migrante ao lugar de destino. Questões que envolvem a família passam a ser determinantes na decisão de permanecer ou retornar. A entrevistada nº 2 chegou a comentar durante a entrevista que, por diversas vezes, pensou em retornar ao local de origem.

A explicação para o fenômeno que ocorreu com a migrante, entrevistada nº 2, está ligada à destabilização que existe em o ser (indivíduo) e o lugar. Esta desvinculação causa um trauma relativo à existência e à identidade territorial do migrante. Com isso, ele fica mais

vulnerável à angustia e à ansiedade, necessitando, então, o enraizamento no local de destino ou a manutenção dos vínculos com a origem (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

Na verdade, quando eu cheguei aqui, a família do meu marido, ex-marido, e é uma família muito grande, eles têm um jeito com decoração e quando eu cheguei em casa, a casa estava totalmente montada, as coisas dentro dos armários, flores, a casa toda linda, com filhotinho de labrador me esperando, nunca tinha tido cachorro assim, só quando pequena, então tinha uma casa linda, maravilhosa, e um cachorrinho me esperando. Então este lado sempre tranquilo e a família sempre fazendo janta para conhecer os amigos. Pois é, com isso o Mateus começou a desenvolver uns problemas que tu “vê” que tinha tudo a ver com este momento, ele tinha cinco anos, uma rede de amiguinhos, então, apesar de não ser da nossa religião, era de outra religião, é um colégio muito bom, mas o Mateus é muito tímido, aquele de não falar, muito fechado, e ele voltou a fazer cocô na cueca dentro da sala de aula e a gente foi ver vários assuntos; um, lógico, era a questão de ir ao banheiro, ter que pedir papel higiênico ao professor, não deixava papel na coisa... e outra, ele tinha o momento dele lá no Rio, tudo era mais devagar, aqui todo mundo almoça exatamente ao meio-dia, lá não, ele almoçava no tempo dele, aqui não meio-dia em ponto, todo mundo almoça e uma hora já está no colégio, então não tinha tempo de ir ao banheiro, então juntou essas duas coisas e não perceberam nele e isso foi somatizando e eu levei anos para resolver isso nele, psicólogo, então ele estava sozinho sem a mãe, apesar do pai, sem a mãe, colégio novo, onde todo mundo achava ele diferente, porque ele falava diferente, todo mundo louco pra ele falar o tempo todo, porque ele tinha sotaque, e ele tímido, então esse problema levou tempo até eu ajeitar, uma cueca no saquinho e qualquer coisa ele jogava fora e trocava...mas foi em psicóloga, foi em tudo (Entrevistada nº 2, mulher).

As declarações da entrevistada nº 2 reforçam a noção de pertencimento, a manutenção dos vínculos e elos com o território de origem como afirma Paiva (2013). E, na mesma direção, Granovetter (1992) reforça a noção de pertencimento no aspecto ligado aos vínculos familiares e às redes de relações sociais construídas no território de origem.

Para reduzir o impacto psicológico da migração, a existência de uma rede social no local de origem e de destino pode contribuir (GOLGHER, 2004). Porém, os costumes e tradições da região receptora causam alguns incômodos aos migrantes, conforme relata o entrevistado nº 6:

A chegada não foi muito fácil, eu encontrei algumas dificuldades, embora fosse próximo da grande Porto Alegre, algumas coisas eu entrei em certo conflito, de modos, usos, costumes, que muitas vezes acabavam me chocando penso eu, mais conservadores da cidade, e algumas pessoas com certa idade, olhavam com um pouco de restrição (Entrevistado nº 6, homem).

O entrevistado nº 12 também revela com detalhes a dificuldade de adaptação a novos costumes. A mudança na rotina, principalmente das crianças, pareceu bastante traumática. Percebe-se, ao entrevistá-lo, um sentimento de angústia e medo de enfrentar uma situação em que predominavam as regras e limites.

Foi muito complicado, porque... na verdade o que acontece, quando tu sai da cidade, do teu lugar, ali tu tá à vontade, já está mais.... ali tu está em casa e aí quando tu sai e entra em outro lugar que tu não conhece bem, isso pra mim foi muito difícil, demorei muito assim até me adaptar e era uma cultura muito diferente também, era uma coisa assim muito distante das coisas que tu vivia, porque a cultura alemã era, é muito regrada assim, um horário pras crianças ir dormir, um horário pras crianças ir brincar e lá na verdade nos estávamos muito à vontade, ficava praticamente o dia inteiro fora, a gente ficava no período de férias, ficava o dia inteiro fora, e quando a gente veio pra cá aquilo não existia, as crianças elas estavam na escola, e se não estivessem na escola elas estavam em casa, num regime muito fechado. Então não existia aquela situação das crianças numa casa de uma outra criança brincar, elas não brincavam nas ruas, então era uma coisa muito diferente do que a gente estava acostumado (Entrevistado nº 12, homem).

Quando eu cheguei, na verdade meus pais vieram antes, eu e meu irmão estávamos no exército, meus pais vieram antes, meu irmão veio seis anos depois, eu cheguei em 1991, em 1989 estive no exército, em 1990 eu vim para Parobé. Meus pais moravam em casa de aluguel, o pai tinha vendido a propriedade dele lá, e estava esperando a oportunidade de comprar uma área. Aí moramos em casa de aluguel, meu pai com muita dificuldade de emprego já com uma certa idade, veio de lá como pedreiro e continuou trabalhando como pedreiro, mas eles tiveram muita dificuldade, não tinha dinheiro pra construir a casa. Parobé era um município novo, reestruturando, muitos bairros sem acessibilidade nenhuma, infraestrutura quase zero. Meu pai está ali desde quando veio, desde 1989 meu pai está ali naquele lugar, mas meu pai tem uma história muito atípica, ele foi candidato a vereador da cidade lá, e o prefeito que ganhou era o contrário dele, então ele, pra não se dar o braço a torcer naquele período, pegou e eu vou embora pra lá, depois os guris vão comigo, e vamos buscar um lugar melhor pra viver e veio pra cidade (Entrevistado nº 4, homem).

Nas declarações do entrevistado nº 4, observa-se que, mesmo enfrentando dificuldades no destino, a motivação da migração foi, em parte, política, nesse caso específico uma disputa a um cargo político, explicada por Walteros (2010) como conflitos políticos internos e regionais. Também está evidente a carência de infraestrutura no destino. Por ser um município emancipado em 1982, se comparado aos demais municípios da região, bastante novo, ainda em processo de construção, não oferecia condições adequadas de instalação aos migrantes recém-chegados.

Para a entrevistada nº 15 as dificuldades apresentadas são comuns aos migrantes, pois há uma ruptura com a sociedade de origem, tendo que assimilar as características da sociedade receptora. Mas o que chama atenção é a relação de confiança citada pela entrevistada. Granovetter (1992), com o argumento do enraizamento, reforça o papel das relações e estruturas sociais responsáveis pela confiança. Há necessidade de construir novas bases e raízes no destino que, com o tempo, levarão à condição de confiança.

Encontrei dificuldades com os costumes (comida, linguagem, roupas). Além da questão da mobilidade, por não conhecer a cidade e até mesmo as cidades vizinhas. A busca pelos serviços básicos embora tivesse meu esposo para me orientar mas sempre que precisava ir sozinha tinha suas dificuldades. O próprio processo de confiança nas pessoas, eu mesma demorei bastante tempo para estabelecer relações de confiança e amizade em especial (Entrevistada nº 15, mulher).

Ainda é possível verificar, por meio da resposta da entrevistada nº 21, como há um choque de realidades. As metrópoles ou cidades de grande porte proporcionam serviços quase que em tempo integral, uma diferença significativa em relação às cidades menores, que estão habituadas a fechar os estabelecimentos comerciais ao meio-dia e, não abrir aos finais de semana. Além disso, é muito comum a diferença no comportamento, isto é, as cidades do interior têm costumes mais rígidos, seguindo as tradições. Nota-se, por determinado período de tempo, essa diferença entre quem reside no lugar e quem vem de outros lugares, principalmente de grandes centros urbanos.

Muitas. Morávamos em uma “cidade grande”, e fomos para uma “cidade pequena”. O principal “choque” foi com a diferença de costumes. Éramos bombardeados com perguntas de por que saímos da cidade grande e outros assuntos que considerávamos particular. Costumávamos rir em casa com as perguntas que eram feitas. Na época, eu e minha irmã éramos adolescentes, então tínhamos uma forma de vestir e gostos típicos de quem morava na cidade e recebíamos olhares “atravessados” por isso. Outra dificuldade foi para nos acostumarmos com os horários comerciais. Nada abre aos domingos, e cedo da tarde, tudo já está fechado. Ríamos do fato de ficarmos sem café, pois tínhamos esquecido de ir mais cedo ao mercado (Entrevistada nº 21, mulher).

Mas há também entrevistados que, em contraposição aos demais, colocam a chegada ao destino como algo normal, sem maiores dificuldades. Alguns, como o entrevistado nº 18, tiveram dificuldades com o primeiro emprego, mas como tinha uma estrutura familiar organizada, foi possível enfrentar com mais tranquilidade os desafios. O entrevistado nº 16 lembra apenas das dificuldades de comunicação, em uma época em que a internet e o telefone celular ainda não estavam disponíveis para todos. As entrevistadas nº 23 e nº 24 sentiram dificuldades no momento em que tiveram que conhecer a cidade e identificar lugares necessários como supermercados, farmácias, bem como, localização de ruas. Este é um aspecto natural para quem migra, sendo que a localização do indivíduo no território de destino faz parte do processo de inserção e adaptação ao novo cenário. As entrevistadas, embora destacando essa dificuldade, demonstraram que, com o tempo, foram se adaptando e conhecendo melhor o local de destino.

Não senti maiores dificuldades, pois já havia saído da casa de meus pais alguns anos antes. Chegando em Taquara, “mergulhei de cabeça” no trabalho, o que me fez esquecer o distanciamento e as saudades da família. Por sermos só em três, todavia, não deixei de sentir um certo isolamento na nova cidade, numa época em que os recursos de comunicação eram infinitamente menores que os de hoje (Entrevistado nº 16, homem).

Não, tudo foi tranquilo, eu cheguei e já tinha uma casa formada, não tinha que procurar local para morar, foi um processo de adaptação primária até eu conseguir emprego aqui, o primeiro foi bem difícil, era emprego totalmente diferente do que eu tinha, mantinha lá em Buenos Aires, totalmente diferente o posto (Entrevistado nº 18, homem).

A chegada foi bem interessante, todos me aguardavam, eu seria a professora que iria assumir a escola que há muito tempo estava sem professora; as dificuldades foram muitas, até você conhecer o lugar, a cultura que era bem diferente da onde eu vinha (Entrevistada nº 23, mulher).

Nossa chegada foi tranquila, pois tinha um casal de amigos que nos receberam, não conhecíamos nada na cidade nem sair da rodoviária. Encontramos algumas dificuldades sim, como de conhecimento mesmo da cidade, porque emprego arrumamos na primeira semana que estávamos lá (Entrevistada nº 24, mulher).

Sabe-se que as migrações, para os autores clássicos, têm um forte apelo econômico, até mesmo os autores da sociologia das migrações custaram a considerar aspectos que não estivessem ligados aos aspectos econômicos. Embora as entrevistas tenham demonstrado a existência do fator econômico na decisão de migrar, a declaração do entrevistado nº 4 evidenciou um aspecto relevante no Vale do Paranhana. A região foi colonizada por migrantes, na sua maioria alemães, que implantaram a indústria calçadista. Até o momento, apenas o entrevistado nº 3 havia declarado essa peculiaridade da região, até mesmo porque a maioria dos entrevistados não veio trabalhar nas indústrias de calçados. Essa foi uma prática do início do século XX, auge da produção de calçado na região.

Como nesta época necessitava-se de muita mão de obra para as indústrias do calçado e havia uma escassez na região, as fábricas e o setor público, em parceria, fizeram uma divulgação em busca de novos trabalhadores. Esse relato pode ser observado na declaração do entrevistado nº 4:

Parobé criou uma política de atração, era uma das únicas cidades aqui do Paranhana com política de atração de imigrante, inclusive o prefeito da época pagou carros pra passar na minha cidade, nos bairros das cidades vizinhas e interior, para convidar pra vir morar em Parobé. Em função da indústria calçadista, tinha STARSAKS, AZALEIA, BEIRA RIO, BEIRA RIO não, aquela HONKONG, SIMPATIA, RIO DE LUZ, BIBI, BOTERO, iniciando, então tinha várias fábricas que estavam em franco desenvolvimento, mas que não tinha mão de obra suficiente. Foi no momento do “BUM” calçadista da região e principalmente de Parobé, porque Parobé era distrito industrial de Taquara, então precisava muita gente, então vinham, então se criou uma política assim, dentro das fábricas: que o cidadão ganhava um bônus se ele convidasse alguém pra trabalhar naquela fábrica. Então havia uma política tanto do governo municipal, quanto dos empresários de incentivar os parentes daqueles que já trabalhavam, eles tinham a ideia de vir com a família pra cá, aí dava uma sustentação emocional para os que estavam trabalhando, porque vinha o filho e de repente voltava, porque pai ficou, o filho já trazia o pai, o tio, a vó, e vieram as famílias pra cá, e o bairro começou de uma forma descontrolada a organização dos bairros, tanto que não tinha infraestrutura nenhuma e as casas eram uma espécie de cortiço onde moravam todo mundo na mesma casa, era tio, avô, primo, cunhados, e eram uns puxadinhos, faziam uma casa e já fazia um puxadinho no fundo e vinha mais gente, era muito interessante eu pesquisei sobre tudo; é muito interessante a vinda (Entrevistado nº 4, homem).

A relação migração/trabalho é explicada por Rocha-Trindade (1995): quando há escassez de mão de obra em determinada região, os indivíduos já empregados estimulam a

vinda de outros, por meio da confiança para atuar no mercado de trabalho. A informação sobre as vagas de trabalho por meio de vizinhos, parentes e amigos já residentes no destino é que estimula o fluxo migratório.

Em relação ao trabalho no destino, todos os entrevistados trabalham, alguns em seus próprios negócios, outros, empregados de empresas, outros, como autônomos. Dentre as profissões declaradas, encontrou-se um grupo grande de professores de nível fundamental e médio e também universitários. Apenas dois dos entrevistados são funcionários de empresas de calçados. Outro grupo é composto por dentista, médica, gerente de Tecnologia da Informação (TI), nutricionista, comprador na área de comércio internacional, políticos, estudante, radialista, auxiliares administrativos, ajudante de depósito em agropecuária, sapateiro, mecânico, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de marketing, assessora de RH e jornalistas.

O grupo de entrevistados em sua totalidade exerce uma atividade profissional no destino, alguns até diferente das que eram exercidas na origem. Muitos dos migrantes que saíram de áreas rurais e vieram para as cidades da região do Vale do Paranhana, procuraram estudar e buscar uma profissão diferente da exercida no meio rural.

Foi perguntado aos entrevistados sobre o sistema de saúde e educação no local de destino. Em geral todos responderam que têm acesso aos serviços e em alguns casos até em melhores condições do que na origem. Para alguns entrevistados, a migração foi a forma que encontraram, principalmente, de qualificação profissional. Os relatos que seguem, mostram a importância do papel da migração na busca por educação, formação superior e qualificação profissional. Como coloca a entrevistada nº 1: “Sim, estudo, terminei agora recente o pós e estou esperando o resultado da prova do mestrado; estou tentando entrar pela UFRGS, faço já há dois anos como aluna PEC e, se eu não conseguir passar, vou continuar tentando”.

Foi difícil; eu vim para cá pensando que seria bem mais fácil e logo que cheguei eu já vim com trabalho arrumado e comecei a trabalhar; só que o valor que eu recebia não tinha como pagar um curso superior, então eu fui primeiro para um curso técnico como eu trabalhava para um escritório de contabilidade 2003 eu comecei a trabalhar e 2004 entrei no curso técnico numa escola Cenequista que tinha aqui em Taquara, e aí eu fiz um ano o curso técnico em contabilidade; foi o que eu consegui aprender mais, eu mudei de trabalho fui para o outro escritório e, como eu já era técnica contábil e tinha experiência, consegui uma remuneração melhor; só que nesse período eu conheci o Diego, que é o meu marido, e a gente resolveu ir morar juntos, como nós não tínhamos nada eu desviei um pouco o foco... a gente precisou desviar um pouco e aí depois que eu consegui voltar a estudar e fiz o curso superior, na época eu trabalhava no escritório de contabilidade, mas eu nunca fiquei no setor contábil mesmo, sempre trabalhei na parte de recursos humanos, departamento pessoal, essa parte mais trabalhista, então eu resolvi fazer o curso superior na área de gestão de RH porque é o que eu me identifico, cheguei a fazer vestibular aqui na FACCAT, comecei a fazer ciências contábeis mas ... não, não quero ser contadora, aí eu fui para UCS e eu fiz no Polo de Canela curso de gestão de recursos humanos a distância, as provas eram presenciais, o trabalho de conclusão eu apresentei lá em Caxias mesmo, e aí quando eu estava fazendo curso na área de gestão e trabalhando nesse escritório, porque eu trabalhei sete anos nesse, trabalhei dois anos no primeiro escritório; em 2005 eu fui para o outro e fiquei sete anos. Quando eu estava trabalhando neste escritório e fazendo o curso na UCS, surgiu uma oportunidade aqui na FACCAT, aí eu vim aqui e conversei e tal... e era justamente na área e eu vi que tinha mais possibilidades e aí eu mudei. Já concluí; estou fazendo especialização em comportamento humano aqui na FACCAT (Entrevistada nº 13, mulher).

Sim, pra me especializar em alguma coisa. Porque lá eu não tinha, se eu quisesse estudar eu teria que andar uns 100 km de ônibus todos os dias, porque só em Pelotas pra ter alguma coisa, até que hoje parece que tem alguma coisa lá, mas assim, uns dois cursos, pouquíssima coisa, na época em que eu morava lá não tinham (Entrevistada nº 9, mulher).

Para o entrevistado nº 22: “A escola de ensino médio é de fácil acesso, temos pontos para o lazer e esporte, e pronto atendimento no hospital”.

Para a entrevistada nº 25, embora encontre opções de lazer, educação e saúde, declarou que ainda usufrui mais desses benefícios quando retorna ao seu município de origem.

Quanto à educação, saúde, lazer, eu sei que tem aqui, os cursos profissionalizantes que eu faço não são aqui na cidade ou é em Porto Alegre ou em Santa Maria mesmo, e lazer sei que tem aqui também, mas acabo tendo mais quando vou para Santa Maria mesmo; saúde, sei que tem aqui também; graças a Deus não precisei do atendimento, mas acho que as três coisas aqui na cidade tem sim (Entrevistada nº 25, mulher).

Os migrantes entrevistados parecem bastante satisfeitos com a trajetória migratória que executaram. Embora, tenham passado por momentos de maiores dificuldades, o que de certa forma é comum quando se deixa uma história de vida no local de origem e tem-se que recomeçar, fazer novas amizades, criar uma nova rede de relações pessoais, essas dificuldades foram sendo superadas com a ajuda da família e dos amigos. Assim, nos dias atuais, mesmo que a saudade do local de origem seja algo presente, esses migrantes já estão adaptados.

Os migrantes foram questionados sobre suas experiências em outros municípios antes de se deslocarem ao Vale do Paranhana. A maioria desse grupo respondeu ter se dirigido diretamente do seu local de origem para o destino. Apenas alguns passaram por outras localidades do Estado, antes de se estabelecerem no Vale, conforme relatam abaixo.

Cada município nos quais trabalhei tem suas características diferentes. Por exemplo: O destino me levou a trabalhar em Santa Rosa, interior do Rio Grande do Sul. Por ter muita gente e origem europeia, fui muito bem recebido e os colegas me ajudaram muito, me adaptei muito bem e somente guardo boas lembranças; tive momentos ruins, mas, no balanço geral, o bom supera o ruim (Entrevistado nº 22, homem).

Nasci e morei até os 18 anos em uma localidade no interior do Caraá, trabalhava na agricultura com meus pais. Depois morei um tempo em Porto Alegre, trabalhei no Estaleiro SÓ (fabricação de navios), foi importante morar em uma cidade grande e conhecer as coisas novas que tinha. E após 2 anos mudamos para Cachoeirinha, era um município pequeno, e com o tempo pudemos ver o crescimento da cidade, com a chegada das indústrias, comércio, asfalto, etc (Entrevistado nº 26, homem).

Eu já trabalhei em fábrica de calçados, mas em Parobé a minha vocação surgiu, a religiosa, para ser Padre surgiu, porque lá fora, eu já tinha muito envolvimento com igreja, vindo para Parobé eu tive contato com um grupo de jovens e fui me envolvendo com esse trabalho, comunitário, sempre gostei disso, e ali que eu fiz grandes amizades, até hoje; depois daí eu fui a Viamão, primeiro para São Leopoldo, estudar na Unisinos, depois de São Leopoldo fui para Viamão, depois eu fui Padre, sempre as idas e vindas, trabalho pastoral nos finais de semana, férias, etc., aí eu ia conhecendo toda a diocese, e depois disso como padre, eu trabalhei em Novo Hamburgo, depois de lá fui para Campo Bom, depois fui para Roma, fiquei dois anos e meio, e tive várias oportunidades de conhecer várias coisas, trabalhei em vários locais, depois tive a oportunidade de fazer um curso na Alemanha, e depois voltando, fui de novo para Novo Hamburgo, em uma paróquia no bairro Rincão entre Novo Hamburgo e Estância Velha, depois de lá eu voltei para Campo Bom, permaneci um pouco por lá, pois tinha um projeto e eu fiquei, aí eu fui parar em Rolante, e de Rolante eu fui agora para Três Coroas, foi sempre assim, eu tenho isso comigo, e também quando o bispo, que é responsável me chama pra trabalho, eu sempre dialogo e tenho essa disponibilidade (Entrevistado nº 3, homem).

A trajetória migratória dos entrevistados ocorreu basicamente entre os municípios do Rio Grande do Sul, nos quais conviveram com pessoas de origens diversas. Embora tenham tido contato, também, com municípios da região metropolitana e até outros países, acabaram optando por municípios menores para residir, mesmo estes não oferecendo as condições estruturais de uma metrópole. Mas a mais interessante das declarações foi a do entrevistado nº 3, pois fez uma série de migrações para diferentes municípios e até para outro país (Roma-Itália) em função da sua vocação e de sua escolha profissional. Durante a entrevista, deixou claro que o aprendizado foi grande, principalmente o cultural, mas hoje, já tem que pensar melhor entre fazer uma migração ou ficar em Três Coroas. O entrevistado nº 3 disse que é muito gratificante conviver com diferentes pessoas, etnicidades, culturas, mas que a saudade de casa, de seus familiares, do seu lugar, é muito forte quando se está longe.

Para a entrevistada nº 1, sair do interior do Paraná e ir para São Paulo foi um choque, pois as diferenças sociais, estruturais e culturais eram marcantes. Nessa trajetória, houve um processo de adaptação traumático. A entrevistada nº 1 relata o impacto sofrido com as diferenças, a forma brusca como tiveram que se adaptar aos diferentes lugares por que passaram, principalmente devido ao pouco tempo que permaneciam no local. Outra questão marcante foi a “velocidade” com que a vida segue nas grandes cidades, bastante diferente das cidades do interior em que o tempo parece custar a passar, tudo é mais tranquilo, mais devagar. Nas cidades maiores, as decisões devem ser tomadas mais rápido por questão de sobrevivência. Abre-se um abismo entre a “vida na metrópole” e a “vida no interior”, como ela relata no início da entrevista.

Pois é, daí lá a gente precisou aprender a conviver com essa diferença, a começar pela diversidade, a começar pela diferença, porque lá a gente tinha um mundinho muito fechado, era a comunidade, o final de semana, pastoral da criança, o postinho, e aí quando você se depara com o todo, teve um dia, por exemplo, que nos deparamos para a rodoviária de São Paulo, meu Deus, aquilo pra gente foi coisa muito diferente, e conviver com coisas diferentes, não sou preconceituosa, mas às vezes a gente vê coisa que meu Deus não tem como não chamar atenção, e aquilo impactava muito meu marido e eu, então a gente foi pra lá, depois a gente veio, rodamos muito aqui mesmo no Rio Grande do Sul até chegar em Parobé, São Borja, Novo Hamburgo, Harmonia, várias outras cidades, porque a profissão do meu marido fazia com que ele ficasse quinze dias num lugar, vinte em outro e um mês em outro e assim por diante; então isso fez com que a gente fosse meio inserido meio até de uma forma brusca neste contexto, desta mudança tão radical que foi, e a gente teve que se adaptar, mesmo não querendo, mesmo tendo que lidar com algumas situações, muitas vezes deu vontade de voltar para a cidade natal e dizer, não, nosso mundinho é aqui e deu, porque a gente acabou aprendendo outras coisas e muitas vezes parecia que não íamos dar conta de tudo aquilo, lá era um mundinho parado, o Natal demorava pra chegar, a Páscoa demorava pra chegar e a gente se deparou com essa correria de cidade grande, então todo um processo. Sim. Metrô, trem, avião, coisas que a gente só imaginava ver na tv, tv era raro naquela época; então a gente sonhava com tudo isso, e de repente nos deparamos com tudo isso, então teve a mudança muito brusca na vida, claro que algumas marcaram para o resto da vida, outras impactaram muito forte, e a gente foi fazendo umas manobras e se ajustando (Entrevistada nº 1, mulher).

As mudanças de Estado ou Município sempre trazem expectativas positivas, pois espera-se que a nova vida seja diferente da levada no lugar de residência. Porém, dependendo da situação aparecem desconfortos. O entrevistado nº 27, por ser criança, teve problemas de adaptação na escola. Problemas de ordem financeira fizeram com que o fluxo migratório se alterasse, por ser, no entendimento da entrevistada nº 7, uma situação de constrangimento.

O choque de culturas está presente na trajetória dos migrantes, principalmente se o deslocamento é da capital para o interior. No interior as tradições são preservadas em função da origem da colonização. Nas metrópoles também há festas tradicionais, comemorações

específicas de cada cultura, porém de forma mais isolada e especial, dedicando um dia às tradições.

Sou natural da cidade de Caibaté/RS, que fica na fronteira, então, tive várias mudanças, moramos na cidade de Cerro Largo/RS, Porto Xavier/RS, São Luiz Gonzaga/RS, e depois viemos para Três Coroas/RS; como era pequeno na época, o que mais sentia dificuldades era a adaptação na nova escola (Entrevistado nº 27, homem).

Algumas foram desagradáveis, teve dificuldades financeiras, mas foram poucas, a maioria era boa, eu estava de mudança por outras razões sem ser essa para lugar melhor condição melhor (Entrevistada nº 7, mulher).

As experiências em outros municípios também foram um pouco complicadas, pois foi sempre em interior e sempre tem aquele choque de cultura, do modo de ser, então tive sim uma certa dificuldade, a experiência foi não traumática, mas foi complicada (Entrevistado nº 6, homem).

A entrevistada nº 25 ao migrar, não gostou da cidade, achando-a perigosa, mas o motivo pelo qual não gostaria de permanecer foi a falta da família. Além disso, fica clara a questão do pertencimento: ela não se sentia pertencente àquele lugar. A entrevistada nº 28 relata sua passagem por cidades do Estado e também por Santa Catarina. Toda a sua trajetória migratória envolveu o trabalho e a família.

Antes de vir a Três Coroas eu tive a oportunidade de trabalhar em Viamão, aí lá não gostei, não gostei da cidade, achava perigoso, não tinha vontade nenhuma de ficar lá, mas não que eu tenha encontrado dificuldade assim grandes, mais era saudade da família e a certeza de que lá não era o lugar que eu queria ficar (Entrevistada nº 25, mulher).

1993 – Erechim: Morava na cidade com minha tia, que também era solteira e professora aposentada. Eu trabalhava em 2 escolas do interior (estágio probatório) ensinava alunos de 1ª até 4ª série ao mesmo tempo e ainda fazia merenda, serviços de secretaria, horta e limpeza. As duas comunidades eram formadas basicamente por descendentes italianos; então fui bem acolhida e sempre contava com ajuda de todos.

1995 – Erechim: Passei a trabalhar com alunos de classe média alta em um colégio particular (manhã); com crianças abandonadas em um Patronato Agrícola (tarde), Bairro da periferia – EJA (noite)

1996 – Igrejinha: Morava com meu irmão (pagávamos aluguel). Trabalhava nas 3 redes ao mesmo tempo (município, estado e particular). Estudava na Unisinos (pós-graduação em 1997/1998 – Mestrado em 2001/2003)

Dificuldades em formar amizades e tempo para lazer.

1998/1999 - Casamento e mudanças de endereço (Campo Bom/RS professora e vice-diretora de escola estadual. Em Blumenau/SC, professora em 2 escolas municipais com alunos de Ensino Fundamental séries finais e 1 escola estadual com alunos de Ensino Médio)

2000 – Separação, divórcio – Voltei para Igrejinha/RS (Entrevistada nº 28, mulher).

No caso da entrevistada nº 15, residente de Sangão/SC, a vinda para Rolante não representou um impacto grande na sua vida, visto que são cidades do interior. Porém,

conforme o relato da maioria dos migrantes, as relações sociais e a família representam ser um obstáculo à adaptação.

Foi um pouco semelhante, visto que havia morado 6 meses fora da casa de meus pais em uma cidade distante 90 km de nossa residência. Mas ficava lá a trabalho durante a semana, estudava na mesma universidade, então pareceu ser bastante diferente. Continuava usando vários serviços na minha cidade de origem, as relações estudantis e de amizade eram as mesmas. O deslocamento não estava tão prejudicado por ser uma cidade com apenas 4 mil habitantes então todos os serviços eram próximos. Mas as relações de confiança tiveram as mesmas limitações (Entrevistada nº 15, mulher).

Ainda no destino foi perguntado aos migrantes sobre qual sua relação com a família, amigos, isso porque geralmente o migrante deixa seus familiares no interior e vem para a cidade em busca de novas oportunidades. No caso do grupo de entrevistados, observou-se que predominou a migração com a família; mesmo aqueles que vieram em determinado momento sozinhos, voltaram à origem para buscar seus pais, irmãos.

Eu tenho a minha casa agora e o meu marido a gente não tem filhos, a minha irmã veio morar comigo e agora está morando aqui; eu tenho a minha tia, que foi com quem eu vim morar, que mora aqui em Taquara que a gente tem bastante contato; tem a família do meu esposo que é onde a gente faz o almoço de domingo; tem os avós dele, e a gente tem um relacionamento bem tranquilo. Os meus pais vêm, normalmente a gente faz assim: eles vêm na metade do ano e a gente vai no final ou no início do ano, então, mas às vezes acontece de em setembro, ah vamos lá, aí nós vamos na sexta-feira e voltamos no domingo, mas por telefone no mínimo uma vez por semana a gente se fala (Entrevistada nº 13, mulher).

Para a entrevistada nº 13, embora não tenha trazido a família na sua integralidade, alguns familiares estão presentes no destino e também se formou um novo ciclo de amizades relativas à família do esposo. Os vínculos familiares permanecem, mesmo distantes; hoje os meios de comunicação se encarregam de diminuir a saudade e a distância.

Meu pai, minha mãe e meu irmão mais novo vieram pra cá, veio com 7 anos pra cá, eu tenho uma diferença de quase 10 anos com meu irmão mais novo. Meu irmão mais novo fez o ensino fundamental, ensino médio e foi pro seminário aqui, ele foi estudar no BRAGA, lá em ... fez um período no seminário de padres, depois voltou e fez o ensino médio no Engenheiro, depois no IACS, aqui em Taquara e agora se formou em regência pela UFRGS, e é maestro aqui em Taquara, concursado na prefeitura de Taquara, é professor de música na prefeitura de Taquara. Ele é regente aqui, assumiu esse ano de professor de música na prefeitura de Taquara, e meu irmão mais velho, ele é radialista aqui na cidade de Taquara, o Barbosa, aqui na rádio de Taquara e mora com nós em Parobé. Residiu uma época em Três Coroas, residiu uma parte em Taquara e reside agora em Parobé de novo, aí meu pai e minha mãe continuam morando no mesmo local. A nossa relação ali com a comunidade foi a melhor, tudo o que tenho eu devo a Parobé, fui vereador 8 anos por Parobé, sou secretário hoje do município, há 3 anos e meio, a minha relação com a católica e minha vida toda sempre envolvido com comunidade base, com catequese, com grupo de jovens, com a comunidade em si, do Guarujá ali desde que eu vim pra cá pro centro, minha relação é com a matriz, mas sempre fui de trabalhar com os movimentos sociais da cidade de Parobé. Minha relação com os amigos é a melhor possível, que a gente se criou, eu vim com 19, 20 anos que viemos pra cá, hoje estou com 45, são vinte e poucos anos, 25 anos (Entrevistado nº 4, homem).

No caso do entrevistado nº 4, ocorreu a formação de um novo núcleo de amizades. Assim como com a entrevistada nº13, este aspecto da “[...] migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes, que passam a ser esporádicas, e integrar-se num outro conjunto de relações, que eram esporádicas e passam a ser permanentes” (DURHAN, 1978, p.137).

É bem boa; tenho contato com minha família, embora no final de ano eles resolveram mudar de novo, não voltaram pra lá de novo, mas foram pra outra cidade; tenho minhas irmãs que foram pra Santa Maria, e tenho uma boa convivência com eles e aqui também, tenho primos aquela parte do meu pai que já moravam aqui. Meus pais foram para Santa Maria, ficou eu e mais uma irmã, e esta irmã está indo também, mas ela está indo pra Volta Redonda. Lá pro Rio de Janeiro. Sim, pra lá meu cunhado está abrindo um negócio e ela está indo pra lá, vai ter que ir junto com ele, não está muito querendo ir, mas... (Entrevistada nº 9, mulher).

A entrevistada nº 9 mostra um aspecto muito comum nas famílias atualmente, que é a dispersão por diferentes lugares. Os pais resolveram retornar, mas não para a origem (Sobradinho), para Santa Maria, e a irmã está indo para o Rio de Janeiro. No caso da irmã, nota-se um sentimento de insegurança com relação à mudança, até porque vai ficar longe do Estado e distante da família.

Conforme Marandola Jr. (2011), a amplitude da migração deu uma nova direção aos deslocamentos, levando as pessoas para longe de suas relações primárias, de suas famílias e seus amigos, alterando sua rotina de vida.

Para os entrevistados nº 16 e nº 10, o tempo e o trabalho colaboraram positivamente na construção de uma nova realidade social, formando grupos de amigos dentro da comunidade de destino, mas mantendo as relações de afetividade com a família, em parte, distante. A entrevistada nº 10 criou um vínculo com a família do marido devido à permanente convivência.

Em Taquara, principalmente após os dois primeiros anos, consegui estabelecer um bom círculo de amizades, ajudado em boa parte pelo trabalho que desempenhava (imprensa) e também pelo envolvimento em serviços de igreja e movimentos comunitários. Da mesma forma, mantenho contato intenso com os familiares que permaneceram na região de origem (Entrevistado nº 16, homem).

Futebol com amigos, jantãs, essas coisas, eu sei que cidades do interior sempre proporcionam mais coisas desse tipo, das pessoas se reunirem, e Três Coroas embora seja uma cidade mais pequena, ela está situada perto da metrópole, e aí ela adquire de certa forma características. É, agora ficou mais fácil, já são quase 10 anos de convívio, então eu já tenho bastante conhecimento, de amigos, familiares do meu marido, mas familiar do meu lado, do meu sangue, eu não tenho ninguém em Três Coroas, mas do meu marido já tem ajudado, ganhei dois sobrinhos, criei mais vínculos com eles, parece que eles são meus sobrinhos de sangue mesmo, mais até que os meus sobrinhos lá de Palmeira; isso se deve ao convívio: eu convivo com eles; praticamente todos os dias a gente se vê, já com os meus de Palmeira não é tanto (Entrevistada nº 10, mulher).

A noção de enraizamento (*embeddedness*) pode ser relacional e estrutural. Envolvidas na escala relacional estão as relações pessoais mais próximas, ou seja, aquelas em que há certa intensidade emocional, intimidade, confiança (família, amigos, etc.) (GRANOVETTER, 1992). Os entrevistados nº 3 e nº 1 colocam a importância da família na segurança do migrante. No entanto, a entrevistada nº 1 já não consegue adaptar-se à cidade natal, até mesmo pelo fato de não ter mais presentes em sua vida o pai e a mãe.

Sim, sempre a família é a base, a minha mãe mora em Parobé, meus irmãos todos moram em Parobé, porque meu domingo é a segunda-feira, então eu sempre tiro a segunda-feira para estar com eles, com a família, domingo à noite, então a gente sempre tem essa ligação muito forte com a mãe e os irmãos, o meu pai já é falecido (Entrevistado nº 3, homem).

Eu não tenho mais os pais. Os pais, em 2002, a gente trouxe eles para uma cidade do Rio Grande do Sul, só que infelizmente aconteceu uma tragédia e eu perdi os dois, mas a gente também tinha trazido eles lá do Paraná, a gente viu a possibilidade de melhoria, e o povo do Rio Grande do Sul nos deu uma receptividade muito grande assim, tanto no início quando a gente veio, pra mim, e foi muito engraçado, as pessoas que trabalhavam fora, davam aula, meio que disputavam a gente para ser babá, doméstica; foi muito legal assim esta situação, porque de fato a gente sabia fazer, a mãe ensinou desde muito cedo fazer o pão, a comida; então juntando tudo isso com a força de vontade de querer mudar aquela realidade, porque era um miserê em todos os sentidos, de roupas, de cobertas de frio, enfim de um tudo, hoje quando vamos pra lá a gente estranha muito esta realidade. Sim, todos os irmãos da minha mãe, tios, tias, primos e toda a família do meu marido é de lá, e hoje vamos e ficamos dois, três dias e não conseguimos mais, temos que voltar para nossa realidade (Entrevistada nº 1, mulher).

As dificuldades de comunicação encontradas aproximadamente há quarenta anos, foram substituídas por conexões mais intensas e frequentes, proporcionadas pelas tecnologias de telecomunicações. A interação entre comunicação e relações sociais dos migrantes desvelou a facilidade com que os migrantes encaram o acesso à rede de conexões (telefones, telefones celulares e internet). A rede de comunicação proporcionou uma redução na distância e na separação geográfica, hoje menos determinantes do que no passado (SARGENT; LARCHANCE-KIM; YATERA, 2007). A proximidade do entrevistado nº 5 com a família e os amigos ocorre em função dos avanços nos sistemas de comunicação.

Sim, tenho contato, hoje em dia tudo é mais fácil, tem telefone, tem internet; então, sempre que possível, estamos mantendo o contato com os amigos também; na minha área de trabalho se conhece muita gente, amizade é bom demais. O convívio com o pessoal daqui é muito bom (Entrevistado nº 5, homem).

Quando do contato com a entrevistada nº 15, percebeu-se que é uma pessoa fechada, que não gosta de participar da comunidade. Como ela mesma declara, suas relações são

limitadas e dentro do círculo familiar, pouco constantes. Vive para o trabalho e para o marido e tem pouco envolvimento social.

Minhas relações mais significativas aqui são com meu espaço. Não estabeleci laços maiores e mais diretos com os familiares de meu esposo, as relações são mais ocasionais. As relações de amizade também são bastante limitadas. As minhas amizades de forma direta aqui ainda são poucas (Entrevistada nº 15, mulher).

Os relatos abaixo referem-se às relações familiares como fatores que corroboram para a sedimentação e consolidação da trajetória. A presença da família, a colaboração, a união, a participação, o compartilhamento, o apoio, entre outros fazem da família a base de sustentação da trajetória migratória. Durhan (1978) afirma que a migração segue as rotas e trajetos traçados por parentes e amigos. O migrante segue ou procura os conhecidos que sabe estarem num determinado lugar. Os lugares conhecidos pelo migrante fazem parte de suas experiências passadas e as relações pessoais aí formadas representam o apoio ao deslocamento espacial. O migrante não arrisca o desconhecido, mas segue as informações, as orientações e as notícias passadas por sua rede social. A abordagem da autora vem reforçar os relatos dos migrantes entrevistados.

O entrevistado nº 6, que mudou para a região para ficar perto da família e dos filhos, relata: “Quanto à relação social, sim, passei a ter uma relação social e familiar mais participativa e ativa, uma presença mais diária, muito mais significativa, muito mais participativa”. Já o entrevistado nº 22: “Muito boa; tenho uma família maravilhosa, onde todos nos ajudamos e nos apoiamos. Procuo passar os valores que eu aprendi em casa para eles. É de extrema importância ter a família unida, para juntos conseguirmos as coisas”. Para o entrevistado nº 11: “Excelente. Foram construídas novas relações com novas famílias. Mais difícil são as relações de amizade”. A entrevistada nº 20 coloca a presença de uma segunda família, revelando, dessa forma, a importância dos vínculos de parentesco: “é, mas um dos motivos de eu não ter ido, foram os meus amigos e minha segunda família que tenho aqui, eu sou muito apegada ao Brasil, principalmente a Três Coroas, Taquara”. A entrevistada nº 23 também destacou a presença das redes sociais como forma de comunicação: “A minha família está longe, então usamos as redes sociais para trocar ideias, sentimentos, e os amigos, ainda estou fazendo amizades, então é bem significativa”. Entrevistada nº 29: “Sim. A saudade e a falta de oportunidades *fez* com que meus pais e minhas cinco irmãs também viessem morar aqui”.

Os migrantes, pelo fato de estarem longe de seus familiares, reconhecem a importância de obter informações sobre seus familiares. Com a ajuda da tecnologia das telecomunicações, ficou fácil e possível participar da vida diária de seus parentes e manter as relações familiares (SARGENT; LARCHANCE-KIM; YATERA, 2007).

O migrante vai, então, construindo sua vida no destino e compondo uma nova rede de relacionamentos, aumentando, desta forma, e paulatinamente sua sensação de segurança e promovendo seu enraizamento (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

4.6 Avaliação sobre a trajetória migratória para o Vale do Paranhana

O processo migratório é bastante complexo e envolve não somente a mudança de um lugar para outro, a busca por sobrevivência, mas a quebra do vínculo com o território de origem e com as relações pessoais construídas. Para analisar a trajetória migratória do grupo de migrantes entrevistados e buscar algumas evidências dessa complexidade, foi solicitada aos entrevistados uma avaliação sobre suas trajetórias, e que segue:

Olha, esses dias eu estava dizendo pra meu pai se a gente continuasse no mesmo local que nós estávamos, dificilmente eu seria professor universitário, eu não teria condições porque o acesso à educação naquele período no município e a faculdade era muito difícil; eu acho que nenhum de nós teria condições, meu pai trabalhando de pedreiro, de chegar ao ensino superior, hoje eu sou pós-graduado, meu irmão é graduado, o irmão mais novo, o irmão mais velho também está estudando, fazendo a graduação e dificilmente nos teríamos a condição de vida que nós temos hoje lá. O que foi dramático nem foi dramático foi traumático, deixar aquela característica de interior que eles tinham e vieram em tese pra uma cidade grande, capital, ela era pequena a cidade, mas ela tem essa conotação de ser perto da capital, você sai do interior com raízes, com identidade cultural muito arraigada à terra, à comunidade, vinha para outro lugar onde praticamente é outra cultura. Nós encontramos aqui, por exemplo, o pessoal falando em alemão na cidade, na nossa cidade ninguém falava em alemão, falava em italiano, tinha um sotaque muito parecido de italiano, mas alemães tinha muito pouco, praticamente inexistia alemães lá; o que tinha eram alguns poloneses e muito italiano, o que tinha lá negros, índios, açorianos, e descendentes de italianos, alemães não tinha e aí atinei pra cá e lembro que meu pai chegou aqui até meio estranhou, porque chegar aqui as pessoas fazem baile de KERB, as pessoas tinham a festa da RIUNA que era os tiros, os clubes de tiros que tinha que ter, então é uma característica muito diferente, o alemão com aquele jeito do alemão, e nós saímos assim de um lugar... então esse choque de cultura em tese foi traumático, mas foi muito bom porque a gente conheceu uma população diferente (Entrevistado nº 4, homem).

Observa-se, na declaração do entrevistado, num primeiro momento, uma mudança traumática envolvendo uma sociedade com cultura, língua e hábitos diferentes da origem. O confronto entre os aspectos da cidade do interior e da cidade próxima à metrópole está em evidência, pois o entrevistado diz “você sai do interior com raízes, com identidade cultural

muito arraigada à terra” e se desloca para outra situação “urbana” em que o migrante não sabe o que vai encontrar.

No entanto, em meio às diversidades, encontraram um caminho para o crescimento profissional e conseguiram estudar, obter uma formação, que, como afirma o entrevistado, na origem seria difícil o acesso a uma instituição de ensino superior. A avaliação foi positiva, pois, como registrado na entrevista, a família não teria atingido um padrão educacional e profissional se continuassem a residir no interior. Os indivíduos migram de horizontes bastante restritos para centros urbanos, local que possibilitou um desenvolvimento das experiências e da personalidade do migrante. Para ele, o meio urbano representa um lugar em que se origina o poder, a autoridade e o saber (DURHAN, 1978).

Para o entrevistado nº 3, a avaliação também foi bastante positiva, conforme seu relato.

Olha, se fosse para voltar, eu não voltaria mais, porque aconteceu uma mudança grande, radical, aqui tive oportunidades que, com certeza, lá eu não teria; por outro lado, no sentido pastoral, no envolvimento com pessoas, se eu permanecesse lá eu teria um mundo muito limitado, hoje eu tenho amigos no mundo todo, conheço pessoas do mundo todo, isso me possibilitou, por outro lado, me possibilitou também o estudo, fazer Mestrado fora, cursos, isso tudo se eu estivesse lá, não teria, por outro lado também, minha família evoluiu nesse sentido, financeiro, econômico, evoluiu muito, no sentido que saiu de uma situação de pequenos agricultores, e hoje meu irmão é empresário, bom nesse sentido houve uma grande evolução (Entrevistado nº 3, homem).

Quando da entrevista, ficou visível o grau de satisfação do migrante ao revelar o quanto sua vida mudou em função da migração. Uma mudança de vida radical, no sentido pessoal (educação) e econômico. O meio urbano proporciona benefícios individuais e coletivos resultantes do processo de desenvolvimento. Embora, hoje, o meio rural já tenha sofrido mudanças e o acesso a alguns serviços já esteja disponível, ainda há limitações: a educação a nível superior é buscada em cidades próximas aos grandes centros urbanos ou até mesmo nas metrópoles, ou seja, o meio rural ainda permanece uma sociedade pouco diferenciada. O meio urbano é o “ponto de encontro” de diferentes situações culturais, pessoas que se deslocam de diversas partes do mundo. Isso proporciona um enriquecimento na rede de relações pessoais e amplia o nível de participação coletiva.

Embora os laços familiares presentes nas entrevistas sejam relevantes, os ganhos obtidos por toda a família no processo migratório representam os motivos do fluxo migratório (MINCER, 1977).

Para a entrevistada nº 13, mesmo que tenha ocorrido uma alteração nos planos iniciais, na sequência, seus objetivos foram sendo alcançados, concluiu seu curso superior, adquiriu bens materiais, ou seja, uma evolução social e financeira.

Muita evolução; eu acho que hoje, se eu for pensar nesse período que passou, muita coisa que não estava programado, que eu pensava diferente foi para outro caminho que eu tinha planejado, mas eu acho que teve de evolução a questão da maturidade, eu tive que assumir responsabilidades mais jovem, logo fiquei independente, casei, a gente conseguiu construir uma casa, temos uma casa própria, a gente conseguiu comprar carro, eu fiz o curso superior, que era o objetivo que vim eu continuo evoluindo. Meu marido, quando a gente foi morar junto, ele parou de estudar porque nós não tínhamos como pagar; depois ele voltou e a previsão é de concluir o curso superior aqui na FACCAT no ano que vem, então... ele faz sistemas para Internet (Entrevistada nº 13, mulher).

As transformações que ocorreram na vida da entrevistada, a constituição de uma família, as responsabilidades econômicas, a formação profissional levaram-na a um crescimento pessoal. Conforme Salim (1992) estes elementos estão na raiz do processo migratório e representam as transformações sociais, econômicas e estruturais, importante meio de crescimento pessoal e de uma sociedade (SALIM, 1992).

A entrevistada nº 10 deixa claro que a migração teve um aspecto positivo, mas sua ligação com a “terra natal” é ainda muito forte. Embora considerando que a migração para Três Coroas tenha sido positiva, proporcionando uma situação econômica melhor, o casamento, vínculos de amizade, a entrevistada mostra um forte vínculo com Palmeira das Missões, onde ainda tem raízes que representam um forte apelo para que retorne ao município, como ela mesma reforça “eu pretendo retornar”. Apresenta-se novamente a noção do enraizamento (*embeddedness*) representada pelas relações pessoais mais próximas, ou seja, aquelas em que há certa intensidade emocional, intimidade, confiança (família, amigos, etc.).

Olha, eu nunca pensei nisso, tu falando agora da cidade onde eu morei, eu vivi, nasci, assim, eu conquistei profissionalmente muita coisa em Três Coroas, eu não posso também deixar de valorizar isso, porque hoje financeiramente eu tenho uma vida muito bem estável, não sei se lá em Palmeira eu teria essa vida que eu tenho hoje, mas assim eu tenho uma paixão muito grande por Palmeira, não sei se é porque meus parentes são todos de lá, mas assim é uma cidade que me abraça, que me acolhe, quando eu chego lá, é uma briga pra saber aonde vou almoçar, jantar... e mesmo quando eu morava lá era assim e Três Coroas hoje tem amigos assim, mas não é a mesma coisa, eu gosto de Três Coroas, por ter me dado uma condição financeira muito boa, em relação a que eu tinha anteriormente, e por estar com o meu marido, que é muito bom, mas Palmeira eu sinto falta, como eu já disse no início da entrevista, eu pretendo retornar, mas assim Três Coroas também é meu chão. E eu criei um vínculo, tenho amigos, sobrinhos, do meu marido, mas eu considero, mas assim, eu digo para as pessoas que vale a pena tu sair às vezes da cidade, conhecer outra cultura, parece que estudei um tempo na Europa: quando eu vim para Três Coroas parecia outro país, me deparei com uma realidade super diferente da que eu vivia, demorou uns 2, 3 anos para eu me adaptar, mas hoje para mim é super tranquilo viver lá, mas o conviver eu prefiro Palmeiras! (Entrevistada nº 10, mulher).

As declarações da entrevistada nº 10 evidencia que existe no sentimento de pertencimento a um território em que construiu suas relações sociais, com forte apelo afetivo. Os trabalhos de Massey (1988) foram centrais nos estudos sobre redes migratórias e apresentam essas redes constituídas por laços sociais e responsáveis pela ligação entre a origem e o destino, composta por um conjunto de relações interpessoais. Esses laços remetem à adaptação do migrante a partir de um determinado período de tempo. Dessa forma, as redes sociais poderiam representar, em parte, causa da adaptação/assimilação dos imigrantes na sociedade de destino (FAZITO, 2002).

Em relação à entrevistada nº 1, a migração representou um desenvolvimento econômico, pessoal e profissional. Ela sente saudades de alguns benefícios proporcionados pelo meio rural, como ela menciona, o fato de poder ter uma horta com verduras saudáveis. Existem fatos que marcam a vida do migrante e que por vezes nem sempre é possível repetir no meio urbano. A entrevistada comenta sobre a ajuda de pessoas residentes, que deram apoio no início do processo, pois acreditavam na sua capacidade; aparece a relação de confiança como um aspecto positivo no crescimento dessa migrante.

Mil por cento! Nossa, não é nem cem por cento, é tudo melhor, as oportunidades..., claro, acredito que a gente também faz as oportunidades, e quando elas aparecem a gente precisa pegar, mas mudou muito, desde a alimentação que era muito precária, sem comparação nenhuma, muito melhor. Algumas coisas a gente tem saudades, hoje eu voltar para a roça, lidar com vaca, tirar leite, eu não gostaria; quando a gente vai pra lá, uma duas vezes no ano, eu faço isso porque eu sinto saudade, mas na minha residência atual uma coisa que a gente gostava muito que tinha lá era poder tirar o tempero verde, a salada, então, tenho uma horta, por exemplo, então, algumas coisas a gente vai pegando, pé de frutas para trepar e comer bergamota, laranja, limão do mato, bom limão galego eu conheci aqui no Rio Grande, eu não conhecia lá, algumas coisas a gente pontua, que dá saudades, o temperinho, a salada pegar lá da horta, então tenho uma horta para matar um pouco da saudade das origens, então isso eu cultivo. Sim, encontramos, num contexto geral, não só financeiro, mas aquele mínimo que você precisa para viver, mas eu encontrei pessoas assim que nos ampararam, que viram que a gente tinha boa vontade de mudar, nunca se fazendo de vítima, nunca deixando as bengalas como escora, sempre sabendo aproveitar as oportunidades, eu encontrei diria que até algumas coisas além, fui presenteada com muito mais, pela vida, ou sei lá como a gente deve chamar isso, daquilo que a gente esperava, do que a gente buscava, me sinto muito privilegiada e encontramos sim (Entrevistada nº 1, mulher).

O processo migratório é mais amplo que o significado atribuído à migração como um movimento exclusivamente econômico. Há um envolvimento e uma transformação social, cultural e psicossocial, que pode ser individual ou coletiva, dentro do desenvolvimento da sociedade moderna. Os fatores psicossociais estariam relacionados às atitudes e expectativas internalizadas pelo migrante (GERMANI, 1974).

Na percepção da entrevistada nº 2, o aspecto positivo se deve à participação na criação de seus filhos. Mas coloca muitos obstáculos como o fato de os filhos não terem contato com o processo de urbanização, não terem contato com os filhos de seus amigos que ficaram na origem. A entrevistada tem um sentimento de perda profissional, pois chegou ao destino qualificada e foi impedida de colocar em prática o conhecimento; isso lhe provocou um sentimento de retrocesso, não conseguindo progredir profissional e financeiramente.

É, o ganho que eu acho que eu tive foi a criação dos filhos, mas eu acho que esta questão que me preocupa é eles estarem sendo criados numa cidade de interior, então eu vejo quando pequenos e passavam as férias em Niterói, eles diziam “mãe anda de escada rolante e elevador” porque aqui não tem, então não é só levar em lugares turísticos, até escada rolante e elevador está valendo, então esta questão de estar em contato com o grande centro, isso me preocupa deles terem ficado muito tempo aqui, apesar disso a gente pelo menos uma vez ao ano a gente vai pra lá, então essa busca por ver algo diferente, sair da comodidade do interior, isso me deixa um pouco preocupada, mas tem a qualidade do ir e vir, então eu pra me deslocar de um trabalho pra outro são três minutos, então isso é um ponto positivo. Outro ponto é a diversão, que acho que fiquei a ver aqui. No meu lado profissional, porque quando eu cheguei aqui com bastante bagagem, eu me doeie bastante, mas, na verdade, se eu *tivesse* num grande centro eu teria progredido mais, tanto financeiramente como profissionalmente, de certa forma eu estagnei. E mesmo assim, algumas coisas que eu quis fazer ou implantar (trabalho) o meu chefe falava “não, aqui é diferente, mais devagar”, é outro ritmo, não precisa tanto, então foi me freando, freando, freando. E isso até hoje a internet, com toda a globalização, é outra coisa que eu sinto falta meus filhos não terem contatos com meus amigos, filhos dos meus amigos que estão lá em Niterói. Por mais que a gente vá a Niterói, a gente só se encontra com um ou com outro, queria que interagissem no meio deles, então (Entrevistada nº 2, mulher).

Um fator positivo colocado na entrevista é o fato das distâncias entre residência e trabalho, residência e escola serem menores e não haver grande fluxo de veículos, engarrafamentos e grandes distâncias a percorrer como nas metrópoles. Embora a entrevistada destaque alguns pontos positivos na sua trajetória migratória, fica claro que os negativos predominam, principalmente no aspecto individual (profissional). Para um indivíduo que nasceu e viveu grande parte de sua vida em uma metrópole, a transformação é muito pesada e esse aspecto fica claro nas declarações da entrevistada nº 2.

Já o entrevistado nº 18 avalia sua trajetória migratória de outra forma, colocando o que geralmente ocorre em uma migração: o período de adaptação é um processo mais difícil, mas se as relações sociais e profissionais estiverem intensificadas, a superação logo aparece. O entrevistado parece muito satisfeito com a migração, embora, como ele mesmo disse, existam diferenças entre uma cidade do interior e a capital.

Produtiva, difícil, não tem como não falar que não, mas muito produtiva por todo o progresso que eu tive, tanto no plano familiar e plano pessoal e profissional também. Acho que foi positivo demais. Ah, totalmente diferente, aqui é diferente o contexto é de cidade bem pequena, menor do que a minha cidade. Eu morava na Capital, tudo mais interessante, aqui em todos os sentidos é mais tranquilo (Entrevistado nº 18, homem).

No caso do entrevistado abaixo, a saída do meio rural representou a conquista de emprego combinado ao salário garantido em contraposição à agricultura que, além do salário mais baixo, ainda conta com a instabilidade no resultado da produção.

Olha, lá é mais complicado, em termo de emprego; lá eu não teria essa oportunidade, lá tem menos indústrias e poucos comércios, aqui tem mais oportunidades que lá. Com certeza aqui é melhor, lá a roça, por mais que dava, mas era um valor que aumentaria pouco, pelas dificuldades: tempo, clima e tudo mais, aqui é melhor, tem mais fábricas, mais oportunidades de empregos (Entrevistado nº 5, homem).

A declaração do entrevistado reforça que a migração rural/urbana ocorre por motivação econômica, pela falta de emprego e pela melhor remuneração. Este é o modelo de Todaro (1980), que vê nessas motivações as causas do êxodo rural.

Para o entrevistado nº 12, a questão profissional e econômica se mostra significativa na sua adaptação e inserção na região receptora. Apresenta argumentos positivos relativos à vinda para a região do Vale do Paranhana, lugar em que desenvolveu sua carreira profissional e construiu novas relações de amizades. Para ele, a região é próspera e isso dá oportunidade, não só de empregos, mas também, de desenvolvimento profissional, lugar em que os migrantes podem ter seus próprios negócios, basta apenas ter paciência e persistência.

No sentido afetivo, fica um pouco empírico, se eu estivesse morando lá estaria bem, me sinto bem hoje, me sinto bem aqui. [...]embora a gente não more na mesma cidade, todos moram na região, então isso ficou muito próximo, e como a minha família da minha mãe é de Bom Jesus, a família de meu pai é de Santa Catarina, então, mesmo agora, é muito mais fácil eu visitar eles, então essa região tem muita gente de Bom Jesus, que desceu pra trabalhar aqui, então, na verdade, depois de um tempo tu acaba formando um outro grupo de amigos, de relação de afetividade, então se nos olharmos o lado financeiro, vamos supor, eu acho que esta região aqui, ela te dá muito mais oportunidade; mesmo que tu trabalhe de empregado, tu tem muito mais oportunidade de abrir, vamos supor, pra ti, e manter um negócio do que se eu estivesse lá naquela região, porque hoje eu tenho colegas que tem lojas de materiais de construção, em Arroio dos Ratos, Charqueadas, tem colegas que têm lojas lá, eles estão bem lá, mas eles não são pessoas que abriram negócio, eles já vêm de uma família que tinha, o vô tinha negócio, o pai tinha negócio, daí eles estão lá, a gente não vê muito, como se vê aqui, de pessoas que trabalhavam em fábrica, vamos supor, e não tinham nenhuma condição financeira de montar um negócio e dar certo, porque o mercado é muito pequeno, muito restrito, então o que aqui te dá chance de abrir uma coisa e ter chance de 5 a 10 anos de desenvolver; lá não tem esta possibilidade, lá não existe, a não ser uma coisa muito fora. Vai abrir um hotel, ou próprio material de construção, se não é uma coisa que te dê giro de dinheiro, tu não consegue ficar trabalhando com aquilo (Entrevistado nº 12, homem).

Até o presente momento, todos os entrevistados têm declarado que os fatores positivos têm relevância em sua trajetória migratória para o Vale do Paranhana. A entrevistada nº 30 traz um ponto de vista pouco discutido por autores que tratam de migrações, mas de muita expressão no cenário atual, a violência. Indivíduos deslocam-se de centros urbanos para cidades menores na busca de qualidade de vida e, como diz a entrevistada, para se proteger da violência.

Creio que muitas mudanças ocorreram; a princípio estávamos mais protegidos da violência, por estarmos longe de grandes centros, o que tem apresentado mudanças neste aspecto ultimamente. Mas creio que aqui adquirimos nosso cantinho, me formei, estabeleci novas amizades e nos aproximamos muito mais como família. Isso não tem preço. Acredito que houve uma grande evolução, aqui tive a oportunidade de estudar, me formar e hoje leciono em uma ótima escola, cresci como pessoa e como profissional também. Posso dizer que sim, meu filho está tendo acesso à melhor educação que poderia ter, motivo principal da minha vinda para cá, meu marido e eu estamos trabalhando, conquistamos juntos nosso terreno e nossa casa, com muito trabalho e empenho (Entrevistada nº 30, mulher).

Assim como foi constatado por outros migrantes entrevistados, a entrevistada nº 30 coloca a parte de formação educacional, tanto sua como de sua família (filho), como um fator gratificante, pois foi no município de destino que ela construiu uma nova vida social e profissional. Mais uma vez, observa-se que, mesmo com algumas dificuldades, é possível conquistar alguns benefícios com a migração, como para a entrevistada nº 30, a qualidade de vida, a formação profissional, o emprego e o acesso a casa própria.

Essas declarações levam-nos a refletir sobre o custo social e econômico de residir em uma metrópole. Das entrevistas já listadas, esse é um ponto que se repete. A entrevistada nº 15 vai comentar alguns benefícios adquiridos com a migração.

Minhas amizades seriam mais abundantes na minha cidade de origem do que são aqui. Minhas relações familiares da mesma forma. Porém avalio de modo geral positivo, pelo lado profissional, qualidade de vida, acesso a determinados serviços como educação, saúde e lazer. Mas negativo, quando se trata das relações de amizade e de família. O município atual possui maior infraestrutura pública, planejamento, maior volume de recurso, maior aproximação com a capital. Tem vários outros pontos positivos no que tange à cidade (Entrevistada nº 15, mulher).

Nas declarações da entrevistada, assim como já colocado pela entrevistada nº 10, existe um sentimento ainda em relação à origem, principalmente no que se refere às amizades, à participação em sociedade e à família. Ambas colocam que suas relações na origem eram mais expressivas.

Para o entrevistado nº 16, sua trajetória migratória foi positiva, enfrentou problemas e dificuldades como qualquer migrante enfrentaria, dada uma nova situação. Mas ele saiu de

uma posição em que o acesso à infraestrutura era bastante precário, pois além de residir em um município pequeno, sua família morava numa localidade afastada, inclusive da área rural.

Experimento, hoje, uma realidade bastante diferente daquela que vivia antes, a começar pelo acesso aos recursos e equipamentos urbanos, uma vez que minha família residia numa localidade afastada da zona rural. Não posso desconsiderar o progresso material na comparação entre os dois momentos e, principalmente, o desenvolvimento intelectual e espiritual que os estudos e a experiência de vida me proporcionaram. Que valeu a pena ter a coragem de encarar uma nova realidade e também os sacrifícios e agruras por que tive que passar, juntamente com minha pequena família, para me adaptar a ela, principalmente nos momentos iniciais pós-migração (Entrevistado nº 16, homem).

O aspecto econômico aparece como relevante, mas considera seu desenvolvimento intelectual e espiritual como fatores que mudaram sua vida. O entrevistado nº 16 é um sujeito de poucas palavras, mas de muito sentimento sobre o momento atual de sua trajetória. Demonstrou gratidão às pessoas que lhe deram oportunidade de mostrar suas habilidades profissionais. Foi difícil no começo, como o é para aqueles que decidem se desligar das suas origens e partir em busca de novos desafios.

A entrevistada nº 20, a migrante que veio morar no templo, saiu de uma metrópole, como ela mesma destaca, e veio para o interior de Três Coroas, enfrentando as limitações de distância até a sede do município.

Olha lá, na Argentina, em Buenos Aires, tem tudo, e Três Coroas principalmente onde eu moro, é meio assustador, tipo, pra ir a um hospital é uns 20 minutos, é a questão da distância, mas qualidade de vida nem se compara aqui, e a educação e o crescimento que eu tive aqui, com certeza eu não teria lá, minha cabeça seria um pouco diferente, então eu não trocaria (Entrevistada nº 20, mulher).

Embora as dificuldades encontradas pela entrevistada, principalmente com relação à distância de alguns serviços, ela constatou que obteve ganhos em qualidade de vida, em crescimento pessoal e em relação às amizades, o que a faz não pensar em trocar o município de Três Coroas pela origem (Argentina). Golgher (2004) afirma que a qualidade de vida é um dos aspectos não econômicos que determinam a migração. Pode-se, no contraponto, afirmar que a má qualidade de vida também seja condicionante de um fluxo migratório.

Por fim, as avaliações, em sua maioria, mostraram que a região do Vale do Paranhana tem sido receptiva. Para atestar essa percepção, as declarações dos entrevistados nº 31 e nº 19 serão decisivas. Para a entrevistada nº 31: “Não tem comparação! Lá, agricultura, magistério, só, era muito pouco pra comparar com aqui”. No caso do entrevistado nº 19: “Hoje aqui, de 0 a 10, 8 aqui e 5 lá, aqui é mais tranquilo, e uma pessoa de mais de 50 anos de idade quer mais tranquilidade”.

4.7 Avaliação dos migrantes sobre o mercado de trabalho no Vale do Paranhana

Foi perguntado ao grupo de entrevistados que avaliação faria sobre as atividades profissionais exercidas no município de destino. Para a entrevistada nº 13, que sempre gostou de trabalhar com pessoas, a vinda para a região não alterou sua opção profissional, pois ela continua a trabalhar com pessoas, na vida econômica e na vida social, participando ativamente de movimentos religiosos.

É bastante diferente, mas eu acho que eu não mudei as minhas raízes, porque lá eu sempre participei da comunidade da pastoral, PJR – Pastoral da Juventude Rural, e depois participei do MOVA, não virei professora aqui, mas eu continuo trabalhando com pessoas e aqui em Taquara participo da pastoral do batismo da igreja católica aqui do centro, já participei o ano passado; nós éramos festeiros do divino e agora nós fazemos parte da pastoral do batismo, então eu continuo envolvida em projetos sociais com pessoas, a única coisa que foi mudando... (Entrevistada nº 13, mulher).

No relato da entrevistada nº 9, percebe-se que a satisfação com seu trabalho não é total, pois as exigências são maiores, os horários têm que ser cumpridos, os horários de repouso são reduzidos. Mas, mesmo considerando um trabalho mais árduo, ainda o prefere a ser babá no interior. No Vale do Paranhana conquistou a possibilidade de estudar e se qualificar, o que futuramente poderá lhe abrir outros campos, deixando de lado o trabalho em escritório. Na entrevista ela deixou clara a pretensão de atingir outros patamares profissionais.

Hoje o trabalho é mais estressante, mas eu gosto do que faço, e lá não me incomodava, porque lá eu ia até a casa da família, cuidava de criança, então não tinha o estresse que tem hoje trabalhando no escritório, trabalhar em escritório é só ilusão de que tu queres trabalhar no escritório, o trabalho é puxado, é judiado, mas prefiro aqui. Sim, na verdade houve um crescimento, estou estudando, estou num nível universitário, estou procurando me especializar e crescer na profissão. Sim, pra me especializar em alguma coisa. Porque lá eu não tinha, se eu quisesse estudar eu teria que andar uns 100 km de ônibus todos os dias, porque só em Pelotas pra ter alguma coisa, até que hoje parece que tem alguma coisa lá, mas assim, uns dois cursos, pouquíssima coisa, na época em que eu morava lá não tinham (Entrevistada nº 9, mulher).

A entrevistada coloca que, se estivesse residindo na origem, teria mais dificuldades para estudar e trabalhar. Ainda que o trabalho no município de destino seja mais cansativo, ela ainda o prefere ao anterior, que era cuidar de crianças. A entrevistada tem, no município de destino, acesso a serviços, como educação, o que proporcionou um avanço pessoal e futuramente um crescimento profissional.

O entrevistado nº 4 conta sua trajetória como boia-fria, trabalhando na lavoura, e depois como ajudante de pedreiro. Foram muitas dificuldades até chegar à posição profissional em que se encontra hoje, professor universitário e político.

É uma mudança forte... eu era boia-fria, eu trabalhava por dia na lavoura, acordava bem cedo, levava uma marmitinha, sentava na barranca da lavoura ou embaixo de uma árvore com a marmitinha gelada, com feijão preto, a gente fazia uma mistura com mandioca ou aipim, como fala aqui, e a gente sentava na barranca da lavoura e comia aquilo, voltava de noite, escuro, nós éramos nuns 15 meninos que saímos da escola e íamos pra lavoura trabalhar. E com meu pai, a gente praticamente acampava, meu pai fazia as obras e era muito no interior, não tinha muito no povoado, daí acampava, levava o acampamento, levava os funcionários, os pedreiros, a gente chegou a fazer escolas no município de Palmeira, e foi ele que fez, aí chegou uma época que era chiqueirão de porcos, ele ia lá pro interior fazer construção e levava eu e meu irmão mais velho. E meu irmão mais velho sempre com a vontade da independência, que nós somos de uma geração que, com 16, 17 anos, queria sair de casa, é diferente da geração de hoje que, com 40, ainda quer permanecer na casa do pai, e a gente com 17, 18 querendo se emancipar; meu irmão querendo a todo tempo, então ele veio pra cá pra Parobé e não deu certo, trabalhou numas fábricas aqui, passou necessidade aqui sozinho, meu pai veio buscar e levou ele de volta, mas ele sempre com vontade, ele foi pro seminário e não deu certo, até que ele foi pro exército e ficou 6 anos. Mas o balanço que eu faço é que meu pai está muito melhor que se estivesse lá, hoje dificilmente teria os filhos criados com formação superior, com estabilidade financeira os dois, tanto eu, do meio, como o mais novo, estamos estabilizados, nomeados em município, e o mais velho é profissional liberal e trabalha com som, trabalha com comunicação, é radialista há 20 anos também, então ... Então os 3 filhos do seu Raul, meu pai, eles estão bem hoje, e meu pai também está aposentado e minha mãe aposentada, têm a casa deles, não pagam mais aluguel, inclusive tem uma parte da casa ali que não sei se eles teriam condições, o que eles têm hoje lá, não é um casarão, mas a qualidade de vida que eles têm aqui, o acesso ao lazer, o acesso à saúde, tem 2 postos de saúde perto da casa dele, tem um na COHAB e outro no centro, tem o hospital hoje que é 100% SUS, e que tem atendido bem a população de Parobé, o pessoal tem acesso a rede básica de saúde, onde tem farmácia do lado de casa, é só duas quadras e está na farmácia, então ele dificilmente teria uma vida lá como ele tem hoje (Entrevistado nº 4, homem).

Para o migrante, a vida dele e da família teve uma mudança acentuada, conseguiram uma estabilidade, tanto para os filhos, como para os pais, com uma infraestrutura básica de saúde, importante para a qualidade de vida e bem-estar. Os irmãos, todos formados ou estudando, construindo suas vidas. Ou seja, a migração e a possibilidade de alternativas de trabalho resultaram em benefícios para ele e seus familiares.

Embora sejam profissões muito distintas, eu tive um crescimento profissional e na convivência social também, foi um grande crescimento, uma grande diferença entre o meu antes e o meu atual, a profissão antes e a atual, então essa foi o divisor de águas, essa profissão de viajante e essa profissão de atuar mais diariamente, dentro do município (Entrevistado nº 6, homem).

O entrevistado nº 6 era operador de áudio (técnico de som) e atualmente está coordenando uma rádio em Rolante, então houve um crescimento profissional. A mudança de opção profissional foi motivada pela necessidade de estar mais presente na família. Então, além de ter considerado um avanço nas suas condições profissionais, também foi importante no convívio familiar.

É que eu mudei, lá era roça; agora não; em termos financeiros, não resta dúvida que você não tem nenhuma oportunidade, possibilidade de criar alguma ascensão; então eu acho que aí está o fator que muitos, muitas pessoas largam, tentando mudar de vida; a questão econômica também, no meu caso também, mas era menor, mini agricultura, era uma situação muito precária, sem uma orientação técnica (Entrevistado nº 8, homem).

No caso do entrevistado nº 8, a mudança da roça, para um município da região do Vale do Paranhana, foi decisiva para melhorar as condições financeiras, pois, na agricultura, não havia expectativas de crescimento. A busca por ascensão profissional e social, não é uma aspiração individual, mas resulta de uma condição indispensável à sobrevivência dos migrantes.

Aqui tenho mais oportunidades de escolaridade e de trabalho. Em especial de valorização financeiro-profissional. Diferente de minha cidade de origem, onde não conseguiria ter realizado o mestrado nas condições que alcancei aqui e não estaria também na minha cidade para desenvolver as atividades que desenvolvo hoje com a remuneração que está estabelecida (Entrevistada nº 15, mulher).

No caso da entrevistada nº 15, a avaliação foi positiva, pois encontrou oportunidades relacionadas à educação e trabalho. A migrante encontrou valorização profissional. Conseguiu avançar em seus estudos, concluindo o Mestrado, além de considerar que, no destino, desenvolve suas atividades profissionais com uma boa remuneração.

Os relacionamentos aqui em Riozinho são mais saudáveis, e as atividades, mais tranquilas. Morar em cidade grande é bom pela diversidade de oportunidades oferecidas, como lazer e emprego, mas ao mesmo tempo tudo é mais complicado. Sempre temos de estar atentos a tudo (Entrevistada nº 21, mulher).

Para a entrevistada nº 21, o importante foram os relacionamentos e a tranquilidade com que pode exercer suas atividades. Ao relacionar a vida em uma cidade maior com a de uma cidade menor, constatou que, embora a cidade grande tenha uma diversidade de fatores que auxiliam na vida diária, além de mais oportunidades de lazer e opções de emprego, a cidade menor tem um ritmo menos acelerado, proporcionando melhor qualidade de vida e tranquilidade.

É difícil comparar em função do contexto, talvez se permanecesse na cidade de origem teria dado continuidade no emprego, mas é impossível de saber o que aconteceria. A atividade exercida hoje ocorreu graças à continuidade dos estudos (Entrevistado nº 11, homem).

Para o entrevistado nº 11, a comparação depende da análise de um contexto em que o migrante está inserido. No seu caso, como saiu do Paraná, talvez lá tivesse tido as mesmas oportunidades que aqui. Ele afirmou que só poderia avaliar se tivesse vivido lá o que está vivendo no Vale do Paranhana.

Os entrevistados abaixo saíram do meio rural ou da “roça” como se referem. Para eles, a avaliação foi positiva, pois o acesso ao emprego é melhor, a qualificação proporcionou novas oportunidades, inclusive o entrevistado nº 22 tem seu próprio negócio. Entrevistado nº 22: “Antes eu trabalhava como empregado, e agora administro o negócio próprio. Embora agora tenha mais responsabilidades e compromissos”. Para a entrevistada nº 30, a mudança proporcionou um crescimento pessoal e profissional: “Melhorou, pois no município em que residia a vida era muito difícil, trabalhava na roça, trabalho pesado. Aqui está melhor em termos de trabalho”. Entrevistada nº 30: “Acredito que houve uma grande evolução; aqui tive a oportunidade de estudar, me formar e hoje leciono em uma ótima escola, cresci como pessoa e como profissional também”. Entrevistada nº 28: “Ser professora é melhor que ser agricultora. Aqui é maior a acessibilidade ao lazer, instituições de ensino, saúde, viagens...”. Entrevistado nº 5: “Com certeza aqui é melhor, lá a roça por mais que dava, mas era um valor que aumentaria pouco, pelas dificuldades, tempo, clima e tudo mais, aqui é melhor, tem mais fábricas, mais oportunidades de empregos”.

As migrantes nº 24 e nº 17 encontraram dificuldades na sua relação profissional no município de destino. Para a entrevistada nº 24, foi a cobrança demasiada por qualificação profissional; já a entrevistada nº 17 admite que, na origem, seria mais fácil atingir os objetivos, pois existe um processo de identificação. Entrevistada nº 24: “As atividades no município de origem eram como professora e a cobrança era grande, tive que fazer muitos cursos para alcançar os objetivos da instituição onde eu trabalhava”. Entrevistada nº 17: “Novo momento, mas teria sido menos trabalhoso conquistar espaço onde você se identifica com suas origens”.

Na análise das falas, fica evidente que os entrevistados estão satisfeitos com a sua trajetória migratória. Alguns sentem falta das suas origens, o que é bastante normal, principalmente quando ainda se tem laços familiares, de amizades. Mas o que chamou a atenção é a utilização da palavra “roça”: percebeu-se que morar na “roça”, para alguns,

parecia ser vergonhoso; para outros, a “roça” representou um momento de muito trabalho sem retorno; também foi possível perceber a ideia de que se permanecessem na “roça”, não seriam “ninguém”, ou seja, não teriam reconhecimento.

Nesse contexto, quando o migrante avalia o processo migratório do meio rural para o urbano considera as características do trabalho (*status*), valorizando aquelas que são “limpas” e “leves” e quanto à natureza das relações de trabalho, dando valor à autonomia ou independência do trabalhador (Durhan, 1978), o que vem ao encontro da descrição que os migrantes fazem sobre a saída da “roça” para o meio urbano.

4.8 Os migrantes encontraram o que buscavam no Vale do Paranhana?

Após ter avaliado a sua trajetória migratória, foi perguntado aos migrantes se encontraram nos municípios do Vale do Paranhana o que buscavam no destino.

A entrevistada nº 13 fez sua migração ainda muito cedo e sem definir o que realmente desejava para sua vida. Apenas pensava em estudar e ser alguém; mais uma vez se repete a ideia de que, por estar em um município muito pequeno ou até mesmo na área rural, é necessário migrar para um centro urbano para se tornar alguém. Percebe-se um sentimento de inferioridade, como se a pessoa do interior ou do meio rural não tivesse valor.

Encontrei o que eu buscava e até mais que eu buscava, pois eu não pensava em fazer isso, especialização, quando eu vim para cá, também não me passava pela minha ideia de comprar... talvez pela minha idade, ah eu vou comprar casa, carro, isso era coisa que não passava pela minha cabeça. Quando eu vim embora simplesmente coloquei as minhas roupas em uma mochila e vim de ônibus morar na casa de minha tia, era a única coisa que eu tinha e na época eu pensava eu quero estudar, quero ser alguém, mas eu era muito jovem.

Eu tinha muitas dúvidas que eu acabei indo para essa área porque acho que a vida me levou, porque eu vim para o escritório de contabilidade eu comecei a fazer isso e foi que me identificou e fui crescendo naquilo ali (Entrevistada nº 13, mulher).

Como se percebe, a entrevistada atingiu um grau de maturidade e acabou por conseguir sua qualificação profissional, bens materiais e está bastante feliz e satisfeita por ter escolhido esse caminho. Para Becker (1962), o investimento em capital humano, oportunizando a qualificação profissional, é uma das motivações dos fluxos migratórios.

Sim, encontramos, num contexto geral, não só financeiro, mas aquele mínimo que você precisa para viver, mas eu encontrei pessoas assim que nos ampararam que viram que a gente tinha boa vontade de mudar, nunca se fazendo de vítima, nunca deixando as bengalas como escora, sempre sabendo aproveitar as oportunidades; eu encontrei diria que até algumas coisas além, fui presenteada com muito mais, pela vida ou sei lá como a gente deve chamar isso daquilo que a gente esperava, do que a gente buscava, me sinto muito privilegiada e encontramos sim (Entrevistada nº 1, mulher).

Para a entrevistada nº 1, a saída da origem (Paraná) foi um meio de crescimento pessoal, enfrentaram (ela e o marido) uma grande metrópole (São Paulo) em sua primeira migração, com todas as dificuldades que isso representa para um indivíduo que sai do meio rural, depois estiveram em outros municípios até chegar a Parobé, no Vale do Paranhana, onde residem atualmente.

A entrevistada se diz muito privilegiada por ter encontrado pessoas que os ajudaram, além de terem aproveitado as oportunidades que surgiram. Também lutaram muito para conquistar o que têm hoje, sempre com muito trabalho e dedicação. Soares (2002) refere-se a esse aspecto das redes sociais em que a base está na cooperação, e a identificação entre os indivíduos estabelece a confiança. Desta forma, as redes sociais estão respaldadas pelas relações de amizade, vizinhança, parentesco, trabalho e origem comum entre os migrantes.

O entrevistado nº 18 migrou da Argentina para Montenegro e de lá para Taquara, onde, com sua nova companheira, tinham por objetivo construir sua vida familiar. No início, ainda pensavam que poderia ser talvez outro município em que realmente fossem edificar suas vidas. Mas agora já estão instalados em Taquara.

É, não precisamente em Taquara, tinha a expectativa de formar uma nova família, já era projeto, e estamos construindo isso. Mas não tem muita coisa específica em Taquara, agora sim, já compramos uma casa e já estamos instalados, mas não era uma coisa assim especificamente Taquara. Foi produto de uma logística e trabalho, tanto de minha companheira como o meu (Entrevistado nº 18, homem).

A dificuldade em encontrar trabalho foi, no início, um dos motivos de pensar em não fixar residência em Taquara, mas acabou conseguindo trabalho, e como ele mesmo afirma, por questões de logística de trabalho dele e de sua companheira, Taquara ficou como o lugar definitivo. Considera-se muito satisfeito com o resultado da sua migração.

O entrevistado nº 8 encontrou o lugar para morar, como ele mesmo afirma abaixo; além de ser uma cidade próxima de centros universitários, da metrópole (Porto Alegre), proporciona oportunidades de trabalho em diferentes áreas.

Sim, eu não me imagino hoje morando em outra cidade, que é pequena, mas digamos que é próxima de grandes universidades, de Porto Alegre, eu acho que é um lugar bom de morar, e também tem uma oportunidade de trabalho em várias áreas (Entrevistado nº 8, homem).

A qualidade de vida foi um dos fatores que apareceram como motivadores da migração para os municípios da região do Vale do Paranhana. Para a entrevistada nº 30, a

preocupação com a família (filho) a fez optar por um município da região. Estão bastante satisfeitos e construindo sua vida na região.

Posso dizer que sim; meu filho está tendo acesso à melhor educação que poderia ter, motivo principal da minha vinda para cá; meu marido e eu estamos trabalhando, conquistamos juntos nosso terreno e nossa casa, com muito trabalho e empenho (Entrevistada nº 30, mulher).

Como já foi comentado anteriormente, a entrevistada nº 15 atingiu seus objetivos nas áreas educacional e profissional, porém não teve sucesso nos seus relacionamentos de amizades. Não tem conseguido amizades duradouras e isso, para a entrevistada, é uma decepção, pois imaginava ser diferente, criar vínculos de amizades como tinha na origem. O entrevistado nº 5 encontrou na região a oportunidade de ter seu próprio negócio e se sente muito feliz pela escolha. A entrevistada nº 24 pensou na família, queria que os filhos tivessem uma infância mais livre, que pudessem usufruir dos espaços sem preocupação. Ela e a família vieram em busca de tranquilidade e foi o que encontraram.

Encontrei uma parte. Meu relacionamento, escolaridade e profissão. Qualidade de vida. Novas relações profissionais. Mas não as relações de amizade da forma que imaginei que pudesse construir (Entrevistada nº 15, mulher).

Sim, é maior, sim, encontrei porque comecei a trabalhar em mecânica, aprendi a gostar, graças a Deus busquei o objetivo, de me aperfeiçoar e ter meu próprio negócio (Entrevistado nº 5, homem).

Sim. Pois nosso objetivo era um lugar mais tranquilo para ver nossos filhos crescerem, onde eles pudessem brincar na rua até tarde da noite. Queríamos uma infância parecida com a nossa (Entrevistada nº 24, mulher).

No geral todos encontraram o que buscavam na região, embora para o entrevistado nº 32 ainda tenha algo a conquistar, que talvez ainda não estejam no município de sua residência (Riozinho). Ele conseguiu seu próprio negócio; a entrevistada nº 20 não se vê morando em outro município e a entrevistada nº 7 encontrou paz e estabilidade. Entrevistado nº 32: “Praticamente sim. Mas ainda faltam algumas coisas por conseguir que poderiam não estar aqui”. Entrevistado nº 22: “Sim. Encontrei a oportunidade de ter meu negócio, formei uma família maravilhosa”. Entrevistada nº 20: “Sim, eu não penso em casar e sair de Três Coroas, não me vejo morando em outro lugar que não em Três Coroas”. Entrevistada nº 21: “Sim. Queria um lugar mais tranquilo, mas que possibilitasse estudo e bom emprego”. Entrevistada nº 7: “Acredito que sim, encontrei paz, estabilidade, localização ótima, amigos, acho que sim”.

4.9 Os migrantes estariam dispostos a uma nova migração?

A mobilidade é uma estratégia adotada para realizar mudanças quando em presença de algumas dificuldades que podem ser de ordem econômica, social ou ambiental. Também pode partir de uma necessidade psicológica de crescimento pessoal. Por isso, o ser humano vive em constante processo migratório, mudando suas trajetórias de vida, mas sempre priorizando o bem-estar individual ou coletivo.

As entrevistas abaixo revelam que esse processo de mobilidade que para alguns dos entrevistados, se faz presente. Para outros, há uma necessidade de retornar as suas origens, mas a maior parte sente-se integrada e não deseja fazer nova migração.

É comum a mobilidade fazer parte da vida dos indivíduos, pois estão sempre em busca de melhores condições profissionais, estruturais (saúde, educação, habitação, transporte) e qualidade de vida. No caso da entrevistada nº 13, o fato de estar longe da família já há algum tempo, faz com que a migração seja algo normal. Hoje, com toda a tecnologia de comunicação disponível, não existem mais fronteiras. Dependendo da necessidade profissional sua e de seu marido, a migração poderá vir a ser uma alternativa de crescimento profissional. Percebe-se, no caso da entrevistada, que voltar para o município de origem não faz parte de planos futuros.

Eu até tenho, porque é assim que eu sempre digo para meu marido eu estou longe dos meus familiares então, para mim, morar aqui em Taquara ou morar, por exemplo, em Santa Catarina ou morar em São Paulo, eu não vejo diferença porque eu estou longe do meu pai e de minha mãe, então se surgir uma oportunidade, como ele é da área de TI, daqui a pouco aqui em Taquara vai ficar pequeno para nós, eu estou disposta a ir em frente, mas no momento a gente...eu não penso em voltar lá para minha terra; agora eu vou para lá para passear, acho legal, mas eu fico cinco dias lá, nossa!!, eu tenho que voltar porque é muito diferente, é muito diferente, não tem como, porque aqui (São José das Missões) por mais que agora já tenha um pouco de tecnologia, mas comparada, aqui (São José das Missões) é muito pouco (Entrevistada nº13, mulher).

O entrevistado nº 4 admite migrar apenas se for para um lugar que proporcione as mesmas condições de vida, ou melhores. Não pensa em morar na metrópole (Porto Alegre), já está definido que a família somente irá mudar para a Serra ou Litoral, mas não é ideia mudar e sim permanecer em Parobé. Foi possível perceber que o que atrai o migrante é o fato de estar residindo em um município que, embora perto da metrópole, ainda apresenta traços do meio

rural. Há um contraste de características urbanas e rurais as quais o entrevistado classificou como rurano⁸.

Olha, eu para sair de Parobé, só se for pra serra, pro lado da capital não, eu sempre digo, eu e minha esposa nos definimos nisso, se a gente tiver que trocar de cidade é de Parobé pra cima ou litoral, então são esses os outros locais e de momento não, a gente pensa em uma aposentadoria só, mas não tenho pretensão e pelo que eu vejo a minha família também não. A cidade ali é uma cidade difícil, a cidade ela é eu digo que ela é rurana, então ela ainda tem os traços característicos de uma cidade do interior e ao mesmo tempo tem traços de capital, você vê o pessoal andando de carroça com junta de boi ou a cavalo no Centro, mas ao mesmo tempo você vê o pessoal com uma identidade urbana já arraigada, mas eles ainda não perderam aquele conceito de pequena comunidade, fazem desfile da igreja, no centro, de ter baile de KERP na cidade, de ter algumas atividades lúdicas que são muito parecidas com a comunidade do interior, do sino tocar no centro pra marcar horário da morte de alguém, isso é interessante. O padre anuncia na igreja a morte, então eu digo que Parobé é rurano. Então, ao mesmo tempo em que você tem uma conotação urbana, você tem características rurais, mas eu não tenho pretensão de sair dali, porque tudo o que eu tenho eu devo ao município de Parobé, e a oportunidade que sempre recebi tanto nas escolas como também na vida pública, eu fui vereador 8 anos, tive 4 eleições e as 4 eu fui muito bem votado, 1º suplente, hoje sou secretário da saúde, secretário da administração, o qual eu sou, atualmente, e estamos ali batalhando e a oportunidade eu devo muito a ela (Parobé) (Entrevistado nº 4, homem).

Para o entrevistado, suas raízes já estão no município, sente-se pertencente ao grupo. Tem um sentimento de gratidão para com o município que proporcionou seu crescimento econômico e social. Como tem um cargo político no município, a percepção de ascensão social (*status*) também está presente. Sente-se valorizado pela região que escolheu para residir.

O entrevistado nº 8 coloca que não gostaria de fazer uma nova migração e afirma não querer migrar para um centro urbano, concordando com o entrevistado nº 4. O trabalho de Baeninger (2012) revela esta tendência de mobilidade de grandes centros urbanos para cidades de porte médio e pequeno. A autora afirma que é cada vez mais comum este movimento em função das transformações econômicas e da desconcentração produtiva regional que ocorre no país.

Olha, no momento não, mas se eu tivesse não seria para um grande centro urbano; no meu caso, já seria mais vantajoso morar em São Leopoldo. Ah, eu acho que não, eu acho que aquilo (Planalto) é parte da tua vida, mas como história, como memória, tu vais te adaptando, no meu caso eu já passei mais tempo da minha vida fora de lá do que lá, então eu fui envelhecendo e a memória é que foi ficando, eu tive uma adolescência rica, parte da juventude, mas hoje eu construí a vida longe de lá, então eu não me imagino lá, até em questões profissionais, não tem como você cogitar isso, mas o futuro a Deus pertence! (Entrevistado nº 8, homem).

⁸ Rurano significa que o rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano (SILVA, 2002).

Como se vê o município de origem faz parte apenas da memória histórica de sua vida; a adaptação ao novo município fez com que o fato de ter vivido em Planalto já esteja no passado e, hoje, o migrante não imagina sua vida fora do contexto atual. Para o entrevistado, fica apenas o registro que é lembrado com carinho, mas a vida segue, e como ele mesmo afirma, uma mudança futura “a Deus pertence”.

E eu criei um vínculo, tenho amigos, sobrinhos, do meu marido, que eu considero, mas assim, eu digo para as pessoas que vale a pena tu sair às vezes da cidade, conhecer outra cultura. Eu que estudei um tempo na Europa, quando eu vim para Três Coroas, parecia outro país, me deparei com uma realidade super diferente da que eu vivia, demorou uns 2, 3 anos para eu me adaptar, mas hoje para mim é super tranquilo viver lá, mas o conviver eu prefiro Palmeira! (Entrevistada nº 10, mulher).

A entrevistada nº 10 teve experiências fora do país, e observou os contrastes existentes não só entre os países, mas entre os municípios de residência. A migrante deixou claro, ao longo de sua entrevista, que se tiver que migrar será para o município de origem (Palmeira das Missões) e que lá seria o lugar em que viveria melhor, perto de seus familiares e amigos. O sentimento de pertencimento é muito forte para a entrevistada. Mesmo longe da origem há muitos anos, ainda pretende retornar, não conseguiu cortar os laços.

O entrevistado nº 12 pretende fazer uma nova migração, mas não para o município de origem. Como é dono de seu próprio negócio, pensa em perspectivas futuras para crescimento de sua empresa. Então, esteve pesquisando em diferentes regiões do Estado as que proporcionariam este crescimento econômico. Porém, embora tenha encontrado regiões prósperas e outras nem tanto, conforme declara, a opção será futuramente por Santa Catarina.

Não, pro mesmo lugar não, tenho ideia acho que vou acabar fazendo isso em ir pra outra região, para outro estado eu acho, porque a gente já conversou sobre isso com amigos, o que acontece o Rio Grande do Sul, hoje ele tem algumas poucas regiões que se desenvolveram. Vamos pegar a nossa região aqui, pessoal de Caxias, aquela região, Bento, e meio que... e a região metropolitana, bem isso. [...]aquela região, Camaquã, Pelotas, os caras estavam assim quebradiços com esta história de petróleo, plataforma e aí São José do Norte, eu estive lá em 1995, era uma pobreza assim que ó, aí eu fui lá depois, uns 2, 3 anos atrás, as pessoas estavam rindo de tanto dinheiro, de tanto investimento, chegava aos restaurantes entupidos de gente, aquele trecho ali, não sei se conheces ali, aquele trecho, não sei se tu já foste ali ou não, São José, Rio Grande...olha só, São José tem uma travessia de balsa, tu tem que aguardar na fila, falei com os caras e é todo dia aquele troço, ia e voltava lotado e os caras estavam assim animadíssimos; começou já o pessoal a falar em empregos, 16.000 pessoas que perderam emprego, então assim vai continuar sendo de novo: região metropolitana e aqui. Quando tu fala em Santa Catarina, vamos supor, ela é diferente, tem várias regiões e polos. Pega a região de Florianópolis e sobe pra cima, pega Brusque, Blumenau, é uma outra região, outro tipo de negócio que está desenvolvido, Itajaí, aí tu pega o oeste, outro grupo forte de cidades muito estruturadas; então são várias regiões que têm uma cidade forte e na volta todo mundo trabalha. Migraria para Santa Catarina, eu acho que sim, com certeza (Entrevistado nº 12, homem).

O entrevistado percebeu que Santa Catarina tem regiões prósperas e que poderia até mesmo investir em outro negócio que esteja em alta na região escolhida. Percebe-se, contudo, que a intenção de migrar está exclusivamente relacionada a condições financeiras de seu empreendimento. Fica evidente que a migração seria em busca de melhores resultados para a sua empresa. Não considera, em nenhum momento, a migração como uma alternativa de qualidade de vida para sua família. Ele é extremamente prático e pensa em seu sucesso profissional e financeiro.

O entrevistado nº 32 não tem a intenção de migrar no momento, mas, se aparecerem oportunidades, ele então estará pronto; coloca-se preparado para novas experiências. Como já morou em diferentes lugares, não considera a adaptação difícil.

Sim, tenho intenção de migrar, não por enquanto, mas se as circunstâncias me aconselharem, deverei migrar, estou preparado para isso, devo me adaptar a qualquer lugar, de fato já morei em SP, BA, RJ , USA, ARGENTINA e RS (Entrevistado nº 32, homem).

A família representa um vínculo forte e quando o indivíduo decide migrar, esta decisão envolve fatores internos, psicológicos, que vão definir pela migração ou não. Para a entrevistada nº 30, a migração será para retornar à origem a fim de acompanhar os pais na velhice. Sua preocupação é retribuir todo o cuidado dispensado a ela na infância. Conforme Durhan (1978, p.192) “o parentesco define um campo de relações preferenciais que são mobilizadas conforme as necessidades e as possibilidades de cada situação concreta”. No caso da entrevistada nº 30 é exatamente isso que acontece, no momento da necessidade concreta (cuidar da saúde dos pais), ela realizará a migração.

Penso que um dia deverei voltar a Porto Alegre, tenho pai e mãe que já estão com certa idade, daqui a uns anos, vão precisar de cuidados e atenção especiais, neste momento quero estar ao lado deles, retribuindo o cuidado que tiveram comigo ao longo dos anos (Entrevistada nº 30, mulher).

O migrante entrevistado nº 22 não tem a intenção de fazer uma nova migração, pois já está adaptado e inserido na sociedade que o recebeu.

Não, aqui me sinto bem e tranquilo. E posso desejar o bem para minha família e amigos. Participo da sociedade, através da diretoria da igreja católica, então me envolvo bastante com os eventos da comunidade (Entrevistado nº 22, homem).

Observa-se que os demais entrevistados têm a intenção de migrar, mas nenhum, exceto a entrevistada nº 29, tem a intenção de retornar a seu lugar de origem. Para eles, os projetos de

migração envolvem a aposentadoria, conhecer um novo país (Europa), ir para outro Estado (Santa Catarina), buscar novos desafios ou até mesmo permanecer onde estão, pois se sentem muito felizes e satisfeitos nas condições atuais. Entrevistado nº 16: “Cogito, num projeto pós-aposentadoria, residir numa cidade litorânea”. Entrevistado nº 11: “Sim. Florianópolis”. Entrevistada nº 23: “Sim, estou indo embora, novamente, e buscando novas experiências e desafios”. Entrevistada nº 7: “Não, nem para voltar pra cidade natal, só passeio”. Entrevistado nº 19: “Não, não; aqui é bom demais, ótimo”. Entrevistada nº 20: “Por enquanto não, a não ser que fosse pra Europa...”. Entrevistada nº 29: “Não. Se tivesse, voltaria para a cidade em que nasci, Dionísio Cerqueira – SC”. Entrevistada nº 24: “Sim. Futuramente, quando nos aposentarmos, queremos morar no litoral”.

Com base nas declarações do grupo de migrantes entrevistados, perceberam-se diferentes visões das trajetórias migratórias. Umas positivas, outras nem tanto, mas, no conjunto, todos os entrevistados parecem satisfeitos com a escolha. Problemas foram enfrentados, como os de adaptação, distância da família, a falta de conhecimento da região, o que é natural num processo complexo que envolve fatores psicológicos e culturas diferentes. A escolha econômica foi um dos motivadores, mas aparece, de forma implícita, deixando a educação como o elemento fundamental desse processo. Todos parecem ter opiniões positivas quanto à região que escolheram para residir, o Vale do Paranhana.

Foi possível observar, por meio das entrevistas, que a grande maioria dos migrantes que optaram por residir no Vale do Paranhana estão satisfeitos com suas vidas, com as conquistas profissionais e com as relações pessoais. Embora se perceba que alguns ainda não conseguiram se adaptar plenamente, sabe-se que esse é um processo demorado e que, muitas vezes, não chega a ser concluído. No contexto das migrações, podem-se considerar muitos aspectos, inclusive o contato com o diferente e o novo, que faz com que os desafios sejam muitos para o migrante, devido às diversidades sociais, culturais e territoriais. Estes desafios fazem parte da adaptação e inserção do migrante na sociedade receptora.

CONCLUSÃO

Ao concluir a presente pesquisa que teve por propósito responder: Como a mobilidade espacial, na perspectiva das migrações, transformou a trajetória dos migrantes da região do Vale do Paranhana?, identificaram-se algumas questões importantes na discussão das teorias sobre migrações, partindo do entendimento das contradições que cercam o conceito de migração e dos fatores motivacionais que levam o indivíduo a migrar.

Na compreensão dos autores clássicos, o fenômeno migratório era considerado como a simples troca de local de residência. No entanto, estudos recentes têm evidenciado que este é um fenômeno mais complexo. Neste conjunto, passou-se a estudar a migração por meio de um contexto interdisciplinar, levando em conta aspectos econômicos, mas também sociais.

Pesquisas recentes continuam buscando explicações mais específicas para o fenômeno da migração, tentando identificar as causas que levam os indivíduos a migrar, em seus aspectos mais intrínsecos, pois nem todos os fatores são perceptíveis e passíveis de serem mensurados por meio de dados quantitativos e estatísticos. Dada a complexidade do fenômeno migratório e a procura por explicações mais profundas sobre este processo, a análise a partir do materialismo histórico dialético pode contribuir para evidenciar as contradições encontradas no ato de migrar e denotar as contradições e conflitos que perpassam o fenômeno, tendo como pressuposto o conhecimento do migrante e a influência das relações sociais sobre a decisão de migrar.

No que se refere aos objetivos desta tese, procurou-se evidenciar as razões que levaram os migrantes a se dirigirem ao Vale do Paranhana. Para o grupo de entrevistados, ficou claro que, embora tenham tomado suas decisões baseados no caráter individual e racional, estes não deixaram de considerar a influência de familiares e parentes. A dificuldade em conseguir identificar as causas que levam os indivíduos a migrar, foi impulso necessário para que os autores da sociologia das migrações – Granovetter (1992), Germani (1974), Rocha-Trindade (1995), Durhan (1978) – propusessem novas alternativas de investigação. Para eles, as causas estavam diretamente relacionadas, não apenas às motivações econômicas, mas sim, a condições sociais que influenciam na decisão de migrar.

A abordagem da sociologia foi determinante na explicação do fenômeno migratório no Vale do Paranhana, a partir do tratamento das questões sociais e psicológicas que estão implícitas à decisão de migrar. A contribuição de Granovetter (1992) nesta análise passa a ser referência para a compreensão da realidade do fenômeno migratório, ao evidenciar na presente tese que os aspectos econômicos são parte da ação sofrida pelo indivíduo em suas

decisões e o enraizamento reforça as relações sociais e a confiança, necessárias para a adaptação do migrante.

O pertencimento do indivíduo a um território, a organização da sua vida, das suas relações familiares e pessoais, intensificam as decisões relacionadas à migração. Associada a esta ideia, passou-se a considerar no processo migratório o componente das redes sociais. O indivíduo migra a partir de informações de amigos, vizinhos e familiares, sendo que a noção de pertencimento ao território ou enraizamento, responsável pela confiança entre os atores sociais, fica evidente a partir das entrevistas realizadas. Contudo, alguns dos migrantes, ao mesmo tempo, não conseguiram criar laços e vínculos com a população do local de destino. Este processo expressa a contradição presente, pois, no momento em que se faz a escolha pela migração, é preciso conciliar esta decisão com as informações sobre o local de destino. A carência de informação ou a falta de conhecimento sobre o destino permanecem por algum tempo na vida do migrante, marcando seu período de adaptação e integração ao território, mas acaba por solver, passado alguns anos no município de destino.

O aporte teórico considera que os deslocamentos populacionais ocorrem em função da busca por emprego, da estagnação econômica de determinadas regiões e do desenvolvimento desigual (SINGER, 1980; MYRDAL, 1965). Ao examinar um dos objetivos desta tese, que é analisar razões das migrações recentes no Vale do Paranhana, esta base teórica valida algumas das constatações observadas na pesquisa, mostrando que uma das razões que levaram os migrantes a buscar a região foi porque os municípios dos quais eram originários apresentavam poucas opções de emprego, tendo como setor econômico predominante a agricultura. Estes municípios, nos últimos 20 anos, permanecem como áreas marcadas por perdas populacionais, tendo em vista que continuam estagnados economicamente.

Outra razão vinculada a este contexto são as migrações rurais-urbanas. Pode-se constatar que, no Vale do Paranhana, os migrantes que se direcionaram para a região, saíram de áreas rurais. Estes afirmaram que necessitavam trabalhar em setores que pudessem lhes proporcionar melhores rendimentos em termos econômicos. Para os migrantes, as áreas rurais das quais eram originários não se transformaram economicamente e, dessa forma, não ofereciam melhores condições profissionais e salariais aos indivíduos, forçando-os a buscar alternativas em áreas urbanas, e conseqüentemente, oferecendo melhores opções de crescimento profissional, impulsionando o processo de mobilidade social desses migrantes.

A dialética é percebida nos relatos dos entrevistados, pois, ao migrar na expectativa de encontrar melhores alternativas de vida, o migrante depara-se com um sentimento de perda, de distanciamento do local de origem e, muitas vezes, a vontade incondicional de retornar.

A oportunidade oferecida pela região ao grupo de migrantes deu-lhes, com o passar do tempo, condições de estudar, conseguir um emprego melhor e de se distanciar das atividades ligadas à agricultura. Esses migrantes, contribuíram para a formação atual do território, utilizando a sua mão de obra em diferentes setores econômicos de cunho privado e também no setor público .

As relações familiares e as redes sociais aparecem de forma bastante significativa na trajetória migratória dos indivíduos que se dirigiram para a região. Muitos revelaram que a forma como deixaram seus familiares, amigos, parentes, no município de origem, foi traumática. Para Sahlins (1997), os valores e significados marcam a trajetória humana e ordenam a sua presença no mundo, de forma que suas bases afetivas sejam utilizadas como estratégias para alcançar seus objetivos. Essa ideia resume o sentimento dos migrantes em relação à força que os laços afetivos apresentam na decisão de migrar.

Na investigação da trajetória dos migrantes no Vale do Paranhana, percebe-se que a mobilidade espacial na região inicia a partir do momento em que o governo brasileiro decidiu povoar o interior do país, incentivando a vinda de migrantes alemães, italianos e outros. No século XIX, começou a migração para a região com a chegada principalmente dos alemães e até hoje chegam migrantes de diferentes localidades e nacionalidades. Assim, as migrações no Vale do Paranhana partiram de um contexto em que a trajetória migratória internacional predominava em todo o país, como proposta de povoamento de regiões localizadas no interior do Brasil. Atualmente, no Vale do Paranhana, as migrações internacionais cedem lugar as migrações inter-regionais e intrarregionais.

A base teórica serviu de aporte para a compreensão de pontos relevantes no estudo das migrações e contribuiu para que ficassem mais evidentes as características e especificidades que marcam a trajetória migratória dos migrantes na região do Vale do Paranhana. Num primeiro momento, ainda bastante no início (século XIX), o desenvolvimento da região foi um atrativo para a vinda dos migrantes. Nesse período, a base econômica era a agricultura. A região era exportadora de farinha de mandioca, produzia o piretro (utilizado para produzir inseticidas), tinha uma bacia leiteira e contava com um porto e uma estrada de ferro que escoavam a produção. Num segundo momento, a agricultura foi perdendo espaço para a atividade coureiro-calçadista, dissidente do Vale do Rio dos Sinos, havendo necessidade de mão de obra para o setor industrial. É nesse período (início do século XX) que começam a se direcionar para os municípios da região, migrantes vindos de outros municípios do Rio Grande do Sul e também de municípios da própria região.

A partir desse momento, observa-se que as migrações que eram direcionadas à região e tinham como principal motivação o aspecto econômico, já mostravam novas faces, mais direcionadas aos aspectos de qualificação profissional e qualidade de vida. Essas questões foram possíveis de observar e explorar por meio das entrevistas. Num primeiro momento, a motivação era econômica; então, muitos dos entrevistados partiram com suas famílias em busca de emprego, pois nos municípios de origem existia uma escassez de vagas de trabalho. Mas os migrantes de períodos mais recentes (início do século XXI) já mostravam um propósito diferente, estudar, qualificar-se, pois o município de origem não oferecia oportunidades em termos educacionais.

Esse fenômeno é comum quando as regiões emergem economicamente, como foi o caso do Vale do Paranhana, no início de 1970, com o crescimento das indústrias calçadistas, tornando-se um polo de atração. O contrário ocorre quando a região fica estagnada ou passa por um processo de crise econômica.

O modelo *push-pull*, desenvolvido por Everest Lee (1966) considera as condições estruturais a base para o deslocamento, e as motivações econômicas, fatores de atração, quando se trata de regiões desenvolvidas, e de repulsão, quando de regiões estagnadas. Este deslocamento visava a um maior bem-estar para o indivíduo. Está presente no princípio teórico a contradição, visto que, para a teoria econômica neoclássica, as relações sociais tinham efeito nulo sobre o comportamento do indivíduo. Não foram verificados, a partir das declarações do grupo entrevistado, fatores de repulsão no grupo de migrantes analisados, reforçando que na região do Vale do Paranhana, o modelo *push-pull* não justifica em sua totalidade a migração na região.

Observa-se que a dialética esteve presente na discussão teórica e foi observada na parte empírica sobre a trajetória dos migrantes no Vale do Paranhana, pois, com base nas declarações dos entrevistados, as redes sociais e as relações primárias, como família e parentes, foram contundentes nas decisões de migrar. Observa-se, desta forma, a importância da teoria das redes sociais e do enraizamento como aporte teórico a ser considerado nas análises migratórias recentes.

No processo migratório encontrado na região do Vale do Paranhana, as motivações não foram, na maioria, individuais, indo ao encontro das teorias sociológicas e das redes sociais. Muitos dos migrantes decidiram por essa trajetória motivados pela família. Alguns vieram com a família, outros vieram e depois trouxeram a família, outros vieram para poder ficar próximo da família. Enfim, a família é um fator motivador e determinante no fluxo

migratório do grupo analisado e evidencia que esse fator não pode ser menosprezado em análises futuras sobre o tema.

Neste contexto, uma situação chamou a atenção, um certo “saudosismo” com relação à origem. Conquanto os migrantes tenham conseguido alcançar seus objetivos, demonstraram um sentimento de saudade ao falar do município de origem. Para alguns dos entrevistados, estes laços com a origem são tão fortes, que os levaram as lágrimas. Embora este fato não tenha sido objeto desta pesquisa, ficou evidente que, mesmo sendo a origem um lugar de muitas privações, no qual não foi possível continuar a residir, os migrantes têm um vínculo muito forte com o lugar em que viveram, bem como, com a família, os amigos, os parentes e a comunidade. Inclusive, para alguns dos migrantes entrevistados a vontade de retornar é bastante presente.

Dentro dos aspectos identificados como dificuldades encontradas na origem, alguns dos entrevistados citaram a língua. Como a região foi colonizada por alemães, o uso da língua alemã era muito comum. Também para os migrantes que vieram de Santa Catarina e do Paraná, as expressões utilizadas no Rio Grande do Sul eram uma barreira relacionada à língua. Para outro grupo de migrantes entrevistados, a adaptação foi difícil, pois os descendentes de alemães tendem a ser mais fechados. É fato que o grupo migrante tende a permanecer unido até para que a adaptação ao destino seja mais fácil. A proximidade da família e dos amigos é um aliado no processo de inserção no novo ambiente.

Um dos migrantes dirigiu-se para a região por motivação religiosa. Outro aspecto que também não foi levantado pelos autores, mas aparece na região, é o deslocamento motivado por questões de segurança. Hoje, este aspecto talvez merecesse uma atenção por parte das pesquisas como um fator importante da decisão de migrar, principalmente para quem reside em grandes centros metropolitanos, onde a situação da violência tem aumentado.

No contexto da configuração recente do Vale do Paranhana, os dados secundários e primários mostraram que houve predomínio das trajetórias intrarregionais e inter-regionais, podendo-se constatar, também, a presença de alguns migrantes internacionais. No caso dos entrevistados, tivemos dois migrantes que vieram da Argentina. E, com relação aos dados secundários, a presença de migrantes do Chile, Portugal, Argentina, China, Uruguai, Paraguai, África do Sul, Estados Unidos, entre outros. Na configuração atual do Vale do Paranhana, as migrações internacionais têm pouca representatividade.

A mobilidade populacional conta com a melhora nos sistemas de comunicação e transporte, o que resulta na obtenção de informações sobre o local de origem com maior rapidez, bem como, o deslocamento tornou-se mais rápido e fácil. Hoje, a distância não

representa mais um obstáculo à migração, como na época das primeiras migrações. Estas transformações estruturais, em conjunto com as transformações sociais e econômicas, intensificaram o deslocamento e mostraram as múltiplas faces do processo migratório.

Os resultados encontrados nesta pesquisa apontam para estudos futuros que contribuam para o aprofundamento do fenômeno migratório no Vale do Paranhana. Propõe-se pesquisar as migrações pendulares e as migrações internacionais, pois, embora não tenham sido objeto desta pesquisa são temas que se revelam interessantes e que podem ser melhor elucidados na região. Uma outra proposta de estudo seria a discussão do conceito de migração com base em teorias que reforcem os aspectos psicológicos do migrante e intrínsecos à migração. Por fim, pesquisar o fato da “saudade da origem”, se este é um fenômeno presente apenas para o grupo de entrevistados desta pesquisa ou trata-se de um evento recorrente para migrantes na região do Vale do Paranhana.

Concluindo, o aporte teórico metodológico foi significativo na investigação do fenômeno migratório e para atingir o objetivo da pesquisa, que era analisar a trajetória das migrações no Vale do Paranhana que por meio das informações levantadas, mostraram a origem e o destino do movimento migratório para a região em período recente. O estudo apresentou as razões ou motivações que levaram os migrantes a buscar a região para residir, trabalhar e estudar. Além disso, foi possível verificar as diferentes trajetórias de migrantes que, atualmente, residem nos municípios do Vale do Paranhana. Por fim, foi possível identificar que a região vem construindo seu território a partir da inserção de migrantes que buscam pelo desenvolvimento individual, mas que tem possibilidades intrínsecas para promover o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- AJARA, Cesar; MOTTA, Diana Meirelles da. *Configuração da rede urbana do Brasil*. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/100/diana.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016
- ALMEIDA, Tatiana Ferreira de. *Análise da dispersão das populações nativas americanas: Uma abordagem genético-fisiográfica*. São Paulo, 2011. Dissertação (Departamento de genética e Biologia evolutiva da Universidade de São Paulo) – Instituto de Ciências da Universidade de São Paulo.
- ARRAIS, Tadeu A. Acionando territórios: a mobilidade na região metropolitana de Goiânia e em Aparecida de Goiânia. *Boletim Goiânia de Geografia*. Goiânia. v.26, nº 1, p.91-114, jan/jun, 2006.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*. Estudos Feministas, Florianópolis, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). Disponível em: <www.abicalcados.com.br>. Acesso: 20 out. 2016.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2008. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BAENINGER, Rosana. *São Paulo e suas migrações no final do século 20*. São Paulo em perspectiva. v. 19, nº 3, p. 84-96, jul./set. 2005.
- _____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Revista Internacional de Mobilidade Humana*. Ano XX, n. 39, p.77-100, jul./dez.2012.
- _____. Migrações internas no Brasil no século XXI: entre o local e o global. *XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS)*. Santiago do Chile, 2013.
- BAENINGER, R; OJIMA, R. *Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração*. Papeles de Población. Universidade Autónoma do México. vol. 14, n. 58, 2008.
- BAENINGER, R. PEREZ, R. Cenário do Crescimento populacional das metrópoles brasileiras no século 21. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, p. 38-57, 2013.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elizina M. B. *Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2011, p.329-341.
- BARCELLOS, Tanya M. de. Migrações internas: conceitos básicos frente à realidade da última década. *Ensaio FEE*, Porto Alegre(16)1: 296-309, 1995.

_____. O panorama recente das migrações no Brasil: A situação do Ri Grande do Sul e da RMPA. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre. FEE, v. 28, n.1, p.181-200, jul. 2000.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Paulo Heitor L. Das senzalas às atafonas: a memória do trabalho escravo e do negro liberto em Taquara. In: REINHEIMER, Dalva (Org.). *Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: Faccat, 2005.

BASSANI, Alessandra Fernanda; BRUMES, Karla Rosário. Migração, abordagens reflexivas e teóricas. XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. Anais Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre, 2010.

BASSI, Camilo; BARBOSA, Frederico; ARAÚJO, Herton. *A multicausalidade dos processos migratórios: em busca de evidências empíricas*. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_383.pdf>2006. Acesso em: 15 set. 2016.

BECKER, G. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY*, v. 70, n. 5, Part 2, p. 9-49, 1962.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: Castro, Iná Elias de. Gomes, Paulo Cesar da C. Corrêas, Roberto L. *Explorações Geográficas: percurso no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997

BILSBORROW, Richard. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011. p. 17-31.

BILSBORROW, R. E. *et al. International migration statistics: guidelines for improving data collection systems*. Geneva: International Labor Office, 1997.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Dinâmicas territoriais e interações espaciais: a configuração do circuito espacial de produção da Nestlé S/A. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente. n. 34, v.1, p. 72-96, jan/jul, 2012.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *The International Migration Review*. Vol. 23, nº 3. Special Silver Anniversary Issue, International Migration an Assessment for the 90's, Autumn, 1989, p. 638-670.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. *Revista Pensamento e Realidade*. v. 29, nº 3, 2014.

BRANDÃO, Carlos. *Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas*. 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55553470/Visoes-teoricas-sobre-desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRANDÃO, Carlos; COSTA, Eduardo J. Monteiro; ALVES, Maria Abadia da Silva. Construir o espaço supranacional de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento: os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana – contribuições recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRANDÃO, Claudia A. Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – Complexo calçadista do Rio Grande do Sul. *Texto para discussão n. 617*. Brasília: IPEA, janeiro, 1999.

BRANDT Grazielle Betina; CÔTÉ, Serge. *Analyse exploratoire de l'intégration des jeunes migrants qualifiés dans les métropoles de Montréal (Québec) et Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brésil)*. Cahiers de géographie du Québec. Vol. 57, número 161, septembre 2013, p. 193-208.

BRITO, Cristóvão. *Algumas observações sobre o conceito de território*. *Ágora*. v.11, nº 2, p.115-131, jul/dez. 2005.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: MAGALHÃES, Marisa Valle (Coord.). *Novas e antigas formas de mobilidade interna da população no Brasil*. IPARDES, 2000. Disponível em <www.abep.br>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. 2007. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 25, nº 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

_____. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios Teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CALANDRO, Maria Lucrecia; CAMPOS, Silvia Horst. *Arranjo Produtivo Local calçadista Sinos-Paranhana*. Porto Alegre: FEE, 2013.

_____. *O APL calçadista e a reestruturação produtiva do corede sinos-paranhana – RS/Brasil*. In: XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII VI TALLER DE EDITORES RIER. 2014, Salvador, 2014.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Características demográficas e a voluntariedade da migração. *reMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 273-290, jul./dez. 2015.

_____. *A dimensão espacial das redes migratórias*. Redes. Santa Cruz do Sul. v. 20, nº 3, p. 14 - 30, set./dez. 2015.

CASTELLO BRANCO, M.L.G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: *SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.)*. Cidades Médias: espaços em transição. 2007, 630p. p.23-34.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências. Cadernos OBMigra – *Revista Migrações Internacionais*. v.1 nº 2, 2015, p. 1-13.

CHAMBERS, I. *Migrancy, culture, identity*. London/New York: Routledge, 1994.

CHISWICK, Barry R. MILLER, Paul W. *Language in the labor market: the immigrant experience in Canada and the United States*. Paper presented at the Conference on Immigration, Language and Ethnic Issues: public policy in Canada and the United States, Washington, DC. Jul, 1990, 89 p.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CODEPLAN. *Pesquisa domiciliar: transporte: 2000*. Brasília, 2002.

COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural*. 3. ed. São Paulo: FAPESP/ Iluminuras, 2004.

CONTE, Fernanda. Migrações – o homem em busca do lugar ideal. *Revista Faz Ciência*. v. 6, nº 1, 2004, p. 305-317.

CORAZZA, Gentil. *O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política*. Est. Econ. São Paulo. v. 26. nº especial. p. 35-50, 1996.

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento. Disponível em: www.coredesul.org.br. Acesso em 24 de março de 2017.

CORRÊA, Roberto. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org). *Migração e a (re)construção do capital social*. Capital social e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

COSTA, Manoel Augusto. *Urbanização e migração urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1975, 198 p.

COURGEAU, D. *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

CUNHA, Liliana; LACOMBLEZ, Marianne. *A influência do traçado de mobilidade na noção de território e nas oportunidades de desenvolvimento local*. Laboreal. n° 1, v. IV, p.56-67, 2008.

CUNHA, José Marcos P. da. *Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise*. São Paulo em Perspectiva. v. 19, n° 4, p. 3-20, out./dez., 2005.

_____(Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011, 184 p.

_____. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. *Revista Inter. Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XX, n° 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

CUNHA, José Marcos P. da; BAENINGER, Rosana. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Caderno CRH*, v.18, n° 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In _____. (Org.) *DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmen. *Metodologia e teorias no estudo das migrações*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

ELIZAGA, Juan C. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p. 539-576.

ERVATTI, Leila Regina. OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. Perspectivas sobre a mensuração do fenômeno migratório no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de (orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.103.

FAWCETT, James T. Networks, Linkages, and Migration Systems. *International Migration Review*. Vol. 23, No. 3. Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, 1989, p. 671-680.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Minas Gerais, 2002.

FERRÃO, João. *Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. Sociologia, problemas e práticas. n. 33, p. 45-54, 2000.

FILIPPI, Eduardo E. (org.). *Rio Grande do Sul 2000-2010*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

FLORES, Sara Maria L (Coord). *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. Ed. Miguel Ángel Porrúa: México, 2010. Introducción, p. 7-15.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *Resumo Estatístico Municipal*. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. *Resumo Estatístico Municipal*. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. Disponível em: <www.fee.tche.br> Acesso em: 02 set. 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO. Disponível em: <http://www.unfpa.org/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

GALVÃO, Cláudia Andreoli. *Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – complexo calçadista do Rio Grande do Sul*. Brasília: IPEA, 1999.

GARCIA JR, A. R. *O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/CNPq, 1990.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Prefácio. Lisboa: Estampa, 1977.

GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina*. São Paulo: Mestre Jou, 1974, 261 p.

_____. Assimilação de migrantes no meio urbano (aspectos teóricos e metodológicos). In: GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Mestre Jou, 1974. p.140-165.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. *Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas Espaço Plural*. Ano IX, nº 18, 1º Semestre, 2008, p. 101-110.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, Eduardo P. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GLOSARIO SOBRE MIGRACIÓN. *Derecho Internacional sobre Migración*, n. 7. Ginebra: OIM, 2006.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*. v. 35, n.3, p. 20-29, Mai./Jun., 1995.

GOETTERT, Jones Dari. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: Sposito, Eliseu, Savério; Bomtempo, Denise Cristina; Sousa, Adriano Amaro (org.). *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidade*. 1 ed. Editora Expressão Popular: São

Paulo, 2010, 304 p.

GOLGHER, André Braz. Fundamentos da Migração. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/153/6520019.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Vol. 78, Issue 6, May, 1973, p. 1360-1380.

_____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, volume 91, Issue 3, nov. 1985, p. 1-31.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Vol. 91, Issue 3, 1985, p. 481-510.

_____. *The sociology of economic life*. Boulder: Westview, 1992.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.

GUEST, Philip. The determinants of female migration from a multilevel perspective. In *Internal migration of women in developing countries*. New York: UNITED NATIONS, 1993.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARRIS, Jonh H; TODARO, Michael P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p.173-210.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE . *Censo demográfico 2000: migração e deslocamento – resultado da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 1-158, 2000.

_____. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Matinho. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

JARDIM, Antonio de Ponte. A investigação das migrações internas a partir dos censos demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de (orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 49-57.

JARDIM, Maria de Lourdes. Evolução da população do Rio Grande do Sul. In: ACCURSO, Jorge da Silva (Coord.) *O Rio Grande do Sul e sua população*. Porto Alegre: FEE, 2002.

JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELOS. Tanya Maria Macedo de. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº121, 2011.

_____. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico (Coredes). In: 2º *ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA*. Porto Alegre, 2004.

JUNIOR, Antonio F. N. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. *Ciência e educação*. v.6, nº 2, p. 119-139, 2000.

KLEIN, Maria Regina; MASSUQUETTI, Angélica; SPRICIGO, Gisele. *Migrações internas: um estudo do Município de Novo Hamburgo (RS)*. Porto Alegre: FEE, 2012.

KONDER, Leandro. *O que é dialética?* 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

KOUCHER, Ademir Barbosa. *Migrações internas no Brasil: novo problema, novos cenários*. Ensaio FEE, Porto Alegre. 2014.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria de A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2009.

LAWSON, Victoria A. Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration research. *Progress in Human Geography*, London, v. 22, nº 1, 1998, p. 39-53.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p.89-114.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEVY, Maria Stella Ferreira. *O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)*. São Paulo, 1974.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. Artigo publicado com o título original de « *Les Nouveaux Espaces de la Mobilité* », em Bonnet, M. e Desjeux, D. *Les Territoires dela Mobilité*. Paris, Presses Universitaires de France (2000). Tradução: Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud.

LEWIS, Arthur. *Economic development with unlimited supplies of labour*. Manchester Scholl of Economics and Social Studies. Vol. 22, Issue 2, 1954, p. 139-151.

MARANDOLA Jr. Eduardo. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. . In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011. p. 95-116.

MARANDOLA Jr, Eduardo. DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

_____. Migração e geografia, *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 28, nº 1. São

Paulo. Jan./Jun. 2011

MARTINE, George. Sugestões para o Censo Demográfico: migrações internas no Brasil. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p. 449-466.

MARTINO, Januzzi Paulo de. *Indicadores sociais no Brasil*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

MARTINS, Ligia M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *Reunião anual da ANPED*, 2006.

MARTINS, Maria Cezira F. N. BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e Sociedade*. v. 13, nº 3, set./dez. 2004, p. 44-57.

MASSEY, Douglas S. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. *Population and Development Review*, Vol. 14, No. 3 (Sep., 1988), pp. 383-413.

MATOS, R. *et al.* Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil meridional. In: MATOS, R. (Org). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. cap.5, p.157-176.

MAUCH, Claudia, VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Ulbra, 1994.

MENEZES, Marilda Aparecida de Menezes. *Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos*. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

METROPLAN. *Plano estratégico de desenvolvimento do Paranhana/Encosta da Serra*. Porto Alegre, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINCER, Jacob. *Family migration decisions. Center of Economic Analysis of human behavior and social institutions*. National Bureau of Economic Research. New York, 1977.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em 03 jan. 2015.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. Mimeo, 2002. Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/jmuniz/ensaio_migracao.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2016.

MUNOZ, Humberto; OLIVEIRA, Orlandina de. A migração interna na América Latina: exposição crítica sobre algumas análises. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos*

selecionados. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste (ETENE), 1980, p. 19-88.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965, 240 p.

NOGUEIRA, Olinto José de Oliveira. *Migrações Internas: Tentativas de se buscar uma teoria*. Anál. & Conj. Belo Horizonte, v. 6, nº 1, jan/abr 1991.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de (orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. *Buscando apreender o comportamento recente das migrações internas no Brasil*. IBGE, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/16697744/Buscando_apreender_o_comportamento_recente_das_migrações_internas_no_Brasil> Acesso em: 21 jul. 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. ERVATTI, Leila Regina. O'NEILL, Maria Mônica V. C. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão dos fenômenos migratórios no Brasil. Trabalho apresentado no XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Minas Gerais: ABEP, 2006.

_____. *O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010*. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/obmigra/article/download/14895/10661>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNDAs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de (orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Buscando apreender o comportamento recente das migrações internas. *e-metropolis – Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*. nº 19, ano 5. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2014.

OLIVEIRA, Orlandina de. STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p. 245-266.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Disponível em: <www.ocde.org>. Acesso em 07 jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste (ETENE), 1980, p. 313-354.

PAIVA, Odair da Cruz. *Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

_____. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (orgs.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 368 p.

PASQUALINI, Juliana Campregher e Lígia Márcia Martins. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, nº 2 Belo Horizonte maio/ago. 2015.

PATARRA, Neide Lopes. In: CUNHA, José Marcos. *Migração: Um tema complexo*. Unicamp, 2006.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2006.

PATARRA, Neide Lopes. *Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Textos para discussão. Rio de Janeiro, n.7. 50p. 2003.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*. n. 11, 2004.

_____. *Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes*. *Migrações*, nº 2. Lisboa, 2008. p. 19-46.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. *Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero*. Florianópolis, 2013.

POLLINI, Gabriele. Italianos e alemães no sul do Brasil: as características principais do fenômeno imigratório e os objetivos da investigação. In: *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil*. GUBERT, Renzo; POLLINI, Gabriele (orgs.). Porto Alegre: EST, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA. Disponível em: <www.oktoberfest.org.br/igrejinha>. Acesso em: 20 jun. 14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE. Disponível em: <www.prefrolante.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS. Disponível em: <www.trescoroas.rs.cnm.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política e Sociedade*, v. 6 (6), abril, 59-82, 2005.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p. 19-88.

REINHEIMER, Dalva; MEYRER, Marlise R. Economia: da lavoura a agroindústria. In: REINHEIMER, Dalva [et al.] (orgs.). *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

REINHEIMER, Dalva. *Terra, gente, fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.

_____. Os caminhos para Taquara do Mundo Novo e a navegação fluvial. In: REINHEIMER, Dalva...[et al] (orgs.). *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 91-109.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS/CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. *Bases estatísticas. Ministério do Trabalho*. Brasília. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em 12 ago. 2016.

RICARDO, Claudinei dos Santos; ALEIXO, Aline C. M.; OLIVEIRA, Ricardo dos Santos. Movimento Pendular em cidades médias: a centralidade de Montes Claros no norte de Minas a partir da infraestrutura de transportes. *Anais XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS*, 2010.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011. p. 141-156.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Movimentos Populacionais e as Cidades Médias de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. ABEP: Belo Horizonte, 2009. p. 1-27.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Maria C. P. *O índice de desenvolvimento social. Conjuntura Econômica*. p. 73-77, jan. São Paulo, 1991.

RODRIGUES, J. A. (org.). *Durkheim*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *Mana*. v. 3, nº 1 Rio de Janeiro, 1997.

SALIM, Celso Amorim. *Migrações internas: A necessidade de novos paradigmas*. Universidade Federal de Sergipe. 1992.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p.115-144.

SANTIAGO, Márcia Maria S. FRANÇA, Vera Lúcia A. Interações espaciais e socioeconômicas das cidades locais na rede urbana. *Revista da América Central*. Número especial. Costa Rica, 2011, p.1-9.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos de geografia*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS M. SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS Milton. SOUZA, Maria Adélia A de. SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Mauro Augusto dos. *et al. Migração: Uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARGENT, Carolyn; LARCHANCE-KIM, Stephanie and YATERA, Samba. Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental. *Cadernos Pagu* [online], nº 29, 2007, p.257-284.

SAQUET, Marcos A. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração do sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu S.; BOMTEMPO, Denise C.; SOUSA, Adriano A (org.). *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAYAD, A. *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHNORR, Renato F.; FERNANDES, Doris R. Pelos caminhos do trem: memórias e percepções na retirada dos trilhos. In: REINHEIMER, Dalva [et al.] (orgs.). *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SCOTT, P. R. Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. *Travessia - Revista do Migrante*. p.23-27, maio/ago1995.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. *O novo rural brasileiro*. Cadernos de Ciência e tecnologia. 2. ed. Brasília: Unicamp, 2002.

SILVA, N. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: TopBooks. 2003. p. 37-54.

SILVA, Ângelo Antônio da; Rodrigues, Maicon Diego; Confortin, Marcelo Rodrigo; Sobrinho, Paulo Gilberto M. O empreendimento da fazenda do Mundo Novo. In: Reinheimer, Dalva (Org.). *Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: Faccat, 2005. p. 13-34

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro - 2011*. p.4-12.

_____ Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades cuadernos del cendes. Año 25. N° 69. *Tercera época*. Septiembre-diciembre 2008.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Pesquisa Científica. In: *Métodos de pesquisa*. Gerhardt, Tatiana Engel e Silveira, Denise Tolfo (Orgs.). UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 31-42.

SILVEIRA, Rogério Leandro L. da; HERMANN, Elisa. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 217-257.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. *Economia política das urbanizações*. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SJAASTAD, Larry A. The Costs and Returns of Human Migration. *The Journal of Political Economy*, vol. 70, nº 5, Part 2: Investment in Human Beings. 1962.

SOARES, Weber. Para Além da Conceção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. *Trabalho apresentado no XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. Ouro Preto, 2002.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. A presença teuta no Rio Grande Sul do século XIX: Um lacônico estudo sobre as consequências econômicas, sociais e culturais. *Revista Semina*. Passo Fundo, v.13, nº 1, p. 32-45, 2014.

SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____ Para Além da Conceção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. Trabalho apresentado no XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Minas

Gerais: UFMG/Cedeplar.2002, p. 1-27.

TERENCE, Ana Cláudia F. FILHO, Edmundo E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. XXVI ENEGEP, 2006.

THALHEIMER, A. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste (ETENE), 1980, p.145-172.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. A dialética materialista e a prática social. *Movimento*. Porto Alegre. v.12, nº 2, p. 121-142, maio/ago, 2006.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social. Revista de sociologia da USP*, v. 20, nº 1. 2008.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Qué definiciones, qué teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad? In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011. p. 45-70.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. *Revista Diálogo Educacional* - v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001.

WALTEROS, Jaime Alberto G. La migración internacional: teorías y enfoques, una mirada actual. *Semestre Económico*. Volumen 13, nº 26, pp. 81-100, enero-junio de 2010, Medellín, Colombia, 2010.

WITT, Marcos Antônio; BLUME, Wellington Augusto. Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e Argentina. *Revista Ágora*. Santa Cruz do Sul. v. 16, nº 2, Jul/Dez, 2014. p. 97-111.

WOORTMAN, K. Migração: família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*. p.35-51, jan/jun 1990.

WUNSCH, G. And TERMOTE, M. G. Introduction to Demographic Analysis: principles and methods. *Plenum Press*. New York, 1978.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*. New York, v. 61, n.2, 1971.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Migração

1) ANTES DA MUDANÇA

Qual o município, estado ou país de partida?

Você trabalhava, que atividade exercia?

Você tinha acesso a serviços como educação, saúde, lazer?

Como era sua relação social com a família e os amigos? Significativas?

Você estudava?

2) PARTIDA E INSTALAÇÃO

Quais as razões que motivaram a partida?

Como você percebeu sua partida?

Como foi a chegada no lugar de destino? Encontrou algumas dificuldades?

Como foram as experiências em outros municípios antes do município de destino?

3) NO MUNICÍPIO DE DESTINO

Você trabalha, que atividade exerce?

Você tem acesso a serviços, como educação, saúde, lazer?

Como é sua relação social com a família e os amigos? Significativas?

Você estuda?

4) AVALIAÇÃO

Se você tivesse que comparar entre sua vida no município de origem e agora no município de residência atual, qual a avaliação que você faria?

Se você tivesse que fazer uma comparação entre as atividades exercidas no município de origem e agora no município de residência atual, qual a avaliação que você faria?

Você encontrou o que buscava no município de residência atual?

Tem a intenção de efetuar uma nova migração? Se sim, para onde (lugar)?

APÊNDICE B – Questionário Socioeconômico**QUESTIONÁRIO**

Prezado Sr. (a),

Estou desenvolvendo minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com o tema **Mobilidade espacial: a dinâmica das migrações na região do Vale do Paranhana-RS/Brasil**. Para tanto, solicito a sua colaboração, respondendo aos questionamentos abaixo, para identificar o perfil socioeconômico do migrante. Saliento que nenhuma informação será divulgada de maneira individualizada de forma que seja possível identificar o respondente, e o sigilo às informações será preservado no texto que será apresentado na tese.

Agradecendo a sua colaboração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários através do *e-mail* dilanib@unisc.br ou pelo telefone (51) 81547056 (Tim).

Atenciosamente,

Dilani Silveira Bassan

1. Qual o seu sexo?

- Feminino.
 Masculino.

2. Qual seu estado civil?

- Casado
 Solteiro
 Viúvo
 Divorciado

3. Qual a sua idade?

- Menos de 17 anos.
 17 anos.
 18 anos.
 Entre 19 e 25 anos (inclusive).
 Entre 26 e 33 anos (inclusive).
 Entre 34 e 41 anos (inclusive).
 Entre 42 e 49 anos (inclusive).
 50 anos ou mais

4. Você desenvolve alguma atividade remunerada?

- Sim
 Não

5. Local da sua residência:

- Zona Urbana.
 Zona Rural.

Cidade: _____ Estado: _____

6. Qual seu grau de escolaridade?

- Não alfabetizado.
- Ensino Fundamental.
- Ensino Médio.
- Ensino Superior.
- Pós graduação.
- Não sei.

7. Qual a sua renda mensal?

- Menos de 1 Salário Mínimo.
- De 01 a 03 Sal. Mínimos.
- De 03 a 06 Sal. Mínimos.
- De 06 a 10 Sal. Mínimos.
- Mais de 10 Sal. Mínimos.

8. Tempo de residência no município atual:_____.

**ANEXO A – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de
Igrejinha**

(continua)

Quantidade	Atividade
213	Não declarada
14	Cultivo de milho
9	Cultivo de mandioca
14	Cultivo de banana
46	Lavoura não especificada
12	Pecuária não especificada
15	Agropecuária
32	Fabricação de bebidas
10	Preparação de fibras, fiação e tecelagem
8	Indústria têxtil - atividades não especificadas
19	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida
50	Confecção, sob medida, de artigos do vestuário
9	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, sob medida ou não
30	Curtimento e outras preparações de couro
24	Fabricação de artigos de viagem e de artefatos diversos de couro
1811	Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material
7	Serrarias
21	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis
	Fabricação de embalagens e de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão
17	ondulado
22	Indústria química - atividades não especificadas
9	Indústria química - atividades não especificadas
23	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
10	Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais
151	Fabricação de produtos industriais não especificados
6	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
7	Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
20	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais
11	Construção de edifícios
124	Serviços especializados para construção
95	Atividades de construção não especificadas
33	Comércio de veículos automotores
21	Manutenção e reparação de veículos automotores
8	Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
151	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
72	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
13	Comércio de combustíveis para veículos automotores
	Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e
28	perfumaria
19	Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações
8	Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores
11	Comércio de produtos novos não especificados anteriormente
18	Supermercado e hipermercado
24	Comércio ambulante e feiras
70	Atividades de comércio não especificadas
22	Transporte rodoviário de passageiros
25	Transporte rodoviário de carga
12	Atividades de transporte não especificadas
	Atividades auxiliares dos transportes e atividades relacionadas à organização do transporte de
27	carga
11	Atividades de correio
121	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas

(conclusão)

Quantidade	Atividade
53	Atividades de alimentação não especificadas
8	Ativ. cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e de música
8	Telecomunicações
11	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
10	Serviços financeiros
8	Seguros e previdência privada
13	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde
28	Publicidade
15	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
12	Atividades veterinárias
46	Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação
15	Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
22	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas
41	Administração pública e regulação da política econômica e social - municipal
10	Defesa
29	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - federal
61	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - estadual
15	Administração pública - esfera não especificada
6	Creche
74	Pré-escola e ensino fundamental
8	Ensino médio
11	Serviços auxiliares à educação
41	Outras atividades de ensino
20	Atividades de educação não especificadas
22	Atividades de atendimento hospitalar
15	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
12	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos
8	Atividades de saúde não especificadas
12	Ativ. de assistência à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências
22	Atividades de condicionamento físico
8	Outras atividades associativas não especificadas anteriormente
19	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação
11	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza
169	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO B – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Parobé

(continua)

Quantidade	Atividade
203	Não declarada
16	Cultivo de mandioca
19	Cultivo de outras lavouras temporárias não especificadas anteriormente
16	Horticultura
91	Lavoura não especificada
28	Criação de bovinos
7	Agropecuária
11	Extração de pedras, areia e argila
11	Extração de minerais não especificados
17	Abate e fabricação de produtos de carne e pescado
5	Laticínios
40	Fabricação de outros produtos alimentícios
9	Fabricação de produtos alimentícios não especificados
28	Fabricação de bebidas
23	Confecção, sob medida, de artigos do vestuário
31	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, sob medida ou não
24	Curtimento e outras preparações de couro
2700	Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material
11	Serrarias
47	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis
39	Fab. de embalagens e de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
8	Impressão e reprodução de gravações
	Fab. de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
14	
11	Indústria química - atividades não especificadas
11	Fabricação de produtos de material plástico
11	Fabricação de vidro e produtos de vidro
11	Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente
113	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
48	Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais
9	Fabricação de máquinas e equipamentos
11	Fabricação de móveis
9	Fabricação de artefatos para pesca e esporte e de brinquedos e jogos recreativos
59	Fabricação de produtos industriais não especificados
9	Instalação de máquinas e equipamentos
9	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
44	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais
9	Construção de edifícios
270	Serviços especializados para construção
157	Atividades de construção não especificadas
10	Comércio de veículos automotores
84	Manutenção e reparação de veículos automotores
10	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores
	Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas
8	
8	Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
153	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
107	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
24	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
18	Comércio de combustíveis para veículos automotores
	Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria
11	

(conclusão)

Quantidade	Atividade
27	Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações
6	Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência
9	Comércio de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação
16	Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores
19	Comercio de resíduos e sucatas
23	Comércio de produtos novos não especificados anteriormente
8	Supermercado e hipermercado
8	Lojas de departamento e outros comércios não especializados, sem predominância de produtos alimentícios
55	Comércio ambulante e feiras
119	Atividades de comércio não especificadas
114	Transporte rodoviário de passageiros
18	Transporte rodoviário de carga
12	Atividades de transporte não especificadas
12	Armazenamento, carga e descarga
10	Atividades auxiliares dos transportes e atividades relacionadas à organização do transporte de carga
11	Alojamento
81	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
13	Serviços de <i>catering</i> , bufê e outros serviços de comida preparada
38	Atividades de alimentação não especificadas
11	Telecomunicações
24	Serviços financeiros
16	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria
14	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
6	Atividades veterinárias
43	Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação
9	Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
19	Atividades paisagísticas
30	Serviços de escritório e apoio administrativo
15	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas
11	Administração pública e regulação da política econômica e social - estadual
18	Administração pública e regulação da política econômica e social - municipal
38	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - estadual
34	Administração pública - esfera não especificada
46	Creche
79	Pré-escola e ensino fundamental
34	Ensino médio
37	Outras atividades de ensino
14	Atividades de educação não especificadas
20	Atividades de atendimento hospitalar
10	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
25	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos
6	Atividades de saúde não especificadas
31	Ativ. de assistência à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residencias
12	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
9	Atividades de recreação e lazer
9	Atividades de organizações sindicais
23	Atividades de organizações religiosas e filosóficas
29	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos
28	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza
10	Outras atividades de serviços pessoais
145	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Censo, 2010

**ANEXO C – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de
Riozinho**

Quantidade	Atividade
18	Cultivo de outros cereais
16	Horticultura
3	Cultivo de flores e plantas ornamentais
2	Cultivo de uva
7	Produção de sementes e mudas certificadas
31	Lavoura não especificada
3	Criação de bovinos
8	Pecuária não especificada
4	Agropecuária
13	Produção florestal
3	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida
225	Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material
11	Serrarias
7	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
8	Fabricação de produtos industriais não especificados
5	Serviços especializados para construção
7	Atividades de construção não especificadas
3	Manutenção e reparação de veículos automotores
3	Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas
4	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
4	Supermercado e hipermercado
3	Transporte rodoviário de passageiros
1	Transporte rodoviário de carga
3	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
2	Atividades de alimentação não especificadas
3	Serviços financeiros
3	Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
11	Administração pública e regulação da política econômica e social - municipal
3	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - federal
5	Creche
1	Pré-escola e ensino fundamental
6	Ensino médio
3	Atividades de atendimento hospitalar
3	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
3	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO D – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Rolante

(continua)

Quantidade	Atividade
32	Não declarada
11	Cultivo de mandioca
78	Horticultura
210	Lavoura não especificada
29	Criação de bovinos
57	Pecuária não especificada
11	Agropecuária
23	Produção florestal
25	Abate e fabricação de produtos de carne e pescado
9	Fabricação de outros produtos alimentícios
9	Fabricação de produtos alimentícios não especificados
19	Indústria têxtil - atividades não especificadas
10	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida
926	Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material
26	Serrarias
16	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis
5	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins
30	Fabricação de produtos de borracha
9	Fabricação de produtos cerâmicos
10	Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente
13	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
61	Fabricação de móveis
8	Fabricação de produtos diversos
11	Fabricação de produtos industriais não especificados
50	Construção de edifícios
17	Serviços especializados para construção
22	Atividades de construção não especificadas
24	Manutenção e reparação de veículos automotores
10	Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios
21	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
18	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
7	Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência
33	Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores
12	Comércio ambulante e feiras
8	Transporte rodoviário de passageiros
12	Atividades de correio
8	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
32	Serviços financeiros
25	Publicidade
9	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
12	Atividades paisagísticas
12	Administração pública e regulação da política econômica e social - estadual
11	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - federal
18	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - estadual
12	Creche
19	Pré-escola e ensino fundamental
9	Educação superior
9	Atividades de atendimento hospitalar
11	Atividades de saúde não especificadas
	Ativ. de assistência à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências
24	
10	Atividades de condicionamento físico
23	Atividades de organizações religiosas e filosóficas

(conclusão)

Quantidade	Atividade
13	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos
9	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza
34	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO E – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de Taquara

(continua)

Quantidade	Atividade
300	Não declarada
22	Horticultura
282	Lavoura não especificada
36	Criação de bovinos
16	Criação de outros animais de grande porte não especificados anteriormente
19	Criação de aves
21	Pecuária não especificada
11	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida
18	Fabricação de produtos alimentícios não especificados
21	Produção florestal
68	Extração de pedras, areia e argila
10	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais
16	Fabricação de outros produtos alimentícios
36	Fabricação de bebidas
10	Preparação de fibras, fiação e tecelagem
9	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
20	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida
38	Confecção, sob medida, de artigos do vestuário
20	Curtimento e outras preparações de couro
35	Fabricação de artigos de viagem e de artefatos diversos de couro
773	Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material
22	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis
9	Fabricação de produtos de borracha
13	Indústria química - atividades não especificadas
19	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos
22	Fabricação de produtos de material plástico
9	Fabricação de produtos cerâmicos
64	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
8	Fabricação de máquinas e equipamentos
6	Fabricação de cabines, carrocerias, reboques e peças para veículos automotores
40	Fabricação de móveis
14	Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes
30	Fabricação de produtos industriais não especificados
14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos
19	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
18	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais
31	Construção de edifícios
31	Construção de obras de infraestrutura
106	Serviços especializados para construção
73	Atividades de construção não especificadas
26	Comércio de veículos automotores
53	Manutenção e reparação de veículos automotores
15	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores
10	Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios
156	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
150	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
32	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
12	Comércio de combustíveis para veículos automotores
	Com. de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria
23	
22	Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações
33	Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência
22	Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto eletrodomésticos

Quantidade	Atividade
29	Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores
9	Comércio de produtos usados
63	Comércio de produtos novos não especificados anteriormente
57	Supermercado e hipermercado
17	Comércio ambulante e feiras
123	Atividades de comércio não especificadas
54	Transporte rodoviário de passageiros
10	Transporte rodoviário de carga
10	Atividades de transporte não especificadas
8	Armazenamento, carga e descarga
10	Atividades de malote e de entrega
8	Alojamento
73	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
22	Serviços de <i>catering</i> , bufê e outros serviços de comida preparada
37	Atividades de alimentação não especificadas
9	Edição e edição integrada à impressão
20	Ativ. cinematográficas, produção de vídeos, programas de televisão, gravação de som e de música
8	Atividades de rádio
8	Telecomunicações
33	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
24	Serviços financeiros
9	Seguros e previdência privada
8	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde
24	Atividades imobiliárias
95	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria
11	Atividades de consultoria em gestão empresarial
25	Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; testes e análises técnicas
8	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
13	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas
35	Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação
9	Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
31	Condomínios prediais
9	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos
19	Administração pública e regulação da política econômica e social - estadual
90	Administração pública e regulação da política econômica e social - municipal
8	Defesa
10	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - federal
14	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - estadual
7	Seguridade social obrigatória
7	Administração pública - esfera não especificada
31	Creche
82	Pré-escola e ensino fundamental
39	Ensino médio
23	Educação superior
30	Serviços auxiliares à educação
42	Outras atividades de ensino
91	Atividades de educação não especificadas
73	Atividades de atendimento hospitalar
30	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
11	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica
18	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos
20	Atividades de saúde não especificadas
36	Ativ. de assistência à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências
7	Serviços de assistência social sem alojamento
9	Atividades de condicionamento físico
8	Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais

(conclusão)

Quantidade	Atividade
10	Atividades de organizações sindicais
9	Atividades de organizações religiosas e filosóficas
52	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos
16	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza
20	Outras atividades de serviços pessoais
240	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Censo, 2010

**ANEXO F – Atividades econômicas exercidas pelos migrantes em 2010 no município de
Três Coroas**

(continua)

Quantidade	Atividade
44	Não declarada
7	Cultivo de milho
117	Lavoura não especificada
7	Criação de caprinos e ovinos
11	Extração de pedras, areia e argila
20	Fabricação de outros produtos alimentícios
10	Preparação de fibras, fiação e tecelagem
47	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
22	Confeção, sob medida, de artigos do vestuário
36	Curtimento e outras preparações de couro
21	Fabricação de artigos de viagem e de artefatos diversos de couro
1886	Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material
9	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis
11	Fab. de emb. e de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
9	Impressão e reprodução de gravações
8	Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos
8	Fabricação de produtos de material plástico
11	Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente
36	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
5	Fabricação de produtos diversos
81	Fabricação de produtos industriais não especificados
10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos
9	Captação, tratamento e distribuição de água
10	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais
70	Serviços especializados para construção
42	Atividades de construção não especificadas
44	Manutenção e reparação de veículos automotores
12	Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios
107	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
84	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
64	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
10	Comércio de combustíveis para veículos automotores
14	Com. de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos, cosméticos e perfumaria
21	Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência
20	Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores
32	Comércio de produtos novos não especificados anteriormente
28	Supermercado e hipermercado
10	Comércio ambulante e feiras
29	Atividades de comércio não especificadas
24	Transporte rodoviário de passageiros
10	Atividades de transporte não especificadas
11	Alojamento
20	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
23	Telecomunicações
9	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
18	Serviços financeiros
41	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria
10	Serv. de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; testes e análises técnicas
21	Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação
11	Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
11	Serviços de escritório e apoio administrativo
60	Administração pública e regulação da política econômica e social - municipal

(conclusão)

Quantidade	Atividade
30	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - estadual
19	Creche
9	Pré-escola e ensino fundamental
13	Serviços auxiliares à educação
19	Outras atividades de ensino
32	Atividades de educação não especificadas
11	Atividades de atendimento hospitalar
23	Atividades de saúde não especificadas
10	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
8	Atividades de organizações religiosas e filosóficas
19	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos
18	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza
9	Atividades funerárias e serviços relacionados
13	Outras atividades de serviços pessoais
82	Serviços domésticos

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO G – População residente com origem em outros estados e regiões - Igrejinha

(continua)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Homens	Total		49,76	48,83
	Região Norte			
	Rondônia			
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste		0,03	0,07
	Maranhão			
	Piauí			
	Ceará			
	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
	Alagoas			0,03
	Sergipe			
	Bahia		0,03	0,03
	Região Sudeste		0,16	0,19
	Minas Gerais			0,06
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro		0,03	0,03
	São Paulo		0,13	0,09
	Região Sul		49,44	48,24
	Paraná		1,31	1,72
	Santa Catarina		2,37	1,77
	Rio Grande do Sul		45,75	44,76
	Região CentroOeste		0,09	0,07
	Mato Grosso do Sul		0,04	0,03
	Mato Grosso		0,05	0,03
Goias				
Distrito Federal				
Brasil sem especificação			0,27	
País estrangeiro		0,04		
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				
	Total		50,24	51,17
	Região Norte			
	Rondônia			
Mulheres	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste			0,10
	Maranhão			
Piauí			0,03	
Ceará			0,02	

(conclusão)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Mulheres	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia			0,05
	Região Sudeste		0,16	0,15
	Minas Gerais		0,03	0,12
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			0,03
	São Paulo		0,13	
	Região Sul		49,97	50,58
	Paraná		1,50	1,21
	Santa Catarina		2,65	2,01
	Rio Grande do Sul		45,83	47,35
	Região CentroOeste		0,04	0,07
	Mato Grosso do Sul		0,04	
	Mato Grosso			0,07
	Goiás			
	Distrito Federal			
	Brasil sem especificação			0,25
País estrangeiro		0,07	0,03	
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO H – População residente com origem em outros estados e regiões - Parobé

(continua)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Homens	Total		50,23	49,41
	Região Norte			0,01
	Rondônia			
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			0,01
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste		0,10	0,21
	Maranhão			
	Piauí		0,05	0,05
	Ceará			0,13
	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia		0,04	0,03
	Região Sudeste		0,07	0,11
	Minas Gerais		0,02	0,07
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			
	São Paulo		0,04	0,04
	Região Sul		49,97	48,67
	Paraná		1,10	0,98
	Santa Catarina		1,19	1,12
Rio Grande do Sul		47,68	46,57	
Região CentroOeste		0,05	0,10	
Mato Grosso do Sul		0,03	0,04	
Mato Grosso		0,02	0,06	
Goias				
Distrito Federal				
Brasil sem especificação		0,03	0,27	
País estrangeiro		0,03	0,04	
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				
Mulheres	Total		49,77	50,59
	Região Norte			0,11
	Rondônia			0,02
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			0,05
	Amapá			
	Tocantins			0,04
	Região Nordeste		0,12	0,16
	Maranhão			
	Piauí		0,05	0,02
Ceará		0,04	0,06	

(conclusão)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Mulheres	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			0,02
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia		0,02	0,06
	Região Sudeste		0,02	0,04
	Minas Gerais			0,02
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			
	São Paulo		0,02	0,02
	Região Sul		49,53	49,99
	Paraná		0,91	0,89
	Santa Catarina		1,07	1,11
	Rio Grande do Sul		47,54	47,99
	Região CentroOeste		0,08	0,04
	Mato Grosso do Sul		0,04	
	Mato Grosso		0,04	
	Goiás			0,02
	Distrito Federal			0,02
	Brasil sem especificação			0,21
	País estrangeiro		0,02	0,04
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO I – População residente com origem em outros estados e regiões – Riozinho

(continua)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
	Total		52,20	50,88
	Região Norte			
	Rondônia			
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste			
	Maranhão			
	Piauí			
	Ceará			
	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
Homens	Alagoas		-	-
	Sergipe			
	Bahia			
	Região Sudeste			
	Minas Gerais			
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			
	São Paulo			
	Região Sul		52,20	50,88
	Paraná		0,34	0,31
	Santa Catarina		0,87	1,22
	Rio Grande do Sul		50,98	49,35
	Região CentroOeste			
	Mato Grosso do Sul			
	Mato Grosso			
	Goias			
	Distrito Federal			
	Brasil sem especificação			
	País estrangeiro			
	Exterior			
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				
Mulheres	Total		47,80	49,12
	Região Norte			
	Rondônia			
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste			0,07
	Maranhão			
	Piauí			
	Ceará			0,07

(conclusão)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Mulheres	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia			
	Região Sudeste		0,22	
	Minas Gerais			
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			
	São Paulo		0,22	
	Região Sul		47,58	49,05
	Paraná		0,17	0,77
	Santa Catarina		0,49	1,03
	Rio Grande do Sul		46,92	47,25
	Região CentroOeste			
	Mato Grosso do Sul			
	Mato Grosso			
	Goiás			
	Distrito Federal			
	Brasil sem especificação			
	País estrangeiro			
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO J – População residente com origem em outros estados e regiões – Rolante

(continua)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
	Total		50,85	50,13
	Região Norte		0,06	
	Rondônia		0,06	
	Acre			
Homens	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste		0,05	0,17
	Maranhão			
	Piauí			
	Ceará		0,05	0,10
	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia			0,07
	Região Sudeste		0,07	0,23
	Minas Gerais			0,06
	Espírito Santo			
	Rio de Janeiro		0,07	0,06
	São Paulo			0,11
	Região Sul		50,49	49,69
	Paraná		0,36	0,28
	Santa Catarina		0,43	0,87
	Rio Grande do Sul		49,70	48,54
	Região CentroOeste		0,04	0,04
	Mato Grosso do Sul			
	Mato Grosso			0,04
	Goias		0,04	
	Distrito Federal			
	Brasil sem especificação			
País estrangeiro		0,15		
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				
Mulheres	Total		49,15	49,87
	Região Norte			
	Rondônia			
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste			
	Maranhão			
	Piauí			
	Ceará			

(conclusão)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Mulheres	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			
	Pernambuco			
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia			
	Região Sudeste		0,13	0,17
	Minas Gerais			
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			0,06
	São Paulo		0,13	0,12
	Região Sul		48,81	49,66
	Paraná		0,26	0,48
	Santa Catarina		0,44	0,55
	Rio Grande do Sul		48,11	48,63
	Região CentroOeste		0,11	0,04
	Minas Gerais		0,04	0,13
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro		0,02	0,10
	São Paulo		0,11	0,16
	Região Sul		48,84	48,33
	Paraná		0,88	0,55
	Santa Catarina		1,03	0,66
	Rio Grande do Sul		46,93	47,12
	Região CentroOeste		0,17	0,06
	Mato Grosso do Sul		0,09	0,01
	Mato Grosso			
	Goias		0,06	0,02
	Distrito Federal		0,02	0,02
	Brasil sem especificação			0,12
	País estrangeiro		0,05	0,14
	Exterior			
	Exterior naturalizados brasileiros			
	Exterior estrangeiros			
Mato Grosso do Sul				
Mato Grosso			0,04	
Goias				
Distrito Federal				
Brasil sem especificação				
País estrangeiro		0,10		
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO L – População residente com origem em outros estados e regiões – Taquara

(continua)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Homens	Total		49,33	49,17
	Região Norte		0,02	0,03
	Rondônia			
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará		0,02	0,03
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste		0,08	0,11
	Maranhão			0,03
	Piauí			0,01
	Ceará		0,02	0,02
	Rio Grande do Norte		0,02	
	Paraíba			
	Pernambuco		0,02	0,02
	Alagoas			0,02
	Sergipe			
	Bahia		0,02	0,02
	Região Sudeste		0,16	0,38
	Minas Gerais		0,04	0,13
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro		0,02	0,10
	São Paulo		0,11	0,16
	Região Sul		48,84	48,33
	Paraná		0,88	0,55
	Santa Catarina		1,03	0,66
	Rio Grande do Sul		46,93	47,12
	Região CentroOeste		0,17	0,06
	Mato Grosso do Sul		0,09	0,01
	Mato Grosso			
	Goias		0,06	0,02
	Distrito Federal		0,02	0,02
Brasil sem especificação			0,12	
País estrangeiro		0,05	0,14	
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				
Total			50,67	50,83
Região Norte			0,04	0,06
Rondônia				0,04
Acre				
Amazonas			0,04	0,02
Roraima				
Pará				
Amapá				
Tocantins				
Região Nordeste			0,17	0,14
Maranhão				0,01
Piauí				
Ceará			0,09	0,03

(conclusão)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
	Rio Grande do Norte			0,03
	Paraíba		0,02	0,02
	Pernambuco			
	Alagoas			
Mulheres	Sergipe			
	Bahia		0,05	0,04
	Região Sudeste		0,23	0,34
	Minas Gerais		0,02	0,05
	Espirito Santo		0,04	
	Rio de Janeiro		0,10	0,04
	São Paulo		0,07	0,25
	Região Sul		50,09	50,14
	Paraná		0,70	0,48
	Santa Catarina		0,99	0,79
	Rio Grande do Sul		48,39	48,87
	Região CentroOeste		0,08	0,02
	Mato Grosso do Sul		0,02	
	Mato Grosso		0,04	
	Goias		0,02	0,02
	Distrito Federal			
	Brasil sem especificação			0,05
	País estrangeiro		0,07	0,09
	Exterior			
	Exterior naturalizados brasileiros			
Exterior estrangeiros				

Fonte: IBGE. Censo, 2010

ANEXO M – População residente com origem em outros estados e regiões – Três Coroas

(continua)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Homens	Total		50,46	49,64
	Região Norte			0,13
	Rondônia			0,09
	Acre			
	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			0,04
	Amapá			
	Tocantins			
	Região Nordeste		0,05	0,10
	Maranhão			
	Piauí			
	Ceará			0,03
	Rio Grande do Norte		0,05	
	Paraíba			0,04
	Pernambuco			0,03
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia			
	Região Sudeste		0,27	0,42
	Minas Gerais		0,09	0,03
	Espirito Santo			0,05
	Rio de Janeiro		0,02	0,09
	São Paulo		0,16	0,25
	Região Sul		50,03	48,75
	Paraná		2,09	1,84
	Santa Catarina		5,66	4,21
	Rio Grande do Sul		42,27	42,71
	Região CentroOeste		0,12	0,03
	Mato Grosso do Sul		0,12	
	Mato Grosso			
	Goias			
	Distrito Federal			0,03
Brasil sem especificação			0,20	
País estrangeiro				
Exterior				
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				
Total			49,54	
Região Norte			0,20	
Rondônia				
Acre			0,10	
Mulheres	Amazonas			
	Roraima			
	Pará			0,05
	Amapá			0,05
	Tocantins			
	Região Nordeste			0,08
	Maranhão			
	Piauí			
Ceará				

(conclusão)

Sexo	Lugar de nascimento	Ano		
		1991	2000	2010
Mulheres	Rio Grande do Norte			
	Paraíba			0,05
	Pernambuco			0,03
	Alagoas			
	Sergipe			
	Bahia			
	Região Sudeste		0,27	0,47
	Minas Gerais		0,11	0,05
	Espirito Santo			
	Rio de Janeiro			0,10
	São Paulo		0,16	0,31
	Região Sul		49,03	49,28
	Paraná		1,59	1,48
	Santa Catarina		5,23	3,84
	Rio Grande do Sul		42,22	43,96
	Região CentroOeste		0,11	0,02
	Mato Grosso do Sul			
	Mato Grosso			0,02
	Goias		0,11	
	Distrito Federal			
	Brasil sem especificação			0,17
	País estrangeiro		0,13	0,14
	Exterior			
Exterior naturalizados brasileiros				
Exterior estrangeiros				

Fonte: IBGE. Censo, 2010